

40^o PSD CONGRESSO

SUPER BOCK ARENA - PAVILHÃO ROSA MOTA
1, 2 E 3 JULHO 2022

PROPOSTAS TEMÁTICAS



PROPOSTA TEMÁTICA

A

**AGRO-TECH, UM DESÍGNIO
PARA A REGIÃO DO RIBATEJO
E PARA A AGRICULTURA EM
PORTUGAL**

1º SUBSCRITOR:

CPD SANTARÉM

PROPOSTA TEMÁTICA
da Assembleia Distrital de Santarém
ao 40.º CONGRESSO NACIONAL do PSD

Agro-tech, um desígnio para a região do Ribatejo e para a Agricultura em Portugal

O setor agrícola e agroalimentar tem grande importância na economia da região do Ribatejo e Oeste, com especial incidência no Distrito de Santarém. A produção agrícola, animal, florestal, vitivinícola e hortícola assume grande relevância, a par da existência de grandes (e PMEs) empresas de transformação de produtos agrícolas.

Em termos de caracterização do setor, consultadas as principais bases de dados e fontes estatísticas, os últimos dados disponíveis do setor, indicadores anuais de atividade económica, recenseamentos agrícolas e inventário florestal nacional (INE, Pordata e ICNF), todos são claros sobre a relevância e preponderância desta região do Ribatejo e Oeste, no todo da produção agrícola nacional.

É uma importância com enquadramento nos fatores físicos, de morfologia de terrenos, paisagem e solo, e históricos, uma vez que estamos, de facto, numa região agrícola de excelência em Portugal, senão vejamos como se caracteriza a região em 12 pontos fundamentais:

1. A região tem uma maior proporção de área com uso agrícola: 31% numa média nacional de 23,5%.
2. Concentra-se, no Ribatejo e Oeste, 8% da superfície agrícola utilizada (SAU) do país.
3. Estes 8% da SAU nacional garantiram, em 2020, um valor acrescentado bruto superior a 430 milhões de euros, mais de 20% do total do VAB das empresas do setor no país.

4. Regista um total de cerca de 30 mil explorações agrícolas, 20% com dimensão entre 20 a 50 hectares (quando no país a mesma proporção é de 4,6%).
5. Aproximadamente 30% da SAU é irrigável (quando no país a mesma proporção é de 15%).
6. Há na região uma maior concentração de empresas no setor agrícola, 12,6%, numa média nacional de 9,8%.
7. Nas culturas temporárias, as mais relevantes na região e, em especial, na Lezíria do Tejo, concentra-se parte importante da produção nacional de cereais para grão (destaque para o milho e arroz) e das hortícolas.
8. Nas culturas permanentes assumem grande preponderância a produção de vinho e frutos frescos no Oeste (à exceção dos citrinos), e o olival no Médio Tejo.
9. A região concentra 25% de toda a produção de vinho declarada no país (média dos últimos cinco anos) e 33% de todo o efetivo animal nacional nas explorações agrícolas.
10. E cerca de 10% do total dos produtores agrícolas do país, menos mulheres do que na média nacional (23% contra 33%), a mesma preponderância de produtores com 65 ou mais anos (mais de 50%) e pouco escolarizada (85% com escolaridade até ao ensino básico).
11. A agricultura emprega, na região, cerca de 26 mil pessoas, 12,5% do total de trabalhadores do setor no país.
12. Os trabalhadores por conta de outrem auferem um salário médio mensal de 790 €, com diferenças significativas entre as sub-regiões, mas superior à média nacional quando consideramos as remunerações do setor.

Esta Região do Ribatejo e Oeste, que corresponderá em breve, caso o Governo faça o que lhe compete, à desejada NUTS II do Ribatejo e Oeste, tem as condições necessárias para se afirmar como área líder da produção e inovação do setor agrícola e agroalimentar. Para o efeito, é necessário criar as condições que favoreçam um ecossistema de investigação, experimentação e desenvolvimento ligado ao setor, que beneficiará toda a produção nacional e o crescimento

das exportações, incluindo, por exemplo, novas realidades como a produção e transformação de insetos.

Os preços dos alimentos e matérias primas alimentares têm sido fortemente impactados pela inflação, potenciada pela guerra na Ucrânia. Os desafios que se colocam ao setor agrícola nos próximos anos serão ainda maiores, nomeadamente, com o crescimento mundial da população e a importância da alimentação na economia mundial, a crise energética e as alterações climáticas, só para nomear os mais relevantes.

Portugal tem potencial de crescimento da sua produção agrícola, em especial, com a modernização dos processos produtivos e pela utilização de tecnologia como a Inteligência Artificial ou a IoT (*Internet of Things*). Para tal, é determinante que a produção agrícola seja melhorada pela formação dos seus colaboradores, quer no ensino profissional, quer no ensino superior, potenciando o que de melhor já fazemos em Portugal, como o que de melhor se faz internacionalmente, criando um Pólo de Inovação para a área Agrícola que, efetivamente, contribua para aumentar a produção e a eficiência das explorações agrícolas, compatibilizando esse aumento com a eficiência energética e o respeito pelo futuro do planeta.

Por outro lado, para o PSD, a água é determinante para a competitividade e modernização da agricultura, e a agricultura é absolutamente fundamental para o País. A importância do regadio é económica, social e ambiental. O regadio e o armazenamento de água são decisivos para a sustentabilidade das explorações agrícolas e para a resiliência da agricultura na região e no país, sendo a forma mais eficaz de responder aos desafios da segurança alimentar, da emergência climática e contribuindo para o desenvolvimento económico e coesão territorial. O investimento em infraestruturas para armazenamento de água não pode continuar a ser adiado. A capacidade de Portugal para reter água disponível é de apenas 20%. Facto deveras preocupante se se tiver em linha de conta as previsões de redução significativa das afluências médias anuais, fruto das alterações climáticas.

Só através do aumento da produção e da eficiência das explorações agrícolas, da otimização de processos produtivos, do aumento da sustentabilidade energética e ambiental, com especial

recurso à tecnologia, será possível responder aos desafios das próximas décadas e potenciar, por essa via, o crescimento do nosso País.

Considerando este contexto, a **Assembleia Distrital de Santarém** propõe **criar em Santarém uma “Silicon Valley” (Pólo de Inovação) na área da agricultura e do desenvolvimento agroalimentar, com forte aposta no agro-tech, garantindo, entre outras, as seguintes condições:**

- **Apostar na investigação e desenvolvimento, com a criação de um Centro de Excelência para a Agricultura e a Agroindústria na estação Zootécnica** – aposta na I&D para aumentar a qualidade e produtividade da agricultura e agroalimentar em Portugal. *(projeto para o qual o INIAV já teve fundos comunitários perdidos por falta de execução!).*
- **Promover a criação de sinergias entre a Escola Superior Agrária de Santarém e outras instituições do ensino superior na área da agronomia, veterinária e tecnologia,** aplicada ao setor agrícola, fomentando o projeto de colaboração e a criação de incubadoras de empresas especializadas no setor agrícola.
- **Simbolicamente, trazer o Ministério da Agricultura para Santarém, aproximando esse Ministério dos Agricultores.**
- Promover uma forte aposta no **apoio à internacionalização do setor e à expansão dos grandes eventos,** como a **Feira Nacional de Agricultura** ou a **Agroglobal.**
- **Apoiar o crescimento das empresas do setor agroalimentar da região e a atração de mais empresas de transformação de produtos agrícolas, com incentivos fiscais à sua**

fixação na região, à qualificação dos seus recursos humanos e às complementaridades entre empresas do setor, ou de serviços de apoio associados.

- **Contribuir para o reforço da sustentabilidade ambiental do regadio,** com a compatibilização do ordenamento do território e conservação da natureza com a expansão das áreas de regadio, **garantindo o aumento da capacidade de armazenamento de água e de regularização interanual.**
- **Incentivar a melhores práticas de rega e modernização das infraestruturas de regadio existentes, apostando em equipamentos de rega de precisão de alta tecnologia.**
- **Incentivar a instalação de energias renováveis nos aproveitamentos hidroagrícolas e nas explorações agrícolas com instalações de rega.**

Golegã, 30 de Maio de 2022



PROPOSTA TEMÁTICA

B

MEMORANDO ALGARVE

1º SUBSCRITOR:

CPD FARO

PROPOSTA TEMÁTICA
da
Assembleia Distrital de Faro
apresentada ao
40º Congresso do PSD
A realizar-se no dia 1,2 e 3 de Julho de 2022

Denominação: MEMORANDO ALGARVE

Proposta aprovada em sede se Assembleia Distrital de Faro, no dia 3 de junho de 2022, em Quarteira, por unanimidade e aclamação.

XL CONGRESSO PSD

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

MEMORANDO ALGARVE**CONSIDERAÇÕES GERAIS:**

Após um período em que a região do Algarve foi a que registou mais robusto crescimento, designadamente entre 2014 e 2019, a emergência da pandemia conduziu a que, a exemplo do sucedido na crise das dívidas soberanas, a região sofresse sensíveis perdas de riqueza. A título ilustrativo, cabe assinalar que em 2020 verificou-se uma quebra histórica na ordem dos 16,7 %, cerca do dobro da média nacional para o mesmo período. Serve a ocasião para assinalar que estes movimentos cíclicos ampliados são comuns e têm constituído um padrão que se tem vindo a agudizar no corrente século. É claro por isso que a pandemia COVID-19 colocou o Algarve – como nenhuma outra região no país - em posição extremamente vulnerável do ponto de vista económico e social, por se tratar de uma região cuja economia depende essencialmente do turismo e atividades conexas.

O setor turístico e atividades conexas registaram perdas brutais e a expectativa é que demorará anos até que o setor do turismo no Algarve recupere totalmente.

Estas atividades representam 40% do emprego e mais de 60 % do VAB regional, o que traduz uma importância que se comunica a outras atividades, muitas das quais só existem com base na procura turística ou em função dela.

O impacto assimétrico da crise pandémica nos diferentes setores e regiões, é reconhecido pelo Governo, que não só anunciou um «programa específico para a região do Algarve» com uma dotação de 300 milhões de euros, na área da Coesão, com o objetivo de «apoiar a diversificação da economia, melhorar infraestruturas e fazer investimentos necessários no setor da saúde», como também, destacou no Programa Nacional de Reformas para 2022, que os *“Os efeitos do choque causado pela pandemia afetaram de modo desigual as regiões do país e os setores económicos. O comércio, a hotelaria e a restauração, que representam mais de 10% do PIB, foram os setores mais afetados, assim como as regiões do Algarve e as ilhas da Madeira e dos Açores.”*

E esta situação, está bem refletida em todos os dados estatísticos. Em 2020, o Algarve registou a terceira maior taxa de pobreza do país, logo a seguir às regiões autónomas da Madeira e dos Açores e ao Norte. E a segunda maior taxa de privação material severa do país, com 6,5%, ficando apenas à frente as regiões autónomas. E isto, com referência aos rendimentos de 2019, ou seja, pré-pandemia (Fonte: ICOR, 2020).

Constata-se que, em 2019, de acordo com o INE o Algarve foi a região que registou um maior crescimento do PIB: 2,6% em comparação com a média nacional de 2,2%. Nos anos anteriores

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

não foi substancialmente diferente, apenas que a discrepância entre o Algarve e o resto do país foi mais impressiva, significando sempre mais entre 1.5 e 3 p.p. do PIB. A questão fundamental é que quando a economia decresce, o Algarve capitula, mergulhando em severas recessões que destroem expectativas, transformam ricos e remediados em pobres e produzem um sentimento de angústia e desespero que convida a uma expressão. Atente-se que, mais longinquamente, em 2009, o país sofreu uma recessão de 3 %, o Algarve de 6 %, pois por força de encontrar esmagadoramente dependente de uma atividade económica, a qual tem um consumo muito elástico e cuja evolução se encontra subordinada a factores exógenos, qualquer vicissitude de estrutura o tecido económico e social da região, com aumentos de desemprego rapidíssimos, falências record e a impossibilidade de reter os quadros mais qualificados.

Nos últimos anos a região conseguiu passar de campeã do desemprego – o qual roçou os 20% - a uma das campeãs do emprego, regressando a aumentos homólogos de desemprego nos dois últimos anos, perspectivando-se nova retoma, que pode até ficar aquém do necessário em razão das dificuldades de recrutamento de mão-de-obra que se fazem sentir no sector do turismo, comércio e serviços. Este emprego é sazonal, de baixas qualificações e, por isso, quando há aumento do emprego o salário médio reduz-se, bem como o rendimento disponível, pois são sobretudo salários baixos. Precisa, por isso, de criar uma economia mais diversificada a qual também valorize a qualidade da oferta turística e a sua polivalência, de modo a atenuar a sazonalidade. Precisa, nesse sentido, de criar uma economia em rede, dominando as cadeias de valor e aproveitando os seus recursos endógenos, os quais devem robustecer a actividade principal, funcionando em conexão, e, desse modo, terem espaço no panorama regional. Nesse registo, devem constituir-se como prioridade a nova economia do mar, energias limpas – temos a maior exposição solar da europa, nómadas digitais e IT, a fileira agro-florestal e a cultura – estes dois sectores em complementaridade e também pelo seu valor autónomo. Os fundos comunitários devem promover essa aceleração e as regras que os disciplinam devem garantir que não quase exclusivamente drenados para a actividade turística *stricto sensu*. O Algarve precisa de mais qualidade, não só no turismo.

A dificuldade que atravessamos e as lições que os últimos anos, os bons e os maus, nos ministraram, deve ser uma oportunidade para reposicionar o Algarve junto de mais mercados emissores e de transformar a economia. Cerca de 2/3 da economia regional depende do turismo, deve ser assinalado que o alojamento local – permitindo a legalização de registos que já existiam – contribui para a melhoria da qualidade, cumprimento das regras fiscais e criação de valor, e, por isso, a recente decisão do Supremo Tribunal de Justiça que o faz perigar é um importante revés que deve ser colmatado.

TEMAS SECTORIAIS**SAÚDE:**

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

A concretização de um novo Hospital Central do Algarve constitui uma incontroversa necessidade para a região. Incontroversa porque, desde 2003, todos os governos, sem excepção, partidos, deputados, autarcas, ordens, sindicatos, entre outros, sublinharam que se trata de uma infraestrutura fundamental. Necessidade, porque o Algarve carece de uma infraestrutura hospitalar moderna que providencie maior diferenciação dos cuidados médicos e que promova a fixação de recursos humanos na região. Trata-se não apenas de um imperativo social, como também económico, o qual se enquadra em qualquer pensamento fundamentado sobre o futuro da região.

Em 2003, por iniciativa do Governo PSD foi assinado um protocolo para fazer avançar o novo hospital.

Em 2005, o Governo em funções encomendou um estudo à Escola de Gestão do Porto, liderado pelo Prof. Doutor Daniel Bessa, para proceder ao ordenamento das prioridades da construção de novas unidades hospitalares. Desse estudo, o qual ponderava um vasto leque de parâmetros, os quais compreendiam custos, acessibilidades, qualidade da oferta, entre outros, o Hospital Central do Algarve ficou classificado em 2.º lugar, tendo essa lista sido homologada pelo Despacho 12891/2006. Já antes, em 2003, tinha sido celebrado um acordo estratégico que definia o Parque das Cidades como a localização adequada para a unidade.

Após este compromisso, foi aprovado, em 2007, o perfil assistencial e a dimensão do novo Hospital do Algarve, tendo-se registado no ano seguinte a abertura dos procedimentos concursais e a apresentação pública, lançamento da primeira-pedra, a qual contou com a presença do então Primeiro – Ministro.

Foram ainda abertas negociações com consórcios qualificados, mas o processo não conheceu avanços, tendo ficado parado desde 2009.

Em 2011, o Governo suspendeu os hospitais previstos, em observância da regra constante no Memorando de Entendimento de Assistência Financeira, no qual o Estado estava obrigado a reavaliar todas as grandes obras públicas. Foi assim com todas as infraestruturas previstas.

No Orçamento de Estado de 2017, o Governo previu lançar uma nova geração de hospitais: Hospital de Todos os Santos (Lisboa), Seixal e Évora. Estes hospitais estavam classificados em 1.º, 3.º e 4.º lugares, respectivamente, no estudo técnico de 2006. Apenas o novo Hospital Central do Algarve – o qual estava classificado em 2.º - não avançou, tendo o ex-Ministro da Saúde proferido declarações no sentido de remeter a sua realização para data posterior a 2019, não obstante não ter dado qualquer justificação para a decisão de excluir o novo Hospital do Algarve da lista de prioridades, após ter sido repetidamente interpelado na Assembleia da República, tal qual a sua sucessora.

A par disso:

- Têm sido tornados públicos um conjunto de episódios, progressivamente mais recorrentes, que dão conta de mais falhas no SNS no Algarve.

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

- Os partidos que apoiam o Governo manifestaram-se em 2012 – ano da criação e desde aí com igual veemência – radicalmente contra a opção de fusão dos hospitais de Faro, Portimão e Lagos, que constituem o Centro Hospitalar do Algarve. Nada fizeram.

Este adiamento – referente ao Hospital - é lesivo porque:

- Desconsidera a importância de um novo hospital para atrair e fixar recursos humanos, em particular médicos de especialidades de que a região padece de modo crónico, ortopedistas, anestesistas, etc;
- Ignora a importância de responder a um acelerado crescimento demográfico e a uma notória evolução turística, a qual pondera cada vez mais factores como a segurança e os cuidados de saúde disponíveis;
- Desvaloriza a obrigação de oferecer uma maior diferenciação dos serviços clínicos prestados e, por isso, coloca a região perante uma maior dependência de outros hospitais, designadamente situados em Lisboa. Os doentes devem poder ser tratados na região;
- Contraria a aposta do ensino de medicina na Universidade do Algarve, o qual carece de um centro académico de excelência que fortaleça as condições do ensino e desenvolvimento da investigação. Não deixa, por isso, de ser paradoxal anunciar-se um centro de investigação – foi o que o Ministro fez em março - e não se apostar nas infraestruturas capazes de o realizar;
- O Hospital Central do Algarve é um pressuposto para o reforço da dinâmica económica e social da região, a qual o encara como elemento inultrapassável para a realização das suas opções presentes e futuras.
- Os parâmetros de medição dos cuidados de saúde do Centro Hospitalar do Algarve têm-se vindo a ressentir ano após ano, atingindo patamares baixos, a saber, segundo os dados oficiais:
 1. O segundo mais alto índice de mortalidade dos 40 hospitais do país;
 2. Um dos piores índices de demora média do país;
 3. Uma das piores percentagens de reinternamento no prazo de 30 dias ;
 4. Uma hemorragia da saúde na região- que é crónica- mas não tem fim. Os principais indicadores têm vindo a depauperar-se. Por exemplo, em 2017, as queixas de utentes dispararam 103 % no Algarve e 19 % a nível nacional;
 5. Por força desse aumento de queixas, o Hospital de Faro passou a ser o 2.º a nível nacional com mais queixas e os centro de saúde de Portimão, Albufeira e Faro, são, respectivamente, o 1.º, 3.º e 8º , quando antes não constavam no top 10.
 6. Resulta claro que se registam mais casos de utentes que são transportados para fora da região para terem acesso aos cuidados que necessitam. Ora, em muitos casos, tal

XL CONGRESSO PSD

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

colide com a urgência da intervenção, pois as janelas terapêuticas não se compadecem com esse tempo de espera.

Não basta cingir a discussão a modelos de gestão, isso é condição necessária, porém não suficiente, o que não quer dizer que estes modelos não devam ser avaliados e, se necessário, corrigidos e aperfeiçoados. Todavia, ainda que exemplar seja o modelo ou os seus protagonistas, tal jamais será suficiente para atingir as finalidades de valorização do SNS quando não coexistam os recursos humanos indispensáveis para a realização dessas tarefas. Temos que ter respostas para como fixar médicos no Algarve, não basta abrir concursos pois ficam desertos. Esta é uma questão essencial em todo o país!

Importa, isso sim, corrigir a situação e oferecer melhores cuidados de saúde aos algarvios, os quais têm que ser tratados no Algarve, carecem de um hospital central e necessitam de mais recursos humanos para esse fim. E, nesse sentido, impõe-se que o Estado pondere todas as opções para colocar cobro a esta incapacidade de colocar os médicos onde são necessários. O serviço público não pode ser prejudicado por essas opções, pelo que, em último recurso, deve-se lançar mão de mecanismos para suprir estas assimetrias que se apresentam seriamente lesivas do exercício do direito à saúde. Ou se aumenta as retribuições a todos os que prestam serviço público em zonas com baixo índices de médicos e também em funções das especialidades, ou então, em último ratio, tem que ponderar a obrigatoriedade de fixação, a exemplo de outras profissões logo no início da carreira.

PORTOS DO ALGARVE:

Os Portos têm que ter um papel preponderante para o Algarve. Portimão canalizado para a indústria de cruzeiros, deu passos importantes, mas ainda se encontra subaproveitado. Carece de dragagens, alargamento da bacia de manobra e aumento do cais de desembarque, o qual neste momento exclui os navios cruzeiro de maiores dimensões. Este investimento também esteve previsto no PETI 3, a par do Porto de Faro, o qual se deseja que venha a ser reconvertido para recreio. Por cada tripulante ou passageiro que desembarca dá-se uma injeção na economia na ordem dos 100 euros. O algarve tem condições de passar de 50000 para pelo menos o dobro, fortalecer a ligação com Lisboa, Matosinhos e Cadiz e aproveitar o crescimento exponencial deste sector. Os portos de pesca têm tido melhorias e podemos dizer genericamente que as condições melhoraram ao longo dos últimos anos no que a infra-estruturas portuárias de pesca se refere, não obstante ainda se registarem necessidades imperiosas de melhoria, casos de Sagres e Quarteira, entre outros.

O problema é que o governo anda há 6 anos a assumir que a intervenção do Porto de Portimão – a qual se estima em mais de 20 milhões – vai avançar, mas nunca mais avança. Entretanto, num processo inovador (?), foi transferida a gestão dos portos do Algarve (excepto os de pesca)

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

para a AMAL, em articulação com o Porto de Sines e DocaPesca, em modelo que ficaria definido em 90 dias e que caducou por nada se ter feito!

As marítimo-turísticas estão a crescer, a aquacultura tem algum volume de investimento e condições favoráveis de desenvolvimento – muito do qual já dá frutos, a Universidade do Algarve tem feito um trabalho notável na investigação neste domínio o que permite que nasçam no seu seio iniciativas de ponta, que criam emprego muito qualificado, criam um cluster de vanguarda e abrem excelentes perspectivas para o futuro.

É necessário mais postos de amarração para reforçar a náutica de recreio porque é possível cativar embarcações de cidadãos de outros países, e a jusante recuperar a manutenção e construção naval de pequena-média dimensão, forjando uma economia que seja suportada também pelos serviços marítimos. Deve-se, a par disso, começar a ensaiar soluções, designadamente na Ria Formosa e Ria de Alvor, de motorização elétrica, definindo capacidades de carga do ecossistema e, desse modo, avançado na preservação do meio ambiente e no reforço de uma gama de inovação tecnológica.

HABITAÇÃO

A habitação é uma das principais chagas da região. O fenómeno de inflação turística projeta-se de modo implacável sobre as opções de habitação de quem deseja sediar-se no Algarve. A escassez de médicos, professores – mais de 5000 alunos com pelo menos uma disciplina em falta – e mão-de-obra em geral, são em alguma medida explicada pela escassez da oferta de habitação, a qual mais se acentuou com a falência de muitas empresas que à área se dedicavam no decurso da crise de 2009. O programa arrendamento acessível falhou rotundamente na região, não tendo sequer sido celebrado um único contrato. Importa rever o regime jurídico do arrendamento, mas sobretudo rever PDM'S de forma expedita e encontrar fórmulas de associação com os privados de modo a tornar a habitação mais acessível. Por outro lado, o Algarve tem 200 mil segundas habitações e, por isso, um caminho muito importante a fazer na legalização e melhoria da oferta.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO:

A ligação ao Aeroporto de Faro estava prevista no PETI 3+, o Governo abandonou-a até 2017 e agora rerepresenta-a no PNI 2030. A electrificação está em andamento, 32,1 milhões do troço Tunes-Lagos e Faro- VRSA, embora não se saiba quando estarão as obras concluídas. Segundo a informação do Governo estaria concluída em 2020. Todos os calendários estão em atraso. Hoje, a viagem entre VRSA e Lagos chega a demorar perto de 3 horas. Estas obras correspondem a um investimento relevante para reforçar as condições de mobilidade da região. A par disso, o material circulante está obsoleto e colocam-se importantes questões sobre a adequação do traçado às dinâmicas populacionais e económicas regionais. A ligação ao Aeroporto, no quadro

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

da intervenção que se postula, não deve ser descurada. Em 2019, último ano em que foi possível obter dados, só na Linha do Algarve registaram-se perto de 1000 supressões de comboios.

EN-125:

Em 2009, quando foi lançada a subconcessão da EN-125, o Governo acordou com o concessionário pagamentos contingentes, pagamentos esses que não constavam no pedido de visto prévio submetido à apreciação do Tribunal de Contas. Uma fraude que demonstra como as decisões têm efeitos a longo prazo. Agora, o Estado já está a indemnizar o privado sem que a obra entre Olhão e VRSA tenha sequer sido iniciada. É imperioso que a obra avance para derrotar a sinistralidade rodoviária e oferecer melhores condições de mobilidade a uma sub-região em que essa via se constitui como uma das artérias estruturantes de ligação entre si e ao resto do algarve.

VIA DO INFANTE

Em 2012, após a entrada em vigor da aplicação de portagens, as mesmas foram reduzidas em 15 %. O PS, à época e em eleições sucessivas, prometeu uma redução de 50 por cento, o BE e o PCP a abolição. A soma dos três fez 15 %. Em 2020, o PSD viu a sua proposta de redução de 50 % ser aprovada. Sucede que o Governo revogou os descontos anteriores e, por isso, a redução nas ex-SCUT veio a ser de 30 %.

Lisboa recebe 70 milhões no PART, o Algarve menos de 1. Não é possível sem rede de transportes públicos assegurar a mobilidade e a descarbonização, o que é ideal, mas onde não se pode assegurar a descarbonização deve-se assegurar a mobilidade. Isso no Algarve, traduz-se na redução das portagens, na eletrificação total da linha ferroviária e na preparação e lançamento da ligação ao aeroporto de Faro, no âmbito dos investimentos a realizar até 2030, bem como a extensão da linha até Sagres, a qual deve ser equacionada.

FUNDOS COMUNITÁRIOS:

O Algarve é região de transição, por isso não pode beneficiar de um conjunto de fundos comunitários, designadamente os de cariz social. Há muitos exemplos disso. O Governo, na maioria dos casos, não se faz substituir a essa impossibilidade da região, desprotegendo-a. O Governo afirma ter assegurado um pacote adicional de 300 milhões, mas pouco se sabe a esse respeito. No caso do Algarve a região de transição é ainda mais injusta, pois radica num efeito estatístico largamente assente no turismo. Em face da permeabilidade aos ciclos económicos – acima retratada – estes fundos podiam ser uma almofada indispensável de modo a que fosse possível responder às dificuldades ampliadas que as recessões sempre trazem. Compromisso: nos casos em que faça sentido, deve-se assegurar que o orçamento assume esses programas para a região, o que se afigura residual do ponto de vista orçamental.

XL CONGRESSO PSD

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

DESAFIOS SOCIAIS:

A par disto, no atual contexto, em que, a nível económico e social, o Algarve ainda está a recuperar da crise pandémica, marcado pela incerteza das perspetivas económicas, causado pela guerra na Ucrânia, que lança a nossa economia, para um período que é, em simultâneo, de estagnação económica e de aceleração dos preços, os problemas estruturais ganham maior dimensão e impõe uma intervenção urgente dos decisores políticos.

Hoje mais do que nunca, o Algarve enfrenta vários desafios a nível a nível demográfico, coesão social e territorial, dignificação e qualificação do trabalho e riscos sociais, corroborados no projeto do Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Algarve 2022-2027, dos quais se destacam:

- Desafios Demográficos:

- a) Despovoamento de alguns concelhos e freguesias da região;
- b) Envelhecimento populacional com perda contínua de população jovem;
- c) Isolamento social e físico/geográfico de pessoas idosas;
- d) Condições de vida (de trabalho e habitação) precárias em alguns grupos de pessoas imigrantes.

- Desafios Coesão social e territorial:

- a) Desajustamento entre a oferta de habitação e as necessidades da procura com consequências, nomeadamente, na fixação de mão-de-obra;
- b) Dificuldades na mobilidade interurbana com particular destaque para a mobilidade entre os territórios de baixa densidade e o litoral, promovendo um maior isolamento dos primeiros;
- c) Deficit de condições para a autonomia, participação e inclusão social das pessoas idosas e de pessoas com deficiências ou com incapacidades;

- Qualificação de pessoas, organizações e territórios:

- a) Mercado de emprego muito sazonal, com peso significativo das relações laborais precárias e de baixo salário que não incentiva uma cultura de aprendizagem ao longo da vida;
- b) Desadequação de algumas das respostas e serviços prestados face às atuais (e futuras) necessidades das pessoas mais velhas e aos novos perfis do envelhecimento

XL CONGRESSO PSD

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

- c) Lacunas na cobertura das respostas sociais, sobretudo ao nível das ERPI, Creches e Serviços de Apoio Domiciliário (SAD);
- d) Falta de preparação de profissionais para problemas específicos na área do envelhecimento, nomeadamente problemas do foro mental;
- e) Escassez de recursos na área da saúde mental;
- f) Ausência de respostas que promovam o descanso das pessoas cuidadoras de outras com deficiência ou incapacidades;

- Riscos sociais e ambientais

- a) Carência de respostas ao nível da saúde mental infantil;
- b) Grande vulnerabilidade à pobreza de famílias com crianças;
- c) Existência de grande volume processual nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens;
- d) Dificuldade na autonomia dos jovens no seu processo de transição para a idade adulta, particularmente entre os jovens em acolhimento institucional;
- e) Conjuntura favorável a um aumento do número de pessoas em situação de sem-abrigo;
- f) Necessidade de uma intervenção de proximidade junto das situações de maior vulnerabilidade em caso de risco social e ambiental.

- Cidadania e igualdade:

- a) Persistência de assimetrias de género em vários domínios da vida na sua dimensão pública e privada;
- b) Persistência de preconceitos e discriminação em relação à orientação sexual;
- c) Insuficiência de práticas de promoção da participação social de crianças e de pessoas idosas.

ÁGUA E SECA:

Há seca em todo o país, mas no Algarve a situação está a atingir níveis alarmantes. No futuro, com a intensificação das alterações climáticas, os riscos aumentam para o abastecimento das populações e ameaçam a agricultura e o turismo. Mas nada disto é novo.

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

Para o governo, o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve que foi apregoado como a salvação, após anos de atraso, não está a ser executado e há sempre desculpas para não se concretizarem projetos e ações.

A Agência Portuguesa do Ambiente foi autorizada a proceder à reprogramação dos encargos relativos às intervenções prioritárias do Plano de Eficiência Hídrica do Algarve, através da Portaria 347 publicada no Diário da República de 18 de fevereiro de 2022.

O Orçamento do Estado é vago, referindo um investimento previsto de 28 milhões de euros para o Algarve, Alentejo e Madeira, destinado à de gestão hídrica.

Entretanto, aproxima-se o verão, a época de maiores consumos, com menos água do que tínhamos a 30 de Setembro.

Segundo os dados apresentados, que datam de 9 de Maio, a barragem com maior volume de água é a do Funcho (67,8%). Segue-se Odeleite (Castro Marim), que está a 57,2% da sua capacidade.

A barragem de Odelouca, em Silves, que é a maior do Algarve tem uma disponibilidade de 46,3%, enquanto a do Beliche (Castro Marim) está com 49,5%, enquanto Barragem do Arade apresenta 44,4% da sua capacidade, sendo que a situação mais preocupante continua a ser a Bravura, em Lagos, com uma disponibilidade de 15,2%.

Nessa barragem, só há água atualmente para o abastecimento público e estão interditas as regas para o golfe e para a agricultura, com os consequentes prejuízos para a atividade turística e para os agricultores.

O Governo de maioria nada faz para evitar uma situação que se pode tornar catastrófica, e até ao momento desconhece-se qual é o novo calendário de execução do Plano de Eficiência Hídrica do Algarve, depois do mesmo ter sido adiado.

A água é um recurso natural limitado, um bem essencial para o Homem, para os ecossistemas, para fins agrícolas, para produção de eletricidade e um motor para a economia sendo atualmente um tema prioritário para a nossa região e para o nosso país

Neste contexto, o PSD defende a adoção de um conjunto integrado e alargado de medidas que visam a gestão adequada dos recursos hídricos existentes:

- Entre as soluções a adotar, o PSD defende a criação de mini bacias de retenção, para o máximo aproveitamento das águas pluviais.

- Em termos urbanos há que investir na reabilitação de condutas de abastecimento de água para diminuir as perdas de água, que chegam ao desperdício de 30% da água fornecida em alta, isto é já tratada para consumo humano.

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

- Criar sistemas de aproveitamento das águas das ETARS, e seu encaminhamento para utilização em lavagem de ruas e rega de jardins, campos de golfe e ainda para a agricultura.
- Iniciar as necessárias negociações com Espanha para a concretização do sistema de Transvase do Rio Guadiana com ligação do Pomarão à barragem de Odeleite.
- Realizar ações de sensibilização para estimular o uso eficiente da água por parte dos cidadãos, bem como o aproveitamento e reutilização de água da chuva e da água tratada, de forma regulamentada.

DESCENTRALIZAÇÃO / REGIONALIZAÇÃO:

As recentes declarações públicas do Sr. Presidente da República, aquando da sessão de encerramento do Congresso da ANMP, convocam o sentido de urgência do PSD, de modo a que se clarifique a sua posição a respeito desta matéria prevenindo um silêncio tacitamente concordante que oferece ao PS a prerrogativa de ditar o sentido e o alcance do processo de descentralização e, a seu tempo, os passos conducentes à regionalização. Nesse acordo tácito incluiu-se o processo de designação e escolha dos corpos dirigentes da CCDR e, para que tal não se repita nesta vaga de consolidação de entidades desconcentradas que o Governo anuncia, cabe ao PSD estudar, examinar, propor e não se conformar com os atos de terceiros que, mais tarde ou mais cedo, desaguam numa posição desfavorável do PSD apenas por preguiça e conforto próprio. Tal deve ser evitado. O referendo da regionalização vai ter lugar. O PSD tem que ter capacidade de moldar o seu objeto e de dar expressão sustentada à posição política que vier a defender, de acordo, não apenas com os princípios de aprofundamento da democracia e da boa gestão pública, mas em face de uma proposta concreta a que os portugueses se deverão pronunciar. O PSD tem o dever de preparar-se e, ao fazê-lo, de averiguar, se é possível a consecução de um qualquer modelo de regionalização sem que ao mesmo corresponda a eleição por voto direto e universal e se é possível, como os subscritores sustentam a, e como o Congresso assumiu em anteriores moções apresentada pelo PSD/Algarve, afastar as reservas de princípio no que concerne ao sentido de unidade do país, pulverização territorial e decisória, mecanismos de controlo e corrupção, que quem é desfavorável à regionalização – a qual está a avançar sem que tal seja assumido – aponta.

Ao PSD cabe marcar o compasso político nesta matéria. E, perante uma questão controversa, se necessário for, abrir um processo alargado de audição dos seus militantes, podendo até socorrer-se do instituto do referendo interno, de molde a fixar uma orientação global.



PROPOSTA TEMÁTICA

C

SAÚDE NO OESTE

1º SUBSCRITOR:

CPD LISBOA AO

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA

1

SAÚDE NO OESTE

**A ser presente ao Congresso do Partido Social
Democrata de 1, 2 e 3 de julho de 2022**



MOÇÃO DE ESTRATÉGIA

SAÚDE NO OESTE

2

A ser presente ao Congresso do Partido Social Democrata de 1, 2 e 3 de julho de 2022

ÍNDICE

3 1. A SITUAÇÃO DA SAÚDE NO OESTE

4 2. O QUE É URGENTE

6 3. O NOVO HOSPITAL

1. A SITUAÇÃO DA SAÚDE NO OESTE

A saúde no Oeste engloba o ACES Oeste Sul (214.134 utentes inscritos) e o ACES Oeste Norte (181.835 utentes inscritos), e parte do ACES Estuário do Tejo (54.081 utentes) num total de 450,050 utentes inscritos, ou seja, responde a uma população de mais de 460.000 habitantes, que se distribui entre parte do norte do Concelho de Mafra até ao Concelho de Alcobaça.

Como resposta aos cuidados primários de saúde existem diversas UCSP's, UCC's e USF's espalhadas pelos concelhos de Mafra, Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço, Cadaval, Lourinhã, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Peniche, Bombarral, Óbidos, Caldas da Rainha, Nazaré e Alcobaça.

Existem ainda 4 hospitais, repartidos por Torres Vedras, Peniche e Caldas da Rainha, e Vila Franca de Xira que dividem entre si as diversas valências na saúde, obrigando muitas vezes à circulação de doentes entre os diferentes hospitais referidos, de acordo com a condição específica a resolver (ex.: exames, intervenções cirúrgicas, etc).

Este é o cenário atual relativamente à organização dos Serviços de Saúde no Oeste, fortemente comprometido pela falta de médicos de família e outras especialidades/categorias profissionais, aliada à problemática relacionada com a degradação progressiva das atuais instalações hospitalares (não respeita a dignidade humana, de quem trata e de quem é tratado, que deve sempre existir na prestação de cuidados de saúde).

2. O QUE É URGENTE

Aprisionado ideologicamente, o Partido Socialista não consegue aceitar as propostas do PSD, nomeadamente no que respeita às soluções apresentadas para suprir a grave falta de médicos de família e restantes profissionais de saúde, classificando atualmente a situação como “caótica”, no que respeita aos cuidados de saúde primários, assistindo a uma contínua e progressiva degradação no Setor da Saúde da nossa região.

É urgente o governo atual VALORIZAR e MOTIVAR todos os profissionais de saúde, que dão o seu máximo diariamente em prol de um bem comum – servir e cuidar o melhor possível dos cidadãos.

No momento em que tal acontecer, com toda a certeza que os concursos públicos para admissão de novos profissionais de saúde NÃO ficarão “desertos”.

Apesar de o governo do PS não ver nisto uma urgência, consideramos imperativo rever, para todas as categorias profissionais, aspetos relacionados com a “PROGRESSÃO NAS CARREIRAS” e “CARREIRA SALARIAL”, tanto para os profissionais que fazem parte dos quadros, como para

todos aqueles que possuem contratos individuais de trabalho (CIT) e exercem, de igual forma, funções no setor público.

Para solucionar esta problemática, que assola não só a nossa região Oeste, como todo o país, o PSD propõe, em primeiro lugar, a adoção de medidas que vão de encontro à VALORIZAÇÃO e MOTIVAÇÃO dos diversos profissionais de saúde que já se encontram integrados no SNS, não só para que estes se sintam valorizados e não acabem por abandonar o setor público e passem a integrar o privado, como também para que os futuros concursos tenham resultados mais positivos e vantajosos para os cuidados de saúde prestado aos nossos utentes.

E porque estamos solidários a 100% com a nossa população, chegámos a propor, a curto prazo, a contratação de médicos ao setor privado, opção que embora seja economicamente mais desvantajosa e eventualmente prejudicial na qualidade de serviços prestados, contribuiria no imediato para a resolução deste problema.

Continuando a ignorar a nossa atual problemática, o Governo do PS poupa, assim, à custa da total ausência de respeitabilidade no que confere à saúde dos Portugueses, milhares de euros em exames complementares de diagnóstico e comparticipação de medicamentos, uma vez que os utentes não conseguem marcação de consulta.

Alguns cidadãos vêm o seu estado de saúde agravar-se rapidamente, porque mesmo que consigam obter

requisições para realização de exames, posteriormente deparam-se com as longas listas de espera existentes, para realização destes, no setor público, o que atrasa a tomada de decisão acerca do tratamento a seguir (muitas vezes acabam por recorrer ao setor privado).

Não conseguindo os utentes atendimento nos centros de saúde, em caso de necessidade e desespero, ficam os Serviços de Urgência “saturados/entupidos” com “falsas urgências”, tal como diariamente nos é transmitido nas televisões pelos Diretores Hospitalares e dos Serviços de Urgências. De salientar que, recentemente, encerraram as Urgências Pediátricas do Hospital de Torres Vedras, tomada de decisão que coloca em risco a Vida das nossas crianças da Área Oeste.

O atual governo tem vindo a contribuir para o aumento e exacerbação desta problemática, a qual consideramos uma “vergonha nacional”, que é preciso desmascarar e denunciar. Assistimos a uma progressiva e completa degradação do nosso SNS e, mais especificamente, neste caso, na área Oeste.

No nosso entender, é URGENTE resolver o problema da falta de médicos de família e restantes profissionais de saúde nos Centros de Saúde; é URGENTE rever os critérios de PROGRESSÃO NAS CARREIRAS e ACTUALIZAÇÃO SALARIAL de todas as categorias profissionais, independentemente de se pertencer ao quadro da instituição

ou ter um CIT e é URGENTE iniciar o procedimento de construção do novo hospital do Oeste, que sirva com toda a dignidade a nossa população.

Este não é só um problema do Oeste, este é um problema do país, é um problema que o Partido Socialista não só não consegue resolver, como também não se mostra aberto ao diálogo para que, em conjunto, se consiga obter uma solução.

O PS já não pode justificar a sua inércia com os partidos à esquerda e também não a pode justificar com o PSD, que apresenta soluções e que tem mostrado abertura para estabelecer “pactos de regime” na área da saúde.

3. O NOVO HOSPITAL

Há anos que o Oeste reclama um novo hospital para a região.

Trata-se de uma necessidade absoluta; é evidente não só a falta de condições dos atuais hospitais, como também a dificuldade na gestão de 3 unidades hospitalares; existência de duas urgências que implicam, frequentemente, transferência inter-hospitalar de doentes, consoante a necessidade específica de cada cidadão.

À boa maneira Socialista, empurrou-se mais uma vez o problema com a barriga, desta vez pedindo aos municípios do Oeste que elaborassem um estudo para o dimensionamento e localização do futuro hospital.

Propusemos ao Governo que incluísse no Orçamento de Estado para este ano, uma verba para iniciar o projeto de execução do novo Hospital do Oeste.

O que fez esta maioria do Partido Socialista?

Chumbou a proposta do PSD. Portanto é mentira que o PS queira construir qualquer hospital no Oeste.

Chamamos a isto falta de seriedade política, à semelhança do que este Governo Socialista tem vindo a fazer aos municípios, com a transferência de competências na área da saúde.

O Estado tem vindo a tornar os municípios em seus

“tarefeiros” e os Presidentes de Câmara em “diretores de departamento”, para gerir as limpezas e as entradas e saídas dos edifícios da Administração Central.

Uma vergonha consentida!

É efetivamente URGENTE iniciar a sério a construção do novo hospital do Oeste, obviamente em local central à região e de acesso direto à A8.

É URGENTE VALORIZAR e MOTIVAR todos os profissionais que integram o SNS.

Incluir os trabalhadores na gestão é fundamental para que, no dia a dia, reinventem os seus processos de trabalho e sejam AGENTES ATIVOS das mudanças no serviço de saúde.

O Partido Social Democrata não pode ser cúmplice de um Governo que mente aos Portugueses e não cumpre com as suas obrigações.

O Partido Social Democrata tem de se afirmar como a única e verdadeira alternativa à Governação Socialista, que vive em função dos índices de popularidade e não defende nem os interesses dos PORTUGUESES nem a sua SAÚDE.

Viva o PSD!

Viva o OESTE!

Viva PORTUGAL!





PROPOSTA TEMÁTICA

D

**OPERAÇÃO DISTRITO
DE SETÚBAL**

1º SUBSCRITOR:

CPD SETÚBAL

PSD – Operação Distrito de Setúbal

**Moção Temática a apresentar no
40º Congresso Nacional do PSD**

I. ENQUADRAMENTO

Congresso após congresso, os congressistas ou as estruturas eleitas do distrito de Setúbal, vêm apresentar uma Moção, ora sectorial, ora mais genérica ou regional, mas em todas elas, chamando a atenção para dois pormenores: que o PSD nunca teve um Presidente de Câmara no Distrito e que sempre que o PSD teve bons resultados no seu círculo eleitoral, o PSD ganhou essas eleições.

Pode mesmo dizer-se que existe um nexo de causalidade entre uma coisa e a outra. Mas isso discutiremos mais à frente.

Desafiamos o próximo líder do partido a integrar esta Moção nos seus objetivos. Mais, a integrar estes objetivos nas prioridades máximas do partido.

Desafiamos o líder do partido a olhar para Setúbal não como uma promessa, mas sim como uma das suas apostas.

II. SETÚBAL – UM DISTRITO DE ESQUERDA?

Em 6 maio 1974 nasce o nosso querido Partido Popular Democrático (PPD).

Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota apresentam aos portugueses os estatutos do PPD, um Partido de centro-esquerda, de cariz social-democrata, com base nos princípios da Liberdade, Igualdade e Solidariedade.

Este parágrafo lê-se na página oficial do partido e, sem entrarmos em questões pueris, que sabemos que muito têm prejudicado o partido, importante é que mais do que sermos um partido do centro, de direita, centro-direita ou centro-esquerda, a verdade é que o distrito é marcadamente de esquerda e, na visão quer da sua população, quer dos dirigentes políticos dos outros partidos, somos “empurrados” para a direita e habilmente culpados de todas as tensões sociais, desinvestimento, desorganização e atraso que grassa maioritariamente no distrito.

Temos tido “culpas próprias”. A seriedade crónica da forma de nos apresentarmos aos portugueses, de discutirmos os problemas, o primado do interesse público que sempre nos norteia em detrimento da promessa fácil, vã e inconsequente, postura que tanto nos orgulha, contrasta com a forma de fazer política do PS e do PCP, mais as suas coligações e afastou-nos das grandes bandeiras de quimeras que outros prometem, sabendo não poder cumprir – p. ex. a terceira travessia sobre o Tejo e o Hospital do Seixal.

Mas tivemos igualmente, noutros tempos, o TGV, o Aeroporto de Alcochete (não tanto o aeroporto, mas sim todo o projeto envolvente, com os diversos interfaces) e tantos outros projetos megalómanos apresentados pelo PS, logo reivindicados pelo PCP, e com o PSD numa posição de superior defesa dos interesses do Estado, mas inversamente numa posição incompreendida pelas populações, que veem, assim, o nosso Partido como o travão do desenvolvimento da região e dos seus próprios anseios.

Foi nesse contexto, de realismo e puro pragmatismo, ainda para mais depois da bancarrota socialista, que apresentámos ao país a solução do Aeroporto do Montijo, quase “chave na mão”, que o PS adiando sucessivamente a sua concretização, fez o País perder sete longos anos, com os resultados caóticos que se observam atualmente no aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa. E, só não é já pior, porque a pandemia atrasou todo o processo de crescimento do tráfego aéreo e da chegada de turistas ao nosso País. A decisão da construção do novo Aeroporto é fundamental para o desenvolvimento do distrito de Setúbal e do País.

Como demonstrado, os factos desmentem a narrativa do PS relativa à sua aposta no distrito de Setúbal, pois foi sempre com o PSD que o progresso do distrito se deu. A Ponte Vasco da Gama é da lavra do Governo do PSD do Prof. Cavaco Silva, assim como o Metro Sul do Tejo e o IC32, a tão criticada pela esquerda travessia de comboio pela Ponte 25 de Abril, por ter sido concessionada, tudo obras estruturantes que são marcos estruturantes no desenvolvimento do distrito.

A privatização da LISNAVE, da SETENAVE, a completa privatização destes estaleiros, juntando-se a Mitrena à Margueira, foram igualmente processos que tiveram uma forte oposição das “esquerdas” de então, que diabolizou todo

o processo, mas cujos resultados foram a estabilização das empresas, desenvolvimento, criação de emprego e muito maior paz social, ao contrário do que vinha acontecendo. Já para não falar na vinda da AUTOEUROPA para o distrito de Setúbal, o que tem contribuído para o aumento da riqueza na região e no País.

Mas, infelizmente o PSD não tem sabido capitalizar, porventura refém dos próprios mitos urbanos tantas vezes repetidos pelos responsáveis políticos da oposição e por um sentimento de adormecimento das populações.

Está na hora do PSD abraçar estas causas que são as causas das suas populações. Está na hora do PSD fazer lóbi, por todos os motivos – pelo País, na medida em que uma “*margem sul forte*” fortalecerá o País, aliviará a grande metrópole que é Lisboa e tornará forte o nosso Partido.

III. SINES E O SUL DO DISTRITO DE SETÚBAL – UMA OPORTUNIDADE A NÃO PERDER - APOSTA ESTRATÉGICA E DETERMINANTE A NÍVEL NACIONAL!

Por vezes o destino coloca-nos perante desafios e oportunidades únicas e imperdíveis. Esta é uma delas.

A aposta num novo *cluster* industrial para alavancar não só o desenvolvimento económico do Porto de Sines, mas também, o desenvolvimento e a prosperidade do sul do distrito de Setúbal e, de Portugal, deve ser um desígnio de extrema e vital importância, quer do ponto de vista distrital, quer nacional.

Como tal, a Zona Industrial e Logística de Sines deve ser alvo de novos e estruturantes investimentos em energias renováveis, com enfoque particular, para a produção de hidrogénio verde, bem como, do reforço do terminal de gás natural.

O abastecimento energético nacional e de parte das matérias-primas para a indústria transformadora em Portugal dependem das atividades de produção de energia elétrica, da refinação de petróleo e, da indústria petroquímica em Sines. O Complexo Portuário, Logístico, Industrial e Energético de Sines deve constituir uma localização privilegiada para captar para Portugal, investimentos da fileira da mobilidade verde: elétrica e hidrogénio.

Deste modo, o reforço do investimento em novas tecnologias sustentáveis nestes processos produtivos, na modernização das suas unidades industriais e, em infraestruturas de produção que utilizem fontes primárias de energia renováveis, como a eólica e o solar fotovoltaico, com o objetivo de Portugal conseguir reduzir as emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) para a atmosfera, sem com isso perder a forte componente de competitividade económica que Sines constitui, quer para o distrito, quer para o País.

Para consolidar estes investimentos na revitalização e prosperidade de Sines e, do Alentejo Litoral, deve ser feita uma aposta na digitalização da economia nacional, a instalação de um mega centro de dados na Zona Logística e Industrial de Sines (ZILS), que vise assegurar a tão desejada transição para a Indústria 4.0.

Finalmente, mas não menos importante, a criação, com base nestes investimentos, de um número significativo de postos de trabalho, para Sines e, a aposta na formação tecnológica e profissional dos novos recrutados para estas unidades industriais.

IV. QUADRO AUTÁRQUICO – A NOSSA GRANDE APOSTA

Em 12 de Dezembro de 1976 realizaram-se as primeiras eleições autárquicas livres.

Todos sabemos a história a partir dessa data. O PSD em Setúbal nunca ganhou uma Câmara Municipal.

De 1976 a 26 de setembro de 2021, quase meio século e não conquistámos nem uma Câmara Municipal. Na história dessas eleições, tivemos alguns bons resultados e alguns concelhos de base social, menos vincadamente de esquerda, sendo o Montijo o exemplo máximo, pelo que a aposta nesse concelho ganha uma importância ainda maior.

Nas últimas eleições autárquicas estivemos a 350 votos de conquistar a nossa primeira Câmara – a Câmara Municipal do Montijo. Mantemos o nosso candidato, autarca eleito naturalmente, para o qual se exige toda a ajuda, disponibilidade e meios, para fazer ganhar a autarquia, cujo presidente está impedido de se recandidatar em 2025.

Enquanto líder da oposição, aliás, como já o era há quatro anos, terá “palco” local e legitimidade, estatuto e oportunidade de se apresentar à sua população como uma alternativa credível, mas bem sabemos que é preciso mais – é preciso toda a população sentir que o seu próprio Partido está disponível para lhe dar todas as condições para que ele seja o próximo Presidente da Câmara.

Esse será um desígnio da nossa estrutura distrital, da próxima Comissão Política Distrital a ser eleita, mas naturalmente também de todo o partido, da Comissão Política Nacional e do próximo Presidente do partido.

Os meios, ao contrário do que se pode pensar, não se cingem apenas aos meios económicos, nem à disponibilização de estruturas de *outdoors* e outras formas de comunicação. Falamos de uma verdadeira aposta política – uma articulação com as definições políticas dos órgãos distritais e do próximo Presidente do Partido.

Mas sendo esta a aposta maior, não podemos deixar de olhar com particular atenção para todos os concelhos do distrito de Setúbal: Alcácer do Sal, Alcochete, Almada, Barreiro, Grândola, Moita, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra, Setúbal e Sines. Todos eles devem merecer um esforço nacional que potencie a votação no PSD e possa bipolarizar a disputa eleitoral entre o nosso Partido e o partido que está à frente dos destinos de cada uma destas autarquias.

V. NÚMERO DE ELEITORES EM SETÚBAL NO CONTEXTO NACIONAL

Mas a aposta no distrito de Setúbal, não pode ser apenas uma aposta autárquica, nomeadamente de ganhar a primeira Câmara Municipal de sempre. Esse será sempre um desígnio do Partido. Uma questão de honra. Um desafio que lançamos ao próximo líder, que tome nas suas mãos esse desafio e o transforme num desafio de todos nós.

Setúbal tem muito mais a dar ao Partido do que apenas um ou mais presidentes de Câmara que eventualmente venha a conquistar.

Dá-nos a ideia que o Partido nunca olhou devidamente para a importância da aposta em Setúbal que o PSD quase nunca trilhou e, quando o fez, teve sucesso.

Olhemos para os números.

O distrito de Setúbal é o quarto maior círculo eleitoral de Portugal, elege 18 deputados que representam atualmente os 745.669 eleitores recenseados localmente e tem perto de 900.000 habitantes. A dimensão do eleitorado a sul do Tejo é relevante para a definição dos equilíbrios políticos relacionados com o voto urbano, sobretudo no que diz respeito à Área Metropolitana de Lisboa e ao Conselho Metropolitano. Dos 13 municípios do distrito de Setúbal, 9 fazem parte da AML, o que representa metade dos membros da região e cerca de 27% dos habitantes, com cerca de 785 mil residentes.

Portugal tem 10.344.802 habitantes, o que significa que Setúbal representa 8,46% da sua população. Todavia, nas últimas eleições legislativas, apenas votaram 433 mil cidadãos, o que significa que, excecionando casos pontuais, 312 mil pessoas não quiseram pronunciar-se sobre os destinos políticos do País.

Dos 433 mil cidadãos que votaram, votaram PSD cerca de 70 mil eleitores, ou seja, 16% dos votos.

E aqui há que ser muito claro, com quase um milhão de habitantes o PSD terá de apostar “*todas as fichas*” no distrito de Setúbal se quiser conquistar o País. De outra forma, o PSD não ganhará o País se não ganhar Setúbal.

Num distrito com 13 municípios e 55 freguesias – as quais tenderão a aumentar caso haja a reposição das freguesias – o PSD distrital carece de outra atenção e meios por parte do PSD Nacional.

VI. MEIOS DISPONIBILIZADOS PELO PARTIDO ÀS ESTRUTURAS DO DISTRITO

É impossível fazer política séria com 30.000,00€ (trinta mil euros) anuais, os quais representam 1.666,00€/ano por deputado elegível e 0,04€ por cidadão apto ao exercício de voto.

Nem o distrito de Setúbal, nem o PSD, crescerão se o distrito não for olhado com outros olhos.

Mas para crescer, o PSD tem de se impor ao nível da militância e da simpatia dos que não se querem vincular ao partido. Neste distrito, os militantes do PSD só representam 0,23% do universo eleitoral.

São números bastantes para preocupar e compreender quão necessário é investir neste distrito. O PSD no distrito de Setúbal precisa de meios financeiros, de recursos humanos, maior e melhor comunicação, ser atrativo para as camadas jovens, para a meia-idade e para os mais idosos, para os pobres, para os remediados, para a classe média e rica, apresentando bandeiras as quais cubram todo o arco, das escolas à saúde, da segurança ao emprego, do desemprego à mobilidade, dos baixos salários à perda do poder de compra, da indústria aos trabalhadores, do patronato aos sindicatos... tudo faz parte do arco e o PSD tem de estar em todo o lado, representado em todos os lugares.

Não seria pior que o PSD profissionalizasse a comunicação para trabalhar este distrito, no sentido de aumentar a militância – e com ela as parcas receitas das secções – atraindo novos quadros, mais voluntários, maior capital humano.

Outrossim, aumentar o número de simpatizantes que não se querem filiar, comprometer, mas que são as pessoas que podem criar valor para o PSD no seu todo.

Apostar na comunicação é essencial. Apostar nas novas tecnologias e nos canais sociais do partido é fundamental. Apostar numa laranja que seja leve, menos burocrática, de linguagem acessível, simples, mas com compromisso, é imperioso.

Repensar o partido é olhar para o lado e perceber quão bem funcionou a imagem, a comunicação ou as bandeiras de outros adversários políticos. Ser humilde para perceber que os outros, nos últimos anos, trabalharam melhor que nós. O PSD nunca ganhou uma Câmara Municipal em Setúbal. Isso seria o suficiente para pensar este distrito com pinças. Sendo um partido de poder e dele afastado há muito tempo, é chegada a hora de o conquistar e para tal é imprescindível agarrar este distrito.

Mais de 300 mil pessoas não votaram. O PSD tem de lhes dizer a razão pela qual devem fazê-lo.

Nas últimas legislativas, o PS ganhou todos os concelhos do distrito e teve 10 deputados eleitos em 18, contra 3 do PSD. O PSD terá de ganhar concelhos e querer duplicar os deputados eleitos nas próximas legislativas. Para isso terá de trabalhar muito. Mas, além de trabalhar, é imperioso que quem trabalha tenha meios, recursos, para o fazer devidamente.

É hora de apostar em Setúbal, ganhar o distrito e Portugal.

Quantas vezes o líder do partido visitou Setúbal?

Quantas vezes o líder do partido realizou, com os deputados eleitos, visitas aos vários municípios deste distrito?

O PSD está obrigado a falar para o distrito de Setúbal e para os seus 900 mil atuais habitantes. O PSD está obrigado a conquistar o distrito de Setúbal se quiser o país. O PSD está obrigado a reinventar-se deste ciclo negativo e fazer o que não tem feito nos últimos anos.

Olhar para o distrito de Setúbal com outros olhos não é apenas uma obrigação, mas também uma necessidade.

Urge começar agora, neste momento, a derrogar os maus números. Vamos conquistar Câmaras Municipais, vamos conquistar militantes e simpatizantes, para depois conquistarmos o País.

O PSD deve pensar o ensino, a escolaridade, os licenciados, a saúde, a ausência de médicos no distrito, a ausência de salas de operação hospitalares no distrito, a ausência de camas de hospital no distrito, o aumento do número de centros de saúde e o regresso do SAP que o PS eliminou, perceber a razão da taxa de incidência do RSI e RMG ser maior na Península de Setúbal que em Lisboa e no País, a razão do valor médio de pensões por habitante ser superior a Lisboa, mas inferior ao resto do País, o facto da remuneração mensal ser inferior a Lisboa, as questões relacionadas com o desemprego, a criminalidade, o facto do poder de compra do distrito ser muito inferior ao de Lisboa, o facto da densidade empresarial do distrito ser inferior a Lisboa, o volume de negócios das empresas do distrito ser inferior ao do País e de Lisboa, o facto de uma região com tantos atributos naturais possuir menos turismo por habitante que Lisboa e o País e ter parca capacidade hoteleira, entre muitos e muitos outros problemas que devem, desde já, ser pensados.

VII. SETÚBAL – DISTRITO SOCIALMENTE PROBLEMÁTICO?

Ao distrito de Setúbal está associado este estereótipo. O dos problemas sociais.

Como referido anteriormente, o distrito de Setúbal concentra quase um milhão de pessoas. A sua realidade sociodemográfica não difere substancialmente da do resto do País. Há uma quebra demográfica, há um envelhecimento da população, há uma integração de comunidades migrantes ligeiramente mais acentuada do que em outros distritos, há um nível de qualificações ligeiramente abaixo do registo nacional.

A parte “*metropolitana*” do distrito caracteriza-se por uma mobilidade pendular de natureza ocupacional e estudantil muito acentuada. E este aspeto é relevante para o equilíbrio social da sua população.

A análise social de um território peca por defeito, se apenas relevar a dimensão da ação social, que emana das situações mais clássicas, que são as que se prendem com intervenção social direta e prestações pecuniárias.

Os tempos atuais reclamam que a análise seja reticular.

Não há desenvolvimento social sustentável se o mesmo não for feito de forma não assistencialista e menos mono sectorial, mesmo que capacitadora. O sector social é, mas não é só, o chamado terceiro sector e as instituições que o integram. Sem os outros sectores, a sociedade não evolui, o rendimento não se cria, o emprego não se gera, as qualificações não são necessárias.

Tomemos um exemplo: o turismo.

Setúbal tem uma costa que vai das praias da Costa da Caparica até ao litoral alentejano, tem Sesimbra, tem a Arrábida, tem Troia, tem toda a costa que se prolonga desde esta até ao distrito de Beja, até Odemira.

São quilómetros de praia, de praias diversas, com montanha, com ondulação, sem ondulação, mais cosmopolitas menos cosmopolitas. Uma diversidade rica. É o distrito português com maior capacidade de crescimento turístico.

Se assentarmos que Setúbal tem um enorme potencial turístico, o que é um facto, traduzível em ainda maior crescimento, podemos-nos interrogar “*socialmente*” de diferentes formas:

1. Como “*alimentar*” o crescimento turístico no plano da mão-de-obra?
2. Como criar um turismo sustentável?
3. Como criar um turismo diversificado, que, por exemplo, opere também em sectores como a saúde, o apoio a idosos, o apoio a pessoas com deficiência? Até como forma de diminuir a sazonalidade.

E é esta forma de olhar também para a intervenção social que é necessária.

A mesma não descarta o papel relevante das instituições sociais, da responsabilidade social empresarial, das políticas públicas sectoriais, mas destaca a intersecção que é fundamental. Se pretendemos estancar a perda demográfica, não podemos apenas subsidiar o nascimento de uma criança, pela via pecuniária, reduzir a prestação da creche ou do jardim infantil, temos que no quadro de políticas laborais incrementar novas formas de organização do trabalho que permitam aos pais terem mais tempo disponível para os filhos, entre muitos outros exemplos que poderíamos adiantar e que elucidam esta nossa vontade de abordar os problemas ou os desafios sociais.

E isso implica olhar para o social como um desafio de envolvente múltipla. Gerar emprego, gerar qualidade de vida, facilitar a mobilidade, pressionar a qualificação, encontrar novas formas de organização do trabalho, são vetores de uma política social inovadora e positiva, que não dispensa visões e intervenções clássicas, mas que vai para além destas.

O estereótipo do distrito socialmente problemático terá uma primeira linha de combate que é realizado pelo sector social clássico e pelo Estado responsável por essas áreas, seja central ou local, mas só se extinguirá quando o distrito de Setúbal mobilizar diferentes áreas e sectores que puxem pelo crescimento económico, pela qualidade de vida, generalizando-a, trazendo uma nova capacidade de integração da diversidade demográfica e cultural que o compõe.

VIII. PROJETO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO POLÍTICO PARA O DISTRITO DE SETÚBAL

I. O contexto regional

Conforme se referiu anteriormente, o distrito de setúbal é o quarto maior círculo eleitoral de Portugal, sendo que a dimensão do eleitorado a sul do Tejo é relevante para a definição dos equilíbrios políticos relacionados com o voto urbano.

Nas eleições autárquicas de 2009, pouco mais de 10 anos atrás, dos 13 municípios de Setúbal, 9 eram geridas pela CDU/PCP, e 3 eram geridas pelo PS. Nas últimas eleições autárquicas de 2021, a influência do PS subiu para 6 autarquias (5 são da AML), enquanto 7 ficaram em poder da CDU. Contudo, olhando para o número de votos, o PS passou a liderar a preferência dos eleitores a sul do Tejo obtendo 122,8 mil votos, contra 108,3 mil votos da CDU. Tendência confirmada nas recentes eleições legislativas, onde o PS obteve 198 mil votos (45% dos votos expressos) e acima de PSD (69,9 mil votos e 16,2% dos votos expressos) e da CDU, que se quedou pelos 43,5 mil votos (10,6% dos votos expressos) - em 2011 a CDU obteve 82,8 mil votos (19,6% dos votos expressos).

2. O contexto do Partido Social Democrata

Por outro lado, existe uma estrutural dificuldade do PSD em se impor nas eleições autárquicas no distrito de Setúbal, que fica patente na falta de conquistas de autarquias e que estará relacionada com os seguintes fatores:

1. Contexto ideológico do distrito, muito assente no controlo comunista da região durante décadas;
2. Falta de estrutura profissional do PSD, acentuada pela ausência de poder a nível regional, que limita a ação política entre os atos eleitorais;
3. Falta de capacidade financeira nos atos eleitorais face aos concorrentes para mediatizar os candidatos e competir pela vitória em concelhos urbanos relevantes.

Estas dificuldades são patentes, por exemplo, no diferencial de votos relevante que existe, sobretudo nas últimas décadas, entre os votos para atos eleitorais nacionais e eleições autárquicas. Em legislativas o PSD teve 22,5% em 2015 e 16% em 2022, e nas autárquicas teve 11,3% em 2017 e 9,7% em 2021, considerando os votos obtidos também nos concelhos onde concorreu em coligação.

3. A oportunidade política

A CDU tem vindo a registar um claro declínio acentuado e contínuo na última década em termos de eleitores, mandatos e influência nos municípios do distrito de Setúbal. Neste momento, controlam essencialmente municípios de média e pequena dimensão, e a sua influência para o voto urbano, decisivo para os equilíbrios do Conselho Metropolitano e para o círculo eleitoral relativo a eleições legislativas.

O campo está por isso “aberto” a novas alternativas políticas e o PSD não pode ficar ausente deste novo contexto eleitoral na maior área metropolitana do país, sob pena de condicionar futuramente a capacidade de vencer eleições a nível nacional. O círculo eleitoral de Setúbal elege 18 deputados, e o PSD (elegeu 3) tem à partida uma desvantagem de 7 deputados para o PS que elegeu 10 deputados.

Capitalizar esta oportunidade passa por construir e executar uma estratégia de implantação e desenvolvimento político do PSD no distrito que permita capturar e reter o talento político, ou seja Capital Humano, e afirmar uma alternativa autárquica a sul do Tejo que consiga reter e mobilizar eleitorado urbano, e começar a vencer a curto prazo autarquias no Distrito – e com isso construir a base de crescimento urbano do Partido a sul do Tejo.

O distrito de Setúbal está numa fase de transição, o nosso papel é acelerar essa transição para o PSD.

4. As linhas orientadoras de uma estratégia

As linhas ou vetores que devem conduzir a estratégia de implantação do Partido no distrito devem permitir debelar as fragilidades identificadas anteriormente e podem ser resumidas da seguinte forma:

- i. Implementar uma estrutura que permita combater o forte contexto ideológico de esquerda enraizado no distrito, promovendo uma estrutura regional (por exemplo ligada ao Instituto Francisco Sá Carneiro), que seja capaz de promover a social-democracia nas escolas ou associações, e quer seja um espaço de captura e formação de talentos junto da sociedade civil e simpatizantes independentes;
- ii. Criar condições financeiras e de serviços da estrutura distrital para produzir política local entre os atos eleitorais. Ou seja, trata-se de criar condições para que o partido possa fazer ações políticas durante 4 anos e afirmar-se como alternativa no distrito, e não apenas surgir no ano de eleições.
- iii. Ser forte nos atos eleitorais do distrito, nivelar e padronizar por cima as campanhas de todos os concelhos. Isto implica ter capacidade financeira para mediatizar candidatos e apostar nos municípios de elevada densidade populacional, que depois se repercute em bons resultados autárquicos e fidelização de eleitorado urbano.

5. Criar a Estrutura para vencer Setúbal

Nos dias que correm torna-se cada vez mais essencial ter estrutura profissionalizada na política. Em municípios onde o PSD tem já poder ou influência relevante, o Partido tem pessoas e meios que lhe permitam vencer ou continuar a vencer. Não é o caso ainda do distrito de Setúbal, e que pela relevância do distrito para o xadrez político da Área Metropolitana de Lisboa e do próprio país não pode continuar a ser ignorado. As recentes tendências mostram que a CDU está em declínio estrutural, e que o PS é a força política em acentuada ascensão. Ao PSD cabe construir a alternativa regional para poder começar a vencer e a bipolarizar o círculo eleitoral.

6. Propostas para a dinamização do PSD no distrito

Neste sentido devem ser implementados alguns projetos que permitam alcançar os objetivos propostos, e em linha com os vetores estratégicos apresentados anteriormente:

- I. Criação de um Instituto de políticas públicas locais para o distrito de Setúbal com ligação ao Instituto Francisco Sá Carneiro – é essencial criar uma estrutura que possa promover os valores sociais-democratas a nível local promovendo debates junto da sociedade civil, atraindo talento e ideias novas para o PSD. É também um espaço de intervenção para simpatizantes e independentes poderem interagir produzindo ideias e reflexões críticas sobre a sua autarquia e distrito. O PSD deve ter um papel de dinamização deste novo organismo, conferindo-lhe um corpo estatutário em linha com o que existe no IFSC. Deve ter capacidade de atuar em conjunto com os parceiros nacionais e europeus para promover colóquios, apoiar estudos sobre política regional e criar espaço de debate com a sociedade civil.
2. Criação do Gabinete de Expansão Distrital de Setúbal – o objetivo desta estrutura é centralizar o esforço de crescimento das capacidades infraestruturais e de capital humano, dentro do distrito de Setúbal. Alguns dos objetivos passam por:
 - a. Estratégia do conceito de “Espaço Laranja”, no que diz respeito aos espaços físicos das sedes concelhias, modernizando e uniformizando a imagem do partido, e criando espaços interativos e visíveis:
 - i. Projetar um modelo de sede concelhia que seja semelhante para todos os concelhos, que possam estar em zonas centrais que possibilitem que o PSD esteja próximo e visível;
 - ii. Identificar em conjunto com a estrutura local e em coordenação com a estrutura nacional a localização chave nos diversos concelhos.
 - iii. Criar um modelo de *project finance* que possibilite em 4 anos, que o Partido esteja presente em todos os concelhos do distrito.
 - b. Criação da rede de estrutura *outdoors* distrital mais ampla, que permita visibilidade em todo o distrito do posicionamento político local do PSD. Neste ponto é essencial que, em conjunto com a sede nacional, exista uma coordenação em termos de aquisição dos serviços necessários (ex. produção de *outdoors* e conceção) e que permita que no distrito se possam implementar diversas ações por ano – em linha com a estratégia de estar visível durante os 4 anos dos atos eleitorais autárquicos.
 - c. Militantes: angariação e retenção (inbound/outbound). Esta medida passa por implementar uma estratégia local, utilizando mecanismos de marketing modernos e interagindo com estrutura e bases

de dados nacional, para angariar novos militantes, recuperar antigos militantes e para tentar reter militantes que estejam por alguma razão a pensar desfiliar-se. Os últimos anos no PSD criaram entorses burocráticos excessivos para os cidadãos que se pretendem filiar no Partido ou que pretendem recuperar a sua militância ativa, o que urge corrigir.

3. Projeto de dados, sondagens e diagnóstico político local do distrito de Setúbal – o PSD necessita de poder munir as suas estruturas locais com diagnósticos credíveis sobre os concelhos do distrito de Setúbal para poder construir propostas de políticas públicas locais que possam ter sucesso eleitoral. E de atualizar estes relatórios, numa base regular mínima bianual. Aqui cabe a compilação de estatísticas públicas, sentimento das populações face ao desempenho da sua autarquia ou principais preocupações de cada município. São estudos que devem ser encomendados a entidades especializadas e obtidas com o apoio da estrutura nacional do PSD.
4. Projeto de comunicação, redes e imprensa – uma das grandes dificuldades do PSD a nível distrital está relacionado com a capacidade de comunicar, influenciar nos media nacionais as posições das estruturas locais do PSD em oposição às máquinas de propaganda das autarquias de esquerda, que normalmente conseguem obter maior projeção mediática fruto da posição de poder e orçamentos de comunicação elevados. Por outro lado, a afirmação de líderes locais também passa muito pelo espaço mediático que consigam obter para si, e hoje em dia, uma estratégia de competição pelo poder político passa desta forma pela necessidade de profissionalizar a comunicação no distrito, numa estratégia de duas frentes:
 - a. Amplificação da posição política do PSD,
 - b. Afirmação de futuros líderes locais do PSD.

A par da comunicação dos meios tradicionais, o PSD precisa de ter uma forma concertada e profissional de gerir os conteúdos digitais, nomeadamente nas redes sociais. A imagem e perceção deve ser uniforme pelo distrito, e não diferenciada consoante a capacidade local de cada concelha. Isto pressupõe um maior investimento e profissionalização da comunicação, permitindo que os atores políticos se possam concentrar no trabalho político.

IX. CONCLUSÕES

O PSD, apesar da coragem dos seus fundadores e do trabalho de inegável dedicação, abnegação e esforço ao longo destes anos, não tem conseguido obter no distrito de Setúbal os resultados condizentes com aquilo que é a sua implantação nacional e com a dedicação dos seus militantes e simpatizantes. Sem prejuízo da responsabilidade que nos assiste, na definição de uma estratégia para o nosso Partido na região, também o PSD a nível nacional, necessita de apostar no distrito de Setúbal, pois, só assim, poderemos almejar conquistar o poder autárquico e, assim, pôr em prática um conjunto de reformas que consigam colocar Setúbal num patamar de desenvolvimento diferente.

A alteração deste panorama depende muito do que o PSD possa fazer por este distrito. Por isso é fundamental que o PSD, a nível nacional, aposte definitiva e decisivamente nesta região, envolvendo todo o partido na alteração do panorama eleitoral em Setúbal.

O atual panorama político nacional e distrital pode constituir uma oportunidade para a nossa afirmação nas próximas eleições autárquicas. Para isso deve ser reforçado o apoio às estruturas partidárias locais, mas simultaneamente ter uma estratégia articulada para o distrito e desenvolvida por todas as estruturas partidárias: nacional, distrital e concelhia.

O PSD deve apresentar-se unido e coeso ao eleitorado, com um discurso claro e de esperança para este distrito. Deve assumir uma política para o distrito que vise reduzir e eliminar a distância que atualmente o separa dos indicadores de desenvolvimento do resto do País, tornando-o num distrito mais competitivo, com maior capacidade de crescimento endógeno, menos sujeito aos enormes sacrifícios que os períodos de recessão lhe impõem, contribuindo assim para que assuma o papel de relevo que pode e deve desempenhar no País e mesmo a nível internacional.

Mas, paralelamente, deve adotar uma aposta forte no distrito, assumida pelos vários níveis de decisão do partido, que reforce os nossos resultados eleitorais nas autárquicas de 2025, e que, simultaneamente, assuma estas eleições como o início de uma caminhada que terminará com a vitória nas eleições legislativas de 2026 e a eleição de Luís Montenegro como Primeiro-Ministro de Portugal.



PROPOSTA TEMÁTICA

E

**COOPERAÇÃO
TRANSFRONTEIRIÇA: UMA
VANTAGEM ESTRATÉGICA PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

1º SUBSCRITOR:

CPD VIANA DO CASTELO



**COMISSÃO POLÍTICA DISTRITAL
VIANA DO CASTELO**

Proposta Temática ao 40.º Congresso Nacional

**“COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA:
UMA VANTAGEM ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL”**

“Os caminhos abertos no 25 de abril têm de levar à rápida correção das desigualdades regionais. Eles têm de ser caminhos de liberdade, igualdade e justiça para todo um Povo e não só para uma capital doente já do seu próprio elephantismo”.

Francisco Sá Carneiro

“La posibilidad de una estrategia común ibérica y la necesidad de una mutua y ascendente colaboración entre los dos partidos, basadas en objetivos claros y precisos.”

Adolfo Suarez

I- Introdução

Um dos principais objetivos da presente moção temática da Distrital do PSD de Viana do Castelo ao 40.º Congresso Nacional do Partido Social Democrata passa pela demonstração da importância de se permitir um maior investimento na **Cooperação Transfronteiriça** para os territórios e populações com problemas de desenvolvimento comuns, reforçando a relevância da Cooperação institucional para os nossos territórios e a importância de uma cada vez mais forte cooperação político-partidária.

Foi pela mão de Francisco Sá Carneiro, então Presidente do Partido Popular Democrático, que se deram os primeiros passos na cooperação política com Espanha, nomeadamente com Adolfo Suarez, ex. Presidente do Governo espanhol e líder da Unión Social Demócrata Española.

Mais tarde, com os Governos liderados por Cavaco Silva, assistimos a uma convergência ibérica sem precedentes, estabelecendo-se formas díspares de cooperação e colaboração entre os dois Estados, tendo permitido uma multiplicação investimentos estruturais entre Portugal e Espanha, assim como assinatura de protocolos de cooperação entre todas as regiões transfronteiriças e a criação de Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças e Comunidades de Trabalho.

Sob liderança de Pedro Passos Coelho, foram reforçadas as relações com o Governo de Espanha liderado por Mariano Rajoy e cuja boa relação permitiu alcançar um novo paradigma nas relações bilaterais entre Portugal e Espanha, destacando-se aqui a cimeira Luso-Espanhola de 2014, que decorreu na cidade do Porto.

Num momento extremamente exigente para ambos os países, consolidou-se a importância e o compromisso de prosseguir no caminho das reformas como única garantia de crescimento sustentável e equilibrado, da criação de emprego e da prosperidade para os cidadãos, reforçando-se ainda a cooperação em matérias fundamentais como o aumento do investimento nos transportes ferroviários, o desenvolvimento do Mercado Ibérico do Gás, o Acordo bilateral em matéria de pescas, a afirmação do turismo enquanto elemento dinamizador da economia e gerador de emprego, o novo Tratado de Defesa assinado entre Portugal e Espanha que permite hoje aos dois países enfrentarem juntos fenómenos que colocam em causa a segurança nacional, assim como garantiu uma aposta conjunta na área da indústria de defesa, a cooperação transfronteiriça em matéria de bacias hidrológicas partilhadas, entre outros domínios de ação conjunta.

A importância dos processos de cooperação para o desenvolvimento dos territórios é assumida, na sua génese, pelo Partido Social Democrata como uma prioridade para o desenvolvimento do território

comunitário, na procura de uma maior integração e redução das disparidades económicas e sociais decorrentes da existência de fronteiras e dos obstáculos e efeitos barreira que estas provocam.

Com duas novas lideranças políticas do centro-direita ibérico, no Partido Social Democrata e no Partido Popular, com Luís Montenegro e Alberto Núñez Feijóo, respetivamente, julgamos que é possível relacionar, por um lado, o incremento dos processos de cooperação transfronteiriça e a consequente diminuição dos efeitos obstáculo, e por outro lado, o nível de desempenho político, seja possível construir uma estratégia comum de afirmação de uma agenda comum no centro-direita ibérica em matérias estruturais para Portugal e Espanha, sendo expectável que a cooperação transfronteiriça proporcione um debate mais eficaz sobre o desenvolvimento regional transfronteiriço com o Partido Popular de Espanha, nosso principal parceiro político e que integra, tal como o PSD, a família política do Partido Popular Europeu.

II – A cooperação transfronteiriça como resultado da integração europeia

Com a consolidação do processo de integração na União Europeia, a criação do Mercado Único e a consequente abolição das fronteiras dos Estados, procurou-se promover o desenvolvimento das relações entre os países vizinhos incrementando a cooperação transfronteiriça, no sentido de reforçar a convergência das regiões, reduzir as assimetrias regionais e fomentar o desenvolvimento socioeconómico das regiões visadas pelos programas de financiamento.²

A consolidação do projeto europeu e a sua forte aposta na cooperação transfronteiriça permitiu criar novas territorialidades. Contudo, permitiu igualmente evidenciar as dificuldades em compatibilizar modelos políticos territoriais de Estados distintos.

O caso de Portugal e Espanha é paradigmático: o peso simbólico e político que a fronteira teve, sobretudo até aos anos 80 do século XX, não impediu que, durante as últimas décadas, fossem surgindo estruturas de cooperação transfronteiriça a diferentes escalas e com diferentes desenvolvimentos, tendo como exemplo a cooperação hoje existente e consolidada entre a Galiza e o Norte de Portugal, nomeadamente no que ao distrito de Viana do castelo diz respeito.

Apesar das trinta cimeiras celebradas com as mais altas instâncias governamentais entre Portugal e Espanha se traduzirem em resultados bastantes positivos, as políticas de aproximação e de colaboração, numa primeira fase, foram protagonizadas por responsáveis públicos regionais e por personalidades e agentes sociais de ambos os países.

A década de 1990 a 2000 foi de facto onde se fomentaram de forma mais persistente as relações de Portugal e Espanha, nomeadamente, com a assinatura de protocolos de cooperação entre todas as regiões transfronteiriças e com a criação de Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças e Comunidades de Trabalho, com objetivos bastante ambiciosos, nomeadamente o alcance de um bom nível de cooperação e intercâmbio de informação entre as entidades mais próximas (em cidades de fronteira); a promoção de encontros regulares; a elaboração de propostas, projetos ou programas de ação conjuntos; o impulsionamento de relações entre as Universidades, organismos entidades e associações que pudessem contribuir para o desenvolvimento; a criação de condições que permitam relações fluidas nos setores sociais, culturais e económicos; a promoção da investigação e do estudo para demonstrações e experimentações, com o intuito de aproveitar os recursos e meios disponíveis; promoção do estudo de medidas de gestão sustentáveis dos recursos naturais, da proteção e conservação desses espaços protegidos ou à reabilitação e recuperação do património eco-cultural.

No entanto, foi e continua a ser nos atores locais e regionais, nomeadamente nos Municípios, nas Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regionais que reside o papel fulcral de alavancar o projeto de cooperação transfronteiriça e, mais recentemente, as Comunidades Intermunicipais.

Não obstante o esforço dos autarcas portugueses e espanhóis, é hoje reconhecido pelas instâncias europeias a importância dos processos de cooperação para o desenvolvimento do território comunitário, bem como é por todos garantido o forte impulso destes processos a partir do lançamento da iniciativa INTERREG¹, importando sublinhar que estes processos de cooperação não são uniformes nas várias regiões de fronteira, sendo fundamental identificar e clarificar os diferentes modelos de cooperação e os efeitos barreira que lhes estão associados.

III – Dois modelos de governação, uma agenda comum de investimentos

A cooperação transfronteiriça assume um papel de decisivo relevância no contexto do desenvolvimento regional, correspondendo de modo claro e direto à estratégia europeia de coesão entre as regiões e os povos, reforçando os laços de vizinhança, motivando à realização de projetos conjuntos, favorecendo a obtenção e a partilha de conhecimentos e a divulgação e troca de boas práticas e permitindo o acesso aos financiamentos comunitários especialmente dedicados ao esbatimento das fronteiras, ao conhecimento mútuo entre os agentes e ao desenvolvimento de projetos que atenuem ou ultrapassem custos de contexto e promovam o progresso social e económico das zonas transfronteiriças.

1 www.interregeurope.eu/



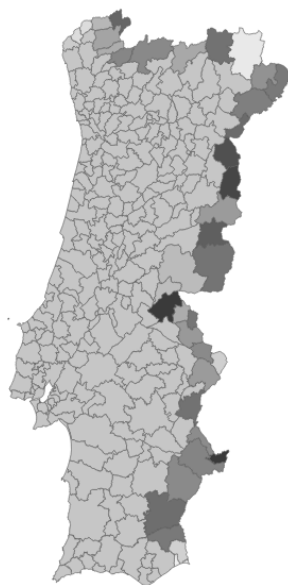
É a expressão de uma das características que define a União Europeia: a coesão, quer seja a nível social, territorial ou económica, sendo igualmente a tradução na prática do princípio da solidariedade e da convicção de que a paz social não é viável quando as diferenças são demasiado grandes ou duradouras.

A este respeito, os processos de cooperação tiveram um impulso significativo a partir do início da década de 90, nomeadamente com o lançamento da Iniciativa Comunitária INTERREG, que, de certa forma, se tornou a ferramenta chave para a consolidação da cooperação territorial, assim como para a promoção do desenvolvimento equilibrado e contribuir para atingir o objetivo da coesão territorial na União Europeia.

Desde então já decorreram cinco gerações do INTERREG, estando atualmente em curso o sexto período de programação 2021-2027, onde se procura dar continuidade a esta dimensão da cooperação através da componente de Cooperação Territorial, sendo que, no caso de Portugal e Espanha os apoios comunitários decorrem no âmbito do Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP), considerou-se pertinente verificar o impacto deste programa ao nível dos processos de cooperação transfronteiriça, procurando ainda perceber os contributos do programa para a diminuição do efeito barreira e para uma maior integração do território

Nesse sentido, a Política Regional e de Coesão da União Europeia têm promovido ao longo das últimas décadas o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas diminuindo as assimetrias regionais, ficando, no entanto, muito aquém do esperado.

Não obstante a integração de Portugal e Espanha no espaço económico e político europeu em 1986 e com isso a abertura de um campo de oportunidades no âmbito da cooperação entre os territórios fronteiriços, na prática o efeito persistente da história e da geografia remete ainda a raia ibérica para uma progressiva marginalização e as suas gentes para a diáspora, como comprovam os resultados preliminares do CENSOS de 2021 em que confirmam a redução de cerca de 9,1% população residente na raia fronteiriça portuguesa, uma tendência verificada em todos os 39 Municípios cujos territórios tem fronteira com Espanha.



Fonte: Portal Censos 2021

Municípios	2021 HM	2021 H	2021 M	2011 HM	Var. % HM
Alandroal	5 007	2 429	2 578	5 843	-14,3%
Alcoutim	2 521	1 236	1 285	2 917	-13,6%
Almeida	5 882	2 751	3 131	7 242	-18,8%
Arcos Valdevez	20 729	9 471	11 258	22 847	-9,3%
Arronches	2 789	1 379	1 410	3 165	-11,9%
Barrancos	1 435	697	738	1 834	-21,8%
Bragança	34 580	16 511	18 069	35 341	-2,2%
Caminha	15 828	7 353	8 475	16 684	-5,1%
Campo Maior	8 045	3 875	4 170	8 456	-4,9%
Castelo Branco	52 272	24 670	27 602	56 109	-6,8%
Castelo de Vide	3 121	1 503	1 618	3 407	-8,4%
Castro Marim	6 434	3 153	3 281	6 747	-4,6%
Chaves	37 623	17 840	19 783	41 243	-8,8%
Élvas	20 753	9 870	10 883	23 078	-10,1%
F. Espada Cinta	3 215	1 533	1 682	3 780	-14,9%
Fig. Caste. Ro.	5 150	2 455	2 695	6 260	-17,7%
Idanha-a-Nova	8 340	3 990	4 350	9 716	-14,2%
Marvão	3 023	1 441	1 582	3 512	-13,9%
Melgaço	7 776	3 441	4 335	9 213	-15,6%
Mértola	6 205	3 069	3 136	7 274	-14,7%
Miranda do Douro	6 466	3 120	3 346	7 482	-13,6%
Mogadouro	8 304	4 000	4 304	9 542	-13,0%
Monção	17 829	8 171	9 658	19 230	-7,3%
Montalegre	9 279	4 466	4 813	10 537	-11,9%
Moura	13 267	6 415	6 852	15 167	-12,5%
Mourão	2 353	1 185	1 168	2 663	-11,6%
Nisa	5 951	2 793	3 158	7 450	-20,1%
Penamacor	4 764	2 336	2 428	5 682	-16,2%
Ponte da Barca	11 058	5 140	5 918	12 061	-8,3%
Portalegre	22 368	10 603	11 765	24 930	-10,3%
Sabugal	11 281	5 324	5 957	12 544	-10,1%
Serpa	13 768	6 845	6 923	15 623	-11,9%
Terras de Bouro	6 359	3 079	3 280	7 253	-12,3%
V Nova Cerveira	8 930	4 312	4 618	9 253	-3,5%
V Velha de Ródão	3 287	1 563	1 724	3 521	-6,6%
V. Real Sto A.	18 828	9 054	9 774	19 156	-1,7%
Valença	13 634	6 407	7 227	14 127	-3,5%
Vímioso	4 154	2 009	2 145	4 669	-11,0%
Vinhais	7 772	3 810	3 962	9 066	-14,3%
Total	440 380	209 299	231 081	484 624	-9,1%

Fonte: Portal Censos 2021

Apesar dos êxitos do regime de financiamento INTERREG, ao longo de 30 anos, as fronteiras nacionais continuam a criar muitos obstáculos ao crescimento das regiões fronteiriças europeias.

Os cidadãos continuam a enfrentar problemas quando atravessam as fronteiras nos transportes públicos, uma vez que as diferentes regras nacionais impedem o estabelecimento de infraestruturas comuns.

Do mesmo modo, os doentes não podem beneficiar dos serviços de saúde dos países vizinhos devido a sistemas divergentes de reembolso dos custos, ao passo que os trabalhadores fronteiriços se veem confrontados com uma fiscalidade e prestações sociais confusas, uma vez que os Estados-Membros possuem

sistemas de segurança social distintos, sendo estes apenas alguns exemplos dos problemas que surgem quando diferentes culturas administrativas e legislativas se encontram na fronteira cujas as autoridades locais, regionais ou nacionais não podem resolvê-los sem uma identificação otimizada e os conhecimentos técnicos necessários.

Com o objetivo de ultrapassar alguns destes problemas que assolam diariamente as populações residentes nas zonas de fronteira, foi recentemente implementada a iniciativa *b-solutions*² cujo o objetivo consiste em permitir que os organismos públicos e as estruturas transfronteiriças abordem sistematicamente os obstáculos jurídicos e administrativos nas fronteiras e acedam a apoio técnico especializado para encontrarem soluções.

Consequentemente, esta iniciativa concebida pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia proporciona aos organismos públicos e às estruturas transfronteiriças a possibilidade de obterem aconselhamento jurídico de peritos externos que analisam os obstáculos identificados e desenvolvem soluções adaptadas para os eliminar, permitindo assim abrir novas formas e eficazes de promover as interações transfronteiriças e, por sua vez, o processo global de integração europeia.

IV. O exemplo da EuroRegião Galiza-Norte de Portugal

O processo de cooperação transfronteiriça no Alto Minho, ao longo das últimas décadas, foi marcado por uma grande evolução e intensificação nas suas várias vertentes, quer pela tipologia de projetos desenvolvidos pelos parceiros e atores que os implementaram, bem como pelos fluxos transfronteiriços e forte articulação territorial e institucional.

O Alto Minho e a sua área fronteira destaca-se de entre as demais pelo relacionamento único com a Galiza. Um relacionamento antigo e que foi reforçado ao longo dos tempos em vários domínios, desde económico, social e cultural, facilitados de certa forma pela semelhança linguística, cultural, social, pelas boas acessibilidades de atravessamento, o que o torna ainda no troço fronteiro mais dinâmico das regiões de fronteira de Portugal e Espanha, sendo de destacar que nestes 8% do perímetro fronteiro de ambos os países, concentra-se 50% da circulação total de pessoas entre Portugal e Espanha.

2 *b-solutions* and its extension *b-solutions 2.0: Solving Cross-Border Obstacles* are initiatives to tackle legal and administrative border obstacles along EU internal borders. They are promoted by the European Commission's Directorate-General for Regional and Urban Policy (DG REGIO) as one of the actions proposed in the referred Communication *Boosting growth and cohesion in EU border regions*, adopted by the Commission on 20 September 2017. The initiative is managed by the Association of European Border Regions- www.b-solutionsproject.com

O Alto Minho dispõe no seu hinterland dos 60 minutos de uma notável rede regional de inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico (Porto, eixo Braga / Guimarães e sul da Galiza), abrangendo por exemplo o INEGI, o INESC, o CEEIA (Automóvel), INL (nanotecnologia), Fraunhofer, I3S (saúde), PIEP (polímeros), CETMAR (Vigo-Galiza), CTAG Automóvel (Porriño – Galiza) ou CETNAGA Naval (Vigo – Galiza).

Ainda no seu território, o Alto Minho tem 4 áreas protegidas, salientando-se naturalmente o Parque Nacional da Peneda-Gerês, o único Parque Nacional de Portugal, considerado pela UNESCO como Reserva Mundial da Biosfera, juntamente com o Parque de Xurés da Galiza³.

A região Minho-Lima foi das áreas que mais beneficiou dos fundos do INTERREG, juntamente com o Algarve, com impactos ao nível da melhoria da articulação territorial, acessibilidades, desenvolvimento socioeconómico, com um contribuindo único no reforço de redes territoriais transfronteiriças.

Como tivemos oportunidade de evidenciar previamente, o conceito da “*Euroregião*” nasce com a vocação de se converter num fórum para o encontro e o diálogo entre todas as entidades públicas e privadas suscetíveis de promover o desenvolvimento deste território fronteiriço nas mais variadas áreas, como o fomento da competitividade e promoção do emprego, do ambiente, do património, da melhoria das acessibilidades, de um maior rigor no ordenamento do território e na promoção da integração económica e social da zona fronteiriça são prioritárias nos planos de trabalho, tendo sido criadas, para o efeito, as “*Euroregiões*”.

Com a criação deste instrumento, as regiões fronteiriças de Portugal e Espanha estabeleceram bases institucionais que permitem, num primeiro momento, dar continuidade e de maneira duradoura, desenvolver estratégias pioneiras de desenvolvimento do território que partilham.

Assim, a atividade de cooperação transfronteiriça desenvolvidas pelas várias Comissões de Coordenação e Desenvolvimento e as Regiões Autónomicas de Espanha, estabelecem-se em dois níveis: institucional e de promoção e coordenação.

3 Atualmente estão inscritas na Rede Mundial de Reservas da Biosfera 3 Reservas Transfronteiriças da Biosfera Portuguesas, nomeadamente a Reserva da Biosfera Transfronteiriça do Gerês –Xurés, desde 2009; a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica desde 2015; e, desde 2016, a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo/Tajo Internacional.

De todas as estruturas existentes, a Euroregião Galiza-Norte de Portugal é uma experiência pioneira na cooperação territorial, sendo uma das mais antigas estruturas de cooperação no âmbito europeu e, por mérito, extraordinariamente bem sucedida.

Meses antes da assinatura daquele que veio a ser o primeiro Tratado de Amizade celebrado entre Portugal em Espanha, em 1977, em abril, teve lugar a primeira Cimeira Nortegalaica, e, mais tarde, em julho de 1983, realizou-se a segunda Cimeira Nortegalaica.

O resultado mais relevante destas Cimeiras foi sem dúvida a apresentação de um documento pioneiro na Europa intitulado *“Memorando de Pedido de Financiamento de um estudo global Galiza-Região Norte de Portugal”* para intervenções específicas comunitárias. Um documento que se afirmou como base das iniciativas INTERREG posteriormente lançadas pela Comissão Europeia.

Recentemente na 32.^a Cimeira Luso-Espanhola, realizada em outubro de 2021, os Governos de Portugal e Espanha apresentaram em conjunto uma estratégia para os seus territórios de fronteira - Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço - decorrente do memorando de entendimento assinado em já em 2018 cujo objetivo visava *“garantir a sustentabilidade futura dos territórios, tornando-os locais mais atrativos para viver, trabalhar e investir”*, assim como proceder à assinatura de um novo Tratado de Amizade e Cooperação, atualizando o acordo assinado em 1977 pelos Presidentes Soares e González.

Desde então, todas as personalidades que assumiram as presidências e lideranças políticas contribuíram sem exceção para o desenvolvimento deste legado, destacando-se ao longo das três últimas décadas, personalidades como Valente de Oliveira, Luís Braga da Cruz, Carlos Lage e recentemente António Cunha, Manuel Fraga Iribarne e Alberto Nuñez Feijóo cujos contributos permitiram que o Norte e a Galiza reconstruissem a confiança e o futuro entre os dois lados de uma fronteira que os seus povos nunca deixaram de acreditar.

Importa igualmente referir a diferença institucional, pois enquanto que a CCDR-N tem como tutela o Governo Central Português, a Junta da Galiza goza de plena autonomia enquanto Comunidade Autónoma, com estatuto autónomo próprio e não depende do Governo Central Espanhol na esmagadora maioria das decisões administrativas.

A CCDR-N funciona como uma unidade para a cooperação estratégica de forma a antecipar toda a ação a nível de medidas a serem tomadas bem como políticas necessárias, constatando-se que a implementação e

concretização da Cooperação Transfronteiriça a nível regional encontra-se diretamente dependente da opção (ou não) de ação da Presidência vigente da Comissão de Coordenação.

Existindo vontade política e compromisso com este desafio de desenvolvimento, a cooperação poderá ser realizada através de instrumentos Comunitários como o Agrupamento Europeu de Interesse Económico (AEIE) e que tem como principal objetivo regular as entidades do ponto de vista jurídico, de forma a fomentar cooperação entre fronteiras e por via dos Acordos Europeus de Cooperação Territorial (AECT's) que visam executar os programas de cooperação territorial co-financiados pela União Europeia, sendo de destacar o Tratado de Valência que originou a Comissão de Trabalho Norte de Portugal – Galiza, estrutura de coordenação de toda a cooperação existente entre o Norte e a Galiza.

No que respeita ao Distrito de Viana do castelo, por via da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho⁴ (que integra os dez concelhos do distrito) integra o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial⁵ que abraça igualmente todo o território do Norte de Portugal e da Galiza, assim como integra o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial do Rio Minho (AECT Rio Minho)⁶, constituída pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho e pela Deputación Provincial de Pontevedra, cuja missão envolve mais diretamente os concelhos do Vale do Minho, nomeadamente Caminha, Monção, Melgaço, Valença e Vila Nova de Cerveira.

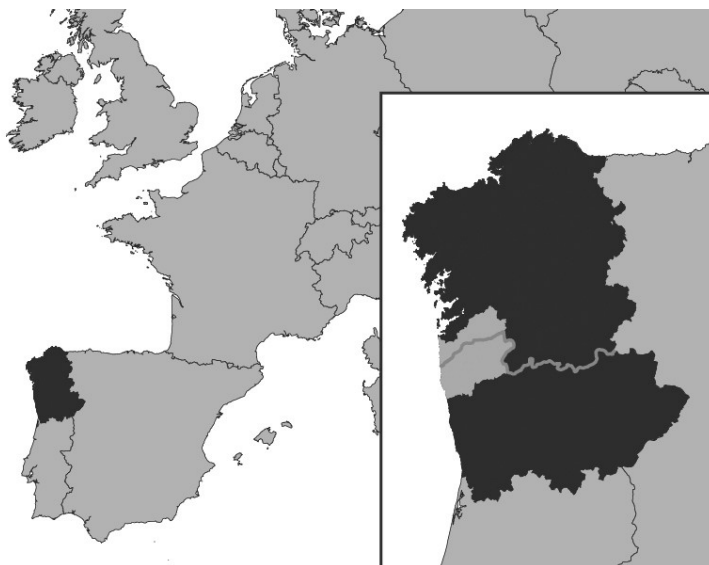
Destacamos a importância do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza-Norte de Portugal, pois foi o primeiro AECT criado na Península Ibérica, e o terceiro a ser criado na União Europeia, tendo sido criado pela CTGNP em 2008 para ser seu “braço operativo”, bem como para colmatar a falta de personalidade jurídica da primeira. Trata-se de um AECT single-tier que funciona a nível regional, ou neste caso, euroregional, com o mesmo território de atuação que a CTGNP.

4 A CIM Alto Minho, foi constituída a 15 de outubro de 2008 como pessoa coletiva de direito público, ao abrigo da Lei n.º 45/2008 de 27 de agosto, que estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, englobando os municípios que correspondem à Unidade Territorial Estatística de Nível III (NUT III) do Minho-Lima: Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte do Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira;

5 A 22 de setembro de 2008, foi assinado em Santiago de Compostela, a Convenção Europeia entre a Xunta de Galicia e a CCDR-Norte para o estabelecimento do GNP-AECT com base em Regulamento (CE) n.º 1082/2006 que publicou junto com a sua resolução os estatutos no Ministério dos Negócios Estrangeiros e cooperação de 23 de Outubro de 2008, tendo tido a 18 de fevereiro de 2018 a inauguração da composição dos membros dos Órgãos Sociais. Entrou em operação em 1º de março desse ano;

6 O AECT Rio Minho foi constituído, ao abrigo Regulamento (CE) n.º 1082/2006, de 5 de julho, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho, alterado pelo Regulamento (UE) nº 1302/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, através de escritura pública celebrada a 24 de fevereiro de 2018, tendo este ato sido publicado na 2ª Série do Diário da República Portuguesa de 08 de março de 2018, registado no Comité das Regiões Europeu com o nº 72 e publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 20 de abril de 2018;

A Direção tem um mandato de dois anos, sendo que os representantes são indicados pelos níveis regionais de poder, procurando-se, desta forma, ir revezando a representação da nação que chefia esta estrutura.



1- Território da euro-região Galiza – Norte de Portugal

2- Território do AECT Rio Minho

Fonte: AECT Rio Minho

Relativamente à articulação territorial, a NUT III Minho-Lima, inserida na Euro-região Norte de Portugal Galiza, é vulgarmente interpretado como um território de articulações, derivado da sua posição geoestratégica no eixo Porto-Vigo-Corunha, com um papel relevante no processo de abertura e de ligação com a Galiza, quer no plano económico, como social e cultural e ambiental.

Das 10 NUT III que corresponde à área de fronteira com Espanha, a fronteira de Valença que integra a NUT III Minho-Lima, é o ponto fronteiriço com maior intensidade média diária de tráfego, entre Portugal e Espanha, sendo a maioria de veículos ligeiros.

O território apresenta boas acessibilidades, com uma Autoestrada (A3) que constitui o eixo fundamental de ligação Norte de Portugal-Galiza, representando ainda uma via estruturante de ligação aos principais polos urbanos, Porto Braga, Viana do Castelo, do lado português, e Vigo Corunha do lado da Galiza. Esta autoestrada, juntamente com a A28 (Porto-Caminha) e a A27 (que faz a ligação de Viana do Castelo à A3, por Ponte de Lima), estrutura o território a nível interno, assegurando a articulação dos principais polos urbanos, Viana do Castelo-Caminha-Valença e Viana do Castelo-Ponte de Lima-Arcos de Valdevez e Ponte da Barca,

esta última por via da fronteira da Madalena, em Lindoso, sendo a única ligação rodoviária do Alto Minho à Deputação de Ourense.

O Alto Minho situa-se a menos de 60 minutos de diversas Infraestruturas Chave de Transportes e Comunicações (Aeroportos Internacionais do Porto e de Vigo, Portos de Mar de Viana do Castelo, de Leixões e de Vigo, e Rede Viária de excelência).

Atualmente todos os concelhos fronteiriços possuem boas ligações aos concelhos do outro lado da fronteira, exceto Caminha que ainda não possui uma ponte para La Guardia, assegurando a travessia através do Ferryboat, com os problemas do desassoreamento do canal de navegação do rio Minho, já conhecidos.

A mobilidade é assegurada principalmente através de meio de transporte individual, dado que os transportes públicos ainda não servem adequadamente as populações, realçando-se as debilidades dos transportes públicos transfronteiriços rodoviário para permitir uma mobilidade mais adequada e que sirva as necessidades das populações dos dois lados.

Ao nível ferroviário, o atraso na modernização da linha do Minho e da ligação Porto-Vigo em Alta Velocidade, fez parte, durante décadas, das páginas do caderno de reivindicações do território no sentido de facilitar as relações comerciais e a mobilidade, representando um forte estrangulamento à conectividade e articulação transfronteiriça e, conseqüentemente ao reforço da cooperação nesta região fronteiriça

O Eixo Atlântico é outras das estruturas mais antigas na euroregião, tendo sido criado em 1992. A rede de cidades que estabeleceu tem crescido ao longo dos anos das 12 iniciais para 38 sócios de momento. Ao longo do tempo tem-se tornado numa das estruturas mais influentes e conhecidas, destacando-se como um ator muito ativo e dinâmico a favor da cooperação transfronteiriça.

Sendo uma associação de direito privado, tem personalidade jurídica desde a sua criação. Não está diretamente associado a um nível de poder ou de governo, no entanto, porque os seus sócios são municípios, e vários deles cidades importantes (Vigo, Porto, Santiago de Compostela), tem uma voz política e bastante poder de *lobby euroregional*.

No processo de Cooperação Transfronteiriça destaca-se a criação de um tipo de núcleo explorador e inovador e conseqüentemente, de uma equipa de trabalho “além-fronteiras” designada por *Eurocidade*. No caso de Valença-Tui, o projeto aproximou as entidades locais, aglutinando as centralidades históricas e culturais,

dentro de um espaço territorial rural e de baixa densidade populacional, sendo hoje um exemplo de cooperação.

A atempada institucionalização da cooperação territorial nesta fronteira da Europa e a convicção empregue ao longo dos anos pelas duas partes, esta estrutura de cooperação constitui um exercício de justa reivindicação das pessoas e das instituições que consolidaram uma experiência singular que faz parte, sem dúvida, das boas práticas que sustentam o processo de integração europeia.

A Galiza é hoje o principal cliente português em Espanha e é cada vez mais um fenómeno de integração transfronteiriça na Península Ibérica. A Galiza, numa situação enquanto país autónomo, seria o oitavo maior destino de exportação de Portugal, com valores de exportações mais elevados do que os registados para a Itália ou para a Bélgica e cerca de três vezes superiores aos destinados ao Brasil;

No período mais recente temos seguramente dois bons exemplos dessas boas práticas de cooperação institucional, com os olhos postos no futuro, nomeadamente o Plano de Investimentos Conjuntos Galiza-Norte de Portugal 2014-2020 e a primeira RIS 3 transfronteiriça, um Projeto de cooperação em especialização inteligente transfronteiriça em que além da CCDR-N, a parceria do projeto envolve ainda a Agência Galega de Inovação, que lidera o projeto, e a Agência Nacional de Inovação e que promovem o investimento em vários domínios, nomeadamente em “Energia procedente da biomassa e do mar”, “Indústrias agroalimentares e biotecnológicas”, “Indústria 4.0”, “Indústrias da mobilidade”, “Indústrias turísticas e criativas” e “Vida saudável e envelhecimento ativo”.

V. A cooperação enquanto estratégia política de futuro

É consensual que a cooperação entre territórios constitui uma mais-valia, na medida em que permite criar condições para que os agentes económicos e sociais de países diferentes, aprofundem o conhecimento entre eles, potenciem interesses comuns, minimizem as divergências e construam juntos iniciativas em prol do seu desenvolvimento.

Mas todo processo de cooperação tem por base a interação entre a dinâmica social e a intervenção de um quadro institucional que o apoie, associando ainda uma vontade política favorável à cooperação, maioritariamente partilhada pelas entidades autárquicas e regionais.

A forte relação existente entre o Norte de Portugal e a Galiza é, em diferentes moldes, partilhada pelas demais Comissões de Coordenação Regionais Portuguesas e Comunidades Autónomas de Espanha, sendo

que a Euroregião Norte de Portugal-Galiza se destaca num contexto de forte vontade política regional de ambos lados da fronteira.

No entanto e de um modo geral, a cooperação transfronteiriça na Raia Ibérica ainda revela alguma instabilidade nas suas iniciativas. O próprio projeto de cooperação transfronteiriça é algo que tem sido trabalhado e desenvolvido por vários agentes, dos quais se destacam os autarcas, mostrando que é um projeto em constante evolução nos seus vários níveis de decisão.

O reconhecimento da importância das questões relacionais é um passo importante e interessante de avaliar nos próximos esforços desenvolvidos, sendo o horizonte temporal nestes processos é alargado, pelo que a análise realizada nesta proposta temática constitui-se apenas como um contributo que deve ser desenvolvido em estratégias futuras, procurando alavancar a cooperação transfronteiriça ao nível da estratégia política.

Neste âmbito, é fundamental a criação de uma agenda comum entre os dois principais atores políticos, nomeadamente o Partido Social Democrata e o Partido Popular de Espanha, hoje liderado por um *euroregionalista* convicto, Alberto Núñez Feijóo.

A este respeito, importa referir que das quatro Comunidades Autónomas com quem o território português faz fronteira, três são lideradas por Governos de índole popular, nomeadamente a Comunidade Autónoma da Galiza, liderada por Alfonso Rueda Valenzuela, Castela e Leão por Alfonso Fernández Mañueco e Andaluzia com Juan Manuel Moreno Bonilla, enquanto que a Estremadura é liderada pelo Partido Socialista Operário Espanhol.

Um reatar das relações entre os principais partidos de centro direita na península ibérica é fundamental para que se se possa criar uma agenda comum para o desenvolvimento regional transfronteiriço, criando formas de interação e formação políticas comuns, aproveitando o enorme potencial de ambos os partidos, assim como dos seus eleitos locais e regionais, numa partilha constante de sinergias e estratégias conducentes ao reforço da cooperação.

Desta forma, a par do reforço da reivindicação dos vários programas de investimentos comuns, importa planificar e concretizar uma estratégia que permita ganhar autonomia para caminhar, seja no âmbito público e muito especialmente no domínio privado, ajustando esse quadro financeiro à capacidade de iniciativa existente e à diversidade das dinâmicas que buscam financiamento.

Uma melhor articulação política permita a simplificação e eliminação das formalidades para o guia de circulação português para os trabalhadores transfronteiriços, e para o teletrabalho transfronteiriço ou para o trabalho simultâneo em Espanha e Portugal, assim como recuperar o verdadeiro conceito das “euro-cidades” como fatores de aproximação e desenvolvimento partilhado.

Uma agenda política que volte a promover a oportunidade do investimento na mobilidade transfronteiriça através da articulação entre as Autoridades de Transportes no sentido de assegurar a prestação de serviços de transportes transfronteiriços de proximidade, avançar na gestão conjunta de serviços públicos, com particular ênfase na educação, na inovação e na digitalização das nossas indústrias e do comércio externo, nomeadamente com o reforço da cooperação empresarial transfronteiriça, a descarbonização da economia, o turismo e a sua sustentabilidade, o fomento da cultura e a criatividade, a proteção sanitária e civil de emergência dos cidadãos e a integração de migrantes são reptos que podem inscrever a antiga e mais emblemática das eurrregiões ibéricas no século XXI.

Uma agenda que defenda, entre outros, o desenvolvimento dos “PROVERE transfronteiriços” previstos no Programa Nacional para a Coesão Territorial, tendo como exemplos os elos agregadores do rio Minho e da Reserva Mundial da Biosfera Gerês / Xurês Parque Nacional da Peneda-Gerês), cujas políticas de promoção turística privilegiam o ambiente na vertente despoluidora; a competitividade e inovação; e o turismo, em abordagens integradas que permitam o incentivo candidaturas conjuntas.

Se o passado histórico foi caracterizado por baixos índices de cooperação entre os dois lados da fronteira, principalmente antes da entrada na atual UE, a necessidade de reforçar o desenvolvimento mais harmonioso, reduzir as assimetrias, esta realidade dita que o PSD, em conjunto com o Partido Popular, assumam como estratégico o fomento da cooperação transfronteiriça, com o objetivo de fomentar as relações entre os agentes locais e regionais, permitindo assim atenuar as desigualdades económicas existentes.

Fica assim evidente a convergência de vontades políticas para a promoção de uma mais efetiva e fluida cooperação transfronteiriça, potenciando condições para que a cooperação entre numa nova fase de geração política.

O Norte, em particular o Alto Minho, e a Galiza partilham uma língua e uma cultura ancestrais e modernas. Partilham uma das grandes rotas culturais e de espiritualidade da Europa, os Caminhos de Santiago, que ligam nove patrimónios classificados pela UNESCO nos seus territórios. Partilham o desenvolvimento económico, o investimento na investigação científica, na mobilidade e na educação.

Por fim, considerando que este é o momento em que duas novas lideranças políticas do centro-direita ibérico se estão a afirmar, no Partido Social Democrata e no Partido Popular, com Luís Montenegro e Alberto Núñez Feijóo, respetivamente, entendemos que este é o momento de reforçar a cooperação política entre estes que são os dois principais partidos na oposição dos respetivos países, na certeza de que **uma boa cooperação na oposição ditará, no futuro que todos ambicionamos, uma boa cooperação entre os dois Governos de Portugal e Espanha.**

Este é o momento de resgatar a oportunidade de um novo investimento na cooperação transfronteiriça e tudo quanto esta poderá potenciar no nosso desenvolvimento, a bem de um futuro que se pretende maior e com mais ambição.

Pela cooperação transfronteiriça, pela Europa e pelos seus valores, mas acima de tudo por Portugal.



PROPOSTA TEMÁTICA

F

**DESCENTRALIZAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

1º SUBSCRITOR:

ASD



Proposta Temática 40.º Congresso Nacional do PSD

“Descentralização e Desenvolvimento Local”

1.º SUBSCRITOR:

Hélder Sousa Silva, Presidente da Comissão Política Nacional ASD

junho 2022

Índice

1.	Introdução	3
2.	Resolver justa e rapidamente o dossier da Descentralização	4
3.	Desafios do Desenvolvimento.....	7
3.1.	Sustentabilidade – cumprir os ODS em 2030	8
3.2.	Inclusão e combate à pobreza.....	9
3.3.	Fundos comunitários – Pelo desenvolvimento local e regional	9
4.	Sustentabilidade das Autarquias.....	11
4.1.	Nova Lei das Finanças Locais.....	11
4.2.	Novo Estatuto do Eleito Local	12
4.3.	Correção de iniquidades e anacronismos	12
5.	Autárquicas 2025.....	13
6.	Nota final.....	14

1. Introdução

O Poder Local é a instância de expressão democrática do poder mais identificada com a vontade dos eleitores e a que é mais facilmente escrutinada. Esta circunstância exige mais responsabilidade aos eleitos e determina que, sempre e em primeira linha, estejam os interesses das comunidades que os autarcas representam.

A presença de eleitos do PSD no Poder Local, cerca de 13.500 pessoas (Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Juntas e Assembleias de Freguesia), e o seu trabalho diário em prol das populações, são o “porto de abrigo” do PSD, a âncora que nunca falhou ao partido, e o permitirá alcandorar à condução das políticas nacionais de governação para proporcionar uma nova ambição para Portugal.

Impõe-se libertar o país da política dormente e do adiamento que nos puxa para a cauda da Europa e que queima as esperanças dos portugueses. Impõe-se libertar Portugal da arrogância de quem tudo quer controlar, de quem acha que os portugueses lhes devem estar agradecidos por eles fazerem o favor de “gerirem” os destinos do nosso país, mas, infelizmente, rumo ao lugar de carro-vassoura da Europa.

A presente Proposta Temática é um contributo para reflexão, pretendendo promover o envolvimento do partido com as propostas dos autarcas do PSD (ASD), de forma a fortalecer o seu papel ao serviço dos portugueses e, com isto, fortalecer o PSD rumo aos destinos do país.

Esta Proposta Temática não é um tratado, nem uma estratégia global autárquica, pois não se está perante um congresso de autarcas. Neste contexto, o presente documento cinge-se a alguns dos temas mais importantes para o Poder Local, na esteira da Proposta Temática que foi apresentada no último Congresso, com o objetivo de promover a sensibilização e colher o apoio do PSD.

2. Resolver justa e rapidamente o dossier da Descentralização

Em 18 de abril de 2018, o PSD acordou com o Governo que a reforma da Descentralização, composta pela Lei-Quadro, pelos Decretos-Lei setoriais, pela revisão da Lei das Finanças Locais e pelos “envelopes” financeiros associados a cada autarquia local, com identificação das verbas por área de competências, teria de estar concluída até setembro de 2018.

Consagrou-se que seria inscrito nos Orçamentos do Estado (OE) dos anos de 2019, 2020 e 2021 o montante do Fundo de Financiamento da Descentralização que incorpora os valores a transferir para as autarquias locais que financiam as novas competências.

Consagrou-se, também, a criação de uma comissão com representantes da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), do Governo e do Parlamento para avaliar a implementação da transferência e a adequabilidade dos recursos financeiros de cada área de competências e que as aprovações dos Decretos-Lei setoriais tinham de merecer parecer prévio favorável da ANMP.

Consagrou-se, ainda, o princípio do gradualismo para que todas as autarquias locais assumissem as novas competências até 2021.

O tempo veio a demonstrar que o Governo foi incapaz de cumprir com o acordado. Em vez de concluir a aprovação dos Decretos-Lei durante o ano de 2018, de modo a permitir que as autarquias decidissem sobre a receção das áreas de competências, existiram algumas em que os mesmos só foram publicados em 2020.

Acresce que, ao contrário do acordado, o Fundo de Financiamento da Descentralização só foi inscrito no OE 2022, com valores insuficientes, quando já deveria ter sido inscrito em 2019.

A conta-gotas foram-se conhecendo algumas das verbas que iriam ficar alocadas e transferidas para o exercício das novas áreas de competências. Cedo se percebeu que o Governo não estava a tratar o assunto com a seriedade que se impunha, porque as verbas eram muito insuficientes.

O PSD, e particularmente os ASD, tinham todo o interesse que o processo decorresse corretamente.

Por isso, os ASD vieram, ao longo dos tempos, a alertar para os atrasos e para o desconhecimento dos “envelopes” financeiros. Fizemo-lo em comunicado em junho de 2019, alertámos no Encontro Nacional de Autarcas do PSD em setembro de 2019, evidenciámos o atraso no 24.º Congresso da ANMP e, também, no 38.º Congresso do PSD.

Mais recentemente, no 9.º Congresso dos ASD, no 25.º Congresso da ANMP e no 39.º Congresso do PSD, os ASD defenderam “sublinhar que a

descentralização administrativa do Estado para as autarquias – consensualmente aceite como virtuosa – acabou por descambar num modelo impositivo e falacioso. Neste contexto, somos forçados a propor que se adie a entrada em vigor da descentralização até 31 de dezembro de 2022, sob pena de se colocar em causa a qualidade do serviço público”.

Ainda, aquando da discussão da Proposta do OE de 2022, articulámos com o Grupo Parlamentar do PSD várias propostas que permitiam acautelar o adequado financiamento, a devida avaliação com consequentes correções, mas tudo foi ignorado e dinamitado pelo PS.

O PS e o Governo sempre se recusaram a admitir fazer o trabalho como deve ser.

Esta resistência conduziu a que os ASD defendessem a realização de um Congresso Extraordinário da ANMP para que daqui saíssem posições concertadas que impedissem o logro para que estavam as autarquias a ser conduzidas.

Finalmente, perante o cerco mediático, perante a constatação pública de que o Governo defendia “um presente envenenado”, perante os alertas de Sua Excelência o Presidente da República, o Governo mobilizou-se para cumprir, em um mês, aquilo que não conseguiu em quatro anos e que, inclusive, recusou há um mês atrás, ao rejeitar as propostas de alteração apresentadas pelo PSD no âmbito da discussão do OE de 2022.

Os ASD ficam satisfeitos por não terem desistido de denunciar que o Governo e o PS estavam a tentar passar “entre os pingos da chuva” e por, finalmente, o “corrupio” de membros do Governo em reuniões com a ANMP e as Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais, verificados neste último mês, estar a dar resultados, uma vez que os compromissos, relativamente aos pacotes financeiros, já se aproximam do que os ASD reivindicaram e não tem nada a ver com o que estava previsto.

Seria escusado este espetáculo de recuo do Governo e do PS. Bastaria atender ao que foi dito ao longo dos tempos, nomeadamente pelos ASD, para evitar chegar à situação de “cerco” que os obrigou a ceder no que negaram durante os últimos anos.

Em suma, os ASD defendem intransigentemente a descentralização e reclamam:

a) Na área da Educação:

- i. Que o Governo assuma os valores reivindicados para a manutenção regular das escolas de 4€/6€/8€ por m², em função da idade do edifício, bem como uma verba para a manutenção dos espaços exteriores;
- ii. Que o Governo assuma o valor das refeições escolares, tal qual os autarcas pagam aos seus prestadores de serviços, com um valor

de referência com um mínimo de 2,75€/ refeição, sendo que, se se provar que custa mais, este assume e repõe esse montante adicional;

- iii. Que o Governo assuma os custos com transportes escolares, não só os aumentos recentes, mas também o que vem do passado e que nunca foi assumido;
- iv. Que o Governo assuma a responsabilidade financeira de fazer as grandes obras de requalificação das escolas do 2.º, 3.º ciclos e secundário, que passam para a alçada dos municípios, num prazo que estes considerem aceitável;
- v. Que o Governo assuma as despesas adicionais aos vencimentos com pessoal transferido para os municípios (ADSE, seguros, medicina no trabalho e outras), não só aos atuais trabalhadores, mas também aos que sejam substituídos após aposentação ou saídas, no estrito cumprimento do rácio.

b) Na área da Saúde:

- i. Que o Governo assuma a definição de rácios nos assistentes operacionais a transferir;
- ii. Que o Governo assuma as despesas adicionais aos vencimentos com pessoal transferido para os municípios (ADSE, seguros, medicina no trabalho e outras), não só aos atuais trabalhadores, mas também aos que sejam substituídos após aposentação ou saídas, no estrito cumprimento do rácio;
- iii. Que o Governo assuma a transferência de verbas suficientes para a manutenção regular dos edifícios e espaços exteriores;
- iv. Que o Governo assuma a responsabilidade financeira de fazer as grandes obras de requalificação dos edifícios a transferir, num prazo que os municípios considerem aceitável;
- v. Que o Governo assuma as verbas necessárias para a substituição das viaturas existentes e o reforço das necessárias ao bom funcionamento dos serviços de saúde, devendo estabelecer rácios de viaturas por município;
- vi. Que o Governo assuma que os municípios querem ter um papel mais ativo na definição da estratégia municipal de saúde, na gestão dos centros de saúde, incluindo a definição dos horários dos serviços.

c) Na área da Ação Social:

- i. Que o Governo assuma a definição de rácios nos técnicos superiores e assistentes técnicos a transferir;
- ii. Que o Governo assuma que os técnicos da Ação Social, devem, por regra, passar para os municípios e não ficarem no Instituto da Segurança Social (ISS);
- iii. Que o Governo assuma as despesas adicionais aos vencimentos com pessoal transferido para os municípios (ADSE, seguros,

medicina no trabalho e outras), não só aos atuais trabalhadores, mas também aos que sejam substituídos após aposentação ou saídas, no estrito cumprimento do rácio;

- iv. Que o Governo assuma os apoios sociais que lhe compete e que cada vez são em maior número, e que não reporte a 2019 o número de casos e as verbas a transferir;
- v. Que o Governo assuma os custos com o funcionamento dos serviços a transferir (água, eletricidade, limpeza, consumíveis), pois nem um cêntimo previu inicialmente.

d) Nas restantes áreas:

- i. Nas estradas nacionais, nem um passo se deu!
- ii. Na área dos portos e zonas portuárias, tem estado tudo parado!
- iii. Na área da proteção civil e bombeiros, só tem passado custos para os municípios, através da criação de Equipas de Intervenção Permanente (IEP);
- iv. Na área do Património do Estado devoluto, continua um calvário para se transferir um imóvel;
- v. Na área das contraordenações, a interligação dos sistemas locais com o sistema da ANSR é uma “aventura”.

Em suma, os ASD consideram que se deve estabilizar e finalizar o processo de negociação na área da Educação e, só depois disso, assinar os autos referentes às áreas da Saúde e da Ação Social, para que os municípios não corram riscos de colapso financeiro.

Também consideram que não deve ser o orçamento municipal a financiar durante um ano os custos adicionais da descentralização, devendo ser previstos acordos de contas (para ambos os lados), pelo menos de seis em seis meses, se a comissão de acompanhamento validar os valores.

Ainda, neste propósito, pugnamos para que os municípios, que ainda não terminaram os processos de descentralização nas freguesias, o possam fazer quanto antes, de acordo com o quadro legal em vigor. Só dando exemplo podemos exigir do Governo.

Continuaremos, nos diferentes fóruns, as necessárias e justas negociações, para que os superiores interesses das nossas autarquias sejam acautelados neste importante processo.

3. Desafios do Desenvolvimento

Volvidos 46 anos de implantação autárquica, muitas foram as diferentes gerações de desafios enfrentadas. Na maioria do território do país, as

necessidades verificadas e resolvidas eram do nível mais básico e o percurso foi altamente positivo. Desde estradas sem condições às variantes locais. Desde o fontanário às redes de abastecimento de água e de tratamento de esgotos. Desde as lixeiras aos aterros sanitários. Desde o palco da praça à casa de espetáculos. Desde o trabalho artesanal à criação de parques empresariais. Desde a sala de aula ao centro escolar. Do campo de futebol de rua ao polidesportivo. Desde o tanque do campo à piscina municipal e ao parque de lazer.

Os resultados atingidos não são um ponto de chegada porque há sempre novos desafios. Destes, destacam-se os que são transversais a uma nova geração de desafios autárquicos: Sustentabilidade – cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2030; a Inclusão e combate à pobreza; e a eficaz aplicação dos Fundos Comunitários de que o país dispõe.

3.1. Sustentabilidade – cumprir os ODS em 2030

A Agenda 2030, constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes. Foi aprovada em setembro de 2015 por 193 membros, resultando do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

No 9.º Congresso Nacional dos ASD foi aprovada, por unanimidade, a [Moção Temática "Autarcas e a Sustentabilidade"](#), que aprofundou esta temática.

Para atingir objetivos globais é necessária ação a nível local e regional.

Portugal também se comprometeu com a Agenda 2030 e prioritariamente com os seguintes ODS: ODS4 – Educação de Qualidade; ODS5 – Igualdade de Género; ODS9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas; ODS10 – Reduzir as Desigualdades; ODS13 – Ação Climática; e ODS14 – Proteger a Vida Marinha.

Há um ODS específico que constitui um desafio concreto para o Poder Local – ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis.

A Agenda 2030 constata que a estratégia está dependente do papel ativo dos governos locais, não apenas enquanto agentes de implementação, mas também como agentes transformadores.

Por isso, importa envolver as comunidades locais, pelo que preconizamos:

- i. O envolvimento dos autarcas na definição de políticas locais e regionais de desenvolvimento sustentável com base nos ODS;

- ii. Que os autarcas sejam parceiros ativos na equitativa distribuição dos fundos comunitários associados às metas europeias do “Acordo Verde”;
- iii. A divulgação junto dos parceiros locais do Manual de ação local para a transformação global [“Os Municípios e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”](#).

3.2. Inclusão e combate à pobreza

O desenvolvimento só pode ser considerado sustentável e equilibrado se o combate à pobreza e a exclusão social constituírem desígnios locais e regionais.

Não podemos encarar a pobreza como uma fatalidade. É sempre possível encontrar estratégias para a combater. Só conseguiremos eliminar esta “pandemia” se desenvolvermos e adotarmos políticas integradas, se estivermos disponíveis para assumir este desiderato.

No 9.º Congresso Nacional dos ASD foi aprovada a [Moção Temática “Compromisso dos Autarcas para a Erradicação da Pobreza”](#) que propôs, e pela qual foi aceite, o “Pacto dos Autarcas para a Erradicação da Pobreza”, que partilhamos com o 40.º Congresso Nacional do PSD.

3.3. Fundos comunitários – Pelo desenvolvimento local e regional

Ao defendermos uma maior proximidade na definição e aplicação dos fundos comunitários em prol do desenvolvimento local, regional e nacional, que considerem os autarcas como parceiros ativos no processo e não como observadores, contrariamos a ambição do atual Governo de gestão dos fundos pelos fundos, sob a perspetiva instrumental de um partido que se quer manter na governação.

A nossa ambição é garantir a execução plena dos fundos comunitários, de forma justa e equitativa, onde as lógicas dos aparelhos partidários deem lugar ao mérito das propostas, num modelo que olha para o todo nacional com as suas diferenças territoriais, com os seus diferentes estágios de desenvolvimento e com a necessidade de corrigir assimetrias.

Pretende-se que os autarcas sejam envolvidos nos processos que dizem respeito aos seus territórios, às regiões onde se inserem e nos contributos que podem dar ao todo nacional, no panorama de uma Europa mais justa. Não faz sentido que as prioridades regionais sejam definidas por burocratas nomeados pelo Governo, ao qual querem agradar e corresponder, ao arrepio das prioridades e opções das autarquias que são quem, realmente, conhece o território e o seu potencial.

Se analisarmos a execução do Portugal 2020, reportado a janeiro de 2022, verifica-se que, em comparação com anteriores ciclos de apoio, a execução está atrasada como nunca esteve em idênticas fases do período de programação.

Devemo-nos interrogar se a baixa execução de muitos fundos e as aplicações de última hora sem critério, apenas para evitar devoluções a Bruxelas, não serão antes resultado de um Governo com “mais olhos que barriga”, que chama a si a maioria dos fundos e que depois não os consegue executar em tempo e de acordo com as reais necessidades da população e do território.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é o mais recente exemplo de uma oportunidade perdida pelo país, que deixou de fora os autarcas na fase da sua conceção, e se limita a operações de cosmética política para dar a entender que as autarquias foram parte ativa, quando na realidade estas se limitaram a apresentar algumas propostas de projetos dentro do espartilho definido pelo próprio Governo e dos poucos recursos adstritos aos projetos de dimensão local ou regional. Mesmo assim, na maioria dos casos, o Governo ignorou as propostas apresentadas pelos municípios.

Se ao PRR aliarmos as verbas do próximo quadro comunitário de apoio (Portugal 2030), estamos na presença do maior pacote de fundos comunitários atribuído a Portugal, que o Governo transformou num “fato à sua medida” para suprir as suas próprias ineficiências financeiras, ao invés de apostar no desenvolvimento real das autarquias e das regiões.

Ao todo e até 2027, Portugal tem à sua disposição fundos europeus no valor global de cerca de 52 mil milhões de euros distribuídos entre o pacote de recuperação e resiliência em Portugal, concretizado através do PRR, e também da iniciativa REACT-EU, um segundo pacote ligado à PAC e ao setor da agricultura e o terceiro relativo aos fundos de coesão tradicionais e o Fundo para uma Transição Justa.

Por toda a Europa, o apoio financeiro da União Europeia (UE) é essencial para um maior equilíbrio entre as regiões, algo que em Portugal não se verifica, já que em momento algum o Governo considerou as autarquias como parceiros-chave deste desígnio.

Assistimos candidamente ao facto de Portugal ser ultrapassado pela generalidade dos países da Europa, em matéria de crescimento e desenvolvimento, apesar das oportunidades e dádivas de Bruxelas. As governações socialistas têm-nos condenado ao atraso.

Neste âmbito, preconizamos:

- i. Que, aproximando-se o final deste quadro comunitário Portugal 2020, se impõe que os mecanismos de overbooking sejam céleres e transparentes para que não se perca nenhum cêntimo;
- ii. Que seja garantido o envolvimento dos autarcas na definição das prioridades dos fundos comunitários, em especial no PRR e na

- definição dos Programas Operacionais Regionais (que foram entregues em Bruxelas, sem auscultação dos autarcas);
- iii. Que seja feita a reorientação e o ajuste de verbas do PRR, de modo a permitir uma gestão mais descentralizada, que privilegie os investimentos locais, que favoreça a transparência e que acompanhe o aumento dos custos das empreitadas e dos serviços, em particular no âmbito dos Planos Locais de Habitação, de forma a que não seja o orçamento municipal a assumir esse diferencial;
 - iv. A distribuição dos fundos, de forma equitativa por todo o território, de modo a que a coesão territorial seja uma realidade;
 - v. Que a territorialização das políticas e dos investimentos públicos considere a participação municipal, ao nível da governação e no reforço da dimensão financeira associada;
 - vi. Que seja operacionalizado, no âmbito do Portugal 2030, um efetivo acesso aos fundos comunitários pelas freguesias, individualmente ou em consórcio;
 - vii. Que o peso do Comité das Regiões deixe de ser só consultivo, para passar a influenciar mais as decisões da Comissão.

4. Sustentabilidade das Autarquias

4.1. Nova Lei das Finanças Locais

O princípio da Autonomia do Poder Local, defendido na Carta Europeia de Autonomia Local, não é um capricho dos autarcas. É uma condição fundamental para que as autarquias possam definir e programar num quadro minimamente estável, de forma a promover o desenvolvimento local.

Ora, o que se passa é que, em cada ano, em cada OE, os Governos e os parlamentares introduzem e aprovam normas que afetam a previsibilidade e ferem a Autonomia do Poder Local. É frequente o OE retalhar leis, fazer alterações casuísticas e pontuais, alterar pressupostos e suspender a eficácia de instrumentos legais em vigor. Isto já não se passaria tão facilmente se a Lei das Finanças Locais tivesse valor reforçado.

Assim, para uma verdadeira Autonomia Local, propõe-se:

- i. Iniciar, com carácter de urgência, o processo de preparação de uma nova Lei das Finanças Locais;
- ii. Conceder-lhe o estatuto de lei de valor reforçado;
- iii. Aumentar a taxa de repartição de recursos públicos entre o Estado e as autarquias, de modo a que o peso da despesa pública realizada pelas autarquias locais (municípios e freguesias), no total da despesa

- pública nacional, se venha a colocar num referencial próximo do valor médio de 20%, para convergir com o contexto europeu;
- iv. Clarificar e aumentar os poderes tributários dos municípios no que respeita aos impostos cuja receita é municipal.

4.2. Novo Estatuto do Eleito Local

O Estatuto dos Eleitos Locais está disperso por vários diplomas. É importante lançar a reflexão de modo a condensar numa única lei e a adequar o regime à realidade atual. É necessário discutir esta temática sem complexos, rejeitando o normal populismo que se aproveita destas matérias.

Assim, propomos:

- i. Que a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM) constituam um grupo de trabalho para a revisão do “Estatuto do Eleito Local” e do estatuto remuneratório, de forma que esta decorra de modo concertado e participado, e seja apresentada aos grupos parlamentares na Assembleia da República (AR);
- ii. Que seja revisto o Regime Jurídico das Autarquias Locais no que respeita à composição dos gabinetes de apoio, tendo em conta que o atual limite está desajustado com as reais necessidades.

4.3. Correção de iniquidades e anacronismos

Muitos dos problemas com que se confrontam as autarquias estão devidamente identificados e teimam em não ser revistos, corrigidos e alterados, de modo a facilitar a vidas das autarquias.

Assim, são tão significativos, e teimam em manter-se em vigor, que entendemos ser importante elencá-los e apresentar algumas propostas, procurando o apoio do 40.º Congresso Nacional do PSD:

- i. Alterar o IVA sobre o fornecimento da Iluminação Pública para a taxa mínima de 6%. Não se admite que num serviço desta relevância, por cada milhão de euros, o Estado ganhe 230 mil euros. Como é sabido, as autarquias locais não faturam o suficiente a terceiros de molde a verificar-se uma dedução das entregas de IVA a fazer. Ou seja, para as autarquias, regra geral, o IVA é um custo e o beneficiário único é o Estado. Isto é um escândalo que tem de ser corrigido;
- ii. Alterar para a taxa mínima de IVA de 6% o fornecimento das refeições escolares, quando este não é, nos termos da lei, diretamente assegurado pela autarquia;

- iii. Corrigir os termos e valores da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), porque são exagerados e comprometem o equilíbrio dos sistemas de gestão;
- iv. Eliminar a contribuição para o audiovisual no que respeita a instalações elétricas de equipamentos e serviços municipais, acontecendo o absurdo de uma instalação elétrica do motor de um poço de água estar a contribuir para este fim;
- v. Aplicar a taxa reduzida de IVA de 6% às empreitadas de infraestruturas, instalações e equipamentos afetos às infraestruturas básicas, designadamente de distribuição de água, saneamento de águas residuais e de resíduos sólidos, promovidas pelas empresas municipais, empresas intermunicipais, ou metropolitanas, com gestão delegada;
- vi. A alteração urgente da legislação relativa à ADSE, com a equiparação das obrigações dos municípios às do Estado, eliminando-se assim, quaisquer participações ou reembolsos municipais neste domínio;
- vii. Aplicar a taxa reduzida de IVA (6%) em todos os eventos culturais.

Estas e outras justas reivindicações devem fazer parte do pacote dos ASD a ser apresentado na preparação do próximo OE para 2023.

5. Autárquicas 2025

Até pode parecer precipitado ou demasiado antecipatório introduzir o tema das autárquicas de 2025 quando ainda há pouco saímos de um ato eleitoral. Mas, importa alertar para que os primeiros problemas em matéria de preparação de eleições autárquicas, nomeadamente na matéria atinente à escolha dos candidatos, já são de difícil resolução, sem prejuízos, quando se encaram apenas nos dois últimos anos anteriores às eleições.

Em matéria de Câmaras Municipais, importa considerar que 133 dos 308 presidentes eleitos em 2021 estão em limite de mandatos, ou seja, cerca de 43% terão de ser renovados. Destes, são eleitos pelo PSD 47 no total de 114; e, no PS, são 65 num total de 148 presidentes eleitos.

No plano teórico, é legítimo admitir que, pelo menos onde o Presidente da Câmara Municipal se encontra no último mandato, já existam cogitações e movimentações no sentido da sucessão.

Assim, propõe-se:

- i. Que seja constituída no âmbito da CPN/PSD, com efeitos após o verão do corrente ano, um grupo de trabalho, com envolvimento dos ASD, para iniciar o trabalho preparatório das próximas eleições autárquicas, porque as eleições começam a ganhar-se no primeiro dia de cada mandato;
- ii. Que seja realizado o 2.º Encontro Nacional de Autarcas no ano de 2023;

- iii. Tomar a iniciativa, em articulação com o PSD e o GP/PSD, no sentido de alterar a forma como são escolhidos os vogais das juntas de freguesia, visando acabar com os impasses que se verificam em inúmeras autarquias;
- iv. Clarificar a aplicação da Lei da Paridade aos executivos das juntas de freguesia de modo a evitar as diferentes interpretações que têm conduzido a inúmeras iniciativas junto da justiça.

6. Nota final

O PSD tem nas suas autarquias uma importante rede de Poder Local de proximidade que deve valorizar e da qual se deve aproximar, tendo nos ASD um pilar essencial de reafirmação do partido e dos valores social democratas.

Os ASD estarão sempre na defesa dos interesses das autarquias. Exercer este papel é defender os interesses das comunidades locais. Por isso, não cederemos em matéria de princípios e daremos importância ao que é importante.

Neste sentido, os ASD vão continuar a afirmar e a lutar por matérias de interesse para todos os autarcas (Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Junta de Freguesia), como é o caso de algumas das propostas constantes desta Proposta Temática.

Matérias como a Descentralização, a Regionalização, o Despovoamento do Interior, a Lei de Finanças Locais, o Estatuto do Eleito Local, a distribuição de Fundos Comunitários, são áreas-chave que estão na agenda política dos ASD.

Assim, os ASD irão bater-se, no âmbito da ANMP, ANAFRE, ANAM e junto do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República, para que estas e outras propostas, recorrentemente apresentadas, sejam assumidas pelo Governo, quer em legislação própria, quer no OE para 2023.



PROPOSTA TEMÁTICA



EUROPA E PORTUGAL 2030

1º SUBSCRITOR:

**DEPUTADOS DA
DELEGAÇÃO PSD
PARLAMENTO EUROPEU**

Moção temática dos deputados da delegação do PSD ao Parlamento Europeu: Paulo Rangel, Lídia Pereira, José Manuel Fernandes, Maria da Graça Carvalho, Álvaro Amaro e Cláudia Monteiro de Aguiar

EUROPA E PORTUGAL 2030

INTRODUÇÃO E SÍNTESE

O PSD tem sido o alicerce essencial, permanente e incondicional da **opção portuguesa pela integração na União Europeia e na NATO**. Nunca fez alianças nem concessões a partidos que põem em causa estes dois pilares da nossa afirmação soberana. A guerra de agressão em curso impôs uma mudança geopolítica de grande alcance na Europa e no mundo que só confirma as opções fundamentais de Portugal e do PSD pelo projecto europeu e pela aliança atlântica. A presente moção reafirma esta opção do PSD e identifica as prioridades políticas que consubstanciam e renovam o compromisso europeu de Portugal.

A crise pandémica já reforçara a necessidade de uma integração mais profunda, mas a guerra repôs a paz e a segurança como os desígnios primeiros da UE e relançou o tema do alargamento ao Cáucaso e aos Balcãs. As lições entretanto aprendidas com a crise da zona euro, a crise dos fluxos migratórios e a ocorrência do Brexit também apontam para um aprofundamento da integração.

O PSD defende, pois, a atribuição de novas áreas de competência à UE, devidamente articulada com a dimensão nacional, por exemplo e designadamente, na **área da saúde, da energia, da defesa, da demografia e da protecção civil**. O PSD apoia uma reforma dos tratados que, para lá destes novos domínios, fortaleça a legitimidade democrática das instituições europeias, a sua responsabilidade política, a sua proximidade aos cidadãos e simplifique o processo de decisão (já antecipando os efeitos institucionais e decisórios dos novos alargamentos).

Esta reforma e os seus desenvolvimentos não devem afectar aqueles que são os três desafios fundamentais da UE: (1) potenciar o crescimento económico para garantir o bem-estar social dos cidadãos europeus e a coesão territorial

dentro da UE; (2) dar prioridade ao combate às alterações climáticas e à descarbonização no sentido de assegurar a sustentabilidade ambiental de todas as políticas da UE e de manter a liderança global neste domínio; (3) apostar na ciência, na tecnologia e na inovação, promovendo a transição digital e ambicionando uma futura liderança global na esfera digital. A concretização de todos estes objectivos obriga a um incremento do orçamento da União, só possível com a criação e mobilização de recursos próprios. A aposta no crescimento sustentável mas efectivo, tornando a Europa mais competitiva e mais rica, é a única via de promover e valorizar a Europa social, a Europa dos direitos sociais. **O modo de vida europeu – que justamente concilia a prosperidade económica com o bem-estar social – só pode ser atingido e defendido com um crescimento sólido.** Não há nem pode haver Europa social sem prosperidade económica, sem um crescimento sólido e sustentado. Quem verdadeiramente quer uma Europa social tem de defender uma Europa competitiva.

Todas estas reformas deverão fazer-se mantendo e reforçando o respeito pelo princípio do Estado de Direito (*rule of Law*), pelos direitos fundamentais e pelos princípios estruturantes da democracia na União e em todos os Estados-membros. A primazia dos valores e do direito é uma “pegada europeia” que em tudo corresponde à marca de água do PSD e da sua apologia impostergável do personalismo. O personalismo que é incompatível com uma visão liberal que se fia no mercado sem curar do equilíbrio social e com uma visão socialista que apregoa a igualdade sem cuidar do crescimento da economia. Na Europa e em Portugal, o PSD tem como desígnio a defesa do “modo de vida” especificamente europeu, que preconiza a economia social de mercado, com a pessoa humana, os seus direitos e os seus valores no centro da acção política.

Com esta visão europeia e europeísta, o PSD estará em condições de proporcionar um futuro melhor a todos os portugueses e de, em particular, dar às gerações mais jovens a oportunidade de realização e de sucesso que lhes tem sido negada nos anos mais recentes.

MOÇÃO (PROPOSTA TEMÁTICA)

- I. O PSD aplaude a criação de um pilar europeu de defesa no seio da UE, sem estabelecimento de um exército único e que actue em estreita coordenação com a NATO (ou até dentro do seu quadro). **A UE, sem abandonar a cooperação transatlântica, tem de ser capaz de assegurar a sua defesa e proteger os seus cidadãos.** Este pilar implicará o (1) estabelecimento de compras conjuntas de material militar,

(2) a aposta na coordenação da investigação e na harmonização e integração da indústria de defesa e (3) a criação de forças operacionais de intervenção rápida.

- II. Tendo em vista o cenário do pós-guerra, propomos a organização de uma conferência que defina os princípios e os termos de uma nova ordem de segurança e paz na Europa. **Apoiamos, sem reservas, a concessão imediata do estatuto de país-candidato à Ucrânia** (e a outros Estados sob ameaça), bem como a preparação do plano internacional de reconstrução. Aquela conferência deve curar das modalidades de integração dos diferentes Estados sem necessidade de criar uma nova organização e revisitando os critérios de adesão à UE. **Para tanto e para outros fins como a saúde, a energia, a proteção civil, a agilização de procedimentos e o reforço da democracia com eventual inversão de competências na nomeação do Presidente da Comissão, concordamos com uma revisão dos tratados. Não deve, porém, esquecer-se que é ainda possível fazer enormes progressos sem alterar os tratados vigentes** (veja-se o PRR financiado com dívida comum, a aquisição conjunta de vacinas, a compra de equipamento militar para ajudar a Ucrânia, a solidariedade na maior vaga de refugiados).
- III. Os novos desafios que enfrenta a UE, as novas competências e os novos instrumentos (por exemplo, o *Next Generation EU* – PRR) de que possa ser dotada reclamam um **orçamento europeu reforçado**. O orçamento europeu continua circunscrito a cerca de 1% do PIB da UE. **São necessárias receitas próprias (que não são “impostos europeus”) como o mecanismo de ajustamento de carbono nas fronteiras, as receitas do mercado de licenças de emissão, a taxa sobre os plásticos, a taxação dos gigantes do sector digital e ainda das transações financeiras.** Quem beneficia do mercado interno deve naturalmente pagar pelo acréscimo de valor que cria em razão desse mercado. **É necessário evitar as enormes perdas em fraude, evasão e elisão fiscal, que equivalem, anualmente, a sete orçamentos da UE, ou seja, cerca de 1 bilhão de euros.** Os novos recursos próprios são mais urgentes a partir do momento em que a UE aceitou contrair “dívida comum” para construir o NGEU, a “bazuca europeia” (que, aliás, pode repetir-se para fazer frente aos efeitos da guerra). Se não se encontrarem receitas próprias, terá de haver um corte substancial nos fundos e programas do orçamento da UE, havendo o perigo de afectarem a política de coesão e a política agrícola comum.
- IV. A pandemia e a guerra mostraram a urgência de a UE assegurar a sua autonomia estratégica (impropriamente apodada de “soberania europeia”) em sede de produção de bens essenciais e de aprovisionamento energético. **O PSD defende que o desígnio da autonomia estratégica europeia seja um princípio transversal a todas as áreas e um instrumento da afirmação geopolítica global da UE e dos seus valores.**

- V. **A criação de uma união da energia constitui uma pedra angular dessa autonomia**, a realizar (1) pela consolidação da rede de interconexões energéticas à Península Ibérica, especificamente acelerando as ligações elétricas previstas para o final da década e recuperando os projetos de interconexões a gás, passíveis de utilização futura para hidrogénio), (2) pela aposta maciça nas energias renováveis, na eficiência energética, na descarbonização e no recurso ao hidrogénio (transição energética) e (3) pela diversificação de fontes de abastecimento (redução do risco político). Atendendo aos custos da transição energética e a outros conjunturais (guerra), a redução da carga fiscal sobre a energia é o meio de aliviar o impacto económico-social sobre as famílias e as empresas.
- VI. **A criação de uma união para a saúde é também um imperativo estratégico** para a UE, como bem mostrou a pandemia, no esforço colectivo de investigação e aquisição de vacinas e na partilha de pacientes e de meios. Deve centrar-se na “relocalização” da capacidade produtiva de medicamentos e equipamentos médicos, na criação de centros europeus de excelência de investigação e tratamento nas várias áreas, na eliminação das barreiras de acesso de cidadãos europeus aos sistemas nacionais, no estabelecimento de políticas comuns de saúde pública, de prevenção e de combate a ameaças transfronteiriças. Estes objectivos implicam uma **redefinição dos mandatos e dos poderes do Centro Europeu de Controlo de Doenças e da Agência Europeia do Medicamento**.
- VII. Os desafios demográficos, partilhados pelos 27 Estados-membros, postulam a adopção de políticas comuns nas migrações, nas questões da longevidade e, sobretudo, na natalidade. **É urgente a aprovação de uma Estratégia Comum para a Natalidade**, através de políticas com impacto directo no pilar social, designadamente nas áreas da saúde, segurança social e educação numa **abordagem integrada de apoio às famílias e à infância**. Na dimensão da longevidade, é fundamental garantir “qualidade” ao aumento progressivo da esperança média de vida. Para tanto, devem promover-se as políticas de envelhecimento ativo e a chamada “economia prateada”, que assegurem a esta faixa etária níveis de rendimento, actividade e envolvimento social activo que propiciem e incrementem a “qualidade” no período final de vida. **Na área altamente sensível das migrações, propugnamos uma política comum assente na solidariedade e na responsabilidade dos Estados Membros**. Portugal e a UE devem promover a direito ao asilo dos refugiados, a integração dos imigrantes, a “atração de talento(s)” por via migratória e incentivos que favoreçam o regresso de portugueses emigrados. Devem também combater a imigração irregular e o tráfico de pessoas e garantir a defesa das fronteiras externas da UE.
- VIII. **As especificidades territoriais das diversas Regiões Europeias, em particular as das Áreas Rurais ou de Baixa Densidade e, bem assim, das regiões ultraperiféricas (Açores e Madeira), têm de ser tidas em conta em todas as políticas europeias**. A promoção da coesão territorial passa por medidas como a conectividade em banda larga de alta

velocidade, a difusão das competências digitais, níveis adequados de serviços públicos e privados, soluções de mobilidade inovadoras, bem como a utilização de fontes energéticas alternativas, a diversificação económica, o empreendedorismo e uma forte criação de emprego. No plano das acessibilidades, defendemos o reforço das ligações ao interior, sobretudo através da ferrovia. **A ligação ferroviária a Espanha é determinante** (sobretudo para o transporte de mercadorias), também por óbvias razões ambientais. Perante os desafios da descarbonização, é urgente reforçar os postos de carregamento eléctrico e a oferta de transporte público ambientalmente sustentável. **A posição geográfica periférica e a vocação turística do nosso país exigem a construção de um novo aeroporto na região de Lisboa** que cumpra as exigências de sustentabilidade em todos os parâmetros, incluindo o dos combustíveis.

- IX. Os governos socialistas têm prosseguido políticas económicas que arrastaram Portugal para a cauda da Europa. Temos sido sistematicamente ultrapassados por outros Estados-membros em sede de criação de riqueza e de crescimento económico. Estas opções políticas erradas têm enormes consequências sociais, degradando a prestação e o desempenho do nosso Estado social (designadamente na saúde, mas também na educação, na segurança social e nos serviços públicos em geral). **Não se pode distribuir a riqueza que não se cria. Por isso, são absolutamente cruciais as políticas de crescimento, com alívio fiscal e aumento da competitividade e produtividade.** Esta vaga de crescimento passa pela digitalização da economia e dos serviços públicos, pela reindustrialização, pela aposta na agricultura e no princípio da “soberania alimentar”, pela valorização dos recursos marinhos e pela conclusão da transição energética. A indústria do Turismo continuará a ser uma das alavancas da nossa economia nos próximos anos. A modernização do sector implica a transição digital, o recurso à automação e o respeito pelos critérios de sustentabilidade. **A criação de uma Agência Europeia para o Turismo**, responsável pela definição de métricas comuns, recolha e tratamento de dados, é um passo necessário para a desejável criação de uma União para o Turismo. Já na transição digital, é decisivo levar a cobertura das redes 5G a todo o território e investir na formação digital básica de toda a população. As políticas económicas devem orientar-se para a **criação e qualificação do emprego, aumentando o rendimento disponível das famílias.** A qualificação do emprego passa pela formação e pela digitalização, dando-se prioridade aos programas de mobilidade estudantil e laboral, que constituem um dos activos mais valorizados pelos cidadãos europeus. **Só assegurando um crescimento acima da média europeia e gerando emprego, se pode aumentar o rendimento dos trabalhadores e sustentar o Estado Social português**, cada vez mais solicitado (atento o envelhecimento da população e o que ele exige do sistema de saúde e de prestações sociais). Não há nem pode haver Europa social sem um crescimento sólido e sustentado. Quem verdadeiramente quer uma Europa social tem de promover e fomentar uma Europa competitiva.

- X. Como ilustra a crise alimentar gerada pela guerra, **as políticas agrícola e de pescas são um pilar determinante da autonomia estratégica da UE**. Também com esse objectivo, deveremos promover mais ativamente os alimentos produzidos na UE, que obedecem às melhores práticas ambientais, sociais e de qualidade do mundo. A sustentabilidade económica, ambiental e social deve ser o princípio chave da actividade agrícola, florestal, extractiva e piscatória, contribuindo nomeadamente para a utilização eficiente da água, o aumento da matéria orgânica nos solos e a descarbonização. Na exploração marinha, na protecção das espécies e na escolha das prioridades produtivas **a aposta na investigação científica e nas tecnologias digitais é imprescindível** para garantir o uso sustentável de todos os recursos naturais.
- XI. As políticas de ambiente e, em especial, o Pacto Ecológico (conhecido como *Green Deal*) são a trave mestra das grandes reformas que a UE fará nas próximas décadas. O PSD revê-se por inteiro nos **objectivos para a redução das emissões em 55% até 2030 e para a neutralidade carbónica em 2050**. Para tal, é fundamental electrificar o sector da energia, descarbonizando a sua produção, avançar com a definição de “*go-to zones*” para renováveis de licenciamento expedito, electrificar o sector da mobilidade e promover o hidrogénio enquanto alternativa industrial. Portugal corre o risco de ver mais de metade do seu território desertificado por efeito das alterações climáticas, sendo assim urgente a adaptação da sociedade a esta realidade e aos fenómenos climáticos extremos. Nas cidades, evitando ilhas de calor, e nas zonas rurais, optando por espécies que melhor se adaptem aos efeitos do aquecimento global. **O ambiente e a economia não são interesses inconciliáveis**, aliás, o desafio ambiental e climático tem de ser convertido numa grande oportunidade económica de crescimento e geração de emprego. **O fomento da economia circular, também pela via fiscal, deve ser prosseguido** em todos os sectores, reduzindo a exploração dos recursos naturais.
- XII. A dupla transição verde e digital está no centro das políticas europeias e a sua concretização não será possível sem um forte investimento na Ciência e na Inovação. Sendo a protecção dos recursos marinhos e hídricos um dos pilares do Pacto Ecológico Europeu, o PSD conseguiu ver aprovada a criação de uma entidade dedicada à investigação científica e à inovação na área da água (Centro de Conhecimento e Inovação para a Água) e tem-se batido para que esta tenha a sua sede em Portugal. No plano da Educação, defendemos a consolidação dos programas europeus de mobilidade e o reforço da cooperação entre instituições de ensino dos Estados membros, visando uma **melhoria global das competências digitais, na matemática, no domínio das línguas e na filosofia**. Consideramos que a autonomia estratégica da UE, nomeadamente da sua indústria, deve passar pela aposta nas competências e na capacidade científica em tecnologias emergentes, tais como computação quântica, computação de alto-desempenho, fotónica e bioengenharia.

- XIII. Para fomentar esta vaga de crescimento, mostra-se fundamental o **uso criterioso e reprodutivo dos fundos europeus**. Atenta a confluência do PRR e do envelope financeiro do Portugal 20-30, nunca o nosso país recebeu tanto apoio europeu. Trata-se de uma oportunidade única e sem paralelo. **A concentração do PRR no sector público e em gastos correntes (pouco ou nada reprodutivos) é altamente censurável e deve ser invertida e compensada através do Acordo de Parceria Portugal 2030, focando-o no apoio ao investimento privado e às empresas (em especial, no segmento dos bens transaccionáveis)**. Tem de ser agilizada a avaliação das candidaturas a fundos, tornando-os mais acessíveis (em particular para as PME's) e tem de ser criado um canal de financiamento rápido para os sectores económicos mais afectados com a crise pandémica e a guerra. O planeamento estruturado da alocação de fundos e o escrutínio reforçado da sua atribuição são prioridades indispensáveis ao seu uso reprodutivo.



PROPOSTA TEMÁTICA

H

**PSD: UNIR EM NOME
DE PORTUGAL**

1º SUBSCRITOR:

TSD



PSD: UNIR EM NOME DE PORTUGAL

**Proposta Temática
do Secretariado Nacional dos TSD
ao 40º Congresso Nacional do PSD**

Primeiro Subscritor: *Pedro Roque Oliveira*

ÍNDICE

I PSD - A LIDERANÇA RUMO A UM NOVO CICLO POLÍTICO	4
1. SAUDAÇÃO A LUÍS MONTENEGRO PELA SUA ELEIÇÃO COMO PRESIDENTE DO PSD.....	4
2. SITUAÇÃO INTERNACIONAL IMPREVISÍVEL, UM GOV NÃO ESTÁ À ALTURA DOS DESAFIOS	4
II PORTUGAL E O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA	7
1. PSD – UM GRANDE PARTIDO DE PORTUGAL, DA SOCIEDADE E DOS TRABALHADORES	7
2. O PAPEL INCONTORNÁVEL DO PSD COMO O PARTIDO DO CENTRO POLÍTICO EM PORTUGAL	8
3. A IMPORTÂNCIA DO PSD ENQUANTO MAIOR PARTIDO DA OPOSIÇÃO	8
III ECONOMIA SOCIEDADE E TRABALHO	10
1. MAIS DESENVOLVIMENTO COMO GARANTIA DE INCREMENTO SOCIAL.....	10
2. VALORIZAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS. APROFUNDAR O ESTADO SOCIAL	10
3. O PAPEL INCONTORNÁVEL DO SINDICALISMO DE BASE DEMOCRÁTICA	11
4. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS TSD NA CENTRAL SINDICAL DEMOCRÁTICA UGT	12
5. A IMPORTÂNCIA DE ESTABILIDADE NA LEGISLAÇÃO LABORAL	12
6. A CONCERTAÇÃO SOCIAL COMO PILAR ESTRUTURAL DO DIÁLOGO	13
7. OS DESAFIOS E AS RESPOSTAS EUROPEIAS	14
IV SUSTENTABILIDADE DO MODELO ECONÓMICO E O FUTURO DO TRABALHO....	16
1. RECUPERAÇÃO, RESILIÊNCIA, DIGITALIZAÇÃO, ECONOMIA VERDE E GERAÇÃO DE EMPREGO	16
2. A GLOBALIZAÇÃO	16
3. EFEITOS DA DIGITALIZAÇÃO – VANTAGENS E DESVANTAGENS.....	16
4. IMPACTO DAS NOVAS FORMAS DE TRABALHO NO FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL	18
5. PROFISSÕES EM RISCO	19
V CONCLUSÕES E PROPOSTAS	21

I

PSD – UNIR PARA LIDERAR A OPOSIÇÃO

1. SAUDAÇÃO A LUÍS MONTENEGRO PELA SUA ELEIÇÃO COMO PRESIDENTE DO PSD

Chamados a pronunciarem-se em eleições diretas no passado dia 28 de maio os militantes sufragaram a candidatura de **Luís Montenegro** que assim se legitima como o novo Presidente do **PSD - Partido Social Democrata**. Esta eleição é especialmente relevante pelo facto de acontecer no início de uma nova legislatura em que existe uma maioria absoluta do PS e de o papel da oposição dever ser sistemático e suportado na forte coesão interna do PSD.

Os **TSD – Trabalhadores Social Democratas**, cientes da confiança maioritariamente expressa pelos militantes, saúdam o novo presidente. Reiteram disponibilidade e vontade de, a seu lado, contribuírem para unir o Partido após as eleições diretas, o presente Congresso para o importante trabalho do PSD na oposição.

Reforçar a coesão do **PSD** significa também dinamizar e fortalecer o Partido enquanto alternativa credível e efetiva ao governo socialista agora em maioria absoluta.

Os **TSD** continuarão a representar solidária e entusiasticamente, enquanto estrutura autónoma, a voz do Partido, dos seus ideais de justiça social, progresso e modelo de democracia no mundo do trabalho, no movimento sindical, mas também os valores e anseios dos trabalhadores no seio do **PSD**.

2. UMA SITUAÇÃO INTERNACIONAL IMPREVISÍVEL E UM GOVERNO QUE DEVE ESTAR À ALTURA DOS DESAFIOS

A legislatura anterior conheceu um final abrupto em virtude da rejeição da Proposta de Orçamento de Estado para 2022. Ela foi, de resto, uma legislatura atípica não só em virtude do seu encurtamento, mas também pelo facto do Governo e do Partido Socialista, apesar do reforço parlamentar que obtiveram, não terem sido capazes de assegurar o apoio efetivo dos seus aliados da “geringonça”. Tal circunstância, aliada aos constantes erros de governação, foi fatal na sua capacidade de sobrevivência política.

Foi uma breve legislatura marcada pelo advento de uma grave situação de saúde pública à escala global e que, naturalmente, também afetou Portugal. Referimo-nos à pandemia de Covid19 que, a partir do mês de março de 2020, implicou perturbações

fortíssimas na vida das pessoas e com reflexos recessivos na atividade económica, sobretudo em setores estratégicos para Portugal como foi o caso do Turismo e tudo o que lhes está associado como seja a hotelaria, viagens, restauração ou a animação.

A pandemia, desde o início, disseminou-se de modo galopante. Apresentou um elevado número de infeções e trouxe, como consequência mais grave, a morte a um número elevado de pessoas. Foram por isso inevitáveis medidas de saúde públicas que procuraram conter os contágios. Tiveram, porém, como reverso da medalha, o refrear das atividades produtivas e a forte recessão económica.

Foi extremamente relevante o papel dos trabalhadores de muitos sectores profissionais que, nas várias fases críticas da pandemia, mantiveram o funcionamento de áreas fundamentais da economia, na assistência clínica, nas forças de segurança, no setor dos serviços e da logística. Do seu trabalho dependeu a satisfação das necessidades de todos os portugueses no período pandémico.

É justo recordá-lo e saudá-lo.

Quando todos pensavam que, finalmente, a pandemia tinha sido ultrapassada ou, pelo menos, fortemente mitigada e controlada a geopolítica vem ditar as suas leis através de uma agressão militar injustificada da Federação Russa a um país soberano, a Ucrânia, ao arrepio do direito internacional e da Carta das Nações Unidas.

A agressão de que a Ucrânia está a ser alvo, desde o dia 24 de fevereiro e a que os ucranianos têm vindo a fazer frente de modo heroico, próprio de quem luta do lado da razão, constitui a maior crise militar e humanitária desde o final da segunda guerra mundial

Para além do potencial para remodelar a paisagem geopolítica europeia, esta agressão inqualificável constitui um pesadelo para a segurança de toda a humanidade, ao mesmo tempo que representa maciço sofrimento humanitário e múltiplos e intoleráveis crimes de guerra que não podem passar impunes.

Mas não só do ponto de vista humanitário, estratégico e securitário esta situação é preocupante. De facto, a forte dependência da Europa do fornecimento de combustíveis fósseis – carvão, petróleo e sobretudo gás natural – por parte da Federação Russa implica uma forte incerteza sobre a continuação desse fornecimento e até sobre a legitimidade de, por um lado, se apoiar solidariamente a Ucrânia através de um embargo económico à Rússia, mas, por outro, em virtude da dependência energética, se continuar a financiar indiretamente a Rússia e o seu esforço de guerra através da continuação desse fornecimento.

A instabilidade tem gerado um forte clima de incerteza nos mercados internacionais com reflexo claro e visível nos preços da energia, nas suas diversas formas, que têm

vindo consecutivamente a subir acentuando a pressão inflacionista global com reflexos perniciosos no poder de compra dos salários.

Este é um fenómeno global a que Portugal não escapa sendo que as previsões apontam para uma taxa de inflação, no corrente ano, atinja os 8% quando as atualizações salariais ficarão muito abaixo deste valor.

Do mesmo modo a rutura no abastecimento de cereais no mercado global, do qual a Ucrânia e a Rússia se contam entre os maiores produtores e exportadores, acentua não só as tendências inflacionistas como, também, fortes incertezas sobre a segurança alimentar global e o receio fundado de fenómenos de fome em diversos países de maior dependência das importações alimentares e de maior debilidade económica para fazer face a aumentos fortes nos preços nos mercados internacionais.

Tal situação é altamente preocupante, não só do ponto de vista humanitário, mas também do ponto de vista da estabilidade política regional e da segurança. Se nos recordarmos que muitos dos países do Médio Oriente e do Norte de África estão nesta situação e que, há uma década, no dealbar da chamada "Primavera Árabe" os preços se encontravam igualmente em forte alta, poderemos antever que, aos problemas de segurança no leste da Europa, se poderão eventualmente juntar problemas no flanco sul.

A situação internacional é assim de forte volatilidade e ela reflete-se, inevitavelmente, na conjuntura nacional pelo que seria importante ter um Governo à altura das circunstâncias, mas também que o PSD seja a oposição efetiva que o país necessita.

II

PORTUGAL E O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

1. PSD – UM GRANDE PARTIDO DE PORTUGAL, DA SOCIEDADE E DOS TRABALHADORES

O **PSD** sempre se afirmou como um partido interclassista, representando todos os Portugueses independentemente da sua posição social, aberto à sociedade, com um ideário, princípios e valores que permanecem firmes desde a sua fundação. Não obstante, esta leitura da Sociedade é necessariamente dinâmica em virtude da sua própria evolução ao longo dos anos.

Mas o **PSD** deve ser considerado, também e sobretudo, um *Partido de Trabalhadores*. Sendo Portugal um país em que o fator Trabalho tem um peso tão determinante é sobretudo no voto e na confiança de quem trabalha que se robustece a representatividade política do nosso Partido.

Os **TSD - Trabalhadores Social Democratas** constituem a estrutura autónoma do **PSD** para o mundo laboral e o movimento sindical. O nosso Partido possui uma estrutura com estas características como consequência das suas ideologia, implantação e aceitação. É um Partido do Trabalho, do progresso económico e da redistribuição social.

Também ao nível do movimento sindical a sua influência se faz sentir através de um conjunto vasto de associados e dirigentes sindicais que perfilham estes valores. São, precisamente, os **TSD** que projetam o **PSD** nesta realidade social tão importante.

Os **TSD** visam, assim, contribuir para a construção de uma sociedade orientada pela *Social-Democracia*, pugnando pelo cumprimento dos princípios programáticos do **PSD** na área laboral e na defesa da independência e autonomia das associações sindicais. Como consequência têm uma presença nuclear na UGT – União Geral de Trabalhadores, na USI – União dos Sindicatos Independentes e no movimento sindical independente em geral.

Mas este é também um caminho de duplo sentido. Se representamos o **PSD** junto do mundo laboral e do movimento sindical então, por maioria de razão, também representamos o mundo do trabalho, o seu sentir, anseios e necessidades no seio do Partido.

Consequentemente, os **TSD** entendem mais do que nunca, que os grandes valores do

Trabalho, da justiça social, da negociação, do diálogo social e do efetivo combate à pobreza, não podem ser ignorados ou sacrificados num qualquer altar da tecnocracia macroeconómica ou da insensibilidade social.

O Trabalho é a base da nossa sociedade. É nele que reside o rendimento da maioria das famílias e a base da sua própria qualidade de vida.

Do mesmo modo, sem trabalhadores não há economia.

2. O PAPEL INCONTORNÁVEL DO PSD COMO O PARTIDO DO CENTRO POLÍTICO EM PORTUGAL

O **PSD**, após o relevante papel histórico que desempenhou na liderança de um Governo que recuperou e devolveu a dignidade a Portugal e, mais recentemente, enquanto oposição responsável aos governos socialistas apoiado pelas forças de esquerda, deverá continuar a manter-se fiel à sua matriz ideológica social-democrata que o coloca no centro político, rejeitando, de igual modo, o coletivismo derrotado pela História e um certo capitalismo desregulado e insensível ao progresso social.

Em nossa opinião as propostas políticas do **PSD**, na legislatura que se avizinha, deverão sempre ter em conta a união dos interesses do desenvolvimento económico e do progresso social. A instrumentalidade da Economia, constitui para nós um valor inalienável já que, só assim, se constrói uma efetiva ***Economia Social de Mercado*** tendo como pressuposto que a redistribuição deve ser antecedida da criação efetiva de riqueza por forma a ser sustentável.

De igual modo é fácil de entender que a uma economia débil corresponderá um Estado Social inconsequente. Assegurar a sustentabilidade económica constitui a marca identitária do **PSD** e que é, ideológica e pragmaticamente, diferenciadora relativamente ao Partido Socialista.

O PS, por diversas vezes, à frente da governação do país tem tido como marca idiossincrática o exaurir das contas públicas, os incumprimentos financeiros do Estado e a necessidade de sucessivos e humilhantes resgates financeiros de urgência para evitar a bancarrota.

Por seu turno, a visão social-democrata do **PSD** em Portugal assenta na perceção nítida que o interesse coletivo passa por assegurar as condições de sustentabilidade do crescimento económico para que a redistribuição da riqueza e a manutenção do Estado Social seja sustentável.

Por isso o PSD é um grande partido do Centro político.

3. A IMPORTÂNCIA DO PSD ENQUANTO MAIOR PARTIDO DA OPOSIÇÃO

As últimas eleições asseguraram ao Partido Socialista a maioria absoluta dos assentos parlamentares e a formação de um Governo que tem condições plenas de estabilidade política para cumprir o seu programa.

Foi essa a escolha dos Portugueses e que, naturalmente, respeitamos com humildade democrática.

Importa assim que o papel da Oposição seja clarificador das diferenças, apontando os erros e constituindo-se como uma alternativa de poder responsável, em nome de Portugal.

O papel da Oposição e do PSD, enquanto segundo maior partido no hemiciclo, é o de apontar os caminhos e as alternativas conducentes a um crescimento económico efetivo, sustentado, capaz de superar atrasos estruturais e quebrar o ciclo de empobrecimento relativo perante um conjunto de Estados-membro da União Europeia, designadamente os países do leste europeu.

Só esta circunstância permitirá a redistribuição sustentada da riqueza e alcançar níveis de bem-estar geral dos Portugueses compatíveis com a média da União Europeia, mas também combater os problemas sociais estruturais do país, designadamente, os baixos salários, a precariedade e os bloqueios ao diálogo social.

III

ECONOMIA, SOCIEDADE E TRABALHO

1. MAIS DESENVOLVIMENTO COMO GARANTIA DE INCREMENTO SOCIAL

Apesar do resultado das últimas eleições legislativas, Portugal sabe que pode confiar no **PSD** enquanto Partido responsável na Oposição e alternativa de poder. Mais importante do que a tentação governativa de “*dar agora*”, para “*retirar logo de seguida*”, são a previsibilidade e a sustentabilidade em matéria económica como o único suporte do Estado Social e de uma redistribuição verdadeiramente efetiva e cumpridora do objetivo supremo de justiça social.

Entendemos que objetivo da governação deve ser conducente à melhoria dos rendimentos, redução da pobreza e combate às desigualdades. A valorização do salário mínimo é importante para assegurar a recuperação e melhoria do poder de compra e para a redução da pobreza. Todavia verifica-se que, apesar do seu aumento substantivo nos últimos anos, o salário médio não subiu gerando situações de esmagamento salarial com as consequentes situações de injustiça, descontentamento e desmotivação laboral.

Por isso é tão importante criar as condições para o crescimento económico.

Sabemos igualmente que, o ***Estado Social*** é um dos tópicos em que as diferenças entre **PSD** e PS são mais marcantes. Não ao nível do seu escopo ou dos seus objetivos últimos, mas antes do modo de como garantir a sua sustentabilidade no tempo. O Estado Social é um ganho civilizacional e todos gostamos de viver numa sociedade em que a solidariedade é efetiva. Porém, o cuidar da criação de riqueza para fazer face à sua sustentabilidade deve ser a primeira das preocupações políticas já que o mesmo não se alicerça, nem se mantém, com base na retórica ou em utopias politicamente corretas de esquerdas mais ou menos radicais.

As provas desta evidência foram por demais claras no passado recente quando, em 2011, um Governo socialista, por não cuidar da *coisa pública*, levou a que Portugal necessitasse de mais um humilhante resgate financeiro internacional e visse as suas políticas sociais serem inevitavelmente afetadas.

2. VALORIZAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS, APROFUNDAR O ESTADO SOCIAL

O desinvestimento a que a Administração Pública e os Serviços Públicos foram sujeitos ao longo dos anos e o encerramento de serviços públicos em sectores fundamentais como a Educação, a Saúde ou a Justiça e em outras áreas como as Finanças ou os

serviços postais têm contribuído para um cada vez maior afastamento do Estado face aos cidadãos e vice-versa, pondo em causa os pilares estruturantes do nosso Estado Social e da nossa democracia.

É absolutamente imprescindível que se recupere o nível de investimento público nos próximos tempos, depois de vários anos de desinvestimento com as consequências graves que todos conhecemos.

É essencial investir nos serviços públicos e nos seus recursos humanos, assegurando aumento de salários para todos os trabalhadores, revisão das carreiras e progressões e um sistema de avaliação justo.

3. O PAPEL INCONTORNÁVEL DO SINDICALISMO DE BASE DEMOCRÁTICA

Os Sindicatos representam os interesses dos seus associados em particular e dos trabalhadores em geral. Têm a responsabilidade e a necessidade de se pronunciarem sobre todas as alterações à legislação do trabalho. Esta é a dimensão da relevância social das organizações sindicais.

O objetivo do movimento sindical de melhorar as condições de vida dos trabalhadores tem muito em comum com o da ***social-democracia***, que o assume em todas as suas dimensões para o conjunto dos cidadãos. É um objetivo exigente que obriga os dirigentes sindicais a tomar partido naquelas que são as decisões políticas mais relevantes da nossa sociedade e os convoca à análise dos problemas, à sua discussão com os trabalhadores e, conseqüentemente, a influir nas tomadas de decisão.

É isso que se espera dos dirigentes sindicais, especialmente dos *social-democratas* que devem igualmente pautar a sua conduta no respeito pelo valor inalienável da independência sindical e dos princípios democráticos que norteiam a sociedade em geral.

Fala-se de um declínio da sindicalização. Este é, face ao exposto, um motivo de preocupação. Importa assim modernizar e capacitar os Sindicatos para recrutarem mais e melhores quadros, que possam dinamizar a atividade sindical e serem um dos dois pilares da contratação coletiva.

Se estão em causa decisões que vão refletir-se negativamente na vida dos trabalhadores ou dos cidadãos, os Partidos devem promover e apreciar o empenhamento daqueles dirigentes na sua discussão, assumindo o resultado final como um contributo para o aperfeiçoamento da democracia.

Consideramos assim que é fundamental para todos os trabalhadores participarem civicamente, seja na empresa, nas comissões de trabalhadores ou comissões sindicais,

no sindicato, em associações diversas, na autarquia ou no Partido.

4. **A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS TSD NA CENTRAL SINDICAL DEMOCRÁTICA UGT**

A UGT constituiu-se em outubro de 1978 como uma resposta democrática à tentativa de hegemonia comunista do movimento sindical. Os sindicalistas ligados aos **PSD** e **PS** decidiram constituir uma nova central sindical que preservasse os princípios da liberdade de constituição de sindicatos e a sua independência relativamente a outros interesses que não fossem os da defesa intransigente dos seus associados, salvaguardando, todavia, o exercício do direito de tendência enquanto forma de expressão político-social.

Os **TSD** são assim parte constituinte e integrante desta Central Sindical. Orgulham-se do papel histórico da UGT e estão convictos da sua importância para a construção do quadro económico-social pós-pandémico em clima de diálogo social.

Na sequência de mais um congresso eletivo da UGT, os **TSD** reafirmam o seu firme propósito de, em diálogo com a tendência sindical socialista, contribuírem para reafirmar os princípios democráticos fundadores da Central e reforçar a sua importância no mundo laboral e no quadro da Concertação Social.

5. **A IMPORTÂNCIA DE ESTABILIDADE NA LEGISLAÇÃO LABORAL**

Em virtude da assinatura do *Memorando de Entendimento* com a Troika em 2011 (no âmbito do *Programa de Assistência Económica e Financeira* que resgatou Portugal) e, posteriormente, do *Compromisso Tripartido para a Competitividade e o Emprego* (assinado em sede de Concertação Social em janeiro de 2012), algumas alterações à legislação laboral foram efetuadas em nome da flexibilização e da harmonização legislativa face aos demais estados-membros da União Europeia e da OCDE.

O indicador mais comumente utilizado para avaliar a rigidez do mercado laboral é o *Employment Protection Legislation (EPL)*, um índice calculado pela OCDE que analisa os entraves legais à contratação e ao despedimento. Deste ponto de vista a legislação laboral portuguesa era comparativamente considerada como das mais rígidas. Assim, algumas das medidas em matéria laboral, constantes do *Memorando de Entendimento*, levaram precisamente em conta esta circunstância.

O *Compromisso* celebrado pelos Parceiros Sociais e o Governo em 2012 significou uma aceitação, por parte dos signatários, da necessidade de se empreenderem reformas estruturais que apostassem nos trabalhadores e na melhoria das suas qualificações, em novos processos, tecnologias e inovação. Este acordo foi bem a demonstração do papel insubstituível do diálogo social estruturado, mormente num contexto económico-

social tão exigente. Em matéria de legislação laboral foram levados em conta os compromissos internacionais assumidos por Portugal no quadro do *Memorando de Entendimento* e a importância de aproximar a nossa legislação laboral dos padrões internacionais por forma a reforçar a competitividade da nossa economia e o emprego.

Convirá nunca esquecer que parte substantiva do sucesso de Portugal no seu processo de reestruturação e de superação da situação de *default*, comparativamente a outros países intervencionados, radicou no elevado sentido de responsabilidade histórica demonstrado pelos Parceiros Sociais e no resultado obtido neste *Compromisso Tripartido* que acarretando um grande sacrifício para todos os trabalhadores permitiu que Portugal fosse bem-sucedido na “saída limpa” no final do resgate financeiro.

Os **TSD** ao nível da UGT, e o **PSD** ao nível parlamentar, sempre defenderam que eventuais alterações à legislação laboral devem sempre respeitar entendimentos tripartidos, isto é, obtidos através do acordo dos Parceiros Sociais e do Governo.

Consequentemente os **TSD** entendem ser importante que o Código de Trabalho possa continuar a ser estável, equilibrado nas suas disposições e que os ajustes legislativos tenham em conta o interesse comum e obtenham obrigatoriamente o acordo das partes em sede de Concertação Social.

Continuamos a entender que a continuidade da cedência a uma agenda da esquerda radical nesta matéria é um risco que, para além de desvalorizar o papel dos *Parceiros Sociais*, prejudicará a economia, o volume de emprego e os níveis de atração de investimento.

6. A CONCERTAÇÃO SOCIAL COMO PILAR ESTRUTURAL DO DIÁLOGO

A sociedade portuguesa é muito diversa, complexa e fragmentada. Assiste-se ao surgimento de novas formas de organização que, inevitavelmente, conduzem a que os processos políticos, económicos e sociais sejam alargados a novos participantes. A resposta a esta tendência crescente é dada na base do diálogo estruturado e institucionalizado.

É cada vez mais claro que, a observância dos valores associados à liberdade, democracia e direitos humanos, não se esgota nos atos eleitorais e na sua formalidade democrática. A via para o progresso social e económico obriga ao permanente desenvolvimento de uma cultura de compromisso assente nas responsabilidades de cada uma das partes.

A resolução dos problemas que as sociedades modernas enfrentam não é compatível, nem com métodos simplistas, nem com o resultado da ação de um único agente, por maior que seja o poder com que se apresente ou se legitime.

Por todas estas razões, a prática do diálogo estruturado é o método a ser privilegiado. Esta visão obriga a um esforço construtivo das diferentes forças políticas e agentes económicos e sociais para se focarem no que é estratégico de forma a atingirem o objetivo mais importante: a promoção do crescimento económico por forma a que o financiamento e a real abrangência do Estado Social sejam uma realidade.

É neste contexto que o papel dos Parceiros Sociais em sede de Concertação Social e dos Partidos Políticos no Parlamento é determinante e incontornável. Os primeiros estabelecendo os equilíbrios necessários tendo em conta o interesse comum. Os segundos, sem abdicarem dos seus programas e da sua capacidade legislativa conferida pelo voto popular, procurando plasmar a essência do acordado no texto legal.

Os **TSD** lamentam a desvalorização fortíssima que, nos últimos anos, os Governos do Partido Socialista fizeram da Concertação Social e dos Parceiros numa tentativa de agradar aos Partidos à sua esquerda. Ideologicamente estes partidos radicam no princípio marxista da luta de classes que está nos antípodas da harmonização de interesses que o diálogo social proporciona.

Urge reparar os fortes danos infligidos à Concertação Social e à confiança que é necessária entre os Parceiros e o Governo.

7. OS DESAFIOS DA CRISE PANDÉMICA, DO CONFLITO NA UCRÂNIA E AS RESPOSTAS EUROPEIAS

Portugal é um dos Estados-membro da União Europeia e da Zona Euro. Embora com as suas particularidades, muitos dos seus problemas e desafios são comuns e merecem respostas concertadas ao nível europeu.

A situação pandémica, como atrás ficou referido, veio colocar problemas económicos graves em muitas economias dos Estados-membro da União Europeia, mormente aqueles com uma forte dependência estrutural da exportação de serviços, como é o caso de Portugal.

Foi assim muito importante a criação de um pacote financeiro europeu de recuperação e resiliência (**NextGenerationEU**). Mais do que um mero plano de recuperação constitui-se numa oportunidade única de transformação estratégica das economias europeias e de criar oportunidades e empregos para a Europa onde queremos viver. Trata-se acima de tudo de uma visão consubstanciada num acordo para investir em conjunto mais de 800 mil milhões de euros.

A resposta unânime que a União Europeia tem dado na condenação da agressão e no apoio ao povo, ao Governo e às Forças Armadas da Ucrânia é bem o exemplo de como a Europa consegue vencer as suas divisões internas em nome de um objetivo comum.

É também primordial que todos cooperem no sentido de uma Europa forte, unida e multilateral, por oposição aos que professam nacionalismos vários e o isolacionismo europeu. Onde outros despertam invejas e semeiam ódios, devemos inspirar confiança e desenvolver o poder da solidariedade entre pessoas e entre países. Em vez de excluir, devemos orientar nossas políticas para a inclusão com base na dignidade inalienável de cada pessoa. A dignidade humana é o valor supremo que todos devemos partilhar.

A Europa é o maior projeto de prosperidade e paz da História. É essencial garantir e desenvolver este projeto. Saudamos igualmente o *Pilar Europeu dos Direitos Sociais*, com o qual os Estados-membro e a Comissão Europeia se comprometeram. Onde quer que tenhamos responsabilidade política na Europa, apoiaremos a implementação do “Pilar Social” na prática, com um forte foco em salários dignos, acesso à proteção social e um bom equilíbrio entre vida profissional e familiar.

Do mesmo modo torna-se importante, por exemplo, expandir os padrões mínimos europeus nas leis laborais ou nas normas de saúde e segurança no trabalho.

IV

SUSTENTABILIDADE DO MODELO ECONÓMICO E O FUTURO DO TRABALHO

1. RECUPERAÇÃO, RESILIÊNCIA, DIGITALIZAÇÃO, ECONOMIA VERDE E GERAÇÃO DE EMPREGO

Independentemente da forte aposta que o pacote "*NextGenerationEU*" faz na digitalização e na economia circular, temos a perfeita noção de que o atual modelo de desenvolvimento não é ambientalmente sustentável e que pende sobre a humanidade o risco de fortes consequências caso não se proteja o ambiente e se aposte na economia verde e circular.

O país e a UE, no seu todo, devem continuar a adotar as estratégias adequadas, efetivas e mensuráveis para contrariar a particular vulnerabilidade geofísica a que se encontra exposto. As alterações climáticas afetam-nos a todos em termos globais e tudo indica que se produzirão efeitos extremos mais graves e frequentes. O investimento público, bem como a política fiscal deverão estar ao serviço desta estratégia na certeza de que se, assim não for, não haverá emprego ou empreendedorismo num planeta sem vida.

Por seu turno, a transição para a descarbonização, a economia circular, bem como para a digitalização e a automatização devem ser justas, sustentáveis e inclusivas não deixando os direitos sociais dos trabalhadores para trás e a adaptação dos locais de trabalho tem que ser acautelada. Estes requisitos devem fazer parte integrante das estratégias a adotar por Portugal.

Torna-se importante, assim, um modelo de desenvolvimento económico, qualitativamente diferente, ecologicamente sustentável, capaz de incentivar e acompanhar a convergência das transições digital e ecológica no nosso País, tendo igualmente na agenda a defesa do trabalho digno, o bem-estar comum e a proteção dos direitos sociais.

2. A GLOBALIZAÇÃO

A participação de todas as regiões do mundo na produção de bens é hoje uma realidade. Esta evidência criou muitas possibilidades de desenvolvimento económico e social e permitiu a muitos milhões de pessoas emanciparem-se da pobreza alcançando

um emprego e um patamar mínimo de dignidade social. Porém, em sentido contrário, a feroz concorrência internacional a que se assiste tem vindo a degradar continuamente as condições de trabalho, os salários ou o respeito por direitos fundamentais.

Esta internacionalização também contribui para o fluxo migratório contínuo que se vem presenciando. Estas pessoas, apesar de contribuírem fortemente para a criação de riqueza nos países onde se instalam são, paradoxal e frequentemente, vítimas de exploração, xenofobia e afetadas por elevadas taxas de desemprego específicas e por forte insegurança pessoal e familiar.

A regulamentação de políticas de migração, no espírito do "*Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular*", aprovado por um conjunto significativo de países das Nações Unidas, embora não vinculativo, é fundamental. Urge regular fluxos equilibrados para bem de quem necessita de acolhimento e também para quem acolhe.

De igual modo, as regulamentações laborais são fundamentalmente nacionais e incapazes de fazer face a desregulações concorrenciais entre países ou regiões económicas. Pelo que, as situações de forte informalidade típicas dos países emergentes e economias em desenvolvimento não cessam de crescer também nos países industrializados quando o inverso seria o desejável e indiciador de efetivo progresso económico e social.

Estas realidades potenciam a falta de qualidade no trabalho e o aumento dos riscos associados ao mesmo através do aumento do *stress* e das doenças profissionais ou das mortes em acidentes laborais.

Por tudo isto não será de estranhar que o respeito pelos direitos fundamentais no trabalho esteja em regressão, apesar dos progressos a que se tinha vindo a assistir. A liberdade e proteção sindicais ainda não são uma realidade para metade dos trabalhadores do mundo e isso reflete-se ao nível do trabalho infantil, do trabalho forçado ou da discriminação sexual, religiosa, étnica ou com base na deficiência.

3. EFEITOS DA DIGITALIZAÇÃO – VANTAGENS E DESVANTAGENS

A pandemia veio, por força das circunstâncias, forçar a aceleração das formas de trabalho à distância. Assim sendo a digitalização e a robotização do trabalho, os seus efeitos, mormente ao nível das relações de trabalho e os impactos na sociedade e na vida de todos nós estão no centro do debate político, económico e social.

Como em qualquer mudança de paradigma estamos perante desafios e oportunidades, vantagens e desvantagens.

De facto, a contínua, crescente e inevitável digitalização da economia a todos os níveis, constitui um magno desafio para a sociedade. Não somente pela indelével transformação que representa, como sobretudo pela alteração do paradigma laboral. Se tal representa uma melhoria no desempenho da economia e uma profunda integração global, do ponto de vista social, pode ter riscos profundos que importa analisar, perspetivar e mitigar.

A pandemia veio acelerar a implantação de formas de teletrabalho em diversos sectores. Trata-se de exercer a atividade profissional à distância, ou seja, realizada em um local diversos das instalações da empresa recorrendo a Tecnologias de Informação e da Comunicação. De resto, o estado de desenvolvimento tecnológico permite que esta fosse, mesmo antes da pandemia, uma opção viável tanto para empresas e trabalhadores.

Ainda assim convém levar em linha de conta que o teletrabalho tem as suas limitações, não só em função das profissões como também de características de personalidade e de estruturas organizativas empresariais diversificadas.

É do balanço de vantagens e desvantagens que se deve ponderar o avanço para esta forma de trabalho. Se por um lado, permite uma maior flexibilidade horária permitindo melhor conciliação entre a vida familiar e profissional, maior produtividade ao eliminar a pendularidade quotidiana, não nos poderemos esquecer da importância da relação laboral presencial e da socialização no local de trabalho como pilares da relevância do Trabalho.

É da ponderação destes fatores e da implementação de sistemas híbridos entre o trabalho presencial e à distância que o caminho se deverá percorrer.

4. IMPACTO DAS NOVAS FORMAS DE TRABALHO NO FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

Como as possibilidades de digitalização são inúmeras e progressivas o seu impacto sobre as profissões conhecidas e tradicionais é também grande e potencialmente disruptivo se não for acompanhado de medidas socialmente mitigadoras e respeitadoras dos direitos dos trabalhadores.

De facto, existem inúmeros postos de trabalho suscetíveis de se automatizarem em virtude dos avanços tecnológicos. Tal facto, embora represente um ganho de produtividade, tem como reverso da medalha a circunstância de aumentar o desemprego estrutural.

Um outro impacto não negligenciável é o que se verifica na cobrança da *TSU - Taxa Social Única*. A automatização representa perda de postos de trabalho, as empresas

vêm aumentadas as suas receitas e diminuídas as suas despesas com os salários e com as contribuições sociais que seriam necessárias para que a Segurança Social pagasse o subsídio de desemprego de quem foi dispensado. É um forte incentivo à automatização, com vantagens para as empresas, maior comodidade para os utentes, mas uma péssima notícia para a sustentabilidade da Segurança Social.

Importa assim alterar o paradigma de financiamento da Segurança Social bonificando as empresas de mão de obra intensiva em detrimento das de capital intensivo. Estas deverão contribuir mais para minorar os efeitos sociais da automatização e o desemprego tecnológico que, ainda por cima, tende a ser estrutural em função da especialização e das necessidades de formação adequada e pouco compatível com os perfis de determinados trabalhadores.

Esta questão terá de ser seriamente equacionada sob pena de se por em risco o sistema baseado sobre um alto nível de emprego em que se baseia a nossa Segurança Social.

Esta situação leva igualmente a que, do posto de vista da justiça social, questões como o prolongamento da atribuição de subsídio de desemprego ou a atribuição de uma espécie de *renda básica universal* tenham de ser equacionadas sob pena de vermos aumentada a exclusão.

5. PROFISSÕES EM RISCO

Parece existir, assim, uma relação muito estreita entre as profissões de rotina intensiva (ou com procedimentos bem definidos) e que podem ser replicados por algoritmos mais ou menos complexos e a desaparecimento progressiva de muitas das atuais profissões.

Por exemplo, o aumento progressivo da automação das funções de condução de veículos a que se vem assistindo, permite prever que, num prazo não muito longo, um conjunto de profissões relacionadas com o ato de conduzir viaturas possam desaparecer gradualmente e lançar trabalhadores no desemprego ainda que, concomitante e paradoxalmente, este avanço tecnológico possa permitir um aumento exponencial na segurança rodoviária.

No outro lado da equação, as profissões ou atividades que impliquem maior criatividade ou que necessitem de competências em que a rotina não esteja tão marcadamente presente, são suscetíveis de serem mais duradouras e menos ameaçadas pela automação, ainda que os vertiginosos progressos tecnológicos não permitam afirmá-lo de forma taxativa.

A atitude correta não é a de resistir obstinadamente à automação, senão a de enquadrá-la e de fazê-la respeitar normas e princípios norteadores das relações

laborais e, acima de tudo, conduzi-la de forma que contribua para que o progresso económico e acréscimo de bem-estar, seja acompanhado de justiça social e respeito pela legislação laboral.

V CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Por todo o exposto os TSD entendem serem valores fundamentais:

- A recuperação da aposta na Concertação Social tendo como base a boa vontade e a independência dos Parceiros Sociais;
- A dinamização da Negociação Coletiva e da liberdade de associação;
- A defesa do *Pilar Europeu dos Direitos Sociais* e o seu Plano de ação tripartido para a promoção da qualidade nas condições e relações laborais;
- A prossecução da Agenda do Trabalho Digno da OIT e da Declaração do Centenário Para o Futuro do Trabalho. Por uma sociedade mais justa e equitativa;
- A Agenda 2030 das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável e em paz.

Assim, os TSD propõem:

- Dinamização dos mecanismos de negociação coletiva – nos setores público e privado - por forma a se acordarem atualizações salariais que levem em conta o aumento do custo de vida por via da inflação;
- A defesa de mais e melhor formação profissional (inicial e

contínua);

- O combate ao trabalho precário em todos os setores económicos;
- O combate ao desemprego jovem;
- O combate ao desemprego de longa duração com políticas ativas e passivas mais eficazes para o mercado de trabalho;
- A exigência de políticas propiciadoras da sustentabilidade da Segurança Social e o estudo de novas formas de financiamento com o envolvimento dos trabalhadores e as suas estruturas representativas;
- A dinamização da atividade sindical, promovendo a diferenciação e capacitação dos dirigentes sindicais;
- Melhores condições na aposentação e reforma para os mais baixos rendimentos;
- Melhores cuidados de saúde para os trabalhadores e seus familiares.

Em suma, todos deveremos pugnar por melhores condições de trabalho.

Deverá ser esse o fim último das políticas económico-sociais.



PROPOSTA TEMÁTICA

I

DEBATER O PARTIDO, REFORMAR O PAÍS E GANHAR PORTUGAL

1º SUBSCRITOR:

CPD BEJA



“DEBATER O PARTIDO, REFORMAR O PAÍS E GANHAR PORTUGAL”

Beja é um território do interior, permanentemente fustigado pelas dificuldades inerentes a uma região há décadas confrontada com um retrocesso populacional galopante, consequência das sucessivas políticas de desinvestimento e de abandono seguidas por parte do poder central com a complacência e laxismo dos poderes locais há muito instalados.

Temos a perfeita noção de que nada podemos contar com este Governo que, mais uma vez, nos esqueceu neste orçamento de estado, à imagem dos anteriores e o nosso partido não teve, nalgumas propostas a capacidade de contrariar tais decisões, como foi o caso da premente obra de 2ª fase do Hospital de Beja.

Por isso, a CPD de Beja do PSD traz a este congresso um convite à reflexão e ao debate de ideias que possam produzir no futuro, uma ação política mais consequente, mais abrangente e mais assertiva, potenciadora da convergência de vontades para a mobilização das nossas populações e do eleitorado nacional.

Consideramos que, para que possamos debater o futuro, deveremos antes de tudo, respeitar e defender o nosso passado. O PSD deve transportar um legado, legado esse que nos deve honrar. O nosso partido fez tanto por este País, que nunca por momento algum deveremos ter receio de o evocar.

É também este legado que não nos deve dispensar de uma franca reflexão sobre o percurso do partido nos últimos vinte anos e, com a humildade própria dos que não abdicando das suas capacidades e competências são capazes de chamar a si as responsabilidades pelos próprios insucessos, mas determinados na sua superação.

O objetivo de nós sociais democratas, é contribuir sempre para a solução, e a solução passa por termos um PSD organizado e unido já em 2024 para disputar a vitória nas eleições Europeias, em 2025 presidirmos a Associação Nacional de Municípios e culminar em 2026 numa grande noite eleitoral que vai permitir, soltar o País dos tentáculos do polvo socialista que, tão nocivo tem sido para as nossas gentes.

Temos que estar disponíveis para despertar, “despertar não é mudar quem somos, despertar é mudar quem não somos”.

Despertar também os portugueses que não se revêm neste modelo de governação, que não acreditam neste modelo de desenvolvimento e que não participam nos processos eleitorais por descrédito no exercício do que é hoje a prática política.

Há perguntas que devem ser feitas sem tabus e a primeira é: Será que o nosso partido estava preparado para governar Portugal?

Ao assumirmos tantas vezes posturas autofágicas uns com os outros, seria legítimo pedirmos aos portugueses para acreditarem em nós, num partido que se mutilava?

Quando perdemos tempo demais a confiar neste governo, ganhando justa ou injustamente a denominação de cumplicidade ou conivência, gerando dúvidas constantes nos portugueses, estariam estes preparados para entender a nossa intenção?

Quando até nós sociais democratas, duidávamos do nosso próprio posicionamento ideológico, como poderíamos explicar o que éramos, o que queríamos e ao que vínhamos?

Tão relevante é o “ser”, como é o “parecer”. Se nós não assumirmos todos uma postura uníssona lá para fora, sem deixar de debater cá dentro, então nunca voltaremos a ser o grande partido que nos apaixonou a todos e que fez com que acreditássemos que a social democracia era o grande motor da locomotiva que é Portugal.

O nosso PSD tem de ter capacidade, disponibilidade e dimensão para acolher quem acredita nos nossos valores e termos a agilidade suficiente para nos abirmos a todo o espectro não socialista, desde que moderado, se quisermos reafirmarmo-nos como um grande partido.

Para isto é fundamental encontrar um discurso convincente, acutilante, motivador e apresentar um partido disruptivo na ação e moderno na organização a todos os portugueses.

Não deveremos ter problemas em assumir que há partidos que se agigantaram enquanto nós estagnámos e replicar algumas boas práticas, fazendo com que nos tornemos numa verdadeira laranja mecânica, em vez de olharmos para o lado e nos resignarmos a lamentar a mecânica dos outros.

Que discurso temos de adotar para pensionistas, trabalhadores do estado, subsídio-dependentes e ordenados mínimos? Ao falar para esta gente, estamos a falar para 60% da população. O que temos a dizer aos jovens, quando os últimos números dizem que este grupo sofre duma taxa de desemprego na ordem dos 21%? Que propostas temos para eles? Sem esquecer outras temáticas tão importantes para o nosso futuro como as alterações climáticas.

Que soluções deveremos apresentar urgentemente para a área da saúde, que está em desvario completo e que toca diretamente em milhares e milhares de portugueses? Se o País está ferido, nós, Beja, encontramos-nos no serviço de urgência.

Têm conhecimento a título de exemplo, de quantos quilómetros distam alguns Concelhos, como Odemira, do Hospital Distrital de Beja, percorrendo uma estrada em condições 3º mundistas e sem rede telemóvel em grande parte do trajeto? 130km.

Em pleno Séc. XXI temos populações no Distrito de Beja que não têm água da rede publica, tendo que sujeitar-se a autotanques e às limitações inerentes a essa condição desumana.

O que tem o nosso partido a dizer sobre a alternativa ao aeroporto da Portela? Que soluções apresenta para o aeroporto internacional de Beja? Ou simplesmente abandonamos as suas potencialidades e desistimos da região como os outros?

Quando o objetivo deveria de ser aliviar os grandes centros urbanos, promovendo o interior e consequentemente reduzindo as assimetrias regionais, tornando-nos num País mais robusto e pujante, continuamos a fazer nada. É isto que o nosso PSD pretende? Fazer nada? Conformamo-nos? Desistimos? O nosso PSD não é isso. O nosso PSD nunca desistiu de quem mais precisava. Espero que não seja agora.

Acredito veemente que, se nos organizarmos internamente e adotarmos estes temas como prioridade, estamos a crescer enquanto partido e estamos a entrar nos argumentos que verdadeiramente interessam às pessoas. A única forma de nos ouvirem, é se falarmos genuinamente para elas.

Simultaneamente temos de pensar as grandes reformas e levá-las para o centro da ação política, temos de ser nós a liderar essa agenda, porque essa é a nossa matriz e só assim voltaremos a conquistar a confiança das pessoas e a ganhar eleições.

Partindo agora para o exterior, das várias reformas que são fundamentais para o País, há uma que é estruturante e decisiva para o futuro dos territórios do interior como é o nosso, a reforma eleitoral.

Ao longo desta década e fazendo uma análise simples dos resultados eleitorais, especialmente do crescimento dos valores da abstenção, verificamos que o afastamento dos eleitores dos atos eleitorais está a aumentar fortemente e apesar desta realidade necessitar de uma reflexão e estudo profundos, verificamos que os partidos têm estado relativamente indiferentes a esse facto.

A taxa de 25% de votantes que não veem os seus votos serem elegíveis para a eleição de qualquer deputado, é uma tendência crescente e parece ser também uma das grandes razões para o aumento dessa abstenção.

A reforma do sistema eleitoral enunciada por todos os partidos e governos, tem sido sucessivamente adiada.

Na Europa existem diferentes sistemas eleitorais entre a tipologia proporcional e mista, mas o que realmente é necessário é encontrar outros tipos de indicadores que melhorem a justiça da representação no Parlamento e que diminuam as assimetrias

regionais, pois essas são a base do afastamento dos eleitores dos atos eleitorais e da sua aproximação a ideias cada vez mais extremistas e radicais.

A nossa matriz social-democrata coloca-nos numa situação privilegiada para criar mecanismos de combate às disparidades e aplicar políticas que nos permitam reformar a democracia, alargar a participação cívica e promover a transparência dos processos políticos.

O maior Distrito do País, que é Beja, elege hoje 3 deputados, sendo que, este número está em risco a curto prazo porque continuamos a perder população. A partir do momento em que a densidade populacional é o único critério de elegibilidade e de representatividade, o irrelevante peso político que temos, torna-se ainda mais evidente.

O Alentejo representa, sensivelmente, uma terça parte do nosso território nacional e tendo por base os princípios da social-democracia não podemos considerar digno, que um terço do território nacional seja responsável pela eleição de apenas 8 deputados ao Parlamento.

O nosso partido tem de assumir a responsabilidade de ajudar a encontrar uma solução, para garantir um número mínimo de deputados a eleger em vários territórios do interior, como Beja e torná-lo inalterável, independentemente da perda de população, contando para isso com a solidariedade e compreensão dos grandes círculos eleitorais.

Complementarmente, deve ser proposta uma lista nacional a retirar aos 230 deputados atuais, funcionando como um 2º círculo, parece-nos fundamental para garantir que não haja um único voto desperdiçado. O poder do voto de cada Português ganharia aqui uma maior expressão e valor acrescentado, reduzindo assim o problema deste flagelo.

Contamos com a capacidade de diálogo que Luís Montenegro mostrou ao longo do seu percurso político, para promover uma narrativa que nos permita sermos todos mais iguais, porque só assim teremos oportunidade e condições para no futuro ganharmos um Concelho abaixo de Alcobaça.

Quanto à regionalização, o PSD deve assumir uma posição muito pragmática, deve acima de tudo passar a palavra a todos os Portugueses, o referendo é um instrumento da Democracia ao qual deveremos recorrer quando a discussão assim o exigir.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), é um plano nacional que não sendo programático, é um assunto de momento, e os assuntos de momento devem ser tratados com a devida atenção e prioridade. Até à data o valor da taxa de execução deve deixar-nos muito preocupados, Portugal executou apenas 13% da despesa prevista pelo governo referente ao ano passado, ou seja, ficaram por usar 600 milhões de euros do bolo global inscrito no referido Programa de Estabilidade. Essa preocupação cresce ainda mais, quando ouvimos o Governo admitir que os objetivos do PRR podem derrapar.

Para dar resposta aquilo que todos nós já profetizamos, o PSD deve propor uma Task Force, para complementar as CCDR'S na gestão destes fundos, de forma a desburocratizar a sua execução. Deve ser-lhe dado poder para se sobrepor às estruturas do estado para tomar as devidas decisões, a partir do momento em que as estruturas intermédias se encontram desorganizadas, politizadas e carentes de modernização nos seus serviços.

A isto chama-se liderar a agenda, podemos não controlar o tamanho e a força das ondas, mas podemos fazer o que está ao nosso alcance e aprender a surfá-las.

Só com um País vigoroso, justo e igualitário, podemos aspirar a sermos maiores, melhores e não menos importante, tornarmo-nos naquilo que deveria ser a nossa obrigação para com as próximas gerações, um País de oportunidades.

VIVA PORTUGAL, VIVA O BAIXO-ALENTEJO, VIVA BEJA, VIVA O PSD!



PROPOSTA TEMÁTICA

J

IP3 A AUTOESTRADA ESQUECIDA!

1º SUBSCRITOR:

CPD COIMBRA

IP3 – A Autoestrada Esquecida!

O Itinerário Principal 3 (IP3) que liga Vila Verde da Raia, no concelho de Chaves, à Figueira da Foz, que, de acordo com o Plano Rodoviário Nacional (PRN), é parte integrante da rede nacional fundamental, no qual se definem como são as vias de comunicação de maior interesse nacional, servem de base de apoio a toda a rede rodoviária nacional e asseguram a ligação entre os centros urbanos com influência supradistrital e destes com os principais portos, aeroportos e fronteiras.

Corresponde, ainda, à Estrada Europeia 801 (E801), inserindo-se na rede de estradas internacionais no continente europeu. A E801 inicia-se na A 14 (IP3) Figueira da Foz-Coimbra, passando depois por Viseu (IP 3 Coimbra-Viseu) e daí para a frente através da A 24 (IP3) até Chaves e a fronteira com Espanha em Verín onde passa a ser a A-75. Tem um comprimento total de 257 km.

Itinerário Principal IP3 (E 801) que assegura, também, a ligação do Interior Centro, em particular através do IC6 (Coimbra – Covilhã), IC7, IC37 e IC12 (e ER231-2 até Mangualde), à restante rede de autoestradas.

A construção do IP3 (incluindo a secção Coimbra-Viseu), lançada pelo Governo liderado por Cavaco Silva, desenvolveu-se maioritariamente na década de 1990, embora o troço Oliveira do Mondego-Chamadouro já estivesse construído desde inícios da década de 1980, integrado na N2, aquando da construção da Barragem da Aguieira, tendo sido aproveitado para o traçado do IP3.

Atualmente, este é o único troço que não é parte integrante da rede nacional de autoestradas, visto que a A24 assegura a ligação entre Vila Verde da Raia e Viseu e a A14 entre Coimbra (A1) e a Figueira da Foz. Devendo, ainda, destacar-se que o mesmo se articula e sobre ele se rebatem a A1 /em Coimbra) e A13 (em Coimbra) e a A35 (IC12 junto ao Chamadouro/Rojão Grande/Santa Comba Dão).

Convém recordar, ainda, que de acordo com o PRN, os itinerários principais devem assegurar correntes de tráfego estáveis e permitir uma razoável liberdade de circulação aos condutores — nível de serviço B.

De acordo com o HCM (highway capacity manual) de 85, o nível de serviço 'B' corresponde a um regime de escoamento estável em que são praticadas velocidades iguais ou superiores a 91 km/h. O espaçamento médio mínimo entre veículos é de aproximadamente 75 metros. A liberdade de manobra do condutor é somente ligeiramente restringida, e o seu conforto físico e psicológico continua a manter-se elevado. O efeito da ocorrência de incidentes continua a ser facilmente absorvido.

Segundo a Infraestruturas de Portugal, *“o atual IP3 [em particular na secção Coimbra-Viseu] corresponde a um corredor de elevada procura com níveis de tráfego muito intenso, agravado pela orografia e pela percentagem de pesados; a intensidade do tráfego prejudica o nível de serviço, sendo que alguns troços estão já com nível E (A1-Penacova e Tondela-Fail) e na maioria a nível D; acresce um nível de sinistralidade absoluto elevado: nos últimos 15 anos registaram-se 85 vítimas mortais no IP3, uma média de 6 vítimas mortais por ano”* (agosto

2015). Intensidade e níveis de tráfego que se têm vindo a acentuar para uma muito elevada procura de tráfego.

Quando foram apresentadas as obras de requalificação do IP3, no troço entre Coimbra e Viseu, foi dado a entender de forma errada e intencionalmente, que este seria transformado numa Autoestrada, a qual apresentaria como grande vantagem o facto de não vir a ser portajada.

Este tipo de comunicação ardilosa do Partido Socialista, felizmente, não conseguiu perdurar no tempo, uma vez que a maior parte dos utentes desta via puderam constatar com a evolução da obra, que no troço mais crítico entre Penacova e Mortágua, as intervenções não passaram de meras obras de conservação.

De todos os Itinerários Principais com elevado Volume de Tráfego, o IP3 será certamente o único que não foi integralmente substituído por uma Autoestrada e, ainda por cima e inexplicavelmente, na seção já referida e com tráfego mais intenso e condições de circulação mais críticas. Convém salientar, que mesmo no período em que o País se encontrava sob intervenção externa, o Governo liderado por Pedro Passos Coelho, em 23 de junho de 2015, lançou o concurso para o Estudo Prévio da construção da referida ligação em tipologia de autoestrada entre Viseu e Coimbra, no modelo designado por “Via dos Duques”. Conforme o cronograma então oficialmente publicado, o Estudo Prévio deveria estar concluído em julho de 2016, a Adjudicação concursal do promotor em agosto de 2017, e a construção do 1º troço iniciar-se-ia no final de 2017, reconhecendo a necessidade urgente da ligação por Autoestrada Coimbra-Viseu, corrigindo um erro histórico que afeta consideravelmente o desenvolvimento da toda a região centro.

As afirmações dos membros do anterior e atual Governo, de que este itinerário vai passar a ter perfil de autoestrada não correspondem à verdade, pois as obras em curso, apesar do alargamento do perfil para 2x2 em 85% da sua extensão [continua a faltar a seção referida], mantêm o anterior e atual traçado e com ele todas as suas patologias e limitações.

A velocidade base do projeto de uma autoestrada é, habitualmente, de 120 ou de 140 km/h e as suas características gerais devem garantir um nível de serviço A ou B (liberdade total de movimentos). No IP3 após as obras de requalificação, manter-se-ão trechos condicionados a 80, 70, 60 e até 50 km/h. Nestes é mantido o seu perfil original de 2+1 ou 1x1, os raios de curvas em planta abaixo dos valores normativos e por inerência as velocidades máximas manter-se-ão baixas

São estes afunilamentos que determinam a capacidade de uma via, sendo nessas seções críticas que se formam as filas de espera, o que não permite que uma via que tem em média cerca de 20 000 veículos diários nos troços com maior afluência, venha ter um nível de serviço A ou B, em vez dos anteriores níveis de serviço de D ou E, e, portanto, incompatíveis com o funcionamento de uma autoestrada.

Em termos de tráfego médio diário as autoestradas A6, A10, A13, A14, A15, A17, A21, A23, A24, A32 e A42, têm valores bastante inferiores ou da mesma ordem de grandeza que o IP3.

Importa recordar que o Relatório do Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (IEVA) concluiu, já em 2014, que a ligação em autoestrada no percurso Viseu – Coimbra (IP3) era uma das duas obras rodoviárias mais prioritárias no País. A outra era o Túnel do Marão (IP4), que foi, entretanto, construído.

Reconhecendo que o traçado do IP3 não permitia um nível de serviço adequado à importância da via e dado o elevado registo de sinistralidade - o que levou a que esta via tenha (tem) sido apelidado por muitos como “Estrada da Morte”, o Governo PSD/CDS incluiu à data no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2015-2020 (PETI3+), a Autoestrada Coimbra-Viseu.

A 11 de abril de 2018, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou o projeto de Resolução N.º 1499/XIII, para a construção de ligação rodoviária em perfil de autoestrada entre Viseu e Coimbra, garantindo uma solução não portajada.

Muito recentemente, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma Proposta de Aditamento ao Projeto de Lei n.º 4/XV/1.ª (Orçamento do Estado para 2022), que preconizava que o Governo promovesse os estudos necessários e os procedimentos adequados com vista à construção de uma ligação rodoviária à A13 em perfil de autoestrada, entre Coimbra e Viseu, em regime de portagem, assegurando aos utilizadores locais a manutenção de uma ligação não portajada.

São publicas as intervenções dos Presidentes das Câmaras de Coimbra e Viseu na defesa da construção de uma autoestrada Coimbra-Viseu, emprestando a sua voz a uma sociedade civil que se tem indignado pela sua não execução, intenção reconhecida e apoiada pelos restantes Autarcas ao longo do IP3.

Assim, estando conscientes do contexto adverso dado a situação financeira do País e o quase inexistente financiamento comunitário para infraestruturas rodoviárias, propomos que o PSD continue ativamente a pugnar pela execução da ligação entre Coimbra e Viseu por autoestrada, exigindo ao Governo que dê cumprimento às conclusões do Relatório do Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (IEVA) e Decisões que levaram à inclusão da Autoestrada Coimbra-Viseu no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2015-2020 (PETI3+).



PROPOSTA TEMÁTICA

K

**CRIAR VALOR -
ACREDITAR EM PORTUGAL**

1º SUBSCRITOR:

CPD AVEIRO

PSD

MOÇÃO

CRIAR VALOR ACREDITAR EM PORTUGAL

Uma agenda para a competitividade, coesão e sustentabilidade



40^º PSD
CONGRESSO

DISTRITAL AVEIRO



MOÇÃO
CRIAR VALOR
ACREDITAR EM PORTUGAL
Uma agenda para a competitividade, coesão e sustentabilidade

CRIAR VALOR - Acreditar em Portugal

Uma agenda para a competitividade, coesão e sustentabilidade

Contribuir, cooperar e construir um projeto que permita que Portugal possa CRIAR VALOR e acreditar num futuro melhor para todos. Este é um desafio que se vai fazendo em vários momentos e, agora, é a altura de apresentar ideias para serem discutidas no congresso.

A Distrital do PSD de Aveiro contribui através desta moção com as ideias que achamos importantes para CRIAR VALOR e mudar Portugal e tem como objetivo permitir que acreditamos ser possível voltar a crescer e ocupar um lugar cimeiro entre os nossos pares europeus, ser um exemplo de crescimento real e sustentável. Esta moção tem como função cumprir o papel da Distrital de Aveiro de fazer acontecer e fazer acreditar com as ideias a CRIAR VALOR, para o nosso Distrito e nosso País.

As ideias para o país e os desafios para o nosso distrito são desenvolvidas nesta moção. No entanto, também temos que nos adaptar como organização e renovar o nosso partido. Não podemos exigir reformas ao país se não as fizermos internamente. Impõe-se no mandato que agora começa a organização de um congresso não eletivo para pensar o que se pretende para o novo PPD/PSD, nomeadamente através:

- a) Reflexão da duração dos mandatos e momento das eleições das estruturas locais (secções e núcleos), tendo como mote a proteção do partido nas eleições autárquicas;
- b) Inserção nos Estatutos da concretização de Congressos Distritais obrigatórios, como momentos de grande reflexão e discussão de ideias e CRIAÇÃO DE VALOR;
- c) Melhoraria dos processos de comunicação, reativação e atualização dos dados dos militantes, descentralizando os mesmos;

Acreditamos que estas medidas ajudarão a fortalecer o PPD/PSD e, quando a oportunidade chegar, poderemos ser responsáveis por retirar Portugal da cauda da Europa e fazer com que todos os Portugueses sejam e vivam mais felizes. E porque queremos muito que os Portugueses vivam e sejam mais felizes acreditamos que esta moção possa contribuir nesse sentido.

A moção divide-se em 9 capítulos:

1. Economia (Sector Empresarial)
2. Economia Social
3. Educação
4. Descentralização de competências
5. Habitação
6. Inovação territorial e mobilidade
7. Justiça
8. Transição energética, orla costeira e florestas
9. Saúde

1. Economia (Setor Empresarial)

Três problemas carecem de soluções: falta de mão de obra qualificada; impostos e a falta de escala das empresas. A falta de mão de obra causa problemas ao nível macroeconómico com a diminuição do crescimento económico, e a nível microeconómico ao colocar em causa o bem-estar individual das famílias.

Motivos estruturais são o envelhecimento da população, e a falta de vontade dos jovens de terem esse tipo de emprego. A transição digital e demográfica tem destruído empregos em alguns setores (banca, seguros, professores de ensino básico) e criado emprego noutras (programação, enfermagem, serviços aos idosos).

Em termos conjunturais, os limites à emigração causados pela pandemia e a política de subsídios ao rendimento e manutenção de emprego para minorar o impacto da pandemia são algumas das razões da redução da oferta de mão de obra nos setores que estão a tentar crescer.

A falta de mão de obra é também causada pela elevadíssima fiscalidade sobre o trabalho (quer para o trabalhador, quer para a empresa). Ao adicionarmos a TSU, base do empregado (11%) e do empregador (23.75%) mais o IRS cobrado a taxas progressivas (28.5% para salários mensais superiores a 800 euros), chegamos a uma fiscalidade sobre o trabalho superior a 50% para praticamente todos os salários acima do salário mínimo e de 65% para os salários acima de 2650 euros mês.

O problema da elevadíssima fiscalidade sobre o trabalho pode ser resolvido de diferentes formas:

- d) Aplicação de um quociente familiar que desonere de forma significativa o IRS das famílias que escolhem ter filhos (o que é justo e ajuda a resolver o nosso problema demográfico);
- e) Manutenção do sistema atual, mas com escalões de maior amplitude ou taxas por escalão mais baixas;
- f) Acabar com a cobrança de uma taxa entre 50% a 65% por um bem escasso que cria valor económico e do qual depende o nosso futuro coletivo e bem-estar individual;
- g) Simplificação do sistema fiscal para as empresas;

Para além disso, a questão da falta de mão de obra pode ser resolvida adicionalmente através:

- a) Reforma educativa e promoção do ensino profissional para ultrapassar a falta de mão de obra (ver secção educação desta moção);
- b) Promover a cooperação entre empresas e centros de formação. Permite ao formando adquirir conhecimentos técnicos e aplicar os mesmos de forma prática dentro das empresas;
- c) Captação de mão de obra externa, através da criação de programas específicos (ex. indústria têxtil);
- d) Missões empresariais não só para captação de investimento, mas para importação de mão de obra;
- e) Parceria com entidades governamentais por forma a agilizar os vistos para esses trabalhadores.

Relativamente à falta de dimensão das empresas portuguesas, a realidade é que a pequena dimensão das empresas que dificulta os resultados da Investigação e Desenvolvimento, dificulta a negociação na aquisição de matérias-primas, e reduz a eficácia das estratégias de Comercialização e Marketing. Aliás, as empresas portuguesas têm a dimensão média das mais baixas da União Europeia, com 3,2 pessoas. As PME representavam 99,9% das empresas em Portugal e empregam, 78% do pessoal ao serviço. Aquelas empresas são ainda responsáveis por 58,3% do volume de negócios do total das empresas e 61,4% da riqueza (valor acrescentado bruto) criada no país (dados 2020).

Assim:

- a) Agregar empresas pela sua fusão, cooperação em rede, alavancar circuitos de distribuição. O trabalho das associações empresariais pode ter um impacto relevante para este fim (p. ex. Associação Portuguesa da Indústria Calçado Componentes Artigos Pele

Sucedâneos – APICCAPS - na criação da marca do calçado português; e da Associação Portuguesa das Indústrias de Cerâmica e de Cristalaria - APICER);

- b) Políticas públicas que promovam a criação destas formas de aglomeração, sendo agente ativo de tais práticas, sem nunca se substituir ao privado;
- c) Promover a estabilidade através da criação de um mecanismo de "congelamento de condições iniciais em matéria fiscal, laboral e de regulação" para dotar o Estado de novas condições de atratividade para o investimento;
- d) Garantir aos empresários e investidores que durante os primeiros 5 anos de atividade se aplicarão as condições legais em vigor no momento de início de atividade;
- e) Introdução de uma linha pública de factoring/confirming em relação aos pagamentos que o próprio Estado tem em dívida, ainda que nos prazos acordados/previstos;
- f) Estudar o desenvolvimento de uma linha garantida para factoring de faturas vencidas entre PME's;
- g) Esta falta de escala por parte das empresas, também pode ser esbatida pela maior aposta em tecnologia com o reforço de programas de apoio a iniciativas empresariais com base no conhecimento e na inovação.

2. Economia Social

Os Pactos de Cooperação constituem um compromisso entre o Estado Central (Governo), o Estado Local (as autarquias locais) e as Organizações Representativas do Setor Social (ORSS), que define e marca os mecanismos de trabalho colaborativo entre estas três entidades, tendo a sua última revisão ocorrida no final do ano anterior.

A principal faceta de importância económica e social das IPSS e equiparadas é providenciarem bens e serviços de apoio social a pessoas que deles precisam e que não podem pagar por eles um preço que cubra o respetivo custo. Aliás, o valor pago pelos utentes corresponde a 31,7% do total dos rendimentos das IPSS. As IPSS também têm uma importância significativa no que se refere à sua proximidade em relação aos utentes na oferta de serviços que lhes prestam e ao seu contributo para a coesão territorial. Neste caso, é de destacar o facto que as IPSS têm equipamentos para crianças e idosos em 70,76% do número total de freguesias do Continente, mas em 27,16% são as únicas entidades que lá têm equipamentos para crianças e idosos. As IPSS têm ainda um efeito multiplicador nas suas economias locais pelo facto de captarem para lá do rendimento proveniente de financiamentos públicos, doações e outras fontes, rendimento esse que é depois

utilizado para pagar as remunerações de colaboradores que residem no seu território e para pagar a fornecedores locais de bens e serviços. Segundo números referidos pelo Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, são, neste momento, atendidos diretamente por estas instituições, só no âmbito do sistema, 200.000 utentes.

Desta forma, é necessária a sustentabilidade financeira no âmbito deste setor para que este possa continuar a executar o seu trabalho com os resultados. Neste sentido, propomos o seguinte, em linha com a União das Mutualidades, União das Misericórdias, Confederação Cooperativa Portuguesa, Ccrl e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade:

- a) Criar uma solução legislativa que permita às IPSS uma previsibilidade nas comparticipações do estado central, face a alterações dos principais indicadores socioeconómicos. Deverão ficar estabelecidas em lei alterações de comparticipação indexadas à variação do PIB, da inflação, do salário mínimo nacional ou do IAS. Tal como a lei das finanças locais permite aos autarcas conhecer antecipadamente quanto receberão do Estado em cada ano, deveria existir uma lei das finanças do sector social, para garantir coerência, justiça, igualdade e previsibilidade na gestão destas entidades;
- b) A consignação, na percentagem que seja bastante para o efeito, das receitas do jogos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa aos encargos do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social com o pagamento das comparticipações da Segurança Social nos acordos de cooperação com as IPSS e entidades equiparadas, no âmbito do subsistema de ação social do sistema de proteção social de cidadania a que se refere a Lei de Bases da Segurança Social, com as majorações das percentagens previstas na lei;
- c) A redução da taxa de IVA para 6%, nas empreitadas relativas a obras que tenham como objeto instalações destinadas aos fins estatutários das instituições;
- d) O alargamento do regime de isenção a todos os bens imóveis pertencentes às IPSS e entidades equiparadas;
- e) Por último, uma nota adicional para a necessidade de uma alteração legislativa, no sentido de existir uma distinção entre o Setor Cooperativo e Social e o Setor Privado, tendo designadamente em conta os valores e os princípios que caracterizam um e outro.

3. Educação

Vamos abordar métodos de aprendizagem, aquisição de conhecimentos, valores, etc. Temos a educação formal, sob a orientação de professores; e a não formal que se desenvolve na vida familiar, no quotidiano, no trabalho, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais.

A educação é o verdadeiro “elevador social”, que permite combater as desigualdades sociais e acelerar o progresso das sociedades.

Na educação, área verdadeiramente estruturante para o nosso futuro coletivo – devemos aproveitar os fundos comunitários para operar uma profunda reforma.

A saber:

- a) Reforma curricular. Em 2022, em plena era da informação e do conhecimento, temos de pensar numa educação de qualidade que forme e capacite as novas gerações;
- b) Plano educacional complementar. Permitir aos jovens uma inserção mais fácil no mercado de trabalho, através do foco na orientação vocacional, literacia financeira, instrução jurídica (por ex. contratos de trabalho, habitação e aquisição, marketing pessoal), instrução política/cívica.
- c) Revisão de protocolos de organização e gestão das atividades extracurriculares com os Agrupamentos de Escolas, envolvendo as Associações de Pais. Assegurar uma oferta de qualidade para todos os alunos.
- d) Transferência de verbas para o desenvolvimento de programas de apoio a alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou integração social.
- e) Estratégia para rejuvenescer a classe docente, dignificar a docência, reter e atrair os melhores para a profissão. Até 2030 vão sair do sistema educativo 50 mil professores;
- f) Garantir instalações escolares confortáveis e de qualidade. Há um número significativo de edifícios escolares que necessitam de urgente reabilitação;
- g) Plano de modernização tecnológica e digitalização para as escolas. Para além dos equipamentos, é necessária formação, apoio técnico e conteúdos digitais;
- h) Promover o ensino profissional. Investir nas infraestruturas e aumentar a oferta. Mais-valia para a integração dos alunos no mercado de trabalho, para combater a falta de mão de obra mais específica e travar o abandono escolar;
- i) Aumentar a oferta formativa do ensino profissional. Mais concentrada no Norte e Centro, deve passar a ter em conta as necessidades da economia e do mercado de trabalho;
- j) Investir na universalização do acesso gratuito à educação na primeira infância, dos 0 aos 5 anos, integrando as redes pública, privada e social. Importante contributo para aumentar a natalidade e combater o envelhecimento.

4. Descentralização de competências para os Municípios

O dossier da descentralização de competências para as autarquias está hoje na ordem do dia pelos piores motivos. Isto porque o processo tem sido genericamente mal conduzido, transformando as autarquias em tarefeiros, sem uma verdadeira descentralização de competências. Acresce que o envelope financeiro é genericamente insuficiente, causando uma pressão sobre o equilíbrio financeiro das autarquias a médio e longo prazo, comprometendo o desenvolvimento sustentável

dos municípios. Na área da Educação, competência já descentralizada para as autarquias, o saldo é bastante negativo, estando já demonstrado que o envelope financeiro é manifestamente insuficiente face às competências transferidas.

Ao transferir tarefas para as autarquias, o governo central pretende também que haja uma coresponsabilização destas pela degradação dos serviços, situação na qual os municípios não têm qualquer responsabilidade. Neste enquadramento, será inevitável que o processo de descentralização venha também a ter elevados custos reputacionais e políticos para os municípios, sendo que este logro não pode ser aceite.

O princípio de descentralizar competências para as autarquias é o caminho correto para aumentar a capacidade de resposta e eficiência de muitos dos nossos serviços públicos, dado que os nossos autarcas conhecem bem a realidade dos seus territórios, indo mais depressa ao encontro das necessidades das suas populações. Contudo, este deve ser um processo de descentralização justo e equilibrado, onde o papel central das autarquias seja respeitado, dando a essas entidades as condições mínimas para a prestação de um serviço público de qualidade. O processo de descentralização tem de representar, não só uma utilização mais eficiente dos recursos, mas uma melhoria substancial do serviço prestado às nossas populações. Nesse sentido, propomos que a respetiva transferência de competência seja feita com o adequado envelope financeiro de forma a ser feita a apresentação de serviços adequados à população.

5. Habitação

A Constituição da República Portuguesa consagra no art.65 a habitação como um direito de todos: “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”, cabendo ao Estado:

- Programar e executar uma política de habitação;
- Promover a construção de habitações económicas e sociais em parceria com as regiões autónomas e com as autarquias locais;
- Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada
- Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais

Aliás no n.º 3 do mesmo artigo é indicado que o Estado adotará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.

É dada uma proteção especial a este direito à habitação aos jovens (art.70) e aos idosos (art.72).

Em Portugal as políticas de habitação originaram: fenómenos de segregação, dificuldades no acesso a habitação (crise económica), mercado habitacional degradado.

Portugal tem de resolver o problema do acesso a habitação dos mais carenciados e dos mais jovens, mas também o difícil acesso a habitação que a classe média está a sentir. Assim:

- a) Promover uma política de ordenamento do território que apoie o acesso a habitação. Criar condições para garantir a todos os cidadãos uma habitação digna, através da valorização dos espaços públicos, da organização da oferta de comércio e serviços de proximidade, e da dinamização da mobilidade;
- b) Planeamento do território. Revisão dos PDM e Carta Local de Habitação. Promover uma política local, integrada, articulada e ancorada nas dinâmicas territoriais.
- c) Aplicar a redução da taxa de IVA de 23% para 6%, no caso da autoconstrução da 1ª Habitação
- d) Financiar o sector público de habitação. Em primeira linha pelo Orçamento do Estado e complementado por programas públicos ou da Comunidade Europeia.
- e) Financiamento adequado para as necessidades de conservação, reabilitação e construção nova. Mais oferta pública de habitação para os grupos mais vulneráveis e em risco social;
- f) Alocar habitação pública a bolsas destinadas ao arrendamento acessível;
- g) Construção de habitação pública que colmate as insuficiências que se verificam ou venham a verificar;
- h) Incentivar de forma administrativa ou fiscal o mercado de arrendamento acessível, tanto na oferta como na procura. Atribuição de benefícios e isenções fiscais às entidades públicas e privadas, coletivas e singulares, que coloquem os seus prédios ou frações em arrendamento habitacional permanente com um limite de valor de renda que obedeça a este princípio do arrendamento acessível;
- i) Redução ou isenção de taxas municipais para imóveis destinados ao arrendamento acessível;
- j) Imposição de quota de arrendamento acessível em novos empreendimentos;
- k) Políticas de incentivo à requalificação de edifícios devolutos. Assim, os privados podiam obter financiamento público para requalificação a troco de esses edifícios (ou parte deles) serem destinados ao arrendamento acessível;
- l) Regime de isenção de pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) na aquisição de habitação permanente com recurso a crédito por parte de grupos considerados prioritários cujo rendimento per capita mensal seja inferior a 2,5 vezes o Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

6. Inovação territorial e mobilidade

A informação desempenha hoje um papel crítico para a competitividade e para a qualificação económica. Vivemos a era do conhecimento, da interconectividade, da inteligência artificial, da digitalização.

As políticas públicas, ao estilo top-down, carecem de uma profunda revisão, mais sofisticada e participada. Mais variáveis confluem para as tomadas de decisão, num contexto de incerteza. Mais agentes gravitam em torno dos assuntos, exercendo pressão e gerando implicações no processo de decisão, plano formal (e.g. detentores de cargos políticos e administrativos, associações representativas do setor, etc.) e plano não-formal (e.g. media, redes sociais, etc.).

A governação obriga a uma nova visão para a forma como se administram os territórios e as comunidades. Novos conceitos e experiências têm emergido. Existe uma lógica de competitividade territorial, dinâmicas renovadas e qualificadas, de valor acrescentado (e.g. instalação de startups, manifestações culturais e artísticas, emprego qualificado, inovação social, proteção do ambiente, etc.).

Deste modo:

- a) Investir em redes de inovação territorial para estimular a competitividade dos territórios;
- b) Promover parcerias territoriais para dinamizar e para contribuir para a afirmação das regiões;
- c) Construção de um modelo de especialização produtiva, assente nos recursos territoriais disponíveis (e.g. espaço, matérias-primas, acessibilidades, etc.) e nos que podem e devem qualificar-se nessa função (e.g. capital humano, programas de incentivo, etc.);
- d) Promover modelos de desenvolvimento em hélice-tripla, alicerçados numa metodologia simbiótica e interrelacionada entre Governação e Administração Pública; Tecido Empresarial Produtivo; Universidades e Centros de Investigação;
- e) Estimular uma maior aproximação dos agentes de governação à escala multinível;
- f) Promover a realização de fóruns de governação integrada e trabalho colaborativo;
- g) Redirecionar os sistemas de incentivos e compensações das Universidades e Centros de Investigação;
- h) Aprofundar o conhecimento e a implementação das agendas territoriais de especialização inteligente (RIS3);
- i) Divulgar boas-práticas e resultados do investimento em Redes de Inovação Territorial;
- j) Dotar os decisores políticos e administrativos de ferramentas para a tomada de decisão informada, naquilo que são hoje os conceitos de Smart City e Smart Region;
- k) Construção de contextos territoriais Smart através do investimento na tecnologia, digitalização e modernização administrativa. Neste particular, a aposta no conceito de

teletrabalho e desenvolvimento de espaços de co-work constituiria uma mais-valia, até para evitar o despovoamento territorial.

- l) Disponibilizar meios eficazes e diretos para a modernização e digitalização da Administração Pública;
- m) Providenciar mecanismos financeiros e humanos para a aceleração do conceito Smart City e Smart Region;
- n) Workshop para a aprendizagem dos decisores políticos e técnicos de chefia intermédia;
- o) Facilitar a disseminação de projetos-piloto nos domínios da inteligência urbana;
- p) Aposta no turismo sustentável nas suas mais variadas vertentes: social, económica e ambiental.
- q) Modelo de mobilidade integrada centrado no cidadão utilizador e não centrado no fornecedor do serviço;
- r) Mobilidade verde: descarbonização e aposta em meios de mobilidade ambientalmente sustentáveis como é disso exemplo no distrito de Aveiro da Linha do Vouga e o interface entre esta linha e a linha do Norte, em Espinho; da Requalificação da Linha do Norte no troço Aveiro – Gaia, incluindo estações, e intermodalidade; e da ligação ferroviária Aveiro/Viseu/Salamanca;
- s) Mobilidade responsiva: Projetos estruturantes de infraestruturização e/ou modernização não podem continuar no papel, como é disso exemplo no distrito de Aveiro da requalificação do IC2 em Oliveira de Azeméis; da Ligação de Sever do Vouga à A25; da ligação da A32 e do IC35 a Castelo de Paiva; da ligação Feira-Arouca; da ligação direta de Vale de Cambra desde a Variante N227 à A32; da requalificação da Estrada Nacional 109 nomeadamente no troço de Ovar a Espinho; do Túnel da Cruz em Santa Maria da Feira; do estudo de uma alternativa ao “Pórtico do Estádio” em Aveiro; e das identificadas no PIMTRA – Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro

7. Justiça

A Justiça carece de reformas profundas. Desconfiança e estagnação é o diagnóstico dos portugueses.

A Justiça padece de enfermidades estruturais. Ultrapassá-las requer coragem e atitude reformista. Falta celeridade ao sistema judicial, falta facilitar a acessibilidade dos cidadãos, falta igualdade de tratamento dos cidadãos e carência de recursos humanos e técnicos.

A lentidão da Justiça - em particular administrativa e fiscal, onde a duração média de um processo na primeira instância varia respetivamente entre os 31 e os 41 meses - é um obstáculo que, além

de já ter motivado diversas condenações de Portugal no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, compromete seriamente a efetivação dos Direitos Fundamentais dos cidadãos.

Debilidades do nosso sistema judicial:

- Expedientes dilatórios que prolongam os processos, muitas vezes até à prescrição; elevado valor das custas judiciais, aliado a critérios restritivos de obtenção de apoio judiciário; uma justiça que não é igual para todos, nem trata todos por igual;
- Insuficiência de recursos humanos, como Funcionários Judiciais, Magistrados e das conservatórias dos registos, má gestão e alocação;
- Carência de equipamento, degradação das infraestruturas e salas de audiências, de que são exemplo, no distrito de Aveiro, o tribunal de Aveiro; Tribunal Judicial de Arouca; o Tribunal do trabalho de Oliveira de Azeméis; Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira; e o Tribunal Judicial de São João da Madeira.
- Necessidade de maior e melhor aproveitamento de Infraestruturas com qualidade existentes, nomeadamente o Tribunal de Vagos e o antigo Tribunal de Santa Maria da Feira deixado ao abandono.

Assim propomos:

- a) Redução das custas judiciais, bem como o alargamento do apoio judiciário a quem dele precisa;
- b) Modificação da legislação administrativa e tributária, simplificação dos processos, desburocratização e reforço dos mecanismos de celeridade e eficiência;
- c) Promover o recurso à arbitragem na resolução de conflitos;
- d) Desenvolvimento de secções de competência especializada, designadamente para as insolvências, contribuindo para descongestionar os tribunais comerciais;
- e) Efetivação de um plano mensurável para recuperação de atrasos processuais, dotado dos correspondentes meios técnicos e humanos;
- f) Adotar métodos de gestão moderna nos Tribunais, reservando-se aos juízes a tarefa de julgar, com o apoio adequado de um secretariado e libertando-os de tarefas executivas e burocráticas desnecessárias;
- g) Aposta em mecanismos de resolução alternativa de litígios, aumentando o número e as competências dos julgados de paz;
- h) Prioridade no combate à corrupção e criminalidade conexas, através do reforço das valências da investigação criminal e dos meios disponíveis, com o consequente reforço da formação dos magistrados em matéria económico-financeira;
- i) Proceder ao esclarecimento por via legislativa das leis em vigor nos casos de interpretação divergente na jurisprudência, de modo a evitar dúvidas na aplicação do

direito, divergências na decisão de casos idênticos e polémicas que afetam a eficácia e a credibilidade do sistema judicial;

- j) Elaboração de um plano para colmatar as falhas de recursos humanos, carência de equipamentos e degradação das instalações judiciais;
- k) Reforço da qualificação dos Magistrados e agentes da Justiça;
- l) Reforço da modernização do sistema de Justiça, através da utilização das tecnologias de informação.

8. Transição energética, orla costeira e florestas

A transição radical e rápida para as energias renováveis de baixo carbono é um desafio global urgente. No entanto, no setor privado e os players públicos retardam ou bloqueiam persistentemente as mudanças.

A controvérsia dos combustíveis, como o gás não convencional, também continua a expandir-se em nome da confiabilidade energética e acessibilidade. E mesmo onde os desenvolvimentos renováveis mudam de nicho para fontes mainstream de energia, as preocupações são cada vez maiores sobre seus impactos no meio ambiente, biodiversidade, alimentos e água.

A transição energética não é motivada pela redução da oferta de fontes de energia como o petróleo ou o carvão - cuja ameaça de escassez foi sendo adiada por novas formas de extração. O que acelera a urgência da transição energética é o efeito nefasto dos combustíveis fósseis na poluição ambiental.

Em linha com a subida da temperatura vêm os fenómenos climáticos extremos, como secas prolongadas ou inundações e tempestades em regiões onde antes não aconteciam. Segundo os dados do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), o planeta vai mesmo registar um aumento de temperatura média de 1,5°C até 2040, em relação a meados do século XIX. O IPCC indica que os esforços internacionais dos últimos anos não abrandaram o ritmo das alterações climáticas e a meta de sustar o aumento da temperatura abaixo dos 2.°C até 2100 já será muito difícil de atingir.

É um processo longo, com várias etapas e metas - entre as quais o compromisso da Europa e de dezenas de outros países atingirem a neutralidade carbónica em 2050 -, mas a transição energética passa essencialmente pela redução cada vez maior da utilização de combustíveis fósseis e pela aposta nas energias renováveis para alimentar o consumo de toda a sociedade.

A descarbonização e a neutralidade carbónica (reduzir emissões e compensar num lado as emissões de outro) só se conseguem plenamente com energia limpa. A eletricidade é o principal caminho a seguir para assegurar a transição, devendo vir em larga maioria de produção eólica, solar ou hídrica. Neste sentido propomos:

- a) Forte aposta na produção de eletricidade por painéis fotovoltaicos a nível doméstico;

b) Incentivação das comunidades energéticas locais.

O mesmo para o hidrogénio (H₂), já muito usado em diversas indústrias. Se for produzido através de eletrólise da água, com recurso a eletricidade verde, o hidrogénio verde tem um importante papel a cumprir na transição energética e na descarbonização de algumas empresas e dos transportes que tenham mais dificuldade em mudar para a mobilidade elétrica.

No âmbito do Plano Nacional Energia e Clima (PNEC 2030) Portugal comprometeu-se a atingir uma incorporação de 47% de fontes renováveis no consumo final de energia e a atingir pelo menos 80% de renováveis na produção de eletricidade.

Portugal tem condições para um forte mercado de gases renováveis, em especial de H₂, em comparação com alguns dos restantes Estados Membros, nomeadamente ao nível da localização geográfica vantajosa de elevada produção solar e eólica, bem como a existência de uma moderna rede de gás. Terá de haver uma aposta forte na investigação e apoio das empresas para a procura de novas soluções e alternativas.

Não podemos apenas investir em Sines, porque o transporte fica muito caro. Existem alternativas viáveis no norte do país, nomeadamente em Estarreja. O ministro revelou que sete grupos apresentaram pedidos de acordo com o esquema europeu do IPCEI para projetos de interesse comum para fazer parte de um "cluster de hidrogénio" voltado para a exportação, próximo ao porto de Sines, de onde o hidrogénio poderia ser enviado para Rotterdam. O investimento total é estimado em cerca de 7 mil milhões de euros.

Um consórcio que integra a principal concessionária portuguesa EDP, a petrolífera Galp, a maior produtora mundial de turbinas eólicas Vestas, entre outras, está por detrás de um dos projetos. Em Estarreja, no norte de Portugal, a empresa local Bondalti Chemicals pretende investir 2,4 mil milhões de euros numa central de hidrogénio.

Ao todo, prevê-se atingir uma capacidade instalada acima de 1.000 megawatts (MW).

Tem de haver vontade política em deslocalizar, Aveiro é uma área a não desprezar, temos Estarreja que tem uma experiência longa no Hidrogénio e temos vontade dos empresários em investir.

Relativamente à orla costeira, a mesma tem sido, desde sempre, uma zona de grande interesse, principalmente por oferecer condições propícias a diversos fins: atividades turísticas, habitacionais, transporte, defesa, piscatórias e mais do que nunca as atividades portuárias.

Para além da sua importância socioeconómica, também tem um valor ambiental devido a variedade dos seus habitats, dos quais ajudam na proteção natural das zonas mais interiores. Visto que em Portugal a maior concentração da população e empresas está na nossa zona litoral, temos de ter especial cuidado com a ação humana nestas orlas, nomeadamente com a redução de fontes sedimentares, dragagens, e fontes de poluição.

Se nada for feito vamos assistir cada vez mais a fenómenos com graves riscos associados, como a erosão costeira, o assoreamento de embocaduras de estuários e de lagunas e a poluição de zonas sensíveis.

As alterações climáticas não são alheias ao problema da subida do nível do mar e consequente recuo da linha de Costa. A zona de Aveiro é um exemplo flagrante do recuo das linhas de costa (Furadouro, Cortegaça), urge tomar medidas para o estancamento deste problema, ou pelo menos minimizá-lo.

Apesar das promessas sucessivas dos governos socialistas, a verdade é que a orla costeira não tem recebido o investimento prometido. Existem investimento de urgência, mas depois não há continuidade nesse tipo de soluções e investimentos. É necessário que a política seja contínua. Assim será necessário:

- a) Um novo modelo de governação para o nosso litoral, revendo a Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras, nomeadamente no que toca à gestão e reposição do ciclo sedimentar natural
- b) Soluções baseadas em obras de engenharia pesada, nomeadamente quebra-mares destacados e defesas aderentes.
- c) Deposição de sedimentos e reforço e fixação das dunas primárias, com soluções de base natural, processos a implementar com carácter regular e com resultados bem visíveis em algumas zonas do nosso território como o troço Ovar - Vagos

Do ponto de vista das alterações climáticas, outro setor que tem sofrido é o das florestas, que tem uma preponderância significativa nas zonas mais interiores do distrito de Aveiro. A floresta desempenha importante função ambiental e ecológica, na conservação da água, do solo e da biodiversidade. Contribuiu também para a mitigação das alterações climáticas pelo sequestro de carbono atmosférico, tanto na parte aérea como na parte subterrânea e no solo, e assim na redução do ‘efeito de estufa’. Do ponto de vista económico, providencia diversos produtos lenhosos e não-lenhosos e serviços que contribuem diretamente para a economia das zonas rurais e do país. É, igualmente, relevante na promoção do turismo e de atividades de recreio e de lazer ligadas com a natureza (ecoturismo). Assim, é fundamental preservar as florestas e a biodiversidade nelas existentes. Por isso, propomos:

- a) Implementar do princípio do poluidor-pagador nas áreas protegidas. E ainda a criação de mercados de créditos de biodiversidade, geridos por um *Biobank*, e mecanismos de fiscalidade verde;
- b) Criação de instrumentos de ordenamento do território, fáceis de cumprir, de modo a combater a predominância das monoculturas florestais e de modo a quebrar o círculo vicioso de expansão do eucalipto;
- c) Obrigatoriedade do “Emparcelamento Florestal”, promovido pela Administração Central, em freguesias com propriedade rústicas com área média inferior a 10 hectares em mais de 25% do seu território;

- d) Ampliar o património florestal público no interior de áreas protegidas e classificadas em locais relevantes para garantir a segurança de pessoas e bens e naqueles locais com ecossistemas florestais de relevância para a conservação da biodiversidade;
- e) Apostar em projetos de reabilitação de áreas ambientalmente degradadas, nomeadamente pela indústria extrativa;
- f) Reforçar o orçamento e a capacidade de intervenção dos programas públicos destinados a apoiar a reabilitação e abertura de caminhos e aceiros na mancha florestal.
- g) Melhorar os incentivos públicos do programa de voluntariado jovem de vigilância da floresta, que desempenha o duplo papel pedagógico e de prevenção.

9. Saúde

Portugal apresenta em termos globais uma boa comparação internacional em indicadores de saúde associados à prestação dos cuidados de saúde e em particular os cuidados de saúde preventiva. São registadas causas de mortalidade evitável e tratável a um nível mais baixo do que a média da UE e, por outro lado, a mais baixa taxa de hospitalizações evitáveis no âmbito dos países da OCDE¹.

Não obstante, os desafios da longevidade sentem-se de forma particularmente agravada. Portugal tem uma população envelhecida (silver tsunami) e doente. É o terceiro país da OCDE onde os cidadãos maiores de 65 anos pior avaliam o seu estado de saúde e onde os anos de vida com qualidade (livre de limitações por doença), após os 65 anos se encontram ao nível dos registos mais baixos².

A mortalidade associada à prevalência de doenças crónicas e cancro regista os valores mais elevados entre os países europeus, assim como a prevalência das doenças neuro degenerativas - 50% da população com mais de 65 anos tem pelo menos uma doença crónica e 17%, pelo menos duas³.

Esta realidade expõe a falta de respostas adequadas, se considerarmos o valor dos internamentos inapropriados por falta de resposta social/familiar ou de cuidados continuados. A distribuição de meios públicos ao dispor da população, apresenta elevadas assimetrias norte/sul de distribuição da qualidade dos resultados em saúde e da densidade de profissionais entre o litoral e o interior.

As despesas de saúde das famílias com seguros e subsistemas continuam a aumentar e, o peso do financiamento privado da saúde já quase ronda os 48% face ao financiamento público, estando

¹ OECD/European Observatory on Health Systems and Policies (2021), Portugal: Perfil de Saúde do País 2021, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/766c3111-pt>.

² OECD (2021), Health at a Glance 2021: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/ae3016b9-en>.

³ Estratégia para a estratificação da população pelo risco. Administração Central do Sistema de Saúde, janeiro de 2022. <https://www.acss.min-saude.pt/wp-content/uploads/2022/01/Estrategia-Estratificacao-Risco-29-11-2021.pdf>

Portugal no Top 5 dos países da OCDE, onde as famílias mais gastam com pagamentos diretos em saúde (4,7%)⁴.

Agudiza-se a falta de profissionais no SNS, por razões de falta de valorização dos recursos, incapacidade de retenção, de criação de condições de atratividade. O absentismo e a emigração continuam a aumentar.

O investimento na formação dos profissionais mais diferenciados, não tem sido acompanhado pelo aproveitamento, por parte do SNS, das competências criadas e da valorização dos nossos recursos nacionais.

Emergem novas formas de desigualdade no acesso à saúde, associadas quer à iliteracia, onde se inclui a iliteracia digital, quer à falta de integração dos cuidados, falta de coordenação integrada dos diversos programas de saúde e da organização dos percursos dos doentes e das suas famílias no sistema.

Para uma circulação mais inteligente e eficiente do utente no sistema, é crucial a existência de um processo clínico único e de um plano individual de cuidados transparente para a pessoa (percurso dos utentes), que permita a avaliação da condição específica de cada cidadão, por critérios na função e não apenas baseada na caracterização da doença.

A falta deste processo clínico único e de interoperabilidade entre a grande diversidade de silos de informação existente ao nível dos diversos serviços, dos diferentes prestadores de cuidados e dos vários programas de saúde, além de custos elevados de redundância de meios de diagnóstico e terapêutica, impede uma organização multidisciplinar e integradora dos vários níveis de cuidados, em torno do percurso de cada paciente ou família.

- a) Promoção da Saúde preventiva e da prevenção na doença. Persiste uma contratualização. Alterar o modelo de governação do SNS, que está refém de um modelo desadequado às exigências atuais, vulnerável aos ciclos políticos, com centralização do financiamento, sem incentivos à eficiência e com muita limitada flexibilidade operacional. O resultado é a insustentabilidade da rede de prestadores do SNS, por suborçamentação permanente e a falta de transparência dos processos de governação do sistema. Nos últimos anos assistimos à degradação das estruturas intermédias, ao nível da contratualização de cuidados de saúde, da gestão da decisão estratégica de grandes investimentos, da gestão autónoma, coordenada e eficiente de compras, logística, sistemas de informação e comunicações. No caso do distrito de Aveiro, destaque para a necessidade de criação da unidade de saúde mental no Hospital São Sebastião, do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga, de requalificação e modernização do Centro Hospitalar Baixo Vouga, Aveiro; do Hospital Distrital de Águeda; do Hospital São Miguel, Oliveira de Azeméis; do Hospital Visconde de Salreu, Estarreja; e do Centro Hospitalar de Gaia-Espinho, Hospital de Espinho. A gestão dos recursos humanos do SNS e os resultados da erosão das equipas

⁴ OECD (2021), Health at a Glance 2021: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/ae3016b9-en>.

chave dos serviços é bem visível, por não ter sido acautelada a substituição dos profissionais aposentados;

- b) Focada na gestão da doença, sem articulação com a comunidade e com a rede hospitalar;
- c) Cuidados de saúde primários disponíveis para todos, incluindo na prevenção, no tratamento, na reabilitação e nos cuidados paliativos;
- d) Aumentar investimento global no financiamento das iniciativas e programas de saúde preventiva;
- e) Garantir equipas de saúde familiar para todos os cidadãos. Neste particular, destaque para a necessidade de todos os Concelhos terem serviço de atendimento permanente;
- f) Desenvolver as valências de articulação com a comunidade;
- g) Reforçar as Equipas de Cuidados na Comunidade e as valências das Unidades de Recursos Assistenciais Partilhados (Psicologia, Serviço Social, Fisioterapia e restantes terapias e valências de reabilitação);
- h) Aumentar a capacidade de resolubilidade dos cuidados de saúde primários e a articulação com os municípios e com a rede de instituições do setor social em cada território;
- i) Alterar o modelo de financiamento baseado na produção de atos clínicos, com baixa consideração dos resultados obtidos em saúde;
- j) Alinhar o modelo de financiamento entre o financiamento hospitalar e dos restantes níveis de cuidados. O Conselho de Finanças Públicas no seu último relatório sobre o Sector Empresarial do Estado traça um quadro de insustentabilidade do setor público empresarial da saúde;
- k) Promover a integração de cuidados, evitando a duplicação de atos e cuidados desnecessários;
- l) Acelerar a introdução da experiência de financiamento baseado em valor (value-based healthcare), tendo em vista a obtenção de melhores resultados clínicos, melhor eficiência e melhor satisfação de utentes e profissionais;
- m) Regularizar dívidas em atraso aos fornecedores;
- n) Retomar as parcerias público-privadas de gestão de hospitais estatais por operadores privados. Um modelo de governação escrutinado e ao nível dos melhores do país;
- o) Aumentar os recursos financeiros e técnicos das autarquias para desenvolver estratégias locais de saúde, assumindo iniciativas de promoção dos estilos de vida saudáveis, da educação e literacia em saúde, focadas na pessoa, na sua família ou cuidadores. Os sistemas locais de saúde estão previstos na última revisão da Lei de Bases da Saúde e o Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro;

- p) Implementar uma estratégia de centralização dos dados em saúde, a nível nacional e com coordenação a nível europeu, de forma a permitir reduzir a elevada duplicação de custos (pessoais, sociais e económicos), mas também uma apropriação nacional do valor criado associado à utilização destes dados anonimizados, pelas diversas áreas de investigação e pelas diferentes indústrias utilizadoras;
- q) Criação de uma entidade gestora do sistema de saúde;
- r) Organização de uma matriz da rede de prestadores (públicos e privados);
- s) Definição de uma estratégia de integração, de um modelo de financiamento que promova a autonomia, a responsabilização dos órgãos de gestão, com mecanismos de monitorização e avaliação de risco de governança, com consequências na escolha das equipas de gestão e na transparência dos respetivos processos - órgão integrador de todas as competências existentes no SNS;
- t) Revisão do modelo de ponderação das listas de utentes nos cuidados de saúde primários, com critérios baseados na carga de trabalho clínico;
- u) Criação de uma resposta de acessibilidade a cuidados de saúde primários com recurso à oferta de operadores privados (“médico assistente”);
- v) Criar condições de atratividade para fixação dos profissionais nos cuidados de saúde primários;
- w) Apostar nas iniciativas de rastreio de base comunitária, não apenas as do plano nacional oncológico, mas também rastreios como a retinopatia diabética e rastreio visual.
- x) A Procriação Medicamente Assistida deve assumir mais importância nas políticas públicas de alocação de recursos, e deve haver um reforço efetivo da capacidade instalada e dos meios humanos e técnicos disponíveis no SNS para dar resposta às necessidades efetivas das famílias portuguesas. A Infertilidade foi reconhecida pela OMS como um problema de saúde pública e é definida como a incapacidade de engravidar após 12 meses ou mais de relações sexuais regulares sem contraceção, tendo vindo a aumentar atingindo 15 a 20% dos casais em idade fértil. Esta doença tem tempos de espera superiores a 3 anos para a realização de um tratamento. Estes tempos de espera inviabilizam o sucesso dos tratamentos e o seu acesso, uma vez que há idade limite para os tratamentos. A Procriação Medicamente Assistida é responsável por cerca de 3% das crianças nascidas em Portugal. Num país envelhecido como o nosso, estes números são significativos e poderiam assumir outra escala se houvesse mais capacidade de resposta no SNS.



PROPOSTA TEMÁTICA

L

**DESCENTRALIZAÇÃO |
UMA OPORTUNIDADE PERDIDA,
UMA REFORMA ADIADA**

1º SUBSCRITOR:

CPD PORTO

Proposta Temática ao 40.º CONGRESSO do PSD

DESCENTRALIZAÇÃO | Uma oportunidade perdida, uma reforma adiada

subscritor: Assembleia Distrital do Porto

I – Introdução

Ao contrário do que a propaganda do Governo Socialista pretende fazer crer, quase meio século após o 25 de abril, Portugal continua a ser um País fortemente centralizado, aparecendo nos rankings da UE e da OCDE como sendo um dos países com uma administração pública e política cada vez mais centralizada.

A concentração de poder e de riqueza continuam a centrar-se na capital e no litoral do País, enquanto paradoxalmente o interior de Portugal não para de empobrecer e de se desertificar, uma tendência crescente dos últimos 25 anos, 18 dos quais sob governação do Partido Socialista.

Para um Portugal com um desenvolvimento mais equilibrado, mais justo e mais coeso, o combate à centralização e às profundas assimetrias regionais passa por um processo adequado e contínuo de Descentralização e de Reorganização Administrativa do Estado que cumpra o princípio constitucional da subsidiariedade, pelo qual o PSD, desde a sua fundação, sempre pugnou.

Isto é, a Administração Pública deve pautar-se por critérios de eficiência e simplificação de procedimentos, organizando-se de modo a aproximar os serviços das populações, de forma mais eficaz.

Tudo o que, no passado recente, nesta matéria, não foi feito ou foi mal feito ou até o que foi sendo sucessivamente adiado, é da exclusiva responsabilidade e deve-se à profunda incompetência do Governo do Partido Socialista.

Por isso, o PSD deve continuar, como sempre fez, a apontar soluções e a bater-se convictamente pela implementação de um efetivo processo de Descentralização de competências para os Municípios e para as Freguesias, tendo em vista o aprofundar da democracia, promover o desenvolvimento sustentável, harmonioso e equilibrado do País e, pela sua proximidade, aumentar a eficácia e a eficiência da Administração Pública, para assim melhor servir o cidadão, finalidade que constitui o alfa e o ómega da sua existência.

II – O contributo do PSD

Por se tratar de uma importante reforma do Estado, era também necessário garantir um amplo consenso político-partidário, razão pela qual o PSD, há pouco mais de 4 anos, em 18 de abril de 2018, com grande sentido de Estado e responsabilidade, subscreveu uma declaração conjunta com o Governo, em matéria de Descentralização, que assentou nos seguintes pressupostos:

“1. Reclamar uma Descentralização efetiva, condição essencial para o desenvolvimento local e regional, que assegurasse o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promova a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações;

2. Exigir que a transferência de competências tivesse como objetivo prioritário a satisfação de legítimos direitos e as justas expectativas das populações e contribuísse para atenuar as contingências e desigualdades sociais e territoriais;

3. Expressar preocupação relativamente às transferências de competências de mera execução, física e financeira, com a manutenção do poder de decisão, em última instância, no Governo e na Administração Central e generalizando formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição da autonomia do Poder Local;

4. Exigir que qualquer nova transferência de atribuições e competências fosse acompanhada da garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.”

III – Enquadramento jurídico-político

Fruto deste compromisso, a Lei-Quadro de Transferência de Competências – Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – que viria a ser aprovada no Parlamento, com o voto favorável do PSD, estabeleceu que a transferência de competências seria concretizada gradualmente, a partir de 2019, através de Decretos-lei do Governo, de âmbito setorial, relativos às diversas áreas objeto de Descentralização, considerando-se que todas as competências seriam obrigatoriamente transferidas em 1 de janeiro de 2021.

Para o efeito, foram provisionados os recursos financeiros a atribuir às Câmaras Municipais e entidades intermunicipais para o exercício das novas competências, através da revisão da Lei das Finanças Locais, igualmente com o voto favorável do PSD, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2019 – Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto – e com a criação do Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), que corresponde à rubrica financeira do OE, que suportaria as competências transferidas.

Assim, nos Orçamentos de Estado de 2019, 2020 e 2021 seriam inscritos os montantes que incorporariam os valores a transferir e a Lei-Quadro produziria efeitos após a aprovação dos diplomas de âmbito setorial, acordados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), o que deveria estar concretizado, até 15 de setembro de 2018.

Um dos principais pilares do acordo celebrado entre o Governo e PSD pressupunha que, antes do termo da sessão legislativa então em curso, fosse aprovada esta reforma, composta formal e politicamente pela Lei-Quadro e complementada pelos Decretos-lei setoriais, pela revisão da Lei das Finanças Locais e pelos envelopes financeiros associados a cada um dos Municípios, com identificação dos montantes atribuídos por cada área de competências.

Tratava-se, por isso, de um pacote legislativo e foi a este procedimento, no seu todo, a que o PSD deu o seu assentimento.

O referido acordo de princípio, garantiu apenas a concretização da Lei-Quadro da Descentralização, balizou a calendarização do processo legislativo, definiu o gradualismo da transferência de competências e assegurou a respetiva dotação financeiras, através da alteração da Lei das Finanças Locais, aprovada com o voto do PSD.

O PSD não está, portanto, vinculado, nem comprometido com a trapalhada legislativa que se seguiu, que é da inteira e exclusiva responsabilidade do Governo do Partido Socialista, pese embora o acordo celebrado com a direção da ANMP que não ouviu, não envolveu, nem partilhou a decisão com os autarcas dos Municípios que supostamente deveria representar.

IV – O falhanço do Governo

O acordo sobre Descentralização celebrado pelo Governo com a ANMP, foi de imediato objeto de críticas demolidoras, incluindo por autarcas politicamente insuspeitos e destacados presidentes de Câmara do Partido Socialista.

Efetivamente, na sequência da aprovação da Lei-Quadro da Descentralização, precisamente no último dia da sessão legislativa, em julho de 2018, o presidente da Câmara de Gaia e simultaneamente presidente da Área Metropolitana do Porto, criticou duramente o acordo celebrado entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, considerando, expressa e confessadamente, que o modelo escolhido:

“Transforma as Câmaras em meros servidores de manutenção local do Estado (...). Este dossier será um presente envenenado para o Poder Local e traduz-se numa oportunidade histórica perdida;”

“(...) as contas que o Governo fez ao dinheiro a transferir para os municípios para que estes possam cumprir as tarefas que o Estado lhes vai confiar têm erros de milhões – e aponta o exemplo do município que lidera – as contas do Governo atribuem a Vila Nova de Gaia 20,6 milhões de euros para passar a gerir centros de saúde e escolas. Só que a diferença entre o valor que nos estão a tentar entregar e a responsabilidade financeira que essa entrega representa é de oito milhões. Não tenho razão para dar oito milhões de gorjeta ao Estado”.

A grande maioria dos autarcas, certamente, não se revê numa Descentralização de tarefas, contrária e atentatória à autonomia do Poder Local democrático.

Descentralizar não é transformar as autarquias em meras entidades executoras, para cumprir tarefas e serviços, por exemplo para pagar a conta da luz, contratar a empresa de limpeza ou proceder à manutenção das instalações.

Descentralizar é delegar competências e, por isso, transferir poder de decisão sobre todas as matérias intrínsecas às competências delegadas.

Não foi difícil, nem à data, nem mesmo agora, quatro anos depois, aderir a todas estas denúncias e acompanhar as preocupações manifestadas pelo referido presidente da Câmara, porquanto o processo de Descentralização delineado e proposto sob a responsabilidade do Governo não cumpre de todo os objetivos que levaram o PSD, de boa-fé, a subscrever em 2018, uma declaração conjunta com o Governo.

O Governo falhou, o tempo e o prazo a que legalmente estava obrigado, para legislar sobre os diplomas sectoriais, para que os órgãos autárquicos pudessem decidir assumir ou não, as transferências de competências.

O Governo falhou, por não ter tido a capacidade de apresentar estudos ou cenários realistas sobre o impacto das transferências de competências, nos orçamentos municipais.

O Governo falhou, por não ter definido e esclarecido as contrapartidas financeiras necessárias e adequadas à assunção de competências pelas Câmaras Municipais.

O Governo falhou, por ter criado dificuldades e confusão, junto das autarquias locais, sobre o processo de tomada de decisão.

O Governo falhou, também e principalmente, com a obrigação legal de inscrever os recursos financeiros, justos e suficientes, a atribuir às autarquias, no Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), pretensão esta que foi rejeitada logo em sede de votação do Orçamento do Estado para 2019, criando um vazio legal que permanece, infelizmente, desde então politicamente em aberto.

A obrigação de garantir neutralidade orçamental ficou “esquecida”.

V – Um envelope financeiro sem dinheiro

O financiamento das novas competências falhou logo antes de começar, porque como antes se disse, o Governo não inscreveu qualquer verba no Fundo de Financiamento da Descentralização, no Orçamento de 2019, como a Lei impunha, limitando-se a delegar um conjunto de tarefas operacionais, sem transferir um efetivo poder de decisão e sem garantir o envelope financeiro que lhe haveria de corresponder.

Desta feita, o Governo desrespeitou a letra e o espírito de todos os compromissos vertidos na Declaração Conjunta que havia assinado, em 2018, com o PSD.

Os mapas elaborados pelo Governo continham erros e omissões graves, demonstrando desta forma, uma incompreensível negligência na gestão de um processo tão importante para as autarquias locais.

Acresce que a imposição do Governo em promover a Descentralização de igual forma para todos os Municípios agravou o problema, pois se para alguns Municípios a Descentralização proposta até poderia ser adequada e corresponder às expectativas, outros havia com dimensão e capacidade para a executar e que necessariamente esperavam mais competências e mais recursos.

Sem prejuízo da posição daqueles que consideram que mais vale uma Descentralização pouco ambiciosa do que nenhuma Descentralização, igualmente consideramos que o Governo não poderia nem deveria ter colocado os Municípios sem opção e perante uma inevitabilidade. O Governo tinha o dever e a obrigação de propor aos Municípios uma Descentralização efetiva, ambiciosa, e não impor este modelo de Descentralização universal e sem recursos, que deve ser condenado politicamente, de forma veemente.

As despesas a assumir pelas autarquias locais devem determinar sempre o valor das receitas a transferir, isto é, à medida que novas atribuições e competências sejam transferidas do Estado Central para os Municípios, Freguesias e Entidades Intermunicipais, estas devem necessariamente ser acompanhadas dos recursos financeiros adequados, justos e atualizados, em função do contexto económico, mas também, por exemplo, do cumprimento dos rácios de pessoal e custos com a conservação de edifícios.

O processo de Descentralização deve ser partilhado e discutido pelas partes interessadas, casuisticamente e área a área, de modo que cada Município assuma e concretize a transferência de competências de forma efetiva, mediante acordo e sem imposições legais, ao contrário do que já aconteceu, mormente, no domínio da Educação.

VI – O corporativismo da ANMP

Quando os Municípios começaram a perceber a insuficiência dos valores contratualizados para recursos humanos, para a gestão corrente ou para o financiamento para a reabilitação do edificado, no geral muito degradado, e começaram a manifestar a sua preocupação com o equilíbrio financeiro e com o comprometimento dos orçamentos municipais, foram surpreendidos com um acordo, facto consumado, assinado pela anterior direção da ANMP e o Governo, que fixava o montante de 20 mil euros por ano e por escola, no âmbito da transferência de competências na área da Educação.

Tanto quanto foi tornado público, sabemos que o valor acordado entre o Governo e ANMP para as despesas correntes das escolas – e diga-se imposto aos Municípios – corresponde a seis vezes e meia menos do que recebe a Parque Escolar (Empresa Pública do Estado).

Facto agravado pela circunstância do Governo ter transferido maioritariamente para os Municípios escolas mais degradadas e antigas, tendo a Parque Escolar ao seu encargo escolas já reabilitadas e com melhores condições.

Esta decisão solitária do Conselho Diretivo fragilizou a representatividade da ANMP, como ficou demonstrado pelo recente abandono do Município do Porto e pelas inúmeras críticas, comuns e transversais a presidentes de Câmara de áreas políticas distintas e colocou em causa a missão principal desta organização, que deveria centrar-se na defesa dos interesses de todos os Municípios e não servir de para-raios do Governo e do PS.

O PSD é um partido fundador da ANMP, mas quer uma estrutura fiel aos princípios que estiveram na génese da sua criação, particularmente quanto ao desígnio de representar e defender os Municípios, sem favor e muito menos sem subserviência, perante os órgãos de soberania, o que manifestamente parece estar em risco, neste momento crítico, a propósito da Descentralização.

Representar não é decidir pelos presidentes de Câmara ou em nome deles. Representar é sobretudo defender de forma intransigente a prossecução dos objetivos dos autarcas que estão legitimamente eleitos.

O PSD discorda em absoluto com a forma marcadamente corporativa como a ANMP tem pautado a sua ação e a reverência com que o Conselho Diretivo, de então, tratou o Governo, colocando em causa a própria autonomia do Poder Local.

As Câmaras Municipais precisam e merecem uma ANMP que reclame, que reivindique, que decida, que se indigne até, se for preciso, mas sempre em nome daqueles que estão mais próximos e não querem faltar às suas populações.

Um parêntesis para ressaltar a atuação de alguns dos novos elementos que compõem o atual Conselho Diretivo da ANMP, a quem naturalmente não são dirigidas estas considerações. Mas não podemos deixar de censurar, veementemente, a atuação da nova presidente do Conselho Diretivo que passou, em poucas semanas, de um extremo ao outro. Enquanto putativa candidata ao cargo, proclamou, num encontro com os autarcas da Área Metropolitana do Porto, a exigência de suspender o processo de transferência de competências da Educação para, no próprio discurso de posse, anunciar em nome de todos, que os Municípios estavam preparados para receber as competências no dia 1 de abril.

A ANMP não é de direita, nem de esquerda, não pode, nem deve estar ao serviço de um Governo ou de um Partido, porque ela representa, na sua essência, todos os autarcas, sem exceção.

O facto de um qualquer Município ser associado da organização, não concede à ANMP o poder de representação para vincular o mesmo a um compromisso desta natureza e dimensão, quando é consabido que entre o deve e o haver, só na área da Educação, registam-se prejuízos, na ordem dos milhões de euros, por ano, sem considerar as questões que se prendem com o estado de conservação dos imóveis ou dos valores das refeições escolares, entre outros.

A ANMP tem cuidado do benefício de alguns, tem promovido a discriminação positiva de outros, mas, por conveniência, deixou a maioria dos Municípios sem apoio, sem retaguarda e

sem defesa no âmbito da discussão das três áreas mais complexas e problemáticas do processo de Descentralização: Saúde, Ação Social e Educação.

VII – Conclusões

Face a tudo quanto vai alegado, pode concluir-se que o processo de Descentralização, executado sob a exclusiva responsabilidade do Governo Socialista, pese embora o beneplácito de uma direção da ANMP, falhou redondamente todos os objetivos e incumpriu todos os compromissos assumidos com o PSD, em abril de 2018.

A Descentralização ou não foi feita ou foi malfeita, constituindo, no essencial, uma oportunidade perdida e uma reforma adiada.

Nestes termos, a Assembleia Distrital do PSD do Porto propõe que a nova Comissão Política Nacional, em articulação com os Autarcas Social Democratas (ASD) e com o Grupo Parlamentar, pugne por adotar e implementar as seguintes medidas:

1 – Reclamar a suspensão imediata da transferência de competências nas áreas da Saúde e da Ação Social, até que estejam corrigidas todas as falhas e omissões na área da Educação, delegada, por decreto, no passado a 1 de abril.

2 - Realizar uma Convenção Nacional de Autarcas do PSD para discutir exclusivamente uma tomada de posição política do Partido nesta matéria e que também possa servir para reforçar a ação política da Direção dos ASD e mandar os autarcas do Partido eleitos para os órgãos da ANMP.

3 – Propor a realização de um Congresso Extraordinário da ANMP – e não um Encontro Nacional de Autarcas como está previsto, que nos parece muito curto em função do que está em causa – para discutir o atual processo de Descentralização.

4 – Promover uma iniciativa legislativa, que obrigue o Governo a definir, previamente à delegação de competências, o envelope financeiro que a deve acompanhar, sendo que a Descentralização deve pressupor, sempre:

- i) Em nome do princípio da autonomia do poder local, o acordo de cada uma das autarquias;
- ii) O abandono do modelo da Descentralização universal de competências;
- iii) Uma transferência de competências diferenciada e ajustada ao custo real, garantido o princípio da neutralidade orçamental.

Porto, 20 de junho de 2022

A Comissão Política Distrital do PSD do Porto



PROPOSTA TEMÁTICA

M

**EDUCAÇÃO: CRÓNICA DE UMA
TRAGÉDIA ANUNCIADA**

1º SUBSCRITOR:

**ANTÓNIO DUARTE CONDE
ALMEIDA DA CUNHA**

Proposta Temática ao 40.º CONGRESSO do PSD

Educação: crónica de uma tragédia anunciada

1.º subscritor: António Duarte Conde Almeida da Cunha (militante n.º 212368)

Um dos temas que tem merecido a atenção da Comissão Política Distrital do PSD do Porto tem sido a Educação. Nesse sentido, um conjunto de delegados, eleitos no Distrito do Porto ao 40.º Congresso do PSD, entenderam apresentar uma proposta temática para reforçar a necessidade de uma urgente e forte tomada de posição do PSD a fim de procurar evitar o colapso do Sistema de Ensino Português e fazer refletir novamente a qualidade e os valores do mérito, do trabalho e da aprendizagem.

Nos últimos sete anos de governação socialista, com o apoio parlamentar da esquerda radical e dos seus sindicatos, o País não viu uma única reforma merecedora desse nome, nem usufruiu de políticas públicas que visassem a melhoria da condição orçamental, sequer o crescimento de uma economia robusta que nos preparasse para momentos de crise como aquele que vivemos atualmente.

Em sete anos, António Costa foi incapaz de potenciar o crescimento da economia Portuguesa porque, entre outras, foi incapaz de dizer não, aos seus parceiros da geringonça, a fim de retirar o peso exagerado do Estado da nossa economia. E, sabemos bem, que este Partido Socialista governa para o curto prazo e sobrevive, sobretudo, graças ao clientelismo em prejuízo do País.

Nos últimos sete anos, a governação socialista foi atirando paulatinamente Portugal para o pelotão de trás dos Países da União Europeia. Fomos e seremos ultrapassados por Países da Europa do Leste que entraram na UE muito depois de Portugal.

Há mais de duas décadas que não temos crescimento económico dinâmico e nos últimos sete anos muito pouco se fez em setores estruturais como a Saúde, a Educação, a Coesão Territorial ou a Justiça.

Sobre a educação dita formal, a que vai do ensino Pré-Escolar ao Ensino Secundário, declaramos que consideramos a educação e a formação das novas gerações como o

alicerce estratégico para o nosso futuro individual e coletivo, como o verdadeiro passaporte para a melhoria das condições de vida dos portugueses, a fim de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais.

Mas, estaremos dispostos a tornar o nosso sistema educativo mais inovador, mais justo, inclusivo e equitativo até ao final desta década?

Até 2030 teremos o maior volume de dinheiro de Fundos Europeus alguma vez recebidos desde a nossa entrada na então CEE, em 1986, e, por isso, deveria haver potencial financeiro para se investir no setor basilar da Educação.

Todavia, quem tem responsabilidades na governação do País estará disponível para considerar o dinheiro aplicado no sistema educativo como um investimento fundamental e necessário, em vez de o rotular como mera despesa?

Quererá algum Governo até ao final da década arriscar saber qual o custo da ignorância, depois de 48 anos vividos sob a liberdade que nos trouxe abril?

A complexidade do conhecimento, as competências, as atitudes e os valores, que os alunos e jovens de hoje precisam de desenvolver para estarem preparados para o mundo de amanhã, exigem do Governo, do sistema educativo, das escolas e dos professores o melhor de cada um!

O mundo mudou tanto em tão pouco tempo, mas a Escola de hoje, na prática e longe dos discursos de circunstância de ministros da educação, não tem mudado tanto assim. Apesar da retórica ministerial, que propositadamente esquece que para os alunos deixarem de ser meros aprendentes passivos, as escolas precisam de se realizar como verdadeiros ambientes de aprendizagem mais dinâmicos, com infraestruturas, com equipamentos e com organização de horários de trabalho dos docentes que, na sua componente não letiva, promovam condições que induzam o trabalho colaborativo, a interdisciplinaridade e a articulação curricular.

Há factos incontornáveis: Portugal é dos Países da OCDE onde as desigualdades sociais mais se manifestam nos percursos escolares dos alunos. Há alunos que nasceram pobres para os quais Escola não lhes serviu de elevador social; a crise mundial como consequência da pandemia da Covid-19, veio expor as insuficiências e as desigualdades dos sistemas educativos relativamente, por exemplo, à

conectividade, à disponibilidade de computadores para o ensino a distância, aos apoios necessários para criar ambientes de aprendizagem adaptados às circunstâncias pandémicas.

Milhares de alunos ficaram e continuam a ficar para trás por incapacidade de resposta rápida e eficaz do governo.

O relatório da OCDE *The State of School Education: One Year into the COVID Pandemic* demonstrou que de entre os 30 Países estudados, Portugal se destacou negativamente por o Governo ter tomado tardiamente medidas de fundo para contrariar os efeitos da pandemia nas aprendizagens dos alunos Portugueses.

E a recuperação das aprendizagens daqueles alunos que têm ficado sem aulas durante os últimos três anos letivos, pelo menos, por falta de professores para preencherem os horários em falta?

Trata-se de um problema estrutural sobre o qual o Partido Socialista e o Governo nos últimos seis anos pediram estudos, mas ação, nenhuma.

A carreira docente, e conseqüentemente todo o sistema educativo, atravessa uma verdadeira crise que o Governo de António Costa não soube antecipar apesar das evidências, dos estudos e dos avisos de que a carreira docente está envelhecida e que na presente década haverá falta de professores.

De acordo com a publicação *Estado da Educação 2019*, do Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2018/2019, os docentes em exercício de funções na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário integravam, na sua maioria, a faixa etária dos 50 ou mais anos de idade, no ensino público (...).

Aliás, em 2018/2019, a proporção dos docentes que tinham idade inferior a 30 anos é quase residual no ensino público, correspondendo a 0,6% e com tendência a piorar. Todos os estudos e publicações nos mostram que não tem havido o natural rejuvenescimento na profissão docente.

Até 2030, 57,8% dos professores do quadro atual aposentar-se-á.

As aposentações dos professores aliadas à forte diminuição do número de jovens que querem ser educadores ou professores, segundo um estudo de análise de Luísa Loura (<https://www.ffms.pt/blog/artigo/578/quantos-alunos-estarao-sem-aulas-daqui-a-1-ano>), deixarão no próximo ano letivo 110 mil alunos sem aulas. Tudo isto terá

consequências desastrosas nas aprendizagens e na formação desses alunos a quem o sistema educativo irá falhar.

Paradoxalmente, Tiago Brandão Rodrigues, ministro da educação durante seis anos, conhecia os números e simplesmente empurrou com a barriga o problema. Sabia também que haverá necessidade de contratar cerca de 34 mil docentes nos próximos dez anos e não apresentou políticas para dirimir tão grave problema!

Desde há três anos a esta parte que tem havido turmas nas escolas deste País que não tiveram aulas a pelo menos uma disciplina o ano inteiro! Tudo isto nos faz lembrar outros tempos que não queremos que regressem.

Apesar de ser consensual a importância da classe docente na educação e na formação das nossas crianças e jovens, e, conseqüentemente, o seu trabalho ser fundamental para a qualidade do nosso sistema educativo, a carreira docente não tem qualquer atratividade para os jovens que ingressam no ensino superior.

Desde o início deste século que o número de inscritos nos cursos de formação inicial de professores caiu cerca de 70%. Para toda esta tragédia na educação tem contribuído a falta de estabilidade profissional na carreira docente, a falta do reconhecimento social da profissão; o desgaste profissional, as crescentes injustiças criadas por um modelo de avaliação docente que não promove o mérito e, ainda, o aumento brutal da carga burocrática no desempenho profissional que tira tempo de qualidade aos professores para prepararem as suas aulas.

Assim, o PSD deverá através do seu grupo parlamentar apresentar um conjunto de propostas legislativas para contrariar a crescente falta de professores:

- O regresso do estágio integrado na formação inicial dos cursos via ensino;
- O regresso da profissionalização em serviço para mestres de outras áreas científicas que queiram seguir a carreira docente;
- A alteração do modelo de avaliação docente tendo em vista a valorização da profissão e da carreira docente, recompensando os melhores professores e, conseqüentemente, as suas escolas/agrupamentos;

- Assegurar a formação contínua de todos os docentes centrada na atualização do conhecimento científico, pedagógico e didático, na cultura pedagógica, na gestão da sala de aula e em estratégias de combate ao insucesso escolar;
- A criação de incentivos salariais e fiscais à fixação de docentes em zonas de baixa densidade ou onde há falta de professores, como na região de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve;
- Entrada dos docentes nos quadros de Escola/Agrupamento após o estágio/profissionalização em serviço que pertençam a grupos de recrutamento deficitários;
- Anular as práticas de distribuição de serviço que se têm instalado nas escolas e que transferem para a componente não letiva do trabalho docente atividades que sem dúvida devem estar inseridas na componente letiva;
- Alterar os conteúdos letivos de cada disciplina em função da sua relevância futura para os alunos e não de qualquer pensamento político-dogmático que se pretende impor;
- Reestruturar o modelo de avaliação no sentido de garantir que os alunos adquiriram os conhecimentos necessários;
- Implementar um modelo de apoio ao estudo que permita aos alunos com maiores dificuldades transitarem de ano com mérito e não de forma administrativa que serve mais para a estatística do que para o futuro dos alunos;

Perante o retrato traçado, não se vislumbram da parte do novo Governo ações para resolver ou antecipar a resolução deste problema tão sério que se tem abatido sobre as nossas escolas e que terá consequências devastadores.

Não vemos da parte do Governo a adoção de políticas públicas para a educação da infância que contrariem as dinâmicas da retração demográfica. O número de nascimentos em janeiro e fevereiro de 2021 foi o mais baixo desde que há registos. Portugal precisa de apostar em políticas de apoio à maternidade e à parentalidade, criando condições de acesso a uma educação de infância gratuita e de qualidade, desde os primeiros meses de vida das nossas crianças, generalizando as creches.

A este propósito, o Governo mentiu aos Portugueses quando prometeu durante a campanha eleitoral para as eleições legislativas creches gratuitas para todos. Agora, vem desdizer o que disse afirmando que, afinal, a creche gratuita é para todas as crianças até um ano de idade que frequentem o sector social e solidário!

É ainda necessário um investimento claro no ensino profissional. Trata-se de uma modalidade do ensino secundário de dupla certificação cuja estrutura modular do currículo permite ajustar ritmos de ensino e de aprendizagem, possibilitando desenvolver percursos individuais diversificados, recentrando a aprendizagem nos alunos/formandos através de uma componente prática do currículo muito forte.

Empresas com colaboradores qualificados são mais produtivas, mais inovadoras e com melhores condições para enfrentar a concorrência a nível local e global, favorecendo o crescimento económico do País de que tanto precisamos. São os nossos empresários que nos alertam para uma carga fiscal que os vai matando aos poucos. São os indicadores que nos dizem que Portugal não cresce há 20 anos, que a dívida pública teima em não baixar substancialmente e que existe um Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que concentra a maioria dos recursos financeiros no investimento público em serviços, equipamentos e infraestruturas públicas, mas que deliberadamente esquece a génese, o ponto de partida para a construção do PRR, que foi uma economia devastada, e esquece o tecido empresarial e também a dimensão da recuperação face à crise que se abateu sobre nós.

Ora sem o alicerce de uma economia forte, resiliente e geradora de emprego não há pilar social que aguente e este acabará por ruir. Por aqui se vê a importância e o contributo que o ensino profissional pode e deve ter na transformação da economia do nosso País.

Os subscritores desta proposta temática estão seguros da importância que o PSD pode ter na alteração do paradigma educativo e facilitista vigente.

É preciso, pois, ACREDITAR!

Porto, 20 de junho de 2022

A Comissão Política Distrital do PSD do Porto



PROPOSTA TEMÁTICA

N

**PSD: MILITÂNCIA COM
VALIDADE (IN)FINITA**

1º SUBSCRITOR:

PEDRO FÉLIX VEIGA

Proposta Temática ao 40º Congresso do PSD
PSD: Militância com validade (in)finita

1º Subscritor

Pedro Félix Veiga, militante 191095

Presidente JSD Distrital de Aveiro

1. Introdução

No passado mês de abril do presente ano, a JSD Distrital de Aveiro apresentou, em congresso, uma moção denominada: “*A geração do quase ... até do quase militante*”. Contudo e após uma reflexão, entendeu-se que este mesmo documento deveria ser alargado e apresentado no congresso do PSD, sito no Porto.

Citando o primeiro parágrafo desta moção: «*Observando a figura do jovem atual e a geração em que se insere, é fácil caracterizar o seu seio como “o quase”: o quase empregado, o quase saído de casa, o quase primeiro ordenado, entre outros*», é suscetível de se reescrever da seguinte maneira:

Observando o partido atual e daqueles que o militam, é fácil caracterizar e elogiar a sua perseverança em não desistir da mesma. Na verdade, entre o quase e a validade infinita, não há grandes divergências. A validez assume-se, aqui, como uma evidência para a eternidade que os militantes do PSD e da JSD enfrentam nos seus processos de militância - seja na inscrição, como na renovação.

É neste cenário que a JSD Distrital de Aveiro apresenta os problemas e viáveis soluções que à partida, e tendo em conta o mundo digital e o país em que vivemos, não deveriam ser tema neste ou noutro congresso, por não estarem adaptados ao desenvolvimento tecnológico que hoje temos.

Falamos, diariamente, sobre o interesse, ou falta deste, dos jovens na política, em novas formas de os atrair - desde os 14 aos 30 anos -, e fazer com que permaneçam de maneira a que se construam projetos que preencham os novos desafios geracionais. No final, no momento da inscrição, a burocracia, em particular, para os maiores de 18 anos, é tão ou quase semelhante a um formulário da Segurança Social. Afinal, estamos a promover o interesse ou o desinteresse?

Compilados alguns testemunhos de Dirigentes do PSD e da JSD, do Distrito de Aveiro e não só, é de indagar qual é o papel que estes devem ter diante de processos tão complexos. Fará sentido que a principal preocupação, durante um mandato, seja recorrer às listagens do mês anterior de forma a averiguar se o jovem é ou não militante, ou analisar junto da sede do PSD o motivo pelo qual não se aceitou ou perdeu a inscrição ou, ainda, qual é o dado ou o comprovativo de morada em falta?

É impossível negar que a contenda existe e o desânimo é maior quando alguém desiste durante o percurso. É por isso que, por ser um problema generalizado, urge despertar

e procurar soluções de modo a que não se perca, tanto na JSD como no PSD, quadros de referência aptos a fazer jus à social-democracia nos nossos territórios.

2. As adversidades do processo de inscrição

Tendo em conta que a presente moção é uma iniciativa da JSD Distrital de Aveiro, é natural que o trabalho se debruce, sobretudo, nos jovens e no seu caminho dentro do partido. Ainda assim, compreendemos que este problema é partilhado pelas concelhias do PSD do Distrito de Aveiro que, prontamente, colaboraram com opiniões, sugestões e advertências, tornando todo o processo de análise mais transparente e aberto a fim de se alcançar um partido reformador na forma de se fazer militantes.

Na verdade, muitos destes jovens um dia serão quadros do PSD, seja a nível local, distrital e/ou nacional, daí que seja importante que a preocupação abranja todos aqueles que pretendam fazer parte desta casa partidária.

Focando-nos no intervalo de idades admitido pelo artigo 10.º do Estatuto da JSD, diga-se que é o mais natural e até mais adequado à ideia que se tem, atualmente, de “*jovem*”.

O militante menor (14 a 18 anos) quando se inscreve na estrutura ainda se está a desenvolver - seja em termos físicos/psicológicos, como também no seu espírito crítico e capacidade de ação diante da política, propriamente dita. Por outro lado, o militante maior (18 a 30 anos), por norma e apesar de existirem exceções, chega com um propósito mais sustentado, ou seja, com ideias mais definidas e com metas que gostaria de ver alcançadas e ultrapassadas.

Assim, é fácil compreender que a capacidade e a maneira de atrair estes jovens é diferente, evidenciando-se uma especial dificuldade nas faixas etárias mais jovens e na idade de transição, fruto dos inúmeros obstáculos no processo.

Veja-se o caso do militante menor. Quando este se propunha a militante, era “admitido” pelo Presidente - seu proponente -, via *email*, enviado pelos serviços da JSD. Desta forma, a Comissão Política da JSD Concelhia obtinha o devido conhecimento e podia, seguidamente, entrar em contacto com o menor.

Atualmente, o mesmo não acontece. Dado que este processo é, maioritariamente, não autonomizado, tem sido prática em várias concelhias do Distrito de Aveiro, não obterem qualquer informação. Ora, se existe uma especial dificuldade em cativar as faixas etárias mais jovens, como mencionado supra, é relativamente fácil compreender a surpresa de um

militante descontente porque nunca foi, devidamente, recebido e incluído na estrutura e na sua concelhia.

Por sua vez, no que diz respeito aos militantes em idade de transição, é inexplicável como é que a JSD e o PSD ainda não chegaram a um entendimento de forma a facilitar a inscrição do militante como maior. Vivemos num mundo tecnológico e de inovação e, por isso, é impensável como é que um militante não recebe, por exemplo, um *email* ou uma mensagem no número pré-indicado com o aviso de que, ao perfazer 18 anos, deverá regularizar a sua inscrição, mas recebe uma mensagem a indicar qual é o valor e a referência para pagar a sua quota.

Aqui chegados, manifesta-se o cerne desta moção e a sua intenção. O PSD, em 2019, assinou o despacho mais dúbio, incoerente e antagónico com a nossa geração, relativo aos comprovativos de morada admissíveis na filiação, e que possivelmente, limitará inscrições futuras. Nem mesmo o novo método de inscrição digital, veio mitigar este bloqueio que tantas concelhias, exaustivamente, vêm a corrigir dezenas ou mesmo centenas de vezes por mês/ano.

Analisando a mais recente alteração n.º1/2021, e colocando-nos num papel de um jovem de 18 anos, há um grupo escasso de comprovativos de morada prontos a serem apresentados, contando-se com os 3 meses propostos.

Em muito engrandecia o país que estes jovens tivessem a capacidade de apresentar um documento, em seu nome - como a fatura de água, luz ou gás, mas lamentavelmente, e salvo raras exceções, é quase impossível até para um jovem de 24 ou 25 anos, sobretudo quando a carta de condução deixou de apresentar morada.

Neste cenário utópico, seria possível demonstrar que a emancipação é um conceito real e de que os jovens portugueses não ficariam estagnados em casa dos seus progenitores ou a dividir habitação, aos 30 anos, com amigos, colegas ou mesmo desconhecidos, por falta de poder económico.

2.1. O decréscimo dos militantes

O decréscimo dos militantes é um dos temas que mais assola o PSD e, tal como a abstenção, é esporadicamente falado e debatido. Esta ponte analógica entre um tema e outro, demonstra-se relevante para a nossa moção dado que, e tal como a abstenção, os registos dos últimos anos não são desejáveis e aceitáveis para o nosso partido e país.

Considerando as Estatísticas do Ficheiro Nacional de Militantes da JSD, nos anos compreendidos entre 2019 e 2022, podemos constatar que a partir da análise do ano de 2019 houve um decréscimo acentuado de militantes - a JSD de 19 mil militantes (entre maiores e menores), passou-se para cerca de 12 mil, o que corresponde a menos 1% da população jovem.

Em contrapartida, relativamente ao PSD, enquanto que em 2019 se registaram cerca de 107 mil militantes, no presente ano, este valor foi reduzido para cerca de 20%, não chegando aos 86 mil.

Em virtude destas informações e observando a notícia publicada no final de janeiro de 2022, no Observador, intitulada: «*Os jovens e a política: da intervenção cívica às vozes não escutadas “no mundo dos adultos”*», onde se ressalva uma geração mobilizada e com cidadania ativa, não deixa de ser conveniente analisar o seguinte paradoxo.

Se os jovens estão, cada vez mais, interessados na política e em temas sociais que os envolvem e, mesmo assim, o número de militantes no partido tem vindo a diminuir, não podemos negar que este despacho que entrou em vigor, precisamente, em 2019 tem vindo, além de outras razões, a dificultar todos aqueles que procuram ser militantes, como também as concelhias que ambicionam crescer.

Em resumo, numa era em que tecnologia é a base de tudo - de contratos inteligentes, do trabalho remoto, de instrumentos de ensino ou de contactos para todo o mundo, implementámos uma plataforma digital para a gestão da militância, mas não deixámos de lado as práticas burocráticas do passado, que não servem de exemplo e, conseqüentemente, afastam hipotéticos militantes.

3. Propostas

3.1. A plataforma única do PSD e JSD

A plataforma *online*, criada pelo PSD, revela-se a principal chave para a resolução dos problemas de militância. Senão vejamos, à partida qualquer dirigente da JSD tem conhecimento da sua existência e do seu objetivo principal - o acesso, por parte de cada Presidente de Secção, através de chave eletrónica pessoal e intransmissível, aos pedidos de inscrição, às listagens dos militantes em formato PDF (ainda que se devesse extrair, também, em Excel), consulta da situação dos militantes, entre outros.

Este sistema permite que o tratamento de dados pessoais e, concludentemente, de cada caso, seja um processo mais autonomizado, tranquilizando todos os Dirigentes e respectivas

Comissões Políticas. Sirva de exemplo uma inscrição pendente: se a Comissão Política não a validar dentro de um determinado tempo, a pessoa é inscrita automaticamente.

Todavia, questiona-se do porquê desta plataforma ainda não se ter alargado, isto é, fará todo o sentido - não só para contenção de custos de manutenção da plataforma, como de valorização dos recursos humanos e das suas funções - que se estabeleça uma ligação entre o PSD e a JSD, criando-se uma chave de acesso para cada Presidente concelhio e distrital e conectar dados.

É ininteligível, porém, que existam cuidados a ter, principalmente no que concerne à partilha de dados pessoais. Atualmente, a nossa sociedade está, cada vez mais, ciente e atenta a esta matéria e à sua sensibilidade, pelo que, não podemos disseminar esta informação sem conhecimento dos seus proprietários e contrariando o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais (RGPD).

Assim, e seguindo um raciocínio lógico, através do acesso ao sistema, o Presidente concelhio ou distrital da JSD e a sua Comissão Política, apenas teriam acesso à sua concelhia ou distrital e aos militantes com idades compreendidas entre os 14 e os 30 anos, permitindo executar as mesmas funções e entender, inclusive, se numa inscrição pendente existe algum documento erróneo ou em falta, passível de conhecimento officioso.

3.1.1. A comunicação e a colaboração frequente entre estruturas

Durante o período de avaliação deste sistema, a colaboração entre os recursos humanos do PSD e da JSD teria de se intensificar, preparando a passagem para um completo formato eletrónico, célere e acessível a todos.

Esta comunicação evitará, certamente, que se percam fichas de militantes (seja da JSD, como do PSD), ou que se inscrevam militantes em ano de transição apenas no PSD, quando os mesmos facultaram a inscrição em ambas estruturas.

Neste último caso, e a título de complemento, a necessidade de fazer uma nova ficha, na modalidade de alteração, e comunicar aos serviços da mesma, apenas contribui para a soma de mais 3 ou 4 meses de caminho. Por outras palavras, se um ano tem 12 meses, pelo menos 6 a 8 deles são passados a suprir todas as irregularidades em vez de usufruir da atividade da concelhia e/ou partidária.

3.1.2. Comprovativos de morada

É evidente e natural que um Presidente de Concelhia do PSD/JSD está disponível para auxiliar qualquer um dos seus militantes nestas questões mais burocráticas, contudo não será razoável colocar toda a responsabilidade nos mesmos, no caso de algo não correr como o pretendido. Deste modo, urge uma resposta maior e amiudada, como as que propomos nesta exposição.

Tal como vimos anteriormente, estes documentos não se coadunam com a realidade e o quotidiano dos jovens, basta observar, por exemplo, as taxas de juros sobre a habitação.

Logo, recomenda-se que o despacho, aqui mencionado, seja revisto e atualizado. Ainda, se preconiza que sejam aceites comprovativos de morada, desde os 18 aos 30 anos, com os nomes dos progenitores, sendo certo que é totalmente possível comprovar a filiação através do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade.

3.2. As vantagens da gestão única dos militantes

Aqui chegados, prontamente se conclui que a gestão única dos militantes traria as vantagens pertinentes, e esperadas, não só a nível de burocracia e tempo, como também no que diz respeito ao crescimento do próprio partido.

Um acompanhamento atualizado e polido, permitiria que as concelhias fizessem um tratamento de dados mais eficaz e eficiente e, ainda, fomentava o diálogo e cooperação entre as estruturas do PSD e JSD.

Futuramente, estes proveitos envolveriam pequenas atitudes que para um militante, especialmente o de base, resumir-se-iam a outra forma de estar e comunicar na política.

Por exemplo, ao ter acesso a todos os militantes e aos dados em tempo real, seria possível entrar em contacto para dar a conhecer as atividades que as concelhias/distritais/nacional vão realizar, seja por via telefónica ou via *email*.

Ainda, seria plausível perceber que militantes é que têm as quotas por pagar, a expirar e suspensas e avisá-los, atempadamente.

Por fim, os Presidentes de Concelhia estariam capazes para dar os parabéns pela sua filiação ou, mesmo, pelo seu aniversário através de alertas na plataforma.

Em suma, é importante reforçar que as Comissões Políticas são eleitas, também, para gerir os militantes e, por isso mesmo, é fundamental que estas ferramentas estejam aptas e perto dos mesmos.

4. Conclusão

Em síntese, todas as gerações que militam no partido já sentiram, em algum momento da sua militância, dificuldades administrativas, assim como todos os Dirigentes do PSD e da JSD já sentiram, e continuam a sentir, impedimentos em fazer novos militantes.

Se os mais jovens têm vindo a demonstrar que confiam no uso da tecnologia e, conseqüentemente, têm sabido tirar partido destas para o seu quotidiano, em nada condiz a postura do PSD e da JSD e os seus objetivos futuros.

Nesta senda, percebemos que estamos perante um problema transversal e que, certamente, todas as distritais, senão concelhias, o vivem com maior ou menor intensidade.

Destarte apresentamos a moção intitulada: “*PSD: Militância com validade (in)finita*”, com intenção de consciencializar e convidar, cada militante, a fazer parte desta mudança necessária no nosso partido.

Se num primeiro passo, pretendemos atuar junto da JSD, agora operamos junto de ambas as estruturas, até porque a partilha e as boas e funcionais relações são indispensáveis para que consigamos ser mais ágeis e digitais.

A vivência de cada militante no PSD e na JSD, não pode passar pela parte burocrática, nem tão pouco por conflitos internos; pelo contrário, deve pautar-se pela inovação e por trazer novas atividades capazes de cativar todos os que se sintam relacionados com o partido e não os desviar para outras juventudes partidárias e partidos - como o Partido Socialista ou a Iniciativa Liberal.

Em suma esta moção visa propor que exista uma plataforma única de gestão de militantes para o PSD e JSD facilitando os processos de:

- Comunicação permanente sobre os processos de militância;
- Comprovativos de morada para inscrição.

40^o
PSD
CONGRESSO
SUPER BOCK ARENA - PAVILHÃO ROSA MOTA
1, 2 E 3 JULHO 2022

PROPOSTA TEMÁTICA



**MODERNIZAR, ABRIR E AFIRMAR:
COLOCAR O PSD NA LINHA
DA FRENTE**

1º SUBSCRITOR:

JSD

Modernizar, Abrir e Afirmar: colocar o PSD na Linha da Frente

Moção da Comissão Política Nacional da Juventude Social Democrata ao 40º Congresso Nacional do PSD

1, 2 e 3 de julho de 2022

Índice

PSD: O estado a que chegámos. É urgente mudar!

Mudar o PSD por dentro: uma nova forma de organização

Fazer as ruturas necessárias: abrir o PSD a sério

Trabalhar sem parar na construção da Alternativa

PSD: O estado a que chegámos. É urgente mudar!

“A mudança é a lei da vida. E aqueles que apenas olham para o passado ou para o presente irão com certeza perder o futuro.” (John F. Kennedy)

O PSD sofreu um duro golpe nas últimas Eleições Legislativas. Depois de uma legislatura de estagnação e adiamento de reformas, uma crise artificial serviu para que António Costa se livrasse dos seus parceiros de primeira hora e governasse sozinho. O PSD não conseguiu apresentar a alternativa reformista que os portugueses exigiam e Portugal precisava. Neste momento de reflexão, devemos começar por fazer uma introspeção que leve a mudanças profundas no PSD. Começa por olhar para nós. É esse o desafio a que a JSD tem procurado dar resposta desde as últimas eleições.

Apesar deste momento difícil, acreditamos que o nosso tem partido tem passado marcante, que nos deve orgulhar, e um futuro auspicioso pela frente. O PSD tem representantes preparados para o combate político: temos a segunda maior bancada parlamentar da Assembleia da República, um Grupo de deputados no Parlamento Europeu, duas Presidências de Governo Regionais, mais de uma centena de presidentes de Câmara e milhares de autarcas pelo País.

Embora necessite de um esforço coletivo para investir na sua vitalidade e renovação, o PSD apresenta estruturas internas de grande competência e relevância. O CEN é um espaço de discussão temática fulcral para que o partido chame a si os setores mais dinâmicos da sociedade portuguesa. Os TSD podem - e devem - assegurar uma implementação estrutural do PSD no sindicalismo humanista, despido de dialéticas marxistas. O Instituto Francisco Sá Carneiro representa uma tremenda oportunidade de o PSD ter um *think tank* aberto, capaz de produzir conhecimento científico, de captar investimento e de divulgar o PSD de forma atrativa. Por fim, a JSD.

A JSD é a estrutura autónoma mais antiga e relevante do PSD, mantendo com o nosso partido uma relação umbilical desde a sua fundação. A JSD tem como missão promover a social democracia personalista no seio da sociedade portuguesa, tendo assumido um papel preponderante na implementação do PSD junto da juventude portuguesa ao longo de 48 anos e várias gerações.

Se queremos ter futuro enquanto grande Partido português, um PSD grande que seja farol de esperança para um modelo de desenvolvimento económico e social justo, pujante e capaz de libertar as melhores energias das pessoas e da sociedade, então temos de ser capazes de fazer uma análise realista e serena sobre o estado em que estamos. Temos de analisar as nossas insuficiências e identificar o que está a falhar, para podermos refletir sobre as mudanças que queremos efetuar.

Hoje, o PSD funciona de forma praticamente idêntica àquela que foi gizada aquando da sua fundação. Apesar de alguns esforços recentes, o partido continua extremamente atrasado no

que concerne à digitalização. A larga maioria dos procedimentos continua a ser em papel, implicando custos monetários, ambientais e temporais desnecessários. O mundo digital oferece um conjunto de potencialidades, que estamos a negligenciar, mantendo o funcionamento do partido em termos semelhantes àqueles que vigoravam quando só se comunicava por telefone fixo e carta.

A participação política no seio do PSD é extremamente limitada para a generalidade dos militantes de base. A estrutura territorial assumidamente hierarquizada obriga a que estes se preocupem essencialmente com a política do seu concelho, independentemente de esta constituir uma das suas preferências ou foco de interesse. Os militantes de base encontram à sua disposição reduzidos fóruns de participação ativa, ficando essencialmente na dependência da convocatória de plenários concelhios ou da existência de pontuais iniciativas.

O partido e os seus militantes carecem de uma oferta atrativa e constante, capaz de mobilizar a base de militantes e ser apelativa para a generalidade dos cidadãos. Esta oferta deve passar por uma componente formativa, que permita aumentar a literacia política e capacitar os militantes social democratas para o combate político, bem como por uma política de convívio entre militantes. A partilha destes espaços comuns provoca o diálogo e a confraternização, imperiosos para que tenhamos um partido unido e empenhado em mobilizar Portugal para uma alternativa de esperança e desenvolvimento.

A inscrição no PSD exige formalidades e burocracias que não se coadunam com um mundo e uma geração que funcionam à velocidade de um clique. Se por um lado entendemos e aceitamos que é necessário exigir formalismos suficientes para garantir a autenticidade da declaração de vontade dos potenciais militantes, por outro lado temos de reconhecer que caímos num formalismo bacoco e perigosamente afunilador. São muitos os potenciais militantes que, após sucessivas tentativas de filiação falhadas, desistem do processo. Este é um luxo a que o PSD não se pode dar, ainda para mais num contexto de maior competição pelo eleitorado à direita.

O PSD deve apostar em reinventar a forma como comunica com os portugueses. A comunicação política desenvolveu-se a uma velocidade vertiginosa, mas, uma vez mais, o nosso partido não teve capacidade para a acompanhar. Os cartazes políticos representam hoje uma forma de comunicação privilegiada, mas para passar a nossa mensagem não podemos apresentar os tradicionais semblantes sorridentes dos candidatos, acompanhados por slogans inócuos e repetitivos sob fundo branco. Sendo dispendiosos, estes cartazes não aumentam em nada a nossa base eleitoral. É possível apresentar uma linha de comunicação disruptiva sendo um partido sério de vocação governativa. Esta não é um privilégio dos pequenos partidos, nem podemos aceitar que seja um exclusivo seu.

Ademais, urge alterar a atual forma como o PSD elege os seus órgãos nacionais. A implementação de eleições diretas permitiu que todos os militantes sejam chamados a pronunciar-se sobre o líder que pretendem para o partido. O aumento da base democrática do Presidente do PSD foi uma transformação positiva, que acarretou, todavia, o aumento das piores práticas de caciquismo e, simultaneamente, “matou” os congressos nacionais.

Discursos de oradores para salas muitas vezes despidas, apresentação de moções temáticas aprovadas por simpatia e que não vinculam o PSD à bandeira subscrita, mesas a perder de

vista, frequentemente ocupadas por cadernos e canetas abandonados, mais congressistas à porta do congresso do que sentados nas cadeiras, cientes de que se discute mais política à entrada do que lá dentro. Este é o estado a que os congressos do PSD chegaram. Aqueles que eram momentos políticos de discussão e mediatismo transformaram-se em soturnos entroncamentos, despidos de qualquer interesse para o grande público, para a generalidade dos militantes e, tantas vezes, até para os próprios congressistas, apenas animados pela eleição de listas ao Conselho Nacional. Urge alterar a forma de eleição da liderança do PSD e o papel do Congresso na mesma.

Urge mudar. Os próximos anos serão uma excelente oportunidade para o PSD efetuar uma reforma interna. Não acreditamos que exista um cisma ideológico, um problema de programa ou de identidade no PSD. Acreditamos, sim, que o PSD precisa de se reformar e modernizar. Ser reformista cá dentro, para depois avançar para o País.

A JSD não vai faltar ao debate. É com esse intuito que elaboramos a presente moção, com um conjunto de propostas para modernizar, abrir e transformar o PSD. A JSD quer estar envolvida no debate pela transformação, modernização e galvanização do nosso partido, a debater todos os temas que ajudem o PSD a ter um futuro mais risonho. Se queremos um PSD grande para a nossa geração e se existe na JSD massa crítica sobre o estado a que chegámos, então temos de ir a jogo e ajudar - com as nossas ideias - à reforma interna do PSD. Este é o propósito desta moção ao 40º Congresso Nacional do PSD: **“Modernizar, Abrir e Afirmar: Colocar o PSD na Linha da Frente”**.

Não temos a arrogância de considerar que neste documento de propostas para o futuro do PSD se encontra a panaceia para todos os problemas do nosso partido, mas entendemos que estas propostas da JSD são linhas de reflexão e propostas concretas de ação para encetarmos mudanças e reformas no nosso funcionamento interno, na abertura do partido e na afirmação da nossa alternativa. É com este espírito que colocamos à discussão pública o presente documento.

No atual contexto de maioria absoluta socialista em que nos encontramos, é importante intensificar a oposição que fazemos, mas é também o momento do PSD olhar para dentro de portas e proceder a reformas que o tragam para a linha da frente do combate político do séc. XXI.

É impossível que um partido pouco atrativo e parado no tempo seja atrativo para fora de portas, consiga mobilizar os seus militantes e ser apelativo para a generalidade dos cidadãos. Precisamos de nos reinventar para que o PSD esteja na linha da frente do combate à Governação Socialista e na linha da frente da alternativa política em Portugal.

Olhando para alguns partidos congéneres da nossa família política, o Partido Popular Europeu, vemos os sinais de um mundo em mudança e de como o centro-direita moderado está a ser ultrapassado, estando incapaz de cativar as pessoas. Dois partidos que já governaram os seus países estão reduzidos à sua expressão mínima. Os Republicanos franceses tiveram 4.8% nas presidenciais de 10 de abril. O Forza Italia vale cerca de 8% das intenções de voto. O centro-direita europeu está a falhar ao eleitorado por falta de mensagem, propósito, protagonistas e incapacidade de comunicar e de se renovar. A falta de inovação, modernismo e de abertura à sociedade, assim como de uma mensagem focada no bem-estar

e na qualidade de vida das pessoas, tornou o centro-direita moderado pouco atrativo. Ou muda de postura, ou as pessoas procurarão cada vez mais – e de forma irreversível – outras paragens. Em Portugal, ainda vamos a tempo de o evitar.

A alternativa de centro-direita moderada e reformista, que acreditamos que o PSD deve protagonizar, exige um partido mais popular, aberto e moderno, menos cinzento, soturno e passadista. Em suma, exige um Partido mais cativante.

Mudar o PSD por dentro: uma nova forma de organização

“Com tempo e organização consegue-se fazer tudo e bem feito” (Pitágoras)

Em quase todas as conversas informais, tertúlias e conferências sobre o estado do PSD há um denominador comum: o partido foi-se enquistando internamente, não tendo capacidade ou vontade de mudar o seu modo de funcionamento interno ao longo dos anos.

Hoje, o PSD necessita de uma lufada de ar fresco, que transforme o quotidiano e a forma como o partido está organizado. Precisa de efetuar ruturas em algumas áreas com o passado, sob pena de ficar - dia após dia - menos atrativo, menos qualificado e menos capaz de desenvolver a sua ação política.

O rasgo que sempre caracterizou a ação política do PSD a nível nacional, regional e local deve ser o mote para mudarmos o partido. O PSD nunca teve medo do futuro, nem de efetuar as ruturas necessárias quando se viu perante uma encruzilhada.

No dia a dia e em muitos pontos do país, o PSD sobrevive e luta politicamente através do voluntarismo e abnegação dos seus militantes, que não baixam os braços e continuam a trabalhar em prol do Partido Social Democrata. Esses valores e essa dedicação devem ser sempre valorizados e enaltecidos, mas a nossa constante necessidade em contar com o voluntarismo dos militantes evidencia também a falta de profissionalização de métodos, atos e práticas das estruturas. Situação que é muitas vezes resultado da falta de apoio por parte da sede nacional do PSD, seja nas estruturas territoriais, seja nas estruturas autónomas.

A JSD defende uma profunda profissionalização da ação política do PSD. Um partido político do século XXI tem de funcionar com rigor e método, tendo de se adaptar à realidade dos tempos, e não ficar parado no *status quo* passado. O amadorismo e a excessiva dependência do voluntarismo fazem com que o partido não se vá atualizando, modernizando e transformando. Por outro lado, a JSD também recusa as visões passadistas ou avessas à mudança que justifiquem as ações com o facto de sempre se terem feito daquela forma ou porque foram as fórmulas adotadas nos anos 70, 80 ou 90.

Na vertente interna, quer no âmbito da organização quer no exercício da militância, há muito espaço para melhorar as nossas práticas e reformar profundamente o partido. Conforme já referido em cima, devemos considerar toda a organização do PSD, com todas as estruturas, garantindo que toda a família ruma na mesma direção. Este objetivo só se consegue com o envolvimento de todos numa nova dinâmica de transformação.

A reforma interna de funcionamento e ação não deve ser um ajuste de contas ou movida por cálculos eleitorais internos. A reforma e as mudanças devem ser feitas em nome do futuro do PSD, num espírito colaborativo, inspirados nas melhores práticas internacionais de organização política, mas também no que de bom e pujante se faz hoje em Portugal no campo político e na sociedade civil.

Por outro lado, a forma como nos organizamos, os instrumentos que estão à disposição de dirigentes e militantes, as plataformas e fóruns disponíveis ajudam ao nosso propósito de galvanizar militantes, simpatizantes e todos os que partilham dos valores e das causas do PSD, e no nosso partido depositam a sua confiança.

Um partido mais atrativo, moderno, ágil e digital terá a capacidade de atrair mais pessoas, mais quadros qualificados, mais valor e talento para as nossas fileiras. Um partido que esteja à frente dos seus tempos, sintonizado com o século XXI, é um partido capaz de galvanizar as novas gerações.

O nosso objetivo será sempre o de conquistar mais força e mais confiança na sociedade. Enquanto promotores deste documento, sabemos bem que nenhuma liderança ou gestão do PSD pode naturalmente virar-se, ao longo do seu mandato, exclusivamente para dentro, consumindo-se com os assuntos de intendência ou de administração interna. Nesse sentido, a leitura crítica que fazemos e as propostas que apresentamos são de funcionamento interno, mas com um pendor claro e assumido de orientação externa, de abrir o PSD e o seu dia a dia, de utilizar as mudanças internas como motor de galvanização externa, junto das pessoas e dos concidadãos.

Tendo por base este enquadramento, a Juventude Social Democrata propõe:

- **Mudança da sede nacional do PSD:** Um partido que tenha o objetivo de estar em permanente contacto com a população deve procurar ter uma sede nacional aberta e que seja apelativa para qualquer cidadão poder entrar. A atual sede do PSD não oferece estas condições, sendo um espaço pouco apelativo e pouco convidativo a quem deseje entrar em contacto físico com o partido. Neste sentido, a JSD propõe que o PSD procure outro espaço para instalar a sua sede nacional, num lugar mais central da cidade de Lisboa. Um espaço moderno que tenha valências várias: espaços de convívio e confraternização, auditórios e salas para eventos e reuniões, estúdios de audiovisuais, zona de redes sociais, espaços de partilha de ideias num espírito que encontramos em espaços de co-criação, *cowork* ou sedes de *startup* e que, a par de todos os serviços para o funcionamento interno, congregue uma dimensão de abertura à população. De tempos a tempos, empresas e organizações à procura de uma nova postura ou posicionamento, mudam as suas instalações. Entendemos que é com um espírito de abertura, modernidade e agilidade, e inspirado nos mais atuais modelos de sede de organizações, que o PSD deve procurar mudar a localização da sua sede nacional para um novo espaço.
- **Reformulação do Instituto Francisco Sá Carneiro:** O nosso Instituto Francisco Sá Carneiro (IFSC) tem um enorme potencial por explorar. Acreditamos firmemente que o IFSC pode ser um dos principais instrumentos desta nova fase da vida do PSD. No entanto, é preciso transformar o IFSC num grande “think tank” do partido, que permita a qualquer pessoa interessada a inscrição (hoje, segundo os Estatutos em vigor, apenas “*são associados do Instituto todos os subscritores da escritura de constituição e todos aqueles que, por proposta do Conselho de Administração ou de dez membros do Conselho Geral, sejam admitidos por este em votação secreta*”). Precisamos de um IFSC que funcione como um aliado do PSD na promoção dos nossos valores; na relação com *stakeholders* da sociedade, nomeadamente através

de parcerias com escolas e instituições de ensino superior; na divulgação de factos, estatísticas e estudos sobre temas nacionais e internacionais; na organização de formações atrativas para a população; na constituição de uma biblioteca digital com autores e publicações relevantes nas áreas da política, filosofia, história, economia, entre outros; e na criação de conteúdos audiovisuais que ajudem à divulgação das ideias e pensamento da experiência portuguesa da social democracia. Entendemos que, naturalmente, o IFSC deve continuar também a sua promoção da vida, obra e legado de Francisco Sá Carneiro, mas consideramos que devemos rasgar novos horizontes. Essa será, sem dúvida, uma excelente forma de homenagear e perpetuar a figura de Francisco Sá Carneiro no tempo.

- **Formação Política Regular:** A formação é uma área-chave para a Juventude Social Democrata, pelo que entendemos que o PSD deve, a nível nacional, promover um programa de formação regular e transversal a todas as áreas da governação desde o âmbito local ao internacional, passando pelo patamar nacional. Um programa de formação aberto a todos os cidadãos, de frequência recomendada a todos os militantes do PSD e obrigatória para todos os candidatos externos do partido, com um sistema de avaliação. Este programa de formação política pode ser organizado, para economia de recursos e maior alcance, através de meios digitais, com conteúdos relevantes a serem disponibilizados, e conjugado com modelos presenciais. A oferta de formação política regular deve caracterizar a nova vida do PSD, como forma de melhorar a qualidade dos nossos quadros e fortalecer a ação política. Todas as estruturas autónomas do PSD devem ser mobilizadas para este esforço numa conjugação de esforços para promover a melhor formação política em Portugal.
- **Profissionalização do Conselho Estratégico Nacional (CEN):** O CEN é uma ideia positiva desenvolvida nos últimos anos e que o PSD deve continuar e ampliar nesta nova fase da vida do partido. Conjugado e sintonizado com a nova visão que temos para o IFSC, o CEN deve continuar a ser um espaço para o exercício da militância temática, tendo em consideração que existem pessoas apenas interessadas neste tipo de contributo para o PSD e para o país. Neste sentido, a nova vida do Conselho Estratégico Nacional deve passar pela profissionalização da sua equipa de direção executiva, por forma a que os seus membros estejam dedicados a 100% à produção de documentos, propostas e manifestos políticos e eleitorais para a Comissão Política Nacional do partido, mas também para um maior relacionamento com o Grupo Parlamentar do PSD no escrutínio das propostas das outras forças políticas e no auxílio aos deputados do PSD na preparação de propostas políticas e iniciativas legislativas de maior valor acrescentado. Por outro lado, entendemos que o CEN não deve ter uma dimensão territorial e deve manter-se exclusivamente como uma estrutura de âmbito temático de alcance nacional, na qual qualquer militante pode contribuir para a agenda nacional, não estando subjugado aos temas do seu distrito ou a coordenações distritais.
- **Recrutamento anual de jovens com talento:** As nossas instituições de Ensino Superior formam todos os anos futuros profissionais de enorme valor e qualidade técnica. São um espaço tipicamente na vanguarda do conhecimento e da inovação nas mais diversas áreas. O PSD deve iniciar uma nova cultura na gestão dos seus recursos humanos, promovendo recrutamentos anuais de jovens recém-saídos do

Ensino Superior, que assegure a contratação de jovens quadros, capazes de assessorar e auxiliar em todas as áreas de atuação diária do partido. Os jovens procuram uma oportunidade no mercado de trabalho para colocar em prática os seus conhecimentos e ganhar currículo, e há inúmeros jovens que gostavam de ter uma oportunidade no espaço da política e a trabalhar numa organização política. O PSD beneficiará de uma estrutura fresca e rejuvenescida, que valoriza o novo conhecimento e as novas abordagens. Esta deve ser uma prática de recursos humanos que permitirá atrair e reter talento no seio do PSD.

- **Estrutura interna de sondagens, análise de dados e estatísticas:** O PSD deve orientar a sua ação política pelos nossos valores, princípios e linhas programáticas, mas ao mesmo tempo deve assentar as suas posições em factos, estatísticas e estudos quantitativos e qualitativos das principais preocupações, tendências e problemas na sociedade portuguesa. A JSD acredita que, baseando a política num conhecimento aprofundado da realidade, seremos mais eficazes e certos na ação política. Neste sentido, propomos que o PSD crie uma estrutura interna de sondagens, análise de dados, estatísticas que tenha como objetivo fundamental e auxiliar as tomadas de posição e propostas, através de estudos quantitativos e qualitativos da população com base em modelos científicos testados. Mais do que saber se, em determinada sondagem, o PSD sobe ou desce 1 ou 2%, importa conhecer as principais motivações, preocupações e temas que - a cada momento - importam aos portugueses. Este passo será uma etapa fundamental para um partido mais moderno e capaz de responder aos desafios da atualidade. Esta equipa poderá naturalmente trabalhar com entidades externas especializadas neste âmbito, mas deve permitir que dentro do partido se comece a desenvolver o conhecimento e experiência em análise de dados e elaboração de estudos quantitativos/qualitativos.
- **Equipa de apoio às estruturas:** O PSD será tanto mais forte a nível nacional quanto mais forte for em cada um dos 308 concelhos do nosso país. A nossa implantação enquanto partido verdadeiramente nacional tem sido testada nos atos eleitorais dos últimos anos, com preocupações e *red flags* que o PSD não deve ignorar, se quiser ser uma alternativa maioritária na sociedade portuguesa e em todo o país. Assim, o PSD deve criar - na sua estrutura nacional - uma equipa que tenha como única função e foco o apoio constante e diário às estruturas locais, nomeadamente as que são mais frágeis ou cujo contexto político local/regional dificulta a implantação do partido e, por consequência, a sua força eleitoral. Esta equipa poderá ser constituída no âmbito da Secretaria-Geral do PSD, mas deve ter o respaldo e o conforto político do Presidente da Comissão Política do PSD para garantir que a sua ação tem efeitos transformadores junto das bases do partido. Um PSD todo-o-terreno deve ser o mote desta equipa, que fará todos os esforços para fortalecer, fazer crescer e ajudar à implantação nos territórios mais difíceis para o nosso partido, dando resposta às dificuldades sinalizadas pelos nossos agentes locais, mas também com proatividade para entregar propostas de ação e ajuda na sua execução.
- **Equipa profissional de apoio à liderança do PSD:** O Presidente do PSD é uma das figuras mais mediáticas e importantes da sociedade portuguesa, seja quando é Primeiro-Ministro, seja quando - como agora - é líder da oposição. Neste sentido, o PSD deve ter uma preocupação especial com o acompanhamento diário e assessoria

ao Presidente do partido. Por outro lado, a política hoje não pode viver apenas do louvável voluntarismo ou do espírito de missão de uns poucos, a política exige procedimentos profissionais, rigor, método, trabalho de equipa e tarefas claras numa estrutura flexível que providencie o melhor auxílio ao Presidente do partido. O Presidente do PSD tem de, numa base diária, falar ao país, posicionar-se sobre os assuntos, estar com a população, reunir-se com os mais diversos *stakeholders* e liderar o partido, entre outras ações e apontamentos de agenda. Assim, a JSD propõe que seja constituída uma equipa profissional de apoio à liderança, que trabalhe 24/7 nesta missão e que todos os dias, numa base quase horária, faculte os melhores *briefings* e *inputs* à ação, relação com os media, discurso e posicionamento do Presidente do PSD. Esta equipa deve estar em estreita ligação diária com o novo CEN, com a estrutura interna de sondagens, com a liderança parlamentar, com as estruturas e organizações autónomas do partido, e deve ser constituída por membros escolhidos pelo Presidente do PSD.

- **Criação da figura do Diretor Geral do PSD:** As mudanças propostas neste documento exigem um significativo esforço de modernização e transformação do PSD, não isentas de esforços, contrariedades e dificuldades, próprias do carácter pouco avesso à mudança do ser humano e das organizações. Seguindo este caminho proposto pela JSD, o PSD não será exceção. Neste sentido, entendemos que a futura Secretaria-Geral deve ter um pendor fortemente político, tendo em conta o contexto político difícil que temos pela frente até 2026, data previsível das próximas eleições legislativas, com vários desafios eleitorais pelo meio. Assim, o PSD deve criar a figura do Diretor Geral, que fique responsável por toda a transformação organizacional do partido, tendo a confiança política máxima do Presidente e da Secretaria-Geral da Comissão Política Nacional. Esta função de Diretor Geral deve ser norteadada por uma lógica de gestão de projeto e tratará das reformas internas e da gestão orgânica do partido, não tendo responsabilidades de ação política no sentido tradicional, como - no nosso entendimento - se exige ao próximo Secretário-Geral, nomeadamente na relação com as estruturas e organizações autónomas do partido.
- **Resolver os problemas na filiação e assegurar a transição automática:** Todos os que querem ser militantes do PSD devem conseguir sê-lo. Não podemos aceitar que os nossos procedimentos de filiação afastem pessoas. Hoje, já é possível ser militante do PSD através de meios digitais, mas persistem situações em que potenciais militantes se queixam de não conseguirem aderir ao PSD por faltar sempre determinado documento ou formalidade. O PSD deve ser incansável na resolução destes problemas, não podendo descansar sempre que alguém quer ser militante, mas não consegue por questões burocráticas. Devemos utilizar as ferramentas digitais à nossa disposição para resolver estes problemas e instalar uma cultura de esforço contínuo na ajuda à filiação. Por outro lado, há vários anos que a JSD pretende que seja consagrada a transição automática da filiação dos militantes menores da JSD para militantes maiores da JSD, evitando a dupla inscrição, a perda de tempo de militância e, em inúmeros casos, a perda completa da filiação de determinado militante. É tempo do PSD encarar este problema e resolvê-lo estatutariamente e do ponto de vista procedimental, garantindo que um militante da JSD quando faz 18 anos, transita automaticamente para militante do PSD.

Fazer as ruturas necessárias: abrir o PSD a sério

“A vida, para mim, sem risco não faz sentido.” (Francisco Sá Carneiro)

Os portugueses estão menos satisfeitos quanto aos índices de democracia em comparação com a média europeia. Em Portugal, o grau de confiança dos cidadãos nos partidos políticos é de apenas 16,7%. Para além disso, Portugal é dos países da União Europeia que tem uma das mais baixas taxas de participação em eleições parlamentares, podendo assim verificar que existe um afastamento entre os políticos e os cidadãos.

Estes dados, além de relevantes e ilustrativos, devem convocar todos a uma reflexão profunda sobre de que modo é que os poderemos inverter e qual deve ser o nosso papel para garantirmos que estes mesmos dados, aplicados à futura geração de políticos, têm resultados diferentes. Aproximar os eleitores dos eleitos é acima de tudo garantir a melhor perceção possível dos cidadãos com os políticos, privilegiando a ética e a transparência.

Estes dados acabam por refletir a falta de confiança de todas as portuguesas e portugueses nos partidos políticos. Por esse motivo, é crucial repensar o próprio sistema eleitoral do Partido Social Democrata, tornando-o cada vez mais transparente, plural e dialogante com a sociedade civil. A saúde do PSD sairá fortalecida com uma reforma do nosso sistema eleitoral interno.

O número de cidadãos ativos nos partidos representa menos de 3% do total dos votantes, sendo um número bastante reduzido face a outros exemplos e realidades. Isto demonstra que os próprios militantes cada vez menos se reveem nas causas que os próprios partidos defendem. Deste modo, é necessária uma adaptação à realidade atual e aos temas do nosso quotidiano. Só assim será possível restabelecer o interesse e, conseqüentemente, a aproximação da sociedade civil à vida política do PSD.

No PSD, o atual modelo de eleição direta do Presidente do Partido e, por consequência, de Congressos não eletivos da liderança já se encontra em vigor há mais de 15 anos (as primeiras diretas foram a 5 de maio de 2006), pelo que com várias eleições diretas - não disputadas e disputadas - desde então, é já possível fazer um balanço deste modelo. Como já referido anteriormente neste documento, podemos concluir que, com as eleições diretas, aumentou-se a base democrática da eleição com mais militantes a escolher a liderança, assistimos a fenómenos pouco dignos, mas recorrentes, de caciquismo e os Congressos Nacionais perderam interesse político e mediático.

É também de evidenciar que, a título de exemplo, nestas diretas de 28 de maio de 2022, participam na escolha do Presidente da Comissão Política Nacional do PSD, um universo eleitoral cerca de 45 mil militantes/votos, o que equivale a menos de 3% do total de votos que o PSD obteve nas eleições legislativas de janeiro de 2022. Ora, se é utópico e irrealista imaginar que todos os nossos votantes querem participar na escolha do Presidente do PSD e candidato a Primeiro-Ministro, é também plausível assumir que o PSD conseguiria ter uma

maior base democrática de eleição da sua liderança se abrisse as eleições diretas à participação de não militantes, considerando que somos um partido que recolhe a confiança de milhões nas urnas, mas em que menos de meia centena de milhar elegem o líder.

Uma alteração desta índole é profunda, não é perfeita (como qualquer solução num sistema democrático), mas acreditamos que tem um potencial enorme de abrir o PSD. Ora, é este propósito que move a JSD, mudar para abrir o partido a sério, correndo riscos, mas sabendo que deixar tudo como está, colocará em causa a sustentabilidade futura do PSD enquanto partido grande e referência no nosso campo político, mas também como alternativa política na sociedade portuguesa.

O papel que a abertura dos atos eleitorais internos tem, a par da reformulação do Congresso Nacional e a instituição de novas realidades nos processos eleitorais, pode alavancar o futuro do partido, tornando-o mais vivo, vibrante e galvanizador, ao invés de um partido oco, mais pequeno, com cada vez menos pessoas a decidir e refém de práticas que não engrandecem o PSD e a democracia. As propostas que a JSD apresenta neste capítulo exigem naturalmente uma Revisão Estatutária profunda, à qual a JSD não faltará com os seus contributos e com as suas propostas para colocar o PSD na Linha da Frente.

Tendo por base este enquadramento, a Juventude Social Democrata propõe:

- **Instituição de eleições diretas primárias para Presidente do PSD e direção nacional:** a JSD propõe que o PSD efetue uma revisão estatutária que implemente as eleições diretas primárias para a escolha do Presidente do PSD e restante direção nacional do partido, dando o direito de voto aos cidadãos que quiserem participar na eleição, sendo ou não militantes do PSD. O caminho de futuro deve ser o de abrir o partido a sério, sem receios ou medos, à população. Entendemos que este passo é coerente com a análise que fazemos do estado a que o partido chegou e entendemos que seguir neste caminho é sinal de maturidade e futuro, é a expressão da genuína vontade de abrir e envolver mais pessoas, e ainda, de religar/reconectar o partido com a sociedade. Andar para trás - congressos eletivos - ou deixar tudo como está - eleições diretas entre militantes - é não compreender o que está a acontecer ao nosso partido ao longo dos últimos 15/20 anos.
- **Fim da obrigatoriedade do pagamento de quotas para poder votar na escolha do Presidente do PSD:** Em consequência da proposta anterior, entendemos que ela deve ser acompanhada pelo fim da obrigatoriedade do pagamento de quotas para obtenção da capacidade eleitoral ativa nas eleições diretas primárias que elegem o Presidente do PSD e a restante direção nacional. Esta proposta tem o mérito de alargar a esfera de participação e de terminar com os episódios que em nada beneficiam a imagem do partido. A JSD entende que se para se ser eleito para qualquer órgão do PSD (capacidade eleitoral passiva) se deve exigir um vínculo e um compromisso – pagamento da quota - para participar nas eleições primárias, apenas se deve exigir um compromisso de adesão aos princípios e valores do PSD.
- **Sufragar a equipa ao mesmo tempo que o Presidente:** No novo modelo eleitoral que propomos - eleições diretas primárias - entendemos que cada eleitor (militante ou não militante) deve votar num Presidente e numa equipa, realidade que hoje não acontece, com a eleição do Presidente a acontecer nas diretas e a da direção nacional

a acontecer no Congresso Nacional, esta última numa eleição de lista única. Assim, cada votante terá - no momento do voto - o conhecimento claro de qual a equipa que acompanha cada candidato a Presidente do PSD, não havendo lugar a surpresas e tendo o eleitor a informação clara sobre quem serão os rostos da nova liderança do PSD.

- **O novo papel dos Congressos Nacionais:** Com a instituição de eleições diretas primárias para escolher o Presidente e direção nacionais, entendemos que o Congresso Nacional deve ser em momento prévio a essa eleição, permitindo que os Congressos Nacionais do PSD voltem a ter interesse político e mediático, com discussão de projetos políticos alternativos, apresentação de equipas e das linhas gerais de cada moção de estratégia global. Neste Congresso Nacional prévio às eleições diretas primárias seriam eleitos pelos Congressistas os demais órgãos nacionais do partido. Por outro lado, deve equacionar-se um novo modelo de organização do Congresso, tornando-o mais atrativo, mais leve, com espaços para discussão temática, ligado às redes sociais e permitindo a participação de convidados, com espaços de destaque para as organizações autónomas, com momentos culturais a intercalar a discussão política e inspirado no que hoje se faz de mais moderno e vivo nos Congressos que acontecem pelo mundo, sejam políticos ou corporativos.
- **Instituição do Calendário Eleitoral único:** A JSD instituiu recentemente o calendário eleitoral único, com um período específico e uniforme para eleições nas concelhias e distritais da JSD. Ora, defendemos que o mesmo modelo deve ser adotado no PSD, com um período em que todas as concelhias do PSD vão a votos e outro período em que todas as distritais do PSD são eleitas. Entendemos que as eleições são uma das mais bonitas e vivas manifestações da democracia, porém, entendemos que o PSD não pode estar constantemente em atos eleitorais, que muitas vezes acontecem na proximidade de atos eleitorais externos de maior relevância, com reflexos e consequências na ação política externa do PSD. Assim, deve o partido ser capaz de organizar a sua democracia interna num determinado período, tendo depois de eleitos os seus órgãos internos, a capacidade e o foco total no trabalho para as populações.
- **Atualização da nomenclatura interna do Partido:** A nossa nomenclatura interna oriunda dos anos 70 e do momento fundacional diz muito pouco às pessoas, sendo por vezes, complexa de entender por qualquer cidadão que não sabe o que é uma “Comissão Política”. Nesse sentido, a JSD defende que o PSD, através de uma revisão estatutária, atualize a sua nomenclatura interna, substituindo os nomes e terminologia setentista por nomes de órgãos e cargos, mais próximos da realidade que os portugueses conhecem em associações, organizações e empresas. Ao efetuar a proposta, sabemos que ela é simbólica, mas imbuído de um espírito de reflexão que conduza à ação reformista, o PSD deve considerar também aqui a sua atualização. A título de exemplo, se temos a experiência que poucos sabem o que é uma Comissão Política, acreditamos que muitos saberão mais facilmente o que é uma “Direção Nacional”.
- **Instituição do voto eletrónico:** Defendemos a digitalização profunda do partido, pelo que a JSD defende que o PSD avance com um projeto piloto para testar a consagração do voto eletrónico em eleições internas. O PSD deve saber acompanhar

a revolução digital em curso, garantir mais transparência nos seus atos internos e ser precursor no meio político face a uma realidade que já acontece noutras esferas e organizações da nossa sociedade.

Trabalhar sem parar na construção da Alternativa

“A necessidade é a mãe da inovação.” (Platão)

Nos próximos anos, o país precisa de concentrar todos os seus esforços na convergência com as sociedades mais desenvolvidas da Europa. Esta frase podia ser dita por qualquer português nos anos 80, ou no início dos anos 90, do século passado. Mas infelizmente, esta é ainda uma realidade premente e urgente neste início da terceira década do século XXI.

Há duas décadas que Portugal vai descendo para a posição de país mais pobre da Europa. Em 2000, ocupávamos a 15ª posição no *ranking* europeu do PIB *per capita*. Hoje, ocupamos a 19ª posição. Entretanto, fomos ultrapassados por vários países do Leste e do Báltico e, se nada continuarmos a fazer, a cauda da Europa será cada vez mais o nosso lastimável destino. Há 20 anos, o PIB per capita nacional era 85% do da média europeia. Hoje já nem aos 80% chega.

Escolhas políticas erradas têm contribuído, por ação ou inação, para este resultado. E as consequências deste definhamento no panorama europeu recaem particularmente sobre os mais pobres e os desafortunados da lotaria da vida. Uma sociedade que conjuga estagnação, pobreza significativa (e geracionalmente muito reprodutiva) com uma triste endogamia social que limita as possibilidades de muitos para subir na vida, independentemente do seu esforço, ou do talento e mérito que possam ter.

A socialização da estagnação atingiu o seu auge nos últimos anos com António Costa. Por expressa vontade do Primeiro-Ministro, o país desperdiçou a conjuntura económica e financeira favorável que teve para efetuar reformas significativas que pudessem contrariar o caminho do empobrecimento e colocar Portugal a convergir sustentadamente com a Europa.

Não se pode exigir a um Governo que resolva todos os problemas de uma sociedade ou que reforme em todas as áreas, mas podemos exigir que faça reformas em algumas áreas fundamentais. Podíamos referir áreas como a Educação, a Administração Pública, a Saúde, a Justiça, a Economia ou a Segurança Social para se constatar que apenas tivemos gestão corrente. Por não ter vontade própria e por se ter colocado nas mãos de bloquistas e comunistas, tivemos o Governo menos reformista, mais situacionista, imobilista e conservador das últimas décadas. Agora com uma maioria, é preciso ter muita fé para acreditarmos que será diferente.

A classe média cada vez mais proletarizada, sufocada em impostos e taxas, e com um salário médio líquido de 1000€, as novas gerações sem se conseguirem emancipar e sujeitas a salários indignos, os mais velhos abandonados à sua sorte, empresas torturadas pela burocracia e perseguição estatal, serviços públicos a rebentar pelas costuras e, acima de tudo, um país onde não há esperança de ser mais do que isto, do que o “ramerrame” do costume, um país sem elevador social, um país sem ambição.

Estaremos nos próximos anos a liderar a oposição, pelo que a par de uma forte oposição e fiscalização ao Governo maioritário do PS e António Costa, cabe-nos conseguir afirmar a

nossa Alternativa política. Temos de construir uma alternativa de ambição e futuro para os portugueses. Se não o fizermos, estaremos a falhar às atuais, mas também às novas gerações.

Uma alternativa com o objetivo de construir um país com efetiva igualdade de oportunidades. Um país em que o que alcançamos na vida esteja mais relacionado com o esforço e o trabalho de cada um e não seja enviesado por um sistema distorcido, em que a cunha, o favor ou a rede de contactos substituam a Educação como elevador social. Um país onde quem nasce pobre não tenha de esperar cinco gerações até sair da pobreza.

Uma alternativa capaz de impulsionar uma economia forte, robusta e competitiva, com um crescimento sustentável, caracterizada por melhores empregos e melhores salários, que vença o atraso crónico de Portugal, capaz de convergir e descolar da cauda da União Europeia.

Uma alternativa capaz de fiscalizar a execução dos novos fundos europeus, nesta que é uma oportunidade, talvez das últimas nas próximas décadas, para construir um Portugal de oportunidades para as novas gerações.

Uma alternativa que priorize termos uma economia que não estigmatize quem investe e quem arranca com o seu próprio negócio. Uma economia que não seja soterrada por um sufoco fiscal. Uma economia que valorize quem cria riqueza, condição sem a qual não conseguiremos fortalecer o Estado Social e proteger os mais vulneráveis da nossa comunidade – dos mais jovens aos mais velhos.

Uma alternativa que coloque a coesão territorial no topo das prioridades políticas, com o que tem faltado para resolver as profundas e graves assimetrias e desigualdades territoriais: coragem e ação.

Uma alternativa que lidere um reforço orçamental claro da cultura, ultrapassando ideias preconcebidas de monopólio político sobre o setor.

Uma alternativa cosmopolita, moderna, aberta aos desafios e às realidades atuais, que não aceite e combata todas as formas de discriminação, que promova a igualdade de género e que tem como objetivo último, uma sociedade onde cada pessoa tem o direito à felicidade e ao projeto de vida que escolher.

Uma alternativa que saiba preparar a economia e a sociedade – da escola ao mercado de trabalho, do Estado às empresas – para os desafios da emergência climática e da economia verde e digital, em que os novos modelos de negócio e o avanço da robotização e da inteligência artificial representem mais oportunidades para Portugal e para as novas gerações, ao invés de um ainda maior atraso face aos países mais desenvolvidos.

A ambição do PSD deve ser, a médio prazo, de construir uma solução reformista maioritária na sociedade e no país, sem contemporizações ou complacências com o imobilismo e as soluções fracassadas do PS.

Esta alternativa que a JSD acredita que a próxima liderança do PSD seja capaz de protagonizar deve ter rasgo, capacidade de inovação e proatividade. A nossa capacidade de comunicar eficazmente - um problema histórico e estrutural do PSD - tem de ser finalmente alcançada. O PSD deve ter uma cultura de desafio constante, de partido que não pára, de força política insaciável na sua vontade de chegar a mais pessoas e envolver cada vez mais pessoas na alternativa protagonizada pelo partido.

A utilização das redes sociais e das ferramentas digitais ao nosso dispor têm de ser alavancadas, não podemos - como tem sido hábito - chegar tarde ao que de novo e pujante se faz em Portugal, na Europa e no mundo. É altura, até pela necessidade, do PSD ter a humildade de reconhecer que trabalhar como até aqui, esperando que o poder nos volte a cair no colo por cansaço face aos socialistas ou por descalabro financeiro do país, não chega. Um partido que quer liderar para desenvolver Portugal tem de trabalhar afincadamente com todas as ferramentas que hoje estão à disposição de todos para chegar a mais pessoas.

Tendo por base este enquadramento, a Juventude Social Democrata propõe:

- **Profissionalização e aconselhamento estratégico na Comunicação do PSD:** Todos os grandes partidos do mundo ocidental trabalham a sua comunicação de forma profissional e com recurso ao acompanhamento e aconselhamento estratégico no domínio da comunicação. No próximo ciclo, é fundamental que o PSD tenha uma equipa profissional a trabalhar neste domínio estratégico, seja ao nível de design e peças de comunicação, relação com os media, presença e ação nas redes sociais, discurso político ou na preparação de ações e iniciativas políticas. Recorrer a um olhar externo, que seja crítico, especializado e profissional em nada desmerece as nossas valências internas, antes potencia a nossa ação política. Esta equipa de estratégia na comunicação deve estar naturalmente em estreita ligação com a estrutura interna de sondagens, análise de dados e estatísticas, proposta pela JSD neste documento.
- **Comunicação digital concertada:** Sendo um grande partido de massas, o PSD não pode naturalmente deixar também ter os seus *targets* políticos bem identificados quando comunica. Nunca seremos ou queremos ser um partido de nicho, de uma causa ou de uma classe, mas temos de saber falar com as diferentes áreas da sociedade, diferentes faixas etárias, classes sociais e áreas do território. Precisamos de utilizar eficazmente a comunicação, nomeadamente, a digital, através de uma comunicação digital concertada, equacionando alterações profundas na comunicação que é feita via *Instagram*, *Facebook* ou *Twitter*, não negligenciando nenhuma destas redes que permitem uma comunicação sem mediação. Por outro lado, o *email marketing* que o PSD tem efetuado raramente tem interesse ou relevo político, sendo necessário que o partido dê uma reviravolta nesta forma de comunicação, até para levar os seus militantes à ação nas redes sociais com a informação que recebem.
- **Repetir, repetir, repetir:** O PSD tem de ser capaz de colocar claramente no pensamento dos nossos concidadãos as suas principais propostas, pelo que, no nosso entendimento, de nada serve apresentar dezenas ou centenas de propostas, se não conseguirmos priorizar e trabalhar constantemente em torno das nossas

principais bandeiras ou ideias-chave. O PSD tem a capacidade de refletir, preparar e executar políticas, mas tem sido incapaz de “vender” da melhor forma as suas ideias, seja em período eleitoral ou não. A comunicação digital, as intervenções da liderança, as ações presenciais, a propaganda através de outdoors e todo o tipo de iniciativa política devem ter, no nosso entendimento, esta preocupação: a de destacar e enfatizar as nossas prioridades políticas, de forma que os portugueses estejam familiarizados e saibam o que o PSD defende a cada momento.

- **Presidência aberta e roteiros temáticos:** No âmbito da postura proativa que defendemos nos próximos anos, a JSD defende que o Presidente do PSD inicie uma Presidência aberta com roteiros temáticos, a percorrer todo o país, a ouvir e reunir com todos os *stakeholders* e com todos setores de atividade e da nossa economia. Desta forma, estaremos ao lado do país real, a ouvir os esquecidos pela maioria socialista, mas também a recolher os contributos e o *feedback* do mundo real para a construção da nossa alternativa. Uma liderança proativa, como a que queremos, é uma liderança que não parará na vontade de estar junto do maior número de portugueses e acompanhar a realidade no terreno. Uma liderança que estará em todas as ruas de Portugal a construir e a passar a nossa mensagem.
- **Todos contam, todos são chamados à linha da frente:** Apesar de grande, as várias partes da família social democrata trabalham na maioria das vezes na lógica de “cada um por si”. Naturalmente, sendo a JSD uma organização autónoma, valorizamos significativamente a autonomia que existe no seio do PSD e a não sujeição a um *diktat* único imposto pela liderança nacional do Partido. Porém, defender e valorizar a autonomia em nada é beliscado pela clara noção que a JSD tem de que, no futuro, temos de começar a trabalhar mais vezes juntos. Infelizmente, esta não tem sido a nossa realidade. A JSD defende que passe a existir sinergias e trabalho coordenado entre Comissão Política Nacional do PSD, todas as estruturas e organizações autónomas do partido para trabalhar em torno da agenda e de bandeiras comuns do Partido. A autonomia não sai beliscada, mas a nossa força será muito maior, se cada parte da família utilizar as suas mais valias e características próprias para difundir e trabalhar nas causas que todos defendemos. Cada um por si, na sua quinta, não nos leva a lado nenhum.
- **Criação / revitalização de um podcast do PSD:** Em 2020, por sugestão do Presidente da JSD, Alexandre Poço, o PSD lançou o podcast “Ideias Centrais”, um programa no qual seriam “entrevistadas várias personalidades do panorama social democrata sobre os temas que marcam a atualidade portuguesa.” Infelizmente, este podcast teve apenas 6 episódios e não voltou a ter até à data de hoje mais nenhum episódio. Em 2021, surgiu outro podcast, desta vez do CEN, que teve apenas 5 episódios e não voltou a ter até à data de hoje mais nenhum episódio. Os podcasts têm-se tornado cada vez mais populares, pelo que a JSD defende que o PSD revitalize este projeto, com um renovado podcast, que conte com a participação de militantes e independentes, seja em formato de entrevista unipessoal ou tertúlia com mais convidados que possa ser interessante para o público em geral.
- **Criação da loja de merchandising do PSD: “PSD Store”:** O nosso partido tem uma histórica política rica, com participação em momentos chave da democracia

portuguesa, com capacidade de arrojo e inovação, com grafismos e slogans que entraram na história da democracia portuguesa, pelo que o PSD deve aproveitar o seu material gráfico do passado, mas também do presente e futuro, para servir de base à criação de uma loja de *merchandising* do PSD. Esta loja deve servir para difundir a marca PSD, seja através dos militantes que terão orgulho em ter consigo e usar determinados produtos, seja pela capacidade de transformar posições políticas atuais e situações da atualidade política em que os produtos desta linha de *merchandising* que funcionem como formas de transmissão da nossa mensagem política. A JSD lançou recentemente a sua linha de merchandising, a Loja J, e as primeiras impressões e reações deixam-nos esperançosos quanto ao impacto que pode vir a ter na divulgação da nossa marca junto das novas gerações.



PROPOSTA TEMÁTICA

P

**MENOS POBREZA, MAIS
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL -
AS CHAVES PARA GANHARMOS O
FUTURO DE PORTUGAL**

1º SUBSCRITOR:

CPD LISBOA AM

MOÇÃO SETORIAL

Menos Pobreza, Mais Transformação Digital

-As chaves para ganharmos o Futuro de Portugal-

PRIMEIRO SUBSCRITOR

Comissão Política Distrital de Lisboa do PSD

JUNHO 2022



Para nós, sociais-democratas, para qualquer político que encare a política como serviço do seu país, sem melhoria das condições concretas dos portugueses, não há política que valha a pena, não há especulações que justifiquem, não há cenários que motivem ninguém, e um caminho desses seria a ruína da própria liberdade e da própria democracia.

Francisco Sá Carneiro, 1979-06-20

(Discurso de encerramento do VII Congresso Nacional do PSD)



ÍNDICE

1. Introdução	4
2. Da Pobreza em Portugal	6
3. Proposta de Criação de um Programa Nacional de Erradicação da Pobreza	9
4. Roteiro de Implementação	11
5. Da Transformação Digital como um dos motores do Desenvolvimento Nacional	13
5.1. O Inesperado Efeito COVID.....	15
5.2. A Guerra das (In)Certezas.....	17
6. Transformação Digital	18
6.1. Melhoria da Eficiência na Gestão dos Dados.....	21
6.2. Mais Transparência, Melhor Governação.....	25
6.3. Equidade num País a Várias Velocidades.....	27
7. Sustentabilidade	29
7.1. Políticas Públicas.....	32
8. Propostas para a Transformação Digital	33
9. Propostas para Incrementar a Sustentabilidade	37
10. Conclusões	39



1. Introdução

As últimas décadas de generalizado imobilismo socialista levaram a que o país vivesse num torpor político, em que a ausência de reformas era substituída pela mera gestão dos fluxos financeiros que iam chegando dos nossos parceiros europeus. Quando cerca de 85% do investimento público nacional provém da união europeia, sabemos que não existe outra alternativa senão reformar, reformar, reformar.

Uma das áreas onde o imobilismo socialista mais se fez sentir foi na área do combate à pobreza e da modernização dos serviços públicos.

Cabe ao Partido Social Democrata, partido reformista e reformador, o estabelecimento de um contexto que garanta a aprovação e implementação de um Programa Nacional de Erradicação da Pobreza, assumindo-se assim este como o grande desígnio nacional para os próximos dez anos. Cabe-nos convocar desde já toda a sociedade civil, todos os atores sociais e territoriais, todos os atores da administração e da academia ara que, em conjunto possamos libertar Portugal destas condições verdadeiramente indignas e que



nos chocam enquanto cidadãos de um país moderno e europeu mas fundamentalmente enquanto seres humanos.

Convocamos em particular todas as autarquias e as suas associações representativas porque sabemos que a pobreza tem expressões territoriais distintas e assimétricas e só com aquelas a liderar as operações no terreno é que poderemos almejar o sucesso pretendido.

Uma verdadeira Reforma do Século XXI, e em particular uma que coloque o cidadão no centro das suas preocupações, não pode deixar de apostar na Transformação Digital como um dos principais motores de desenvolvimento. As populações em geral, e as mais vulneráveis em particular necessitam de serviços públicos modernos, eficazes e eficientes, capazes de resolver os principais problemas do seu dia a dia. Esta transformação pode ser, se eficazmente implementada numa eficaz ferramenta, contra as assimetrias sociais e territoriais e pode igualmente funcionar como um impulsionador da Sustentabilidade que todos almejamos.



2. Da Pobreza em Portugal

Os programas eleitorais dos candidatos à liderança do PPD/PSD e os últimos programas eleitorais apresentados pelo PPD/PSD ao povo português nas eleições legislativas reafirmavam a nossa matriz humanista e personalista e salientavam a existência de um grave problema nacional: A POBREZA.

Nas suas mais diversas formas e matizes, seja ela sénior ou infantil, seja ela urbana ou rural, a pobreza é infelizmente uma realidade cada vez mais banal do nosso quotidiano. A Fundação Francisco Manuel dos Santos¹ salienta que em 2020, a taxa de pobreza subiu cerca de 2,2 pontos percentuais, passando de 16,2% em 2019 para 18,4%. Este agravamento da incidência da pobreza foi o maior registado nas últimas duas décadas num único ano e correspondeu a um acréscimo de cerca de mais 228 mil pessoas em situação de pobreza. É ainda salientado que a intensidade da pobreza (que avalia quão pobres são os pobres) subiu cerca de 2,7 pontos percentuais, de 24,4% para 27,1%, revelando assim que, não somente aumentou de forma significativa o número de pessoas em situação de pobreza, mas se agravaram as condições de vida da população em situação de pobreza.

¹ <https://portugaldesigual.ffms.pt/evolucaodasdesigualdades>



Este agravamento refletiu-se em todos os grupos etários, que viram subir a sua taxa de pobreza.

Parece-nos de especial relevo e preocupação que a proporção da população empregada em situação de pobreza aumentou de 9,6% para 11,2%. A existência de uma percentagem tão expressiva de indivíduos que apesar de terem emprego não conseguem evitar a pobreza não pode deixar de constituir um dos fatores mais preocupantes da situação social do país. A incidência da pobreza da população reformada aumentou igualmente, passado de 15,7% em 2019 para 18,0% em 2020.

Ao nível da expressão territorial da pobreza verificamos que o agravamento da incidência da pobreza em 2020 repercutiu-se, ainda que com diferentes intensidades, em todas as regiões do Continente. O Algarve registou o maior incremento da taxa de pobreza (mais 3,9 pontos percentuais), seguido da região Centro (mais 3,3 pp) e da região Norte (mais 3,0 pp). Comportamento inverso registou-se nos Açores e na Madeira, as regiões com maior incidência da pobreza onde se verificou um desagravamento das respetivas taxas (menos 6,6 pp na Região Autónoma dos Açores e menos 2,1 pp na Região Autónoma da Madeira).



Embora seja absolutamente pertinente a caracterização das diversas dimensões da pobreza, não precisamos de grandes análises quantitativas para percebermos que é importante mudar o rumo nacional e partir para a ação.

E o racional é muito simples. Fazemos isto

PORQUE SOMOS SOCIAL DEMOCRATAS.

Acreditamos numa visão integrada das políticas sociais e de uma ação política que tem como foco a complexidade e as necessidades de cada cidadão no quadro das dinâmicas do desenvolvimento humano e dos contextos sociais e territoriais diferenciados de cada comunidade onde os problemas manifestam maior incidência. É também por nós considerado que as situações existentes de pobreza extrema são uma situação intolerável para quem defende a dignidade da pessoa humana, a justiça social e uma sociedade coesa. Estas amputam os territórios de capital humano diferenciador e transformador, são travões à desejada competitividade da nossa economia, e geram dinâmicas de exclusão e de desigualdades que se concretizam na perpetuação de ciclos de pobreza. Desta forma propomos a criação de um referencial de atuação multiescalar e multissetorial, robusto nos seus meios e flexível nos seus instrumentos, que seja capaz de corporizar aquele que deve ser o desígnio de uma década:

A ERRADICAÇÃO DA POBREZA EM PORTUGAL

3. Proposta de Criação de um Programa Nacional de Erradicação da Pobreza

No contexto da política de combate à pobreza, exclusão social e às desigualdades propomos a criação de um **Programa Nacional de Erradicação da Pobreza** que assenta na existência de um referencial, onde as diferentes escalas territoriais serão chamadas a assumir as suas responsabilidades, respeitando e potenciando as suas competências nucleares:

- Escala Nacional: Articulação setorial, regulamentação e monitorização e avaliação
- Escala regional: Enfoque na escala NUTS III (entidades intermunicipais) como a escala de articulação temática e de capacitação técnica
- Escala local: Escala de referência da operacionalização, identificando-se os municípios como os atores centrais

Esta lógica de atuação assenta em princípios de transparência de informação, de delimitação clara de responsabilidades e de assunção do primado da informação.



Só com uma base de confiança alargada é que poderão estar constituídas as condições para a operacionalização de um instrumento de política pública que deverá operacionalizar a política de erradicação da pobreza em contexto urbano.

Destaca-se, na escala nacional, a criação de uma Unidade de Missão, de iniciativa pública, mas com participação da Academia, dos setores privado e social, que terá por missão a articulação das intervenções setoriais e territoriais, a monitorização e avaliação bem como a regulamentação do programa.

Na escala regional valorizamos a experiência das entidades intermunicipais como plataformas de intermediação, de articulação estratégica e de planeamento interinstitucional. Será na escala NUTS III que será efetuado a articulação estratégica dos Planos de Ação Municipais tendo em conta as características de cada região, bem como o desenvolvimento de ações de capacitação técnica.

Na escala local, caberão aos municípios, os efetivos gestores do território a responsabilidade de gizarem Planos de Ação Municipal e de encabeçarem as



Alianças para o Desenvolvimento Local, liderando os ecossistemas de participação local, alinhando-os em ações que concretizam a respetiva estratégia.

Todos os municípios e juntas de freguesia serão convidados a participar como membros ativos da política de combate à pobreza, exclusão e desigualdades, na base de uma cooperação a desenvolver a nível local com as instituições da sociedade civil e com os serviços pertencentes à administração central, designadamente segurança social, educação, emprego e habitação.

4. Roteiro de Implementação

Este Programa Nacional seria constituído por três eixos de implementação:

Eixo 1: Economia e Emprego

Eixo 2: Respostas Sociais Integradas

Eixo 3: Capacitação Institucional



Este desígnio nacional será atingido através da mobilização de recursos com diferentes origens, destacando o PRR (no período 2021-2026), no Portugal 2030 (destacando o período 2026-2030), o Orçamento Geral do Estado (através da inscrição de dotação própria), do Banco Europeu de Investimentos (BEI) e da candidatura a programas de gestão direta da Comissão Europeia.

A complexidade crescente dos fenómenos sociais e a natureza holística das determinantes da pobreza obrigam a um esforço tremendo, ao nível de recursos humanos e financeiros, de uma constelação alargada de atores sociais das mais diversas tipologias.

Esta proposta, aqui matizada, reflete este enquadramento de elevada complexidade, reflete o alcance do problema da pobreza em áreas urbanas e ainda reflete a importância para a nossa sociedade e para a nossa economia da necessidade de atacarmos de frente um problema estrutural que a todos nos aflige.

Este esforço exige um compromisso temporal alargado, sabendo que não podemos debelar este problema em dois ou três anos.



Para isso convocamos todas as escalas territoriais e todos os atores públicos, privados e sociais para que no espaço de uma década possamos operacionalizar esta proposta.

Acreditamos que só com um forte trabalho conjunto é que poderemos atingir os nossos objetivos, concretizando assim a visão social-democrata de um Portugal mais justo, mais livre e mais desenvolvido.

5. Da Transformação Digital como um dos motores do Desenvolvimento Nacional

Em 26 de janeiro de 2022, a Comissão Europeia propôs uma declaração solene interinstitucional sobre os direitos e princípios digitais para a década digital. Os direitos e princípios propostos são os seguintes:

1. Dar prioridade às pessoas e aos seus direitos no âmbito da Transformação Digital;
2. Apoiar a solidariedade e a inclusão;
3. Garantir a liberdade de escolha em linha;
4. Promover a participação no espaço público digital;



5. Aumentar a segurança, a proteção e a capacitação das pessoas;
6. Promover a Sustentabilidade do futuro digital.

Aquele documento apresenta as orientações para os caminhos a percorrer pelos Estados--membros da UE e pelas Empresas quando lidam com novas tecnologias. Portugal tem de alinhar a sua estratégia com as orientações europeias.

Para o efeito o Estado tem de adaptar os serviços prestados ao Cidadão e às Empresas quer para cumprir as metas apontadas pela UE, quer para se adequar a um novo grau de exigência que resulta do efeito disruptivo criado pela pandemia COVID-19.

Embora os peritos andem há anos a promover a Sociedade do Conhecimento e a Transformação Digital (conceito que evoluiu, entretanto, para transição digital), com a pandemia, o Estado, as Empresas e até os Cidadãos, acordaram para esta realidade, que obrigou a uma aceleração, sem precedentes, dos planos muitas vezes adiados ou mesmo inexistentes nas organizações.



De repente, os agentes da mudança para o Digital ganharam o respeito dos restantes Cidadãos, que acabaram por se tornar ainda mais exigentes.

Afinal, os Cidadãos trabalharam em casa durante meses, sabem que os Sistemas de Informação lhes permitiram cumprir as suas obrigações, quase sem sobressaltos, ou aceder a serviços públicos e de Empresas de toda a ordem. Por isso exigem uma melhoria na relação com os serviços públicos, tirando partido das tecnologias disponíveis.

É caso para dizer que as organizações públicas, mais que nunca, têm de otimizar os seus processos de decisão, ser mais ágeis e, acima de tudo, melhorar a experiência do Cidadão na sua relação com a administração. As expectativas são hoje, muito diferentes de há uma década.

5.1. O Inesperado Efeito COVID

Há muito que a comunidade científica alertava para a probabilidade de uma pandemia. Como é hábito, os alertas foram ignorados e em 2020, o mundo parou. Para uma grande percentagem da população, a obrigatoriedade do teletrabalho, conduziu à potenciação e ao uso de tecnologias e sistemas



disponíveis, há muito tempo existentes no mercado. O conjunto de circunstâncias que resultaram da pandemia COVID-19, teve impacto nas organizações públicas em quatro planos:

- **Resiliência:** necessidade de disponibilizar serviços públicos em linha, de trabalhar à distância de forma produtiva, a par de constrangimentos orçamentais;
- **Valor Entregue ao Cidadão:** as políticas públicas têm de ter impacto imediato, centrado no Cidadão, de acordo com as suas expectativas e repercussão social desde o início;
- **Confiança:** neste processo de transição digital acelerado, a segurança de informação é incontornável. A exatidão e a transparência são cruciais para garantir a confiança nas organizações e políticas públicas;
- **Equidade Digital:** o acesso desigual aos serviços, tornou-se dolorosamente evidente durante a pandemia.



5.2. A Guerra das (In)Certezas

Quando se pensava estar a voltar à normalidade – já de si diferente do tempo pré-pandemia – eclodiu uma guerra na Europa, que criou mais incerteza. Poderá conduzir a uma crise energética, que por seu lado irá contribuir para o aumento da inflação, já antecipada pelos economistas.

Com as taxas de juro a subir, a crise está instalada. Mudou também a forma de pensar das organizações públicas. Elas têm agora um novo desafio:

- o desafio da soberania dos dados.

Se antes, havia uma obrigatoriedade da residência dos dados num determinado território, hoje o pensamento será, por certo, diferente. Na verdade, a sobrevivência de uma nação pode até depender da continua existência desses mesmos dados. Mais importante do que o local onde estão armazenados, será a perpetuação e guarda desses dados. Se as infraestruturas críticas de um país desaparecerem, o que poderá acontecer? No entanto, se os dados, todo o património de informação, se mantiverem intocáveis, então essa nação irá permanecer *ad aeternum*.



A única certeza que existe, neste início da terceira década do século XXI, é que o novo normal é a incerteza. A disrupção é contínua.

6. Transformação Digital

A Transformação Digital é um conceito conhecido, há anos, por quem trabalha em Tecnologias de Informação. Não é mais que um conjunto de múltiplas tecnologias, sistemas e soluções que, agregado, visa o desenvolvimento de um novo paradigma de soluções de negócio digitais e inteligentes. As tecnológicas, a nível mundial, têm investido milhares de milhões de euros nos vários pilares e numa miríade de tecnologias abrangidas pelo grande chapão da transformação/transição digital.

A lista é longa e distante de ser exaustiva. Essas tecnologias combinadas com o capital humano e os processos organizacionais são os elementos da Transformação Digital:

- Mobilidade/5G/Redes de alto desempenho;
- Serviços de Computação na Nuvem (Cloud Computing);
- Big Data & Analytics;

- Business Intelligence (BI);
- Sistemas de Gestão Empresarial (ERP, CRM, SCM, etc.);
- Sistemas de Business Process Management (BPM) e de Workflow;
- Internet das Coisas (IoT). Ex. veículos não tripulados ou sensores para a agricultura;
- Aprendizagem Automática (Machine Learning/ML) e Inteligência Artificial (IA);
- Centros de Dados e Armazenamento;
- Governação dos Dados;
- Sistemas de Continuidade do Negócio (Business Continuity e Disaster Recovery);
- Sistemas de Gestão Documental e Impressão;
- Terceirização de Serviços de Negócio (nearshore, BPO, impressão, managed services);
- Ciclo de Vida Aplicacional, Testes & Qualidade;
- Assistentes Digitais;
- Blockchain;
- Políticas de Bring Your Own Device (BYOD);
- Privacidade e Proteção de Dados;



- Robótica, Genómica, Nanotecnologia;
- Redes inteligentes de energia.

Transversal a estas tecnologias, sistemas e soluções, de utilização indiscutível temos: segurança, segurança e segurança. Cibersegurança nas suas múltiplas dimensões. As equipas de desenvolvimento têm ainda de ter em conta as normas, a legislação nacional e europeia, em constante atualização, aquando da implementação e desenvolvimento da generalidade dos Sistemas de Informação:

- RGPD: Regulamento Geral da Proteção de Dados (27 de Abril de 2016);
- PSD2: Diretiva de Serviços de Pagamentos (12 de Janeiro de 2016);
- Ato de Governação de dados (25 de Novembro de 2020);
- Diretiva dos Dados Abertos (20 de Junho de 2019);
- Regulamento da Livre Circulação de Dados (14 de Novembro de 2018);
- Diretiva de Segurança das Redes e da Informação (6 de Julho de 2016);



- Alteração à Diretiva de Qualificações Profissionais (20 de Novembro de 2013);
- Diretiva de Serviços Europeia (12 de Dezembro de 2006);
- Entre outras.

O paradigma tem-se alterado de tal forma, ao ponto de já terem sido criados padrões internacionais, para a regulação da Inteligência Artificial e da fiscalidade sobre as multinacionais digitais.

6.1. Melhoria da Eficiência na Gestão dos Dados

É fundamental investir na eficiência da gestão dos dados. Só com uma melhor gestão dos dados das organizações públicas se conseguirá atingir níveis de maior eficiência. Há largos anos que a tecnologia permite atingir esses objetivos, mas o conflito de interesses e o sentido de posse de cada organismo não têm facilitado a Transformação Digital da Administração Pública. Como sempre, não se está a falar da falta de capacidades tecnológicas, que existem, mas sim de falta de um sentido de Estado, de ausência de sistemas de Governação e de vontade política. Os dados existem no seio das diferentes organizações, mas ainda precisam de estar disponíveis,



relacionados e interligados para permitir uma melhoria contínua na Administração Pública.

Para o efeito, poder-se-á tirar partido do potencial de Tecnologias de Integração ou de Gestão de Dados, como de Big Data, de Analytics, de Business Intelligence, bem como de Inteligência Artificial ou de Machine Learning, para empoderar e colocar à disposição dos colaboradores das organizações da Administração Pública, o conhecimento retirado dos repositórios de dados existentes.

Já se tornou senso comum que não se consegue gerir o que não se consegue medir². Coloca-se a seguinte questão: se não gerirmos com eficiência os dados existentes na Administração Pública, como é possível conseguir extrair a informação certa, por forma a bem gerir ou a bem tomar decisão? Dito isto, existem estudos, de agências governamentais e consultoras internacionais, que demonstram bem a prioridade da eficiência na gestão dos dados:

- 90 % dos dados das organizações públicas foram criados nos últimos dois anos;

- A projeção das despesas com a gestão dos dados é maior que nunca;
- As grandes organizações públicas portuguesas aumentaram o investimento em tecnologia de gestão dos dados, de Big Data, entre outras.

Além disso, os consumidores estão habituados a comprar, quase tudo o que precisam, com facilidade e em poucos «cliques», via Internet ou aplicações móveis. Desde os produtos essenciais, a roupa, a tecnologia, a livros, a jogos ou refeições, bilhetes de avião, alojamento, passando por viagens em veículos TVDE. As Empresas, por seu lado, trabalham hoje em sistemas que vão além do espaço físico do escritório. As cadeias de valor estão integradas, os processos automatizados, os sistemas de gestão do negócio «falam» com os sistemas das outras Empresas.

Em suma, os Cidadãos e as Empresas consideram incompreensíveis as múltiplas dificuldades de interação com a Administração Pública. Apesar de se registarem melhorias em relação ao passado, a opinião da sociedade civil continua a ser descurada no momento anterior à conceção e desenvolvimento de soluções de modernização administrativa. A cultura da Administração



Pública ainda passa, em regra, por dar informação, quando deveria prestar um serviço.

Um bom exemplo a seguir é o caso da recente aplicação da Autoridade Tributária para os trabalhadores independentes – mas ainda há um longo caminho a percorrer para alinhar os serviços com as reais aspirações do Cidadão. Desde a relação com o utente, com o paciente, ou o Cidadão, às marcações de atendimento, às linhas de apoio sobrecarregadas, há falta de interoperabilidade entre aplicações e serviços, passando por uma absurda forma de organização dos sítios da Administração Pública, muito está ainda assente em processos que alimentam apenas a máquina administrativa, mais do que nas reais necessidades das pessoas e Empresas. Existem dificuldades em integrar séculos de dados acumulados pelo Estado (microfilmes, cartões perfurados, papel, etc.), com a enorme quantidade de dados produzida nos últimos anos, que continua sempre a crescer, e que aguarda um ordenamento arquitetónico que acabe com o armazenamento em silos, dando lugar a repositórios interconectados, partilhados, acessíveis, seguros e transparentes.



6.2. Mais Transparência, Melhor Governação

O Governo e as Administrações Públicas precisam de tirar partido da inovação e da facilidade de acesso às tecnologias inovadoras e emergentes, possibilitadas pela computação na nuvem. O mercado *cloud*, cujo crescimento exponencial ocorreu após 2010, mudou o paradigma e democratizou o acesso a tecnologias disruptivas, como a Inteligência Artificial, o *MachinemLearning*, o software autónomo, o *Blockchain*, os assistentes digitais, entre muitas outras. O Estado precisa da Transformação Digital para ter a capacidade de, por exemplo, disponibilizar visões holísticas sobre as despesas e outras questões orçamentais, com os sistemas bem integrados e com dados de qualidade que podem, inclusive, otimizar a capacidade de fazer uma melhor coleta de receita ou atribuir melhor apoios sociais.

Uma melhor qualidade dos dados existentes permite fazer uma Governação adequada, pois é possível melhorar a gestão dos ativos.

Para orientar a estratégia nacional, o mapa está criado: é a proposta de Guião para a Década Digital desenvolvido pela Comissão Europeia, para criar um



quadro de Governação e garantiram que a Europa atinge os objetivos da Década Digital para 2030. A Comissão irá elaborar trajetórias projetadas pela UE, para cada meta e os Estados-membros irão propor os seus roteiros estratégicos nacionais para as atingir. Estes roteiros serão atualizados numa dinâmica de cooperação entre as entidades europeias e os Estados-membros.

A qualidade dos dados é fundamental para fazer uma Governação dos dados também ela de qualidade. Há casos conhecidos da utilização de tecnologias, quase sem dar por isso, o Cidadão usa:

- A aplicação e-fatura, que simplifica o processo de resolução de pendências das faturas pelo consumidor, em qualquer lugar e em qualquer momento, entre outras, desenvolvidas para a Autoridade Tributária;
- A Segurança Social Direta que permite, entre outras funcionalidades, saber o estado financeiro na sua relação com a Segurança Social;
- O SNS24 ou MySNS que possibilitam consultar os seus exames, o seu receituário, ou seja, o seu percurso de saúde;



- A Chave Móvel Digital que, com apenas um pin e uma confirmação através de SMS, dá acesso a múltiplos serviços.

Todas estas aplicações disponibilizam informação útil para os cidadãos na sua relação com a administração e com outras entidades. No entanto, nem sempre funcionam convenientemente, devido à falta de qualidade dos dados ou dos serviços de suporte, que por vezes são ineficientes ou até inexistentes. Finalmente, o Estado tem obrigação de mitigar os riscos de ciberataques, de fraude e de erro. Desta forma, aumenta a transparência e, em simultâneo, eleva a segurança dos sistemas informáticos públicos, protegendo a Soberania Nacional.

6.3. Equidade num País a Várias Velocidades

A demografia do País mudou bastante nas últimas décadas. Muito se deve ao decréscimo da natalidade, apesar de a esperança de vida ter aumentado.

Temos também os jovens mais qualificados de sempre, o que se tem repetido de geração em geração. É certo que se partiu de uma base muito baixa, mas o grau de escolaridade dos portugueses, hoje, é mais elevado do que há



sessenta anos. A percentagem de portugueses sem instrução passou de 65,6 % em 1960, para cerca de 6 % em 2011. Em 1960, havia apenas 49 mil portugueses com ensino superior. Em 2011, esse número ascendia a 1 milhão e 200 mil. Interessante também constatar que, em 1960, a maioria dos licenciados era homem e em 2011 era mulher.

Os hábitos de consumo também mudaram, se há sessenta anos, a maioria da população nem tinha telefone fixo, hoje é rara a família que não tem pelo menos um telemóvel (93,4 % das famílias) ou um automóvel. A digitalização tem trazido múltiplas soluções para facilitar a relação do Cidadão/utente/paciente. O reverso da medalha foi a criação de desigualdades no acesso à tecnologia (*digital divide*).

Durante a pandemia os Sistemas de Informação da Administração Pública facilitaram a disponibilização de apoios sociais a Cidadãos e Empresas. Também permitiram às crianças e jovens ter aulas a partir de casa e aos pais continuar a trabalhar. No entanto, a Transformação Digital tem o efeito perverso de agravar, em algumas situações, as desigualdades sociais. Durante a pandemia, foi evidente a vulnerabilidade e de Cidadãos com



menos competências digitais ou com menor acesso às infraestruturas de telecomunicações de alta velocidade.

É necessária maior equidade no acesso, e acima de tudo, Inclusão Digital do Cidadão. Numa perspetiva nacional, o interior do país tem zonas onde a infraestrutura de alta-velocidade das comunicações ainda não chegou. Na perspetiva das famílias, parte da população não tem ainda computador ou ligação de alta-velocidade, nem competências digitais para tirar partido da tecnologia.

7. Sustentabilidade

A Transformação Digital e a Sustentabilidade estão interrelacionadas. O Estado, Empresas e Cidadãos estão cada vez mais sensibilizados para investir/consumir Sistemas de Informação sustentáveis.

A Sustentabilidade – Social, Económica e Ambiental – tem-se tornado um desafio incontornável para os decisores. Não há planeta B. É necessário tomar medidas para reverter o impacto da atividade humana nas alterações climáticas.



Enquanto isso, o aumento da escolaridade da população resultou no crescimento da classe média e, por consequência, dos níveis de consumo, o que conduziu a pressões sem precedentes sobre os recursos naturais dos quais dependemos. Os grandes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 estão definidos e podem gerar 380 milhões de novos empregos no plano mundial.

«A Agenda 2030 procura erradicar todas as formas de pobreza, combater desigualdades e as alterações climáticas, garantindo que ninguém fica pelo caminho.»

Muito já mudou e a opinião pública está hoje mais consciente do papel que tem no contributo para a descarbonização e abrandamento do aumento da temperatura do Planeta. As tecnologias limpas, as energias renováveis e a mobilidade elétrica estão a tornar-se mais acessíveis, no entanto em Portugal, ainda há muito a fazer. As populações têm expectativas crescentes de tornar as organizações mais transparentes na sua forma de operar, para que demonstrem o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, a economia globalizou-se. O consumo de produtos locais tem vindo a perder terreno, para o consumo de produtos fabricados ou com



componentes oriundas do exterior. As cadeias de valor da produção e da distribuição, tornam-se mais longas e complexas, contribuindo para o efeito de estufa e para o encarecimento dos produtos.

Neste ponto, as tecnologias de informação e comunicação têm um papel relevante. A digitalização tem vindo a acelerar, a automatizar e a integrar os processos de produção e distribuição. As tecnologias emergentes podem ter um papel considerável e quantificável na transformação das ambições de Sustentabilidade em realidade.

Haja vontade.

Por exemplo, a tecnologia *Blockchain* é utilizada nas companhias de transporte marítimo, permitindo otimizar rotas, o carregamento e distribuição dos contentores para os vários destinos. Contribui, deste modo, para transportar mercadorias de forma mais sustentável. A própria UE tem vindo a trabalhar em alguns casos de uso relativo ao transporte de mercadorias e questões alfandegárias.



7.1. Políticas Públicas

O objetivo da UE para 2030 é assegurar que «os serviços públicos sejam plenamente acessíveis a todos, incluindo pessoas com deficiência, e que beneficiem de um ambiente digital de melhor qualidade, que ofereça serviços e ferramentas de fácil utilização, eficientes e personalizados, com elevados padrões de segurança e privacidade» Isto significa que teremos de pensar os serviços públicos de forma diferente. A tecnologia não vai resolver os problemas criados muitas vezes por legislação avulsa, contraditória e de difícil interpretação. Um bom exemplo, é o conceito de agregado familiar, diferente entre organismos como as Finanças ou Segurança Social, e até dentro desta, com três conceitos distintos.

Por outro lado, todos temos sido surpreendidos com notícias que diariamente vêm a público. A incapacidade de as organizações públicas protegerem as suas bases de dados, os repositórios que contém informação de dados pessoais, pondo em causa, outro grande objetivo para a Europa, que é o acesso a serviços públicos e privados, numa perspetiva de privacidade melhorada e em plena conformidade com a legislação em vigor, em matéria de proteção de dados. Já para não falar dos ciberataques, de atos de



terrorismo, guerra ou crime organizado que visam sistemas informáticos e, como já referido, põem em causa a soberania nacional.

Por último, e não menos importante, pois é apontada como uma das principais razões para os elevados custos de contexto do País, continuamos sem a capacidade de fazer uma Declaração Única, e por isso as diferentes organizações públicas continuam sem poder usar dados dos seus parceiros de serviço público, obrigando Empresas e Cidadãos a terem de disponibilizar, a mesma informação vezes sem conta.

Só com uma nova forma e visão de fazer políticas públicas, poderemos vir a ter serviços públicos de qualidade, centrados nas necessidades de Cidadãos e Empresas, com a confiança que todos merecemos.

8. Propostas para a Transformação Digital

Para dar resposta às necessidades atuais do País na área de Transformação Digital importa avaliar as implicações da disrupção, no âmbito das operações tecnológicas das organizações, nos planos da resiliência, valor entregue ao Cidadão e confiança. Adotar, também, medidas que fomentem o Digital e a

transformação das organizações públicas. Cidadãos e Empresas têm novas necessidades e preocupações. Precisam de serviços públicos digitais e estão preocupados com a proteção dos seus dados pessoais e a sua privacidade. Acima de tudo, anseiam que os serviços lhes sejam prestados de acordo com as suas expectativas, sem ter de navegar entre aplicações desintegradas, mas, pelo contrário, de fácil acesso e rapidez.

- Investir na Resiliência
 - Passar o armazenamento e processamento de informação de centros de dados físicos para ambientes *Cloud*;
 - Utilizar tecnologias de integração que facilitem a interoperabilidade entre sistemas;
 - Criar práticas de Continuidade de Negócio e de *Disaster Recovery*, por forma a proteger os dados das organizações;
 - Investir em infraestruturas digitais, seguras e sustentáveis;
 - Aumentar o Valor Entregue aos Cidadãos e às Empresas.
 - Digitalizar todos os Serviços Públicos (Digitalização da Administração Pública);

- Criar um sistema Declarativo Único, que permita às entidades públicas, nas esferas local e nacional, permutar dados e elementos de prova, em plena conformidade com os requisitos legais e os direitos fundamentais;
- Aumentar a transparência e a *accountability*. **Portugal poderia ser um bom exemplo, se entidades do setor público e os seus gestores fossem responsáveis por decisões e ações;**
- Recorrer a sistemas de videoconferência, plataformas de e-learning, de gestão documental, entre outras, que facilitem a colaboração entre funcionários e potenciem as funções core dessas organizações;
- Desenvolver as soluções de assistentes digitais, com IA, e recorrer a tecnologias omnicanal;
- Interconectar Cidades e Regiões, através dos transportes públicos, integrados nas Áreas Metropolitanas.
-
- Garantir a Confiança na Administração Pública
 - Usar tecnologias de identidade digital e de gestão de identidades;

- Escolher, sem exceção, sistemas que assegurem a privacidade e segurança dos dados das organizações;
 - Criar sistemas de qualidade de dados e “fontes de verdade”, para garantir a transparência de informação;
 - Recorrer a tecnologias de *Business Intelligence*, analítica e de gestão de desempenho (EPM), para ajudar na tomada de decisão pública;
 - Utilizar soluções de IA e ML, para apoiar as organizações nas suas tarefas repetitivas, por forma a automatizá-las, sempre que possível, libertando os colaboradores para tarefas de valor acrescentado.
-
- Prosseguir no Investimento na Modernização Administrativa:
- Em matéria de Políticas de Modernização Administrativa, o Estado deve centrar os processos no Cidadão e na Empresa, acompanhando os princípios de uma visão 360°, que o Estado deveria de ter com o seu «cliente»:
- Permitir aos utilizadores alcançar os seus objetivos em self-service, em segurança, com rapidez e autonomia;



- Tornar a comunicação e disponibilização de informação, mais clara, concisa e transparente, ou seja, mais útil;
- Integrar fluxos de negócio, para centrar os Sistemas de Informação, nas necessidades do Cidadão e Empresa;
- Focar na redução das interações com a administração, por parte dos Cidadãos e das Empresas, simplificando e automatizando o acesso à informação e aos serviços prestados. O Estado deve compreender e assumir as responsabilidades do sector público, no que diz respeito à administração dos dados de Cidadãos e de Empresas, recorrendo aos instrumentos necessários, para balancear a observância dos anseios da população e o cumprimento da legislação.

9. Propostas para Incrementar a Sustentabilidade

Portugal deve alinhar a sua estratégia de Sustentabilidade com os compromissos europeus, apontados pela Comissão Europeia, nos seus objetivos digitais para 2030. Se os grandes objetivos já foram pensados e discutidos, em sede própria, importa acompanhar os caminhos traçados e



participar no trabalho conjunto, sem deixar para trás as nossas próprias particularidades.

- Acelerar a transição para a mobilidade elétrica, potenciando as infraestruturas de suporte;
- Reforçar a rede, a qualidade e a interoperabilidade dos transportes públicos;
- Criar mais e melhores sistemas de bilhética intermodais, para agilizar a circulação das populações;
- Repensar os centros urbanos, para integrar a mobilidade suave (deslocações a pé, de bicicleta, transporte público), em detrimento da utilização do automóvel individual, contribuindo para a descarbonização e aumentando a qualidade de vida dos Cidadãos.
- Caminhar para a utilização de energias renováveis para que, no futuro, atinga os 100 %.
- Incentivar a criação de edifícios inteligentes, aumentar a eficiência energética e hídrica dos edifícios existentes;
- Desenvolver mecanismos de financiamento «verdes» inovadores;



- Promover a reciclagem e reutilização de resíduos de diferentes origens;
- Aproveitar o vasto território marítimo para em simultâneo, eliminar os resíduos de origem humana e criar produtos inovadores.

10. Conclusões

Cabe ao PSD enquanto **garante histórico do reformismo em Portugal** o estabelecimento de condições políticas que garantam a implementação de um Programa Nacional de Erradicação da Pobreza, assumindo-se assim este como o grande desígnio nacional para uma década.

Cabe-nos convocar toda a sociedade civil, todos os atores sociais e territoriais, todos os atores da administração e da academia ara que, em conjunto possamos libertar Portugal destas condições verdadeiramente indignas e que nos chocam enquanto cidadãos de um país moderno e europeu, mas fundamentalmente enquanto seres humanos.



Convocamos em particular as autarquias e as suas associações representativas porque sabemos que a pobreza tem expressões territoriais distintas e assimétricas e só com aquelas a liderar as operações no terreno é que poderemos almejar o sucesso pretendido.

Uma verdadeira Reforma do Século XXI, e em particular uma que coloque o cidadão no centro das suas preocupações, não pode deixar de apostar na Transformação Digital como um dos principais motores de desenvolvimento. As populações em geral, e as mais vulneráveis em particular necessitam de serviços públicos modernos, eficazes e eficientes, capazes de resolver os principais problemas do seu dia a dia. Esta transformação ode ser, se eficazmente implementada numa eficaz ferramenta, contra as assimetrias sociais e territoriais e pode igualmente funcionar como um impulsionador da Sustentabilidade que todos almejamos.

Este é o caminho que queremos trilhar.

Este é o caminho da Social Democracia.



PROPOSTA TEMÁTICA

Q

TRANSIÇÃO TERRITORIAL

1º SUBSCRITOR:

BRUNO MOURA FERREIRA

Transição Territorial

O "Interior" do país, mais recentemente também designado "Território de Baixa Densidade", tem sido alvo de discussão e referência ao longo de diversos Congressos do Partido Social Democrata e através de diversas Propostas Temáticas.

As referências invariavelmente têm vindo a reivindicar a necessidade de uma maior coesão, justiça e sustentabilidade territorial, tendo como maior evidência a diferença deste território para com o "Litoral" no que diz respeito aos indicadores de desenvolvimento social e económico, o investimento público, a existência de infraestruturas, a presença de serviços do estado ou a população residente.

Ao longo dos anos, temos observado a ineficácia das reivindicações que, embora pertinentes e válidas, têm sido manifestamente insuficientes para o combate às desigualdades, que cada vez mais se acentuam. A promoção da coesão tem-se esgotado na retórica de circunstância, dentro e entre Congressos, e o desequilíbrio do país acelera-se com efeitos nefastos para todos, independentemente do território onde habitem.

Há uma tendência semântica, que tem vindo a ser acentuada, sobre a desvalorização do "Interior" e não raras vezes em caracterizar e representar este território com um retrato deprimente, de uma terra quase despovoada, com menor qualidade de vida, onde falta quase tudo e em permanência mão estendida ao Estado da Nação, para que lhe seja dado algum apoio ou subsídio para fazer face às tamanhas necessidades.

Este discurso pessimista e pouco ambicioso, divisionário entre "Interior" e "Litoral" e promotor de um ambiente de investimento público assente numa visão subsidiária, não tem contribuído para uma discussão séria e responsável sobre as assimetrias territoriais.

Todos os territórios são detentores de recursos e de potencial próprio, torna-se necessário, assim, uma reflexão diferente, mais otimista e ambiciosa, sobre o verdadeiro Valor do "Interior" de Portugal.

O Valor do Interior

Podemos começar esta reflexão com a definição do que é afinal o "Interior". O conceito de "Interior" e toda a carga negativa em termos de desenvolvimento que lhe é associada está profundamente enraizado no imaginário português. Uma alteração conceptual implica fazer uma atualização da realidade.

Num mundo cada vez mais global, sem fronteiras, com a integração plena de Portugal na União Europeia e com a enorme evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação não

Primeiro Subscritor:

Bruno Miguel de Moura Ferreira

Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto

Militante: 152563

faz sentido medirmos o grau de interioridade de um território em função da sua distância física aos grandes centros de poder ou concentrações urbanas.

Simultaneamente, não será justo que a densidade populacional possa por si só definir o grau de interioridade desse mesmo território. Com este critério teríamos em Portugal territórios do imaginário "Interior" dentro do próprio imaginário "Litoral".

Urge a criação de um modelo dinâmico com novos critérios que ajudem a definir quais os territórios com maiores assimetrias de desenvolvimento socioeconómico.

Desenvolvimento Sustentável

A relação do homem com o território tem sofrido mudanças que acompanham o próprio desenvolvimento da sociedade, principalmente no que diz respeito a questões de ordem económica, cuja relação esteve sempre dependente das circunstâncias da economia mundial, nacional e local.

Os efeitos das alterações climáticas, já evidentes ao dia de hoje, têm obrigado a uma reflexão profunda sobre a necessidade de se criar uma conciliação entre o homem e o território na promoção de um desenvolvimento sustentável, que simultaneamente promova a qualidade de vida das pessoas com a gestão eficiente dos recursos naturais, a redução da poluição do planeta, a conservação da natureza e a promoção da biodiversidade.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015. Trata-se de um compromisso global, de natureza universal e inclusiva, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que abrangem preocupações sociais, económicas e ambientais, transversais a todos os países. O ODS "10 - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países", assume objetivamente a importância do combate às assimetrias territoriais.

Demografia

Portugal possui territórios em evidente desequilíbrio demográfico, facto que tem colocado em causa a sua sustentabilidade.

As projeções apontam que Portugal, em 2070, tenha cerca de oito milhões de habitantes, uma redução de 23% da população residente face ao valor atual. A confirmar-se, corresponderá a um dos maiores decréscimos populacionais da Europa. A população em idade ativa será a que sofrerá uma redução mais acentuada, na ordem dos 37%, correspondente a uma perda de 2,5 milhões de pessoas.

Este cenário vai ter repercussões em diversos setores de atividade económica e, face aos efeitos conjugados da redução da natalidade, do aumento da esperança média de vida e o consequente envelhecimento da população, colocam-se sérios desafios sociais.

Primeiro Subscritor:

Bruno Miguel de Moura Ferreira

Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto

Militante: 152563

Os dados provisórios do Censos2021, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, informam-nos que cerca de metade da população residente em Portugal está concentrada em apenas 31 municípios, acentuando-se desta forma os padrões de litoralização do país e concentração da população junto da capital, fenómenos muito acentuados nas últimas décadas.

A evolução demográfica da última década, ao nível municipal, permite concluir que os territórios localizados no interior do país são os que perdem população e que os municípios que registam um crescimento populacional estão situados predominantemente no litoral.

Perante estes factos acentua-se a necessidade de se assumir imperiosamente a demografia nos territórios como um dos maiores desafios do país.

Recursos Naturais

As conclusões do estudo da Fundação Calouste Gulbenkian "Limites Ecológicos: O Impacto Intergeracional do Uso de Recursos Naturais", divulgado no final de 2021, torna claro que Portugal ultrapassou os limites ecológicos em todas as categorias, sendo as "áreas de maior preocupação as emissões de gases com efeitos de estufa, a produção de resíduos, a poluição da água e do ar, que se encontram bastante acima do limite, e/ou com uma taxa de crescimento pronunciada."

Os limites de sustentabilidade dos ecossistemas já foram ultrapassados e estamos perante o período da história com o mais rápido declínio da biodiversidade. O combate às alterações climáticas não pode ser realizado e dissociado de uma verdadeira promoção e proteção da biodiversidade.

O contributo dos territórios para o ecossistema nacional é diferenciado, sendo que os territórios do imaginário "Interior", através do seu vasto património natural, têm contribuído ao longo dos anos para o interesse nacional. Este contributo, que se traduz num serviço ambiental ao país, não tem vindo, no entanto, a ser quantificado, valorizado ou remunerado.

Temos de avançar para a concretização de um conceito inovador de remuneração dos serviços dos ecossistemas, que permita a compensação justa dos territórios que mais contribuem para a promoção da biodiversidade.

É também nos territórios do imaginário "Interior" que estão concentrados recursos naturais únicos e essenciais para as pessoas, empresas e para a implementação de qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável no país. Uma vez mais, estamos perante um ativo natural à disposição do interesse nacional, que deve ser considerado e valorizado no combate às assimetrias territoriais.

Primeiro Subscritor:

Bruno Miguel de Moura Ferreira

Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto

Militante: 152563

Transição Territorial

O mundo vive em constantes mutações, com transformações a uma velocidade cada vez mais acelerada. Torna-se imperativo a identificação de novas políticas para a resolução dos problemas e desafios de sempre. O conceito de transição tem sido utilizado para abordagens que impliquem mudanças estruturais em determinadas áreas. São exemplo disso a transição energética, climática, digital, ecológica ou justa.

Chegou a vez de assumirmos a coesão do território como uma prioridade nacional, através da criação e implementação da **Transição Territorial**, que permita uma mudança estrutural na relação do homem com o território, capaz de produzir um desenvolvimento sustentável de Portugal e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de cada português, independentemente do local onde nasce, estude, trabalhe ou habite.

A **Transição Territorial** deverá rever e atualizar os indicadores de desenvolvimento dos territórios, criar um mecanismo de medição justa e dinâmica do valor e contributo económico e ecológico de cada território, definir Objetivos de Desenvolvimento Territorial, constar na lista de prioridades na definição de políticas públicas nacionais, em estreita colaboração com as entidades regionais e locais, e estar materializada num Plano de Ação com dotação própria proveniente do Orçamento do Estado.

Primeiro Subscritor:

Bruno Miguel de Moura Ferreira

Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto

Militante: 152563



PROPOSTA TEMÁTICA

R

LEIRIA EXIGE MAIS!

1º SUBSCRITOR:

CPD LEIRIA

Índice

A)	Vida e bem-estar	3
1.	SAÚDE	3
2.	NATALIDADE	11
3.	HABITAÇÃO	13
4.	SEGURANÇA SOCIAL	14
5.	FLORESTA	16
B)	Desenvolvimento socioeconómico	19
1.	CARGA FISCAL DAS EMPRESAS E TRABALHADORES	19
2.	EMPREGO	24
3.	UNIVERSIDADE POLITÉCNICA DE LEIRIA	27
C)	Mobilidade	32
1.	A RODOVIA	32
2.	MONTE REAL	35
3.	FERROVIA, UM COMBOIO CADA VEZ MAIS DIFÍCIL DE APANHAR	36

A) Vida e bem-estar

1. SAÚDE

A importância do Serviço Nacional de Saúde (SNS) é inquestionável! É, sem dúvida, uma das maiores e melhores conquistas da democracia, que deve ser cuidada, acarinhada e munida de todas as condições que garantam que qualquer português ou portuguesa tenha acesso a cuidados de saúde.

No entanto, atualmente, apresenta cada vez mais problemas de organização, de planeamento, mostra-se pouco eficiente, não responde adequadamente às principais causas de morte prematura, nem às doenças de elevada magnitude que o País enfrenta, não atua em proximidade de cuidados, não se articula com o setor privado, não previne adequadamente a doença, não envolve os cidadãos no processo de decisão em saúde, tem sérios problemas no acesso a vários tipos de serviços e não garante a qualidade dos cuidados de saúde que os portugueses necessitam.

Assolados com tanto trabalho, constrangidos pela falta de condições e pela insegurança que sentem no exercício da sua atividade, expostos a centenas de episódios anuais de violência, dentro das instalações do SNS e sujeitos aos sucessivos atropelos dos direitos laborais e deontológicos, os profissionais de saúde, extenuados e descontentes, demitem-se dos seus cargos, pedem milhares de escusas de responsabilidade profissional, recusam fazer mais horas extraordinárias e abandonam o SNS.

O subfinanciamento crónico do SNS está bem refletido, nos cerca de 50% dos hospitais que estão em falência técnica. As listas de espera de meses ou anos, para a realização de consultas, exames de diagnóstico e de cirurgias com efeitos dolorosos para os cidadãos, evidenciam a incapacidade que o SNS tem tido em prestar cuidados em tempo útil e coloca em causa o direito fundamental dos cidadãos ao acesso à saúde.

Penalizados pelos atrasos nos diferentes níveis de cuidados e por uma desconfiança crescente, os portugueses procuram cada vez mais os sistemas de saúde privados, sendo já cerca de 5 milhões, os que têm seguro de saúde ou um subsistema de saúde.

Independentemente de todos estes defeitos e de todas as oportunidades de melhoria o SNS deve ser acarinhado por todos nós, porque, é fulcral para a maioria dos portugueses.

Todos temos que lutar para que o SNS não se torne um serviço pobre, destinado aos pobres. Temos de o tornar mais cativante e humanizante e menos degradante ou penalizante.

Aqueles que negam a existência de problemas no SNS são os mesmos que deixam cerca de 1,2 milhões de portugueses sem médico de família, apesar das inúmeras promessas por cumprir. São os mesmos que ficam indiferentes às quase 50% de pessoas de menores rendimentos que são forçadas a adiar as consultas por razões económicas. São os mesmos que desprezam os cerca de 5.000 portugueses em lista de espera, para realização de uma cirurgia oncológica. E, são os mesmos que deixam, tantos e tantos cidadãos, com forte suspeita de cancro do cólon, à espera, em média 8 meses, para realizar uma colonoscopia.

Valores absolutamente humilhantes e que devem indignar a consciência coletiva. Aqueles que publicitam, amiúde, a entrada

de mais e mais profissionais de saúde para o SNS, são os mesmos que não se envergonham dos mais de 200.000 cidadãos que em 2021 permaneciam em espera para realizar uma cirurgia. Dezenas de milhares dos quais há mais de um ano (no final de 2019 mais de 27.000 esperavam por uma cirurgia há mais de um ano, mais 27% do que em 2018). E, são os mesmos que não tem pudor em deixar, para trás, milhares e milhares de pessoas, 3, 6, 12 ou mais meses à espera para realizar exames de imagiologia ou ter consulta de especialidade.

Finalmente, aqueles que apesar de admitirem existir complexidade e disfuncionalidade nos serviços de urgência são os mesmos que ficam imperturbáveis com a revolta sentida pelos familiares, quando veem os seus parentes, em perigo de vida, a serem transferidos para outros hospitais, porque a urgência do seu hospital de proximidade, tinha acabado de encerrar por falta de médicos. São os mesmos que, indiferentes, veem chorar as mães que encontram os serviços de urgência pediátrica subitamente encerrados. São os mesmos que veem as grávidas a lamentar-se por terem sido obrigadas a ter os seus filhos bem longe da sua residência, porque tiveram a infelicidade de esbarrar na porta de uma urgência obstétrica, entretanto encerrada, por falta de obstetras.

A notória falta de planeamento dos recursos humanos e materiais tem ensombrado a gestão dos ministérios da saúde socialistas e intimida cada

vez mais os portugueses que, diariamente, lutam desesperadamente para terem o direito à saúde, que julgavam garantido. Ninguém consegue imaginar quanta morte e invalidez teria sido poupada aos nossos concidadãos se os hospitais e centros de saúde estivessem dotados dos meios humanos e materiais que os portugueses merecem.

A carência de meios humanos e de equipamentos são também um problema, que persiste há vários anos, nos Hospitais e Centros de Saúde do distrito de Leiria, que urge colmatar.

É necessário proceder ao levantamento de todas essas necessidades e reivindicá-las junto ao Ministério da Saúde, que desde há muito se tem escapado à sua responsabilidade política e moral, para com esta região.

É inconcebível que ao longo dos últimos anos, a tutela nada tenha feito para combater os vários estrangulamentos existentes nos seus hospitais e centros de saúde. É inadmissível ver os serviços

de urgência sucessivamente encerrados no período noturno e os doentes agudos ou emergentes desviados para outros hospitais, fora da região.

É intolerável ter de assistir à extrema dificuldade sentida pelos cidadãos mais desfavorecidos em marcar a consulta que mais necessitam, dentro de um prazo razoável. É insuportável verificar a exiguidade de camas para paliativos, constatar que o internamento domiciliário persista irrelevante ou observar os numerosos doentes oncológicos da região a deslocarem-se, penosamente, para os IPO de Coimbra ou Lisboa, ambos a necessitarem de uma requalificação de monta. É inacreditável que a literacia na área da saúde, sempre prevista pela legislação socialista, continue a não ser mais do que um processo de intenção.

Para inverter este panorama sombrio e penoso, propõe-se:

- 1- Construir um centro de tratamento oncológico, na região.
- 2- Construir o novo Hospital do Oeste.
- 3- Criar um Serviço de Urgência Básica no Centro de Saúde da Marinha Grande
- 4- Reforçar os cuidados paliativos na região.

- 5- Ampliar os serviços de internamento domiciliário na região.
- 6- Estender a rede de cuidados continuados.
- 7- Incentivar o uso dos diferentes serviços do SNS 24, mormente, das teleconsultas, expandindo a rede Balcão SNS 24, na região, de modo a melhorar a acessibilidade e levar o SNS a todos os cidadãos do distrito.

- 8- Implementar uma rede de vídeo consultas na região destinadas, sobretudo, aqueles que apresentam dificuldades na sua mobilidade ou que estejam longe dos centros de saúde ou se encontrem em situação de exclusão digital.
- 9- Introduzir programas que valorizem a atividade física, combatam a obesidade e privilegiem a dieta do mediterrâneo, de modo a combater dois dos maiores flagelos da nossa sociedade, a obesidade e o sedentarismo.
- 10- Desenvolver a literacia em saúde, que salva vidas, em parceria com as autarquias, socorrendo-se dos parceiros institucionais melhores colocados no distrito.
- 11- Implementar nas escolas do primeiro ao terceiro ciclo do distrito um projeto pioneiro, apelidado

“Como te manteres saudável”, que pretende instituir estilos de vida saudáveis, na população escolar.

- 12- Desenvolver um projeto que vise identificar todas as pessoas que vivam em isolamento social e sofram de solidão, uma vez que, ambos os conceitos não são sinónimos. As autarquias em parceria com os centros de saúde devem esforçar-se por identificar as pessoas que vivam sozinhas ou sofram de solidão e promover os meios necessários para a enfrentar. Visitas regulares de equipas técnicas de ação social, de voluntários, linhas de apoio telefónico e de telemonitorização, são algumas das armas mais eficazes no combate a esse grave problema social com séria repercussão na saúde pública.

- 13- Introduzir um programa de saúde, nos âmbitos da clínica dentária, deficiência visual e auditiva, destinada às famílias mais economicamente desfavorecidas.
- 14- Lançar a construção de uma unidade residencial para acolher todos os doentes mentais crónicos, que sejam intratáveis ou não tenham suporte familiar.
- 15- Rever os valores pagos às empresas e às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários que fazem transportes de doentes não urgentes, de modo a que não
- 16- existam cidadãos que deixem de fazer os seus tratamentos médicos, por falta de transporte.
- 17- Contratar todos os profissionais de saúde necessários para preencher as vagas em aberto nos Centros Hospitalares do distrito e, também, na rede de cuidados de saúde primários, melhorando para isso as condições laborais desses profissionais de saúde. Se para tal, no imediato, for necessário recorrer ao setor privado, contratualizando e garantindo assim a todos o acesso aos cuidados de saúde.
- 18- Melhorar os serviços de saúde com maior oferta nas aéreas não urgentes da psiquiatria e psicologia.

2. NATALIDADE

Uma das maiores riquezas do Mundo é o Capital Humano, já que uma sociedade que não consegue renovar as suas gerações, aventura-se a perder conhecimento, fica limitada na sua capacidade em se transformar e amputada no seu desenvolvimento e crescimento económico.

Importa, assim, evitar a todo o custo o suicídio demográfico de uma nação, pelo que, uma das grandes preocupações que deve nortear a ação de qualquer governo, deverá ser a implementação

de políticas e medidas promotoras da natalidade, nas suas várias envolventes.

Segundo as previsões mais pessimistas do INE, Portugal arrisca-se daqui a quarenta anos a perder até 30% da população atual. Há várias décadas que o número de nascimentos se mantém reduzido e as pálidas políticas de incentivo ao aumento da natalidade, não se têm mostrado eficazes para inverter essa tendência, empurrando Portugal para a 5ª taxa de natalidade mais baixa de toda a União Europeia.

Devido à redução da taxa de natalidade e ao aumento da esperança média de vida, a pirâmide populacional está cada vez mais invertida. A médio prazo esta situação poderá colocar em causa a sustentabilidade da segurança social, dos sistemas de saúde e atrofiar o desenvolvimento económico.

Urge por isso apoiar e incentivar a natalidade, valorizando os salários, implementando medidas que contribuam para a conciliação entre a vida profissional e familiar, aumentando a oferta de creches e ensino pré-escolar de acesso universal e

gratuito, com horários alargados, incrementando os diferentes subsídios dirigidos às famílias com menores rendimentos, expandindo a duração da licença de parentalidade, para 6 meses, comparticipada a 100%, promovendo uma política de habitação acessível e diminuindo a carga fiscal sobre as famílias.

O rejuvenescimento social também pode ser conseguido introduzindo medidas que desincentivem a emigração dos nossos jovens e que propiciem condições de atratividade direcionadas aos imigrantes.

3. HABITAÇÃO

A falta de habitação acessível é um dos grandes problemas sociais que o País enfrenta. A Constituição da República Portuguesa estabelece no seu artigo 65.º que todos os portugueses têm direito a uma habitação condigna.

No entanto, esse desiderato está muito longe de ser alcançado, pelo que, se torna imperativo promover uma política de arrendamento acessível, construir mais habitação social e/ou habitação a custos controlados, para posterior atribuição a jovens

e famílias de menores rendimentos, renovando as zonas históricas das nossas cidades e vilas, dando-lhes vida e apostando na reabilitação do parque habitacional degradado e devoluto.

Os nossos jovens hoje confrontam-se com uma dificuldade imensa de acesso à habitação, o que coloca a tão desejada emancipação jovem em causa, fazendo com que continuem até mais tarde em casa dos seus pais e, assim, atrasem os seus projetos familiares.

As rendas em muitas cidades do país e em algumas vilas e cidades do nosso distrito ascendem a valores que não se coadunam com os parcos

rendimentos auferidos pelos jovens em início de carreira. A aquisição de habitação própria também é uma realidade longínqua, considerando o preço dos imóveis e os rendimentos auferidos pelos jovens cidadãos. Realidade que ainda se vai agudizar mais com o previsível aumento das taxas de juro.

Face ao exposto urge que o Governo crie medidas que facilitem o acesso à habitação pelos mais e menos jovens. Através de

programas de apoio ao arrendamento e da criação de benefícios e isenções fiscais, a acrescer à já acima referida política ativa de construção e/ou colocação de habitação no mercado de arrendamento a custos controlados.

Da mesma forma que é essencial que o Estado coloque no mercado imobiliário e de arrendamento os milhares de edifícios que tem por todo o país, muitos deles devolutos, vagos ou subaproveitados.

4. SEGURANÇA SOCIAL

Todos sabemos que a Segurança Social (SS) é fundamental para reduzir a pobreza, garantir a proteção dos indivíduos, atenuar a desigualdade social e manter a coesão da sociedade.

O Sistema Social (Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações) sustenta atualmente cerca de 3,6 milhões de pensionistas, dos quais 1,2 milhões recebem abaixo de 635 euros, mensais. Paga ainda um assinalável conjunto de prestações sociais que contribuem notoriamente para melhorar a condição de vida dos portugueses. Sem algumas delas, o número de

peçoas que viveria abaixo do limiar da pobreza, mais do que duplicaria.

Em março de 2022, a Segurança Social pagava cerca 1,7 milhões de prestações sociais, o que permitiu a muitos dos nossos compatriotas, minimizar as suas dificuldades quotidianas.

Mais de 1,6 milhões dos nossos concidadãos vivem abaixo do limiar da pobreza, que em 2020 era de 554 euros, e quase 20% da população está em risco de pobreza ou exclusão social. Mais de 45% das famílias portuguesas não pagam IRS e rendimentos relativamente baixos já começam a ser tributados! Há somente cerca de 52.000 famílias que declaram mais de 100.000 euros, por ano. Apenas 1% dos agregados familiares que entregaram declaração de IRS! Estamos, por conseguinte, perante um país cada vez mais pobre.

À crueldade destes números o PSD não tem estado indiferente e a todo o momento tem procurado conseguir todo o tipo de proteções e amparos que permita uma vida mais digna a todos os

portugueses que se encontram numa posição de maior fragilidade social.

O governo atual decidiu aumentar as pensões abaixo de 1108 euros mensais, em 10 euros, para fazer face ao impressionante aumento do custo de vida. Tal aumento parece-nos, contudo, ser manifestamente insuficiente, pelo que ora se defende um novo aumento extraordinário aos mesmos pensionistas, reiterando, assim, a importância que o PSD coloca nas questões sociais.

5. FLORESTA

No século XXI falar de vida e bem-estar é necessariamente falar de ambiente. E no distrito de Leiria falar de ambiente é falar daquelas que foram as maiores tragédias das últimas décadas que, no fatídico ano de 2017, marcaram penosamente praticamente todo o distrito e todas as suas gentes.

Os incêndios florestais tiveram, em 2017, um impacto terrível no distrito de Leiria.

Em junho atingiram brutalmente os concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos e, em Outubro, atingiram o denominado Pinhal de Leiria (Pinhal do Rei), onde em poucas horas foram queimados séculos de história.

Foram perdas incontáveis em termos económicos, naturais, turísticos e, sobretudo, humanos. Por infeliz ironia, tais catástrofes proporcionaram, no entanto, aos decisores políticos um cenário de recomeço e, sobretudo, a oportunidade para finalmente se olhar para a floresta na globalidade dos seus recursos e para o ordenamento do território como uma ferramenta de facto e não apenas um conjunto de legislação adaptável a interesses circunstanciais e momentâneos.

Infelizmente não foi o que assistimos!

As potencialidades da fileira florestal enquanto fator de atração de investimento e de população à zona do Pinhal Interior deviam assumir aqui um nível acrescido de preocupação.

A sustentabilidade da floresta deve ser conjugada com o dever do Estado de proteção às populações, que tanto falhou em 2017. O respeito pela topografia e pelas espécies endémicas deve prevalecer sobre a exposição indiferenciada do terreno a espécies importadas ou invasoras, potenciando a segurança dos territórios menos densos em termos de população, mas também criando atratividade para a fixação de população numa zona que era, já antes dos incêndios, uma das mais expostas ao êxodo populacional.

O governo socialista apesar das inúmeras e infundáveis promessas nada fez pela floresta que desapareceu no distrito de Leiria. Não reflorestou nem reordenou o Pinhal Interior, nem reflorestou devidamente o Pinhal de Leiria, que a cada dia que passa, cada vez mais, parece um território deixado ao abandono.

Para além deste comportamento omissivo do governo revelar uma imensa falta de estratégia, releva também uma desconsideração por aquela que é uma das nossas maiores riquezas naturais, a floresta! Não

é só um desrespeito pelos leirienses, é um despeito por todos os portugueses!

Urge reordenar e reflorestar os concelhos do interior do distrito de Leiria, da mesma forma que urge dar uma nova vida ao Pinhal de Leiria, reflorestando-o e devolvendo esse pulmão verde a todo o país.

B) Desenvolvimento socioeconómico

1. CARGA FISCAL DAS EMPRESAS E TRABALHADORES

No ano de 2021 a carga fiscal atingiu o valor mais alto de sempre, cifrou-se em 35,8% do PIB, atingindo 75,6 mil milhões de euros.

Esta carga fiscal, note-se, é excessivamente pesada em todo o território, por exemplo, não beneficiando significativamente as empresas que escolhem instalar-se em territórios mais “difíceis”.

A diferenciação positiva com que em matéria fiscal se pretende beneficiar as empresas que se instalam no interior é manifestamente insuficiente

face aos objetivos atendíveis, não premiando o esforço de se instalarem em locais tendencialmente

desertificados e onde o acesso à grande generalidade dos recursos se reveste de gastos adicionais

Este é um cenário bem conhecido do Distrito de Leiria.

Caracterizado por ter um território tão diversificado quanto o investimento que aqui se fixa, mas, acima de tudo, por uma forte assimetria interior/litoral.

Leiria é um distrito que se caracteriza pela elevada industrialização e pelo constante crescimento do setor terciário, nomeadamente o turismo, que em 2018 já representava 55,6% dos trabalhadores por conta de outrem.

Nos últimos anos, o distrito afirmou-se nos mais diversos setores, pelo investimento em tecnologia, na inovação e, de forma muito premente, na internacionalização.

Ora, nada é mais importante para um território e para um país, do que ter postos de trabalho para a população que aí reside, pelo

que, urge utilizar a política fiscal, como ferramenta de fixação de pessoas e de empresas.

Note-se que, a pandemia de Covid-19 veio trazer-nos diferentes perspetivas, não só do ponto de vista social, mas essencialmente, do ponto de vista laboral. Criámos métodos de trabalho plurilocalizados e percebemos que podemos estar em qualquer parte do mundo a partir de um posto de trabalho remoto.

Concomitantemente, cumpre aliar o dinamismo empresarial do distrito a estas novas formas de trabalho e às necessidades de fixação da população.

Uma vez mais, a política fiscal representa um importante requisito quando uma pessoa decide fixar-se num determinado local para trabalhar remotamente.

Pelo que, está na hora de criar um regime fiscal que promova a fixação de população no território.

A dinâmica empresarial do distrito é inequívoca, pelo que cumpre aliar este espírito não só à qualificação da população, mas, ainda, à sua fixação no território.

Não basta termos empresas e postos de trabalho, necessário é tomar medidas para que a mão-de-obra disponível preencha essas necessidades. Pelo que, urge criar uma dinâmica formativa transversal.

Uma pessoa aos 50 anos tem, ainda, muitos outros para trabalhar, podendo adquirir competências em áreas diferentes daquelas onde trabalhou ao longo dos anos.

Identificam-se, portanto, três grandes problemas:

- Carga fiscal elevada;
- Falta de mão de obra qualificada;
- Territórios com grandes assimetrias.

Assim, e para o corrigir, propõe-se:

1- A criação de um regime fiscal que permita beneficiar os trabalhadores que se desloquem dos grandes centros para os concelhos do interior, nomeadamente em sede de IMT, IS e IRS:

- a. Isenção de IMT na aquisição de habitação própria e permanente nos concelhos identificados como em risco de desertificação.
- b. Isenção de Imposto do Selo na aquisição de habitação própria e permanente nos concelhos suprarreferidos – no que se refere à concessão de crédito.
- c. Aumentar as despesas passíveis de dedutibilidade em IRS, nomeadamente no que respeita às despesas atinentes à realocação e à habitação.

2- Criar um programa de bolsas de estudo apoiado pelas empresas em que estas apoiam jovens estudantes nas áreas profissionais requisitadas pelas empresas, como forma de atrair estes jovens a aí trabalharem no fim dos estudos:

- a. Dedutibilidade em sede de IRC da totalidade das despesas incorridas com este programa em percentagem a estudar.

3- A criação de um programa de requalificação profissional adaptado às necessidades identificadas pelas empresas: este

pode ser ministrado e suportado pelas próprias empresas, concedendo-se, em IRC, a possibilidade de dedutibilidade deste custo percentagem a estudar.

4- A criação de um programa fiscal de apoio às empresas fixadas no interior que abranja os impostos: IRC, IS e IMT:

- a. Redução das taxas de IRC e de Tributação Autónoma.
- b. Isenção de IS nos financiamentos para a criação efetiva de postos de trabalho.
- c. Isenção de IMT na aquisição de imóveis que se destinem ao exercício de uma atividade económica de natureza agrícola, comercial, industrial ou de prestação de serviços em territórios do interior.

2. EMPREGO

Portugal desde há muito que se vê confrontado com sérios estrangulamentos estruturais a nível da economia. Muitos trabalhadores e empregadores apresentam um tremendo défice de qualificações, o investimento na ciência e inovação é anémico, a burocracia e ineficiência do Estado tece uma teia que atravanca o desenvolvimento da nação, o setor público e privado,

extremamente endividado, condiciona o crescimento, a carga fiscal é demasiado pesada e a desigualdade social continua tristemente florescente.

Todos estes estrangulamentos têm conduzido o País a uma sucessiva perda de competitividade e sustentabilidade económica. A qualificação dos portugueses continua a enfrentar desafios difíceis de superar, nas áreas da educação, formação e aquisição de competências específicas. A aposta em todas estas áreas permitirá ao País encontrar os caminhos que lhe garantirão os necessários ganhos de produtividade e competitividade e permitirão retirar Portugal do segundo lugar no mundo, em que as empresas têm mais dificuldade em contratar pessoas com as mais adequadas habilitações, ou seja, talentos.

Somos o sétimo país da UE com menor produtividade, por hora de trabalho, pelo que é fundamental continuarmos a investir no capital humano. Como forma de melhorar a produtividade e combater os baixos salários dos trabalhadores é imperioso que se implementem uma combinação de diferentes instrumentos, designadamente, aqueles que visem a melhoria do clima organizacional, incluindo as condições no local de trabalho e os

que permitam a introdução de uma política de incentivos, sempre que os objetivos individuais, coletivos ou empresariais sejam alcançados.

Por outro lado, não podemos continuar a aceitar que a precaridade laboral domine o mercado de trabalho. No seio da União Europeia Portugal é um dos países que mais recorre ao trabalho temporário e a contratos a prazo.

A Região de Leiria, à semelhança de outros territórios, necessita de reforçar e promover a aposta na qualificação profissional, vocacionada para as necessidades das empresas, adaptar o ensino técnico-profissional das escolas existentes à realidade empresarial da região e bater-se pela construção de um Centro de Formação Profissional. Mas as questões do emprego não passam somente pela qualificação.

Devido à gigantesca falta de mão de obra, é fulcral que o País assuma urgentemente uma política atrativa que se direcione para a fixação dos nossos talentos e uma outra que crie condições para

a captação de imigrantes que possam responder às necessidades de contratação que as empresas da região e do país hoje sentem.

3. UNIVERSIDADE POLITÉCNICA DE LEIRIA

O Instituto Politécnico de Leiria é uma instituição de ensino superior público de excelência do distrito de Leiria, sendo verificável que ano após ano vê aumentar o seu número de alunos provenientes de todo o país e, desta forma, é um dos meios mais eficazes de promover o nome de Leiria a nível nacional e internacional.

Em 2019, o Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos promoveu o estudo “O impacto económico dos institutos superiores politécnicos em Portugal”, onde procurou apreciar a importância e a repercussão que os Institutos Politécnicos possuem nos territórios onde se encontram inseridos, designadamente ao nível socioeconómico.

Realizando uma análise exaustiva, o Instituto Politécnico de Leiria assume a posição dianteira em praticamente todos os critérios avaliados, podendo-se concluir que se encontra entre os melhores

do país, senão o melhor do país. Deste estudo, destacamos alguns critérios que auxiliam a perceber o porquê da afirmação descrita acima:

- A atividade económica gerada pelo Politécnico de Leiria é de 129 milhões de euros, o que representa 4,16% do PIB da região;
- O Instituto Politécnico de Leiria é a instituição de ensino superior politécnico que, neste estudo, detinha o maior número de estudantes, de docentes, de funcionários e o mais relevante efeito multiplicador de empregos de todas as IES Politécnicas que fizeram parte deste estudo.

Ora, estes dados, positivos por si só, são ainda mais surpreendentes se tivermos em consideração um dado que não pode ser ignorado: o Politécnico de Leiria é a segunda instituição de ensino superior politécnica com menor investimento público por aluno.

Para estes resultados muito contribui a política de gestão do Politécnico prosseguida nos últimos anos, de forma a saber apostar em projetos inovadores, em primar pela excelência no ensino através do recurso a cursos e métodos de ensino que dão respostas aos problemas da sociedade, assim como pela

valorização da relação do Politécnico de Leiria com os *stakeholders*, em especial com o mundo empresarial.

Esta ligação é relevante para que alunos e professores possam dar novas respostas às necessidades das empresas, melhorando o percurso curricular dos alunos, mantendo os professores próximos dos problemas que assolam o mundo empresarial e permitindo que a inovação gerada por alunos e professores gere frutos e promova o desenvolvimento do mundo empresarial e de riqueza para toda uma região e de um país, como é o nosso caso.

No entanto, existem alguns impedimentos que são castradores do crescimento do Politécnico de Leiria, sendo que destacamos dois: a nomenclatura da instituição e a possibilidade de poderem ministrar doutoramentos.

A primeira amarra possui consequências brutais na atração de alunos estrangeiros, prejudicando assim o financiamento da instituição proveniente de fontes diferentes daquelas relacionadas com as propinas cobradas aos alunos nacionais e com a Lei do Orçamento do Estado.

O que se verifica no terreno é que é um desafio imenso captar novos alunos estrangeiros devido à ausência da referência à palavra “Universidade”, pelo que é nossa intenção apoiar o Instituto Politécnico de Leiria no sentido em que este possa passar a ser designado de Universidade Politécnica de Leiria, continuando a ser uma instituição

altamente diferenciada das restantes instituições de ensino superior universitário, verificando-se apenas a mudança de nomenclatura de forma a ser reconhecida lá fora como a “Polytechnic University of Leiria”.

A segunda amarra possui outra implicação, não só nas fontes de financiamento, mas também no reconhecimento do mérito intelectual do Politécnico de Leiria, assim como no desenvolvimento e na produção de conhecimento relevante para a comunidade empresarial e para a criação de riqueza nacional.

Como bem é sabido, existe um forte quadro legislativo que impede que os institutos politécnicos possam lecionar doutoramentos por si só, sendo que apenas estão autorizados por lei a dar doutoramentos em regime de associação com universidades. No entanto, a possibilidade de atribuir doutoramentos deveria de ser em função do mérito e da avaliação dos resultados das

Instituições de Ensino Superior (IES) e não única e exclusivamente pelo facto de as IES pertencerem ao subsistema de ensino superior universitário em vez do subsistema de ensino superior politécnico, quando ambos os sistemas possuem a missão de produzir inovação e conhecimento em prol da sociedade que servem.

Desta forma, defendemos que os cursos de Doutoramento possam ser lecionados por ambas as entidades, graças à alteração do critério legislativo que determina que estes cursos só podem ser lecionados pelo subsistema do Ensino Superior Universitário por outro critério em que tenha em conta os resultados, os métodos pedagógicos, as condições para a investigação, as necessidades do território e o mérito das Instituições de Ensino Superior.

De referir ainda que o Distrito de Leiria é o único distrito costeiro entre Braga e Lisboa que não possui Universidade e, mesmo assim, verifica-se que milhares de alunos procuram o Politécnico de Leiria para construírem a sua carreira e a sua formação académica todos os anos.

Assim, congratulando o Instituto Politécnico de Leiria pelos excelentes resultados alcançados ao longo da sua história, pela consolidação de um inegável e invejável percurso, assim como pelo estabelecimento de uma imagem positiva no contexto regional, nacional e internacional, defende-se que o Instituto Politécnico de Leiria deve ser convertido na Universidade Politécnica de Leiria, assim como possa a ser permitida o lecionamento de cursos conferentes do grau de Doutoramento pelas instituições do subsistema do Ensino Superior Politécnico de forma independente.

C) Mobilidade

1. A RODOVIA

A Rodovia e a sua requalificação têm sido uma luta que dura há muitos anos e que o PSD tem também tido a preocupação de trazer aos Congressos e aos demais fóruns, com o intuito de haver uma estratégia concertada entre os agentes políticos.

Assim, é importante relembrar duas das vias estruturantes do nosso distrito, que têm merecido um conjunto de ações de

sensibilização e inclusivamente a criação de movimentos de cidadãos (incluindo também uma Petição Pública em discussão na Assembleia da República).

A maioria das empresas tem lutado por sobreviver e sente que continuamos a ter um país que não promove a Coesão Territorial, principalmente para aquelas empresas que decidiram fixar-se no interior.

É nosso dever lutar por promover essa Coesão Territorial, que passa também por garantir acessibilidades rodoviárias seguras e rápidas, nomeadamente em duas dessas vias estruturantes.

No IC8, eixo que faz a Ligação entre a A17 e a A23, promovendo a ligação principal entre o litoral e o interior. O troço de que estamos a falar tem cerca de 20 km, e faz a ligação entre Pombal e Ansião. Este troço não tem as características de um Itinerário Complementar e foi o único troço que não foi requalificado. É um dos eixos com maior sinistralidade, percorrido diariamente por milhares de utilizadores, incluindo transportes de mercadorias,

pois faz a ligação à A1, à Ferrovia, ao Porto da Figueira da Foz e também ao interior do país, através da A23.

No IC2, eixo que liga Lisboa ao Porto, com um tráfego muito intenso, atravessando inúmeros núcleos urbanos, para além de incluir um dos principais corredores pedonais do país, desprovido de infraestruturas que garantam a segurança aos seus utilizadores. Esta é uma das estradas de maior importância da região centro e para a Coesão da Rede de acessibilidades do distrito de Leiria, sendo o principal eixo de transporte do país.

Este via foi alvo de uma recente intervenção no troço entre Condeixa e Coimbra e junto ao perímetro urbano da cidade de Leiria, sendo urgente que se concretize a intervenção do troço entre Leiria e Pombal e melhoria entre Benedita e Leiria (embora hajam existam intervenções).

Fundamental também para a região e, em particular, para o sector empresarial de Pombal e norte de Leiria é a criação de um **“nó de acesso” à A1 (auto estrada do Norte) na zona de Barracão/Meirinhas**. A ligação do IC2 à A1 (que neste local se cruzam) para além de representar uma obra perfeitamente

fazível, permitirá que as populações e as empresas rapidamente acedam à principal auto estrada do país, contribuindo para uma melhoria significativa da segurança rodoviária e da competitiva de toda esta zona. Este investimento é urgente!

É nosso dever continuar a pugnar pela inclusão destes Investimentos nos documentos estratégicos do próximo quadro comunitário, sob pena de continuarmos a assistir à fuga dos investidores, para outras regiões, mas também à deslocalização de empresas para locais com melhores acessibilidades e segurança, ou à fuga da população para aglomerados

urbanos com mais população e com maiores facilidades ao nível dos transportes e das acessibilidades.

2. MONTE REAL

A Assembleia da República aprovou, no dia 19 de janeiro de 2018, um Projeto de Resolução do PSD que recomenda ao Governo a abertura da Base Aérea de Monte Real a voos civis.

Este diploma recomenda ao Governo que desenvolva as ações necessárias para que a base da Força Aérea Portuguesa possa ser transformada num aeroporto que permita voos civis, tal como, é o desígnio de todas as forças vivas da região, pelas inequívocas potencialidades que pode trazer para o desenvolvimento da economia regional aos mais diversos níveis.

Nesta recomendação aprovada pelo Parlamento, o PSD argumenta que a região centro do país é a única sem uma infraestrutura aeroportuária e que esta temática do uso civil da base militar de Monte Real tem sido abordada como um projeto âncora para toda a região.

Um dos fatores mais salientados prende-se, por exemplo, com a proximidade do Santuário de Fátima, onde se deslocam anualmente mais de quatro milhões de pessoas, uma vez que este tem sido um dos motivos apontados como favorecendo o interesse do projeto.

Não há dúvidas de que o país necessita de um aeroporto aberto a voos civis na zona Centro, pelo que se podermos aproveitar uma

infraestrutura já existente, como é o caso da base aérea de Monte Real, o país sairá a ganhar.

Parece-nos evidente que urge continuar a defender a abertura da base aérea de Monte Real à aviação civil, porque é um projeto essencial para o distrito de Leiria e para toda a região Centro.

3. FERROVIA, UM COMBOIO CADA VEZ MAIS DIFÍCIL DE APANHAR

O distrito de Leiria é um território que ao dia de hoje é atravessado por duas linhas ferroviárias, nomeadamente a Linha do Norte e a Linha do Oeste. Enquanto a Linha do Norte apenas possui expressão no concelho de Pombal, a Linha do Oeste possui uma importância fulcral na mobilidade de quase todos os concelhos do distrito localizados na faixa litoral, nomeadamente Bombarral, Óbidos, Caldas da Rainha, Alcobça, Nazaré, Marinha Grande, Leiria e Pombal.

Se no passado a ferrovia possuiu um importante estímulo ao desenvolvimento territorial do distrito graças à sua ligação a atividades económicas como a extração de carvão das minas da Bezerra, em Porto de Mós, hoje verifica-se que a aposta ferroviária anda desligada das necessidades das gentes e empresas do território. Para percebermos isso, basta olharmos que uma viagem entre Caldas da Rainha e Leiria demora menos tempo e é mais barata se for realizada de autocarro comparativamente com a viagem realizada de comboio, para além de ocorrer um menor número de supressões e cancelamentos do que os números que representam as que acontecem no transporte ferroviário de passageiros. Contudo, esta diferença em termos de tempo de viagem e de custo é ainda maior se a viagem for entre Caldas da Rainha a Lisboa Sete Rios, percurso pendular esse realizado por diversas pessoas que residem na região Oeste e trabalham na área da Grande Lisboa.

Olhando para termos ambientais, verifica-se hoje em dia que a circulação de comboios na linha Oeste é ainda efetuada com recurso a locomotivas a Diesel, sendo das poucas linhas em atividade que ainda não se encontra eletrificada, demonstrando as promessas ocultas dos sucessivos governos socialistas desde 2015 no que toca à ferrovia no distrito.

Para além da questão técnica da linha, verificamos ainda o parque de locomotivas e de carruagem é deveras insuficiente, demonstrando que a CP – Comboios de Portugal E.P.E., enquanto único operador do mercado ferroviário de passageiros, tem desadequado por completo a resposta da empresa às necessidades de mobilidade da população do distrito. O facto de as locomotivas serem alimentadas a combustíveis fósseis fazem com que o transporte ferroviário no distrito não seja atrativo, para além de se verificar a ocorrência de diversas viagens suprimidas ou canceladas, destruindo toda uma ideia de previsibilidade associada aos transportes públicos e caracterizando a Linha do Oeste não só como a Linha das Supressões, mas também como a Linha que suprime todo um desenvolvimento económico e mobilidade de uma região.

Se mudarmos de foco para a linha do Norte no concelho de Pombal, percebemos que a mesma já se encontra eletrificada mas começamos a notar que os comboios de passageiros que usam esta via tendem apenas a passar e não a parar, impossibilitando assim que o comboio de Longo Curso, em especial o serviço de Alfa Pendular, sirva um território e uma

área de abrangência desde o Entroncamento a Alfarelos, algo como uma distância de

cerca de 80 kms em linha reta, apesar da forte procura que se sente por este serviço.

Posto isto, assistimos ainda a uma promessa socialista de construção de uma nova linha de alta velocidade para serviço de passageiros entre Lisboa e Porto, que alegadamente será projetada em duas fases, sendo que a primeira fase chegará a Soure.

Fazendo este diagnóstico, vimos por este modo requerer que o PSD Nacional acompanhe as preocupações do PSD Distrital de Leiria e pugne nos fóruns certos e junto das entidades competentes pela:

- Conclusão da execução da obra de eletrificação da Linha do Oeste no troço Meleças - Torres Vedras – Caldas da Rainha;
- Adjudicação e concretização da obra de eletrificação da Linha do Oeste no troço Torres Vedras – Caldas da Rainha
- Conclusão do Projeto de Eletrificação da Linha do Oeste Caldas da Rainha – Lourical (Pombal), lançamento de processo concursal e execução da mesma;

- Renovação da frota que opera na Linha do Oeste, com o natural recurso a energia elétrica;
- Propor que na preparação do projeto da construção de uma nova linha de alta velocidade para serviço de passageiros entre Lisboa e Porto, que alegadamente será projetada em duas fases, tenha como local de término da primeira fase em Leiria.
- Melhoria da oferta do serviço ferroviário de passageiros no distrito de Leiria, nomeadamente na Linha do Norte e do Oeste.

Assim, o que a Assembleia Distrital apresenta ao congresso nacional do PSD é um pedido de apoio e de reconhecimento de um território que embora seja peça basilar da economia portuguesa padece de uma falta de investimento público “gritante” fruto de um desprezo e falta de consideração de um governo socialista que tudo promete e nada executa.

1º Subscritor

Hugo Oliveira



PROPOSTA TEMÁTICA

S

**COMPROMISSO COM A
AUTONOMIA REGIONAL**

1º SUBSCRITOR:

CPR AÇORES

40º CONGRESSO NACIONAL DO PSD

PROPOSTA TEMÁTICA

COMPROMISSO COM A AUTONOMIA REGIONAL

**1º Subscritor
José Manuel Bolieiro
Comissão Política Regional do PSD/Açores**

COMPROMISSO COM A AUTONOMIA REGIONAL

“As ilhas têm valor, valem a pena. São das parcelas mais desfavorecidas para o arranque do desenvolvimento. Mas, um conjunto, amplo e articulado, de medidas adequadas, pode abrir a via para o sucesso. Não deve haver medo de implantar nas ilhas soluções arrojadas. Os critérios a respeitar serão de necessidade e de justiça.”

João Bosco Mota Amaral

As autonomias regionais dos Açores e da Madeira e as possibilidades dos Açorianos e Madeirenses, através de eleições directas, livres e democráticas, escolherem os seus órgãos de governo próprio é uma das mais significativas conquistas da democracia portuguesa, que o decurso do tempo, as sucessivas revisões constitucionais, a actuação política e - não menos importante - a aceitação pelo povo, permitiu aprofundar e consolidar, no quadro de uma inovadora descentralização de Portugal, do cumprimento do princípio da subsidiariedade, que se tornou um princípio cogente da União Europeia e da satisfação das históricas aspirações autonomistas dos Açorianos e Madeirenses.

O tempo demonstrou que o processo de descentralização inaugurado com as Autonomias Regionais foi virtuoso, desde logo, porque permitiu a proximidade do poder e de dar resposta imediata aos problemas que as ilhas – distantes do território continental português, penalizadas pela insularidade e pela dupla insularidade, sujeitas às frequentes inclemências dos elementos naturais, com frágeis economias – sofriam e sofrem ainda.

A autonomia regional é uma solução virtuosa da democracia portuguesa.

No ano em que o processo autonómico das duas Regiões Autónomas celebra quarenta e seis anos, comemorando-se a consagração constitucional das autonomias regionais na versão originária da Constituição da República Portuguesa, é oportuno, novamente, aprofundar as autonomias regionais e reformar o Estado, num claro compromisso com o processo de descentralização autonómico.

A evolução das autonomias regionais, o seu quadro competencial constitucional, estatutário e legal, permitem retirar importantes lições para um processo de descentralização de Portugal, que continua a ser uma das democracias mais centralizadas da Europa.

O PSD é o grande partido fundador das autonomias regionais, tendo assumido, desde as primeiras eleições regionais, responsabilidades governativas nos Açores e Madeira, que permitiram um surto de desenvolvimento e progresso sem igual na história insular das duas regiões.

O PSD orgulha-se deste seu passado que deve servir de matriz política para a reforma do Estado e para o aprofundamento das autonomias, inspirado no pensamento e na prática política de Francisco Sá Carneiro, João Bosco Mota Amaral e Alberto João Jardim.

Nas Regiões Autónomas, o PSD lidera, em coligação, os Governos Regionais dos Açores e da Madeira, com uma governação reformista e humanista, que assegura a liberdade de iniciativa económica, a diminuição do peso do Estado na economia, o crescimento económico, a diminuição da carga fiscal, a solidariedade social para com os mais pobres, a protecção social, a promoção da educação como factor essencial para o desenvolvimento, a protecção do ambiente, o apoio à promoção cultural, também como forma de valorização da identidade açoriana e madeirense, o desenvolvimento da ciência e da investigação científica, da transição digital e o estreitamento dos laços que ligam cada uma das Regiões Autónomas às suas comunidades espalhadas pelo mundo, conferindo-lhes uma dimensão política e sociológica que ultrapassa a sua dimensão geográfica.

A afirmação da autonomia regional no âmbito da reforma do Estado deve significar o aprofundamento constitucional da autonomia e a adequação das políticas do Estado à realidade das ilhas, através da aplicação nas Regiões Autónomas de medidas nacionais que justifiquem essa aplicação ou por meio de uma diferenciação positiva, que permita o cumprimento dos princípios da continuidade territorial, da coesão e da solidariedade nacional.

O Governo da República não pode e não deve excluir as Regiões Autónomas da aplicação de medidas nacionais da sua competência, quando a natureza jurídica destas medidas impõe a sua aplicação a todo o território nacional. De cada vez que isto sucede, ocorre uma injustificada e injustificável discriminação dos Açorianos e Madeirenses, que também são portugueses, violando-se os princípios da igualdade e da solidariedade nacional.

O interesse do Estado não pode ser utilizado como contraposição ao interesse regional ou como forma de desresponsabilização do Estado quanto ao cumprimento das suas obrigações.

Quando está em causa o desenvolvimento dos Açores e da Madeira – logo do país - não há assuntos só da Região, nem assuntos só do Estado.

O Estado deve assegurar nas Regiões Autónomas as suas obrigações de soberania, cumprindo os princípios da solidariedade nacional, da coesão e da continuidade territorial, contando com a exigência e a co-responsabilização regional.

As Regiões Autónomas devem cumprir as suas responsabilidades de autonomia na defesa do interesse regional, exercendo as suas competências constitucionais e legais e exigindo do Estado que também cumpra as suas ou, não as querendo assumir diretamente que as transfira para cada uma das Regiões Autónomas, acompanhadas do adequado envelope financeiro que garanta a respectiva execução.

A relação entre Estado e as Regiões Autónomas não pode assentar num princípio de desconfiança política do poder central em relação ao poder regional.

A autonomia regional tem um carácter dinâmico e de aprofundamento progressivo.

A clarificação, ampliação e aprofundamento das competências legislativas regionais, num modo concorrencial com o Estado, no caso das matérias fora do quadro das competências de Soberania, bem como a efetivação da participação das Regiões Autónomas na determinação e condução da política externa da República quando estejam em causa matérias que lhes digam respeito, a participação nos processos de formação da vontade do Estado Português no âmbito da União Europeia quando estejam em causa matérias que digam respeito às Regiões, o estabelecimento de um círculo eleitoral próprio para cada uma das Regiões Autónomas nas eleições para o Parlamento Europeu, o direito à justa compensação financeira e à diferenciação positiva com vista à atenuação dos custos da insularidade e ao carácter periférico das Regiões, com a alteração do modelo de financiamento das Regiões Autónomas pelo Estado disciplinado por uma Lei de Finanças que assegure a estabilidade do financiamento estadual e que conceda às Regiões mais competências na área da fiscalidade, a participação co-constitutiva no ordenamento e na gestão das zonas marítimas adjacentes ao território de cada Região, no quadro de uma gestão conjunta e partilhada com o Estado, o direito a uma organização judiciária que tenha em conta as especificidades das Regiões Autónomas e que permita, entre outras possibilidades, a alteração do regime de execução da declaração do estado de emergência nas Regiões Autónomas, que deve ser assegurada por cada Governo Regional e que, em situações de pandemia, de calamidade pública ou de grave crise de saúde, legalmente decretadas, as Regiões Autónomas possam condicionar, de modo transitório e enquanto se verificar a situação que lhe deu origem, o acesso ao território regional, por via marítima ou aérea ou impor

restrições à circulação de pessoas e bens no território regional, a participação, por direito próprio, dos Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira em reuniões periódicas de Conselho de Ministros, para tratamento de assuntos relativos às Regiões Autónomas, devem ser tratadas numa próxima revisão constitucional ou em sede de direito ordinário, consoante o caso, no cumprimento dos princípios da solidariedade nacional, continuidade territorial e do adquirido autónómico.

Uma próxima revisão constitucional, na qual o PSD será, como sempre, um partido determinante, não apenas pelo seu papel histórico, mas também pela expressão da sua representação parlamentar, deve contemplar a matéria relativa às autonomias regionais, na designada “constituição autónómica”, até porque todos os processos de revisão constitucional efectuados na vigência da Constituição de 1976 contemplaram sempre o aprofundamento das autonomias regionais.

O PSD, enquanto partido de alternativa e não apenas de alternância política, deve liderar um processo de aprofundamento das autonomias regionais, no âmbito da descentralização e reforma do Estado, através da abertura de um processo de revisão constitucional.

O PSD deve assumir um papel liderante no processo de aprofundamento da autonomia regional dos Açores e da Madeira, como expressão de uma nova ambição política para Portugal, da construção de uma alternativa política e de afirmação de uma nova liderança no PSD.